



Marcelo Machado Valadares

# A DEMOCRACIA NA IMPRENSA POPULAR PORTUGUESA

Tese do programa doutoral "Democracia no século XXI".  
Orientada pelo Professor Doutor Rui Bebiano e coorientada pela  
Professora Doutora Márcia Franz Amaral e pelo Professor Doutor Clemens  
Zobel.

Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia  
da Universidade de Coimbra

Setembro/2013



Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da  
Universidade de Coimbra

# A DEMOCRACIA NA IMPRENSA POPULAR PORTUGUESA

## Ficha Técnica:

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Tese de doutorado</b>
<b>Título</b>	<b>A DEMOCRACIA NA IMPRENSA POPULAR PORTUGUESA – O CASO DOS JORNAIS DIÁRIOS CORREIO DA MANHÃ E JORNAL DE NOTÍCIAS</b>
<b>Autor</b>	<b>Marcelo Machado Valadares</b>
<b>Orientador</b>	<b>Rui Bebiano</b>
<b>Coorientadores</b>	<b>Márcia Franz Amaral Clemens Zobel</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>Democracia no século XXI</b>
<b>Área científica</b>	<b>Sociologia</b>
<b>Especialidade</b>	<b>Ciências políticas; Comunicação social; Estudos culturais</b>
<b>Imagem de Capa</b>	<b><i>Angelus Novus</i>, de Paul Klee, 1920</b>
<b>Data</b>	<b>2013</b>



## Resumo

Esta pesquisa procura mostrar de que modo a democracia está inserida num discurso mediático específico: o da imprensa popular. Aborda aqui uma perspectiva de Povo representada por um discurso dominante. Centra-se na imprensa comercial, inserida na lógica de oligopólios mediáticos. Foca-se no contexto português, sendo os jornais diários *Correio da Manhã* e *Jornal de Notícias* as fontes do material empírico analisado.

Para possibilitar a emergência de diferentes discursos, trabalhou-se com duas formas de recolha de material: uma temporal, focada no ano de 2011; e outra temática, destacando assuntos que foram relevantes para a democracia portuguesa no princípio do século XXI. Os temas trabalhados foram: O referendo sobre a Interrupção Voluntária do Aborto, (2007); a votação no Parlamento do casamento entre pessoas do mesmo sexo (2010); as eleições presidencial e legislativas (2011); e a manifestação “Que se lixe a troika, queremos as nossas vidas!” (2012).

A partir da análise de conteúdo sobre o material empírico, identificaram-se os atores, os discursos, os partidos e os temas mais abordados pelos jornais. Avaliaram-se criticamente os discursos sobre a democracia reproduzidos nesses *media*. Observou-se que a perspectiva representativa liberal é a mais comum. Além disso, constatou-se que as publicações dirigiram os seus olhares para o centro do poder político, ao mesmo tempo que marginalizavam percepções contra-hegemónicas da democracia, com exceções pontuais.

Palavras chave: Democracia; Cultura Popular; Imprensa Popular; Representação; Participação; Portugal; Povo.

## **Abstract**

The present study investigates how democracy is included in a specific media discourse: the popular press. The study describes a People's perspective represented through a dominant discourse that is centred on a commercial press operating within media oligopolies. The analysis focused on the Portuguese context, and it used the newspapers *Correio da Manhã* and *Jornal de Notícias* as empirical material sources.

To enable the emergence of different discourses the material was collected using two different approaches: a time-based approach focused on the year 2011, and a thematic approach in which topics relevant for the Portuguese democracy in the early twentieth-first century were selected. Consequently, the studies themes were: the referendum on the voluntary interruption of pregnancy (2007); the parliament vote approving same-sex marriage (2010); both the presidential and the legislative elections (2011), and the demonstration "To hell with troika, we want our lives!" (2012).

The empirical material was subjected to a content analysis to identify the actors, discourses, parties, and topics which occurred more often in the newspapers. In addition, the discourses about democracy reproduced in these media were critically evaluated. The analysis revealed that the most common perspective is the representative liberal view, and that the newspapers direct their focus to the centre of the political power, marginalizing counter-hegemonic perceptions of democracy.

Key-words: Democracy; Popular Culture; Popular Press; Representation; Participation; Portugal; People.

Antes de mais, agradeço ao professor Rui Bebiano, por aceitar a tarefa de orientar este trabalho. Obrigado, pelas conversas e pelos ensinamentos. À professora Márcia Franz Amaral, agradeço por me ter recebido em Santa Maria, e por ter contribuído de forma profissional, responsável e ágil. Ao professor Clemens Zobel, agradeço pelas considerações bastante apropriadas. Ao CES, devo agradecer a possibilidade de apuramento do senso crítico, processo ainda com um longo caminho de maturação. Aos funcionários, agradeço a paciência (em especial da Maria José e do Acácio).

À Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e à *London School of Economy* (LSE), agradeço o acolhimento. À FCT, Fundação para a Ciência e Tecnologia, agradeço o financiamento. Aos funcionários das bibliotecas por onde passei, obrigado pela recepção e disponibilização do espaço e acervo.

Agradeço a Elizabeth Valadares e a Jorge Lobo Arteaga pelo apoio indispensável ao longo de todo o processo. As conversas e revisões foram, sem dúvida, essenciais para a sua conclusão.

Agradeço a Francisco, a Thais, a Guilherme, a Cristiana, a Maria Aparecida, a Rose e a Gustavo, pelos diferentes tipos de apoios, por vezes silenciosos, mas sempre presentes. A Marcela que vem, agradeço a esperança que me traz. A Flávia, a Rafael, a Carla, a Mariana, a Érika agradeço pela amizade atemporal e reconfortante. Os grandes amigos que me dão suporte em Portugal, os que ficaram pelo Brasil e os que estão espalhados pelo mundo, agradeço o carinho e a compreensão, suportes essenciais.

Agradeço a João Paulo, pela grande amizade e pelo apoio; a Sheila, por ter ouvido para as minhas reclamações na fase final; a Pablo, pela leitura na fase inicial de elaboração e pelos conselhos; a Léo, pela amizade; a Roberto, por entregar meu projeto; a todos os outros colegas de doutoramento pela rica companhia na caminhada. Ainda agradeço a João Vilhena e a Catarina Almeida, pela tradução e revisão.

No mais, agradeço a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho.

Financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia – FCT (comparticipado  
pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MEC).

Referência: SFRH / BD / 66653 / 2009

Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça.

*Provérbio africano*<sup>1</sup>

La democracia se halla absolutamente falseada gracias a unos mecanismos técnicos que substituyen la opinión pública por la opinión mediática. La aparente democracia es, en realidad, una oligarquía en mano de los dueños de la televisión, la prensa y demás medio.

*José Luis Sampedro*<sup>2</sup>

Tudo se discute neste mundo. Menos uma única coisa que não se discute. Não se discute a Democracia. A Democracia está aí, como se fosse uma espécie de Santa de Altar de quem já não se esperam milagres. Mas que está aí como uma referência. Uma referência. A Democracia. E não se repara que a democracia em que vivemos é uma democracia sequestrada, condicionada, amputada ...

Porque, porque o poder dum cidadão, o poder de cada um de nós, limita-se, na esfera política, repito, na esfera política, a tirar um governo de que não gosta e a pôr outro de que talvez venha a gostar. Nada mais.

Mas, as grandes decisões, as grandes decisões são tomadas numa outra esfera. E todos sabemos qual é. As grandes organizações financeiras internacionais, os "FMI's", as "organizações mundiais de comércio", os "bancos mundiais", a OCDE, tudo isso! Nenhum desses organismos é democrático.

E, portanto, como é que podemos continuar a falar de Democracia, se aqueles que efectivamente governam o mundo, não são eleitos democraticamente pelo povo?

Quem é que escolhe os representantes dos países nessas organizações? Os respectivos povos? Não!

Onde está, então, a Democracia?"

**José Saramago**<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> In: COUTO, Mia. **A confissão da leoa**. Maputo: Nadjira, 2012.

<sup>2</sup> SAMPEDRO, José Luis e TAIBO, Carlos. **Conversaciones sobre política, mercado y convivencia**. Madrid: Catarata, 2006.

<sup>3</sup> Depoimento em Abril de 2008. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=vgw0DMEB1TM>

## ÍNDICE

<b>Introdução</b>	1
Opções metodológicas	8
<b>Parte I – Base teórica e contexto</b>	21
<b>Capítulo 1 - Cultura popular, hegemonia e cultura de massa</b>	21
1.1. Localização do conceito de “popular” nos estudos culturais	22
1.2. As linhas de investigação sobre cultura popular	26
1.3. Exclusão e resistência	40
<b>Capítulo 2 - A democracia em (des)construção</b>	47
2.1. As concepções hegemónicas e contra-hegemónicas do século XX	49
2.2. A construção da democracia como valor universal	60
<b>Capítulo 3 - A parte que cabe ao jornalismo</b>	67
3.1. Jornalismo enquanto um dos “pilares” da democracia	68
3.2. O “popular” do jornalismo nas sociedades democráticas	79
3.3. Povo (massa), democracia (liberal) e jornalismo (popular)	88
<b>Capítulo 4 - A contextualização</b>	91
4.1. Imprensa popular, República e Povo no final dos séc XIX	91
4.2. A censura e o Povo no Estado Novo	100
4.3. 25 de Abril: democracia a diante?	106
4.4. A Democracia, o povo e a imprensa popular portuguesa no século XXI.	114
<b>Parte II – A democracia na imprensa popular portuguesa</b>	121
<b>Capítulo 5 – A intensidade informativa e as opções editoriais</b>	121
5.1. O anos de 2011	121
5.2. Questões estruturais dos textos: estilo, géneros e extensão	124
5.3. Questões qualitativas dos textos: fontes, temas e de quem falam	131
5.4. Quando se diz “Democracia”?	143
5.5. Algumas considerações	144



<b>Capítulo 6 - Um olhar direcionado sobre a democracia</b>	<b>147</b>
6.1. O referendo sobre a Interrupção voluntária da gravidez (2007)	147
6.2. A aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo (2010)	158
6.3. As eleições (2011)	168
6.4. “Que se lixe a troika: queremos as nossas vidas!” (2012)	186
6.5. A dialéctica dos discursos mediáticos sobre a democracia	195
<b>Considerações Finais</b>	<b>199</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>209</b>

## **Lista de Gráficos, Imagens e Tabelas**

### **Gráficos**

Gráfico 1 – Dados socioeconómicos do público do Correio da Manhã	120
Gráfico 2 – Tipos por quantidade de textos	125
Gráfico 3 – Género por quantidade de textos	127
Gráfico 4 – Extensão por quantidade de textos	127
Gráfico 5 – Secções Jornal de Notícias	129
Gráfico 6 – Secções Correio da Manhã	131
Gráfico 7 – Temas centrais por quantidade de textos	132
Gráfico 8 – Fontes por quantidade de textos	138
Gráfico 9 – Personagens por quantidade de textos	140
Gráfico 10 – Partidos por quantidade de textos	142
Gráfico 11 – Uso do termo democracia ao longo do ano	143
Gráfico 12 – Valorização da representação IVG	151
Gráfico 13 – Valorização da participação IVG	151
Gráfico 14 – Valorização da representação votação no Parlamento sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo	162
Gráfico 15 – Valorização da participação votação no Parlamento sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo	162
Gráfico 16 – Valorização da representação Eleição presidencial	171
Gráfico 17 – Valorização da participação Eleição presidencial	171
Gráfico 18 – Valorização da representação Eleições legislativas	178
Gráfico 19 – Valorização da participação Eleições legislativas	178
Gráfico 20 – Valorização da representação Manifestação “Que se lixe a troika”	190
Gráfico 21 – Valorização da participação Manifestação “Que se lixe a troika”	190

## **Imagens**

Imagem 1 – Capa do Jornal de Notícias, um dia após o referendo sobre a IVG	152
Imagem 2 – Capa do Correio da Manhã, um dia após o referendo	156
Imagem 3 – Capa Jornal de Notícias (16/09/2012)	189
Imagem 4 – Capa Correio da Manhã (16/09/2012)	189

## **Tabelas**

Tabela 1 – Valores Notícias – Jornais de referência x Jornais populares	84
Tabela 2 – Temas dos textos em que se encontrou a palavra “Democracia”	144

## Introdução

(...) perhaps capitalism, modern democracy's non identical birth twin and always the more robust and wily of the two, has finally reduced democracy to a "brand," a late modern twist on commodity fetishism that wholly severs a product's salable image from its content. Or perhaps, in the joke on Whiggish history wherein the twenty-first century features godheads warring with an intensity that ought to have been vanquished by modernity, democracy has emerged as a new world religion—not a specific form of political.

**Brown, Wendy. We are all democrats now... 2011.**

O trecho escrito por Wendy Brown (2011) conjuga-se com o que o escritor José Saramago proferiu em 2008, e que consta da epígrafe deste trabalho. A democracia, apesar de ser “sacralizada”, está desprovida de conteúdo político, vazia quanto ao seu fundamento de “poder para o/do povo”, principalmente, quando avaliada num contexto global, em que os poderes hegemónicos se tornam mais evidentes.

A democracia despolitizada, integra em si políticas, no sentido em que fortalece o capitalismo, o liberalismo e os pontos negativos da representação associados a interesses de diversas elites. Neste objeto repleto de interesses de poder, o jornalismo exerce um papel crucial. Digamos que ele é um dos principais “propagandistas” da representação hegemónica da democracia. Neste sentido, esta torna-se um *slogan* tão atraente quanto uma marca de refrigerante ou de uma qualquer cadeia de *fast food*.

Como tal, o conteúdo por detrás deste *slogan* tornou-se o interesse central desta investigação. Foi a partir destas suposições e constatações que se concebeu o projeto o qual entrelaçou diversas linhas de pensamento. Num contexto de transdisciplinaridade foram cinco os principais campos a que se recorreu: a Ciências da Comunicação, as Ciências Políticas, os Estudo Culturais, a Sociologia e a História. Buscou-se uma perspectiva crítica, tanto na abordagem teórica, quanto nas análises do material.

Partiu-se da crença de que as pesquisas no âmbito da comunicação devem dialogar com diferentes metodologias e, por isso, tentou-se, em consonância com o pensamento de Mauro Wolf (2009), focar a relação entre os *mass media* e a

organização social. Considera-se importante que os estudos sobre os meios de comunicação assumam que estes desempenham um papel fundamental na difusão de estruturas dominantes do poder (idem, 2009). Por conseguinte, o principal objectivo deste trabalho consistiu em identificar como a democracia é retratada num certo padrão de discurso jornalístico, pelo que tentou assinalar os atores, ideologias e estruturas por detrás dos textos e dos contextos.

### ***O popular como base***

A imprensa popular foi escolhida por constituir um objeto que pode revelar-se especialmente instigante do ponto de vista académico, sobretudo, devido à sua complexidade enquanto construção teórica: a sua denominação acarreta diversas contradições e problemas. Além disso, no contexto português, e não só, a palavra “Popular” comporta uma forte historicidade na sua formação, sendo que o conceito surge agregado a diversos valores, tais como tradição, nacionalismo, classes e/ou massas.

Nesta dimensão teórica, a presente pesquisa defende que o jornalismo popular comercial retrata uma perspectiva de Povo representada por um discurso dominante. A construção em torno do conceito de popular emerge de jornais que se inscrevem na lógica dos oligopólios mediáticos, o que numa perspectiva lata, torna o campo jornalístico pouco rico em termos de amplitude discursiva e ideológica.

### ***O jornalismo enquanto objeto***

É de ressaltar que o objetivo deste trabalho não consiste em classificar qualitativamente o jornalismo popular, comparando-o ao dito de “referência”. Apesar do discurso crítico, jamais se coloca em questão a superioridade ou a inferioridade de qualquer estilo jornalístico. O problema identificado recai sobre a leitura ideológica que os jornais fazem do sistema democrático. Portanto, problematiza-se o que é transmitido pelo meio de comunicação em análise, sob a alçada de um setor da sociedade supostamente detentor de poder político, económico e informativo, para uma camada social que não o possui.

Neste sentido, as contradições que serão aqui apresentadas não são exclusivas da imprensa popular. Acredita-se que, caso as análises se efetuassem noutros meios de comunicação, o problema identificado (a falta de amplitude e diversidade do discurso sobre democracia) poderia a vir a apresentar as mesmas características. O foco analítico aqui debatido consiste antes no discurso jornalístico, como objeto de análise sociológica.

O jornalismo como objeto de pesquisa constitui um importante indicador, tanto de uma estrutura de poder hegemónica, tendo em consideração a estrutura social em que ele se insere. Em teoria, numa sociedade democrática, o papel social do jornalismo consiste em fiscalizar o poder e informar os cidadãos para que estes possam exercer e cobrar de forma efetiva os seus direitos e deveres (Bucci, 2009), e, com base na informação e nos conhecimentos adquiridos, construir os sentidos críticos que lhe possibilitem atuar na sociedade. O presente trabalho parte da pressuposição de que certos tipos de jornalismo hegemónico comercial não cumprem tal função; não por que deixe de vigiar os poderes dos governos, mas porque não fiscaliza outros tipos de autoridades que assentam em interesses associados.

Considera-se que a diversidade discursiva - no sentido ideológico e temático – representada nos jornais tradicionais é insuficiente para o fortalecimento da democracia. Há uma uniformidade informativa, política e ideológica que é ditada pelos grandes *media* e pelos interesses que o comandam (Correia, 2006). Defende-se ainda que este campo é assolado por uma lógica mercantilista, fator que contribui para que as rotinas diárias de trabalho dos jornalistas se afastem da teoria sobre as funções do jornalismo (Gans, 2004). Neste sentido, os jornalistas são condicionados, no seu processo de elaboração da notícia, por diversas exigências e por pressões para cumprirem os seus *deadlines* (idem, 2004).

### ***O discurso sobre democracia enquanto problema de pesquisa***

Atualmente, em diversos países, alguns cidadãos mostram-se cada vez mais críticos e desencantados com o funcionamento de certas instituições democráticas como, por exemplo, no que diz respeito aos parlamentos e aos partidos políticos. O descrédito com este sistema, associa-se igualmente a

instituições supranacionais das quais enfrentam graves problemas de possibilidades democráticas, como é o caso da Organização das Nações Unidas e da União Europeia, que gerem as suas estruturas a partir do poderio económico e militar.

Avaliar os discursos sobre a democracia no atual contexto é relevante, pelo facto de que neste momento de finalização da pesquisa serem diversas as transformações que estão a se passar pelo mundo. Toda a Europa e, em particular, Portugal, está a cruzar por transformações políticas e sociais, que envolvem e questionam a democracia. Algumas das consolidações ocorridas na última metade do século XX, como a firmação do Estado Social Europeu, estão a ser repensadas e/ ou anuladas por uma nova hegemonia, interpretada por alguns autores como um “novo” e feroz neoliberalismo económico. Portanto, neste sentido, o trabalho buscou refletir tanto sobre a crise política, social e económica que deflagra no contexto português, quanto sobre possíveis alternativas e pensamentos contra-hegemónicos que poderão vir a emergir do debate sobre o tema. No presente trabalho se refletiu sobre os processos de democracia directa e da democracia participativa para que os cidadãos possam ampliar os níveis de participação nos processos de decisão política.

### ***As relevâncias da pesquisa***

Esta pesquisa torna-se relevante, pelo facto de identificar alguns dos conteúdos que a imprensa expõe sobre a democracia. A análise aqui empreendida explicita de forma categorial os discurso hegemónicos em torno do tema, possibilitando a reflexão sobre alternativas de percepção da democracia, por parte do jornalismo. Adicionalmente, lança um convite a este campo, para que ele pondere sobre a possibilidade de transformação do seu enquadramento do sistema democrático, incluindo os atores que escuta, as perspectivas que divulga as quais hoje em dia não contribuem para o fortalecimento da democracia. Portanto, para o jornalismo, este trabalho pode contribuir com questões relevantes sobre a repetição de discursos, e a falta de amplitude temática relativo desta abordagem

O trabalho também é relevante, no contexto português, pois abrange os estudos sobre os *media* populares comerciais. Na literatura dos estudos da

comunicação investigada existem poucos trabalhos centrados, especificamente, nesta categoria jornalística. Percebeu-se que, em comparação a outros contextos, há ainda uma percepção conservadora e, por vezes reducionista em torno deste género jornalístico, sendo que muitas das suas avaliações adotam um olhar hostil em relação ao público que a consome, qualificando negativamente a sua cultura e o seu conhecimento, como na análise de João Figueira (2012), o qual afirma que esta imprensa se dirige “a um público menos culto e exigente” (Figueira, 2012: 70). A presente pesquisa discorda desta opinião, pois considera que não é possível – a não ser que se parta de uma perspectiva construída com base em valores e morais específicos, provavelmente assente numa perspectiva eurocêntrica e elitista – qualificar a cultura de um indivíduo ou grupo social.

Deste modo, este trabalho pode ser útil para uma consideração sociológica em torno do fazer jornalístico, possibilitando uma introdução a uma reflexão directa sobre o olhar da imprensa a respeito da democracia. Adicionalmente, possibilita avaliar as funções da imprensa comercial em contextos políticos e sociais. Sobre a democracia, o trabalho questiona diversas perspectivas hegemónicas, e a forma como decorre a transposição discursiva para a imprensa. Neste sentido, torna-se relevante para perceber a forma como a democracia é representada pelo campo jornalístico. Além de pontuar os principais atores e vozes que emergem.

### ***Apresentação do trabalho***

Este trabalho divide-se em duas partes. A primeira, repartida em quatro capítulos, analisa o mapa teórico, e apresenta o contexto da inserção desta investigação. A segunda, dividida em dois capítulos, inclui as análises sobre o material empírico composto por um total de 1087 textos, agrupados em dois conjuntos de recolha de material, pelo que o capítulo 5, avalia o recorte temporal sobre o material, enquanto o capítulo 6, analisa o recorte temático.

No primeiro capítulo, parte-se da compreensão de cultura e do modo como ela se encontra dividida entre cultura de elite e cultura popular. Apresenta-se, a partir deste ponto, uma análise de diversas literaturas que avaliam o que é popular. Revelam-se vários olhares sobre o tema, defendendo a perspectiva gramsciana da



hegemonia, que a equaciona como a universalização de uma verdade estabelecida por uma classe dominante, pelo que a representação máxima da cultura emerge desta verdade. Neste sentido, entende-se a hegemonia como uma orientação global, a “visão do mundo” política e cultural da sociedade, que constitui o sentido geral da realidade, de forma interiorizada e invisível. A hegemonia representa o sinónimo de cultura num sentido amplo construído numa sociedade de classes. A partir desta leitura percebe-se o povo, não como uma unidade, mas inscrito numa dialética, em cujos extremos se encontra por um lado “o conjunto Povo como corpo político integral, por outro, o subconjunto povo como multiplicidade fragmentária de corpos necessitados e excluídos” (Agamben, 2010: 329). Neste sentido, a dialética recai sobre diversas outras questões, como a da inclusão e da exclusão, da dominação e da emancipação. Todos estes pontos são abordados nesta parte do trabalho.

No segundo capítulo, debate-se a democracia. Visa-se estabelecer um diálogo entre as perspectivas hegemónicas e contra-hegemónicas, centrando na estabilização e na crise da democracia liberal, assim como no surgimento de debates e experiências alternativas do sistema democrático. Além disso, adere-se à desconstrução da democracia como um sistema acabado, tentando identificar-se alguns “inimigos internos” (Todorov, 2012) que, por vezes, fazem com que a democracia “instituída” pareça o seu oposto.

No terceiro capítulo, reflete-se sobre o jornalismo e a sua relação com o sistema democrático, problematizando as suas funções nestas sociedades e empreendendo uma releitura sobre as teorias da comunicação. Constatase que os meios de comunicação surgem sempre associados a empresas e organizações financeiras, pelo que a notícia constitui o produto deste sistema mercadológico. Assim sendo, o objetivo deste capítulo consiste em avaliar criticamente as teorias que abordam as relações as quais os jornais estão impostos. Adicionalmente, procede-se à tentativa de desconstruir alguns mitos sobre a imprensa popular, para que a reflexão não se centre numa perspectiva negativa sobre as questões com ela relacionadas.

No quarto capítulo, refere-se o contexto português. Avalia-se as perspectivas sobre a democracia, e a forma como ocorreu a sua implantação em Portugal, analisando-se como o povo foi sendo enquadrado e rotulado no âmbito

desse processo. Conjuntamente, aborda-se o historial da imprensa no país, partindo da revolução liberal, no século XIX, passando pela revolução dos Cravos, de 25 de Abril de 1974, até chegar à crise económica, política e social do princípio do século XXI. Este capítulo pretendeu contextualizar as diversas relações políticas e sociais com os focos centrais da pesquisa.

Já na segunda parte, no quinto capítulo, apresentam-se os dados do recorte temporal sobre o ano de 2011. O objetivo desta parte do trabalho consistiu em refletir sobre os indicadores quantitativos retirados da pesquisa. Avaliaram-se os temas, dimensões, personagens, partidos, e as temáticas mais retratadas pelo material, constatando-se que os meios de comunicação examinados estão presos a estruturas representativas, pelo que o seu discurso se direciona para o centro do poder. Percebe-se também a elevada relevância conferida a temas económicos, fator que surge vinculado a uma valorização da democracia liberal.

No último capítulo, desenvolve-se os dados referentes a análise do recorte temático deste trabalho. Analisaram-se cinco temas ligados a acontecimentos importantes da democracia portuguesa no século XXI. Os temas trabalhados foram: O referendo sobre a Intervenção Voluntária do Aborto, (2007); A aprovação no parlamento do casamento entre pessoas do mesmo sexo (2010); As eleições presidencial e legislativas (2011); e a Manifestação “Que se lixe a troika, queremos as nossas vidas” (2012). Cada um destes temas possibilitou a emergência de diferentes discursos sobre a democracia. Somente, num caso, o do referendo sobre o Aborto, e no tratamento do Jornal de Notícias, é que se considerou que a perspectiva sobre a democracia, praticamente na totalidade da sua abordagem, foi relevante para o contexto então vivido pelo país. Quanto aos restantes temas, a democracia foi retratada de distintas formas, sendo que os destaques e as abordagens ideológicas variaram consoante os jornais.

Nestes dois últimos capítulos, foi possível verificar uma diferença substancial entre as duas publicações, tendo-se concluído que o discurso sobre a democracia no Jornal de Notícias é mais amplo do que no Correio da Manhã. E de se ter verificado que a democracia está fechada em um discurso liberal representativo.

### *Opções Metodológicas*

O propósito de investigar a relação entre a democracia e a imprensa popular portuguesa consiste em entender as mensagens veiculadas sobre diversos assuntos ligados à democracia. Deste modo, avaliam-se as características das informações, com o intuito de identificar as representações políticas e democráticas a que os indivíduos, leitores das publicações analisadas, são expostos. A importância deste estudo fundamenta-se na teoria de que os *media* exercem relativa influência na vida de quem os consome e um papel relevante no todo das sociedades democráticas (Wolf, 2011). Em teoria, há a constatação de que os *media* detêm funções e interesses específicos nessas sociedades, sendo os principais, informar o cidadão para que este exerça os seus direitos e deveres e vigiar o Estado contra abusos de poder (Traquina, 2007 ; Wolf, 2009; Bucci, 2009).

Por isso, o empenho deste trabalho recai tanto no objeto empírico (os jornais), quanto nos objetos teóricos (a democracia, a cultura popular e a teoria da comunicação). Ou seja, a presente investigação analisa a forma como a estrutura do jornalismo, estando vinculada a determinadas regras próprias, expõe um pensamento hegemónico a respeito da democracia. A partir deste estudo, percebeu-se que o jornalismo converge a sua abordagem à temáticas ligadas à democracia representativa liberal, vinculando-se quase exclusivamente ao centro do poder.

Para realizar o trabalho, adotaram-se diversos métodos centrados na especificidade da análise dos estudos dos meios de comunicação de massa e da sociologia. Optou-se por duas linhas: pela análise de conteúdo, quantitativa e descritiva, e pela análise interpretativa-crítica, explicativa e qualitativa, recorrendo-se neste caso, principalmente, à Análise Crítica do Discurso (Van Dijk, 2010; Ramalho, 2011).

Como ponto de partida, realizou-se uma revisão bibliográfica, com o intuito de abranger algumas expectativas relacionadas com a hipótese desta tese, que partiu da ideia de que o jornalismo popular reproduz o discurso hegemónico sobre a democracia, ou seja, expõe a democracia liberal representativa, construindo um discurso dúbio, que ora valoriza, ora desvaloriza o sistema democrático. Partiu-se da ideia de que a imprensa não aborda formas alternativas de democracia, quer práticas, quer teóricas. Tal hipótese foi confirmada desde logo quando, ainda na

fase de definição dos temas a serem recolhidos para análise, se verificou, que o tema da democracia participativa é praticamente ignorado por estes meios. Esta pesquisa considera que apesar de ser um meio com elevadas potencialidades, o jornalismo popular não contribui de forma ativa para o fortalecimento da democracia (Santos e Avritzer, 2003).

Portanto, a partir destas expectativas que, ao longo do processo, foram amadurecendo, o eixo do estudo centrou-se em quatro focos temáticos, a saber: a construção do conceito de povo e popular, e a sua relação com os poderes hegemónicos; a desconstrução da democracia liberal e representativa como sistema perfeito, e a inclusão do debate que considera a participação, (mediante experiências democráticas, quer por meio de novas formas de participação, quer de lutas sociais), como um dos instrumentos para um possível fortalecimento da democracia; o questionamento da função do ‘jornalismo produto’ como defensor da democracia, e a sua relação com outros centros de poder; e, por último, a contextualização do cenário português, para avaliar como o povo, a democracia e o jornalismo se foram modificando ao longo dos séculos XIX, XX e XXI. Com base nestes debates teóricos, partiu-se para a análise do material empírico.

### ***Definição do corpus de análise***

Para a pesquisa empírica escolheu-se trabalhar com os jornais diários “Correio da Manhã” e “Jornal de Notícias”. Optou-se pelas referidas publicações, por se considerarem interessantes as diversas representações possíveis quanto às relações de poder que podem ser inferidas a respeito da função destes jornais nesta sociedade. Principalmente, por serem publicações com características de imprensa popular, sendo que as suas emergências não remontam a ações populares, ou seja, não emergem de um ato direto do povo. Por isso, considera-se esta imprensa como um instrumento construído e executado por uma elite simbólica, que visa um público específico, caracterizado pelo termo popular, no sentido estrito. A acepção de popular a que se aplica este tipo de jornalismo, não compreende, questões políticas, nem do povo, em termos da diversidade que este conceito abarca; a palavra “popular” cinge-se aqui ao sentido económico, relacionando-se predominantemente com o conceito de massa, homogénea. As possíveis relações de

poder que podem ser percebidas a partir da emergência vertical deste jornalismo foram fulcrais para a seleção destes meios como objeto empírico. Portanto, a escolha destes jornais justifica-se pela intenção de perceber como uma elite simbólica constrói a representação do conceito de democracia, num discurso elaborado com uma linguagem popular<sup>1</sup>, recriada pela elite simbólica, a partir do senso comum.

No aspecto formal, selecionou-se estas duas publicações, devido a vários factores: o seu âmbito nacional, contextos semelhantes (são diárias, competem entre si, direcionam-se ao mesmo público e são produtos mediáticos) e o facto de representarem, no quesito da imprensa popular, o *mainstream* da imprensa em Portugal. Para a recolha do *corpus* de análise, efectuaram-se dois recortes sobre os materiais empíricos, que não se relacionam de forma direta: um com foco temático, e outro com foco temporal.

#### *Recorte com foco temático no corpus*

No recorte temático escolheram-se cinco acontecimentos relevantes no contexto político contemporâneo português, que abordam ou podem abordar, direta ou indiretamente, a democracia, em termos estruturais, ideológicos ou políticos. Neste recorte, elaborou-se uma amostragem dos textos, compreendendo cinco dias em torno dos acontecimentos (dois antes, o próprio dia, e dois a seguir).

Para destacar diferentes discursos sobre a democracia, optou-se por recortar cinco acontecimentos distintos, diretamente relacionados com a democracia, nos aspectos da participação, da mobilização e da representação. Os factos escolhidos partem tanto da perspectiva que recorta a democracia como proteção às minorias, quanto da ideia de democracia como vontade da maioria. Para a selecção destes temas, pensou-se na última década, e identificaram-se tópicos que geraram grandes discussões e mobilizações. Estas escolhas centraram-se em acontecimentos relevantes no contexto português, sucedidos no século XXI, cuja cobertura pela imprensa, devido a distintos factos e a diferentes contextos, colocou a democracia portuguesa a ser pautada, direta ou indiretamente, pela agenda mediática.

---

<sup>1</sup> Todos estes conceitos serão abordados devidamente no seguimento do trabalho.

As temáticas escolhidas para análise, que serão devidamente contextualizadas no capítulo 6, foram as seguintes: *referendo sobre o aborto*, realizado no dia 11 de fevereiro de 2007, cuja recolha foi efetuada nos jornais publicados entre os dias 9 e 13 de fevereiro de 2007; *votação no parlamento sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo*, votada no dia 8 de janeiro de 2010, cuja recolha decorreu nos jornais publicados entre os dias 6 e 10 de janeiro de 2010; *eleições presidenciais* no dia 23 de janeiro de 2011, cuja recolha se processou sobre os jornais publicados entre os dias 21 e 25 de janeiro de 2011; *eleições legislativas* no dia 5 de junho de 2011, cuja recolha incidiu sobre os jornais publicados entre os dias 03 e 07 de junho de 2011; e a *manifestação “Que se lixe a troika: Queremos nossas vida*, que aconteceu no dia 15 de setembro de 2012, cuja recolha se baseou nos jornais publicados entre os dias 13 e 17 de setembro de 2012.

### ***Recorte com foco temporal do corpus***

Esta parte da metodologia serviu para ampliar as possíveis temáticas relacionadas com a democracia, e inserir outras perspectivas na investigação. Optou-se pelo ano de 2011, por este ter sido de grande intensidade no contexto político português. Neste processo, não se procedeu a qualquer abordagem, específica aos temas anteriores, apesar de o período coincidir com duas das temáticas escolhidas para o recorte anterior, as eleições presidenciais e legislativas.

Nesta análise, o foco principal recaiu sobre os termos relacionados direta ou indiretamente com a democracia, tencionando-se perceber os diferentes usos do conceito e da ideia, sem ter, *a priori*, uma definição do que é o objeto investigado e do que pode se relacionar com ele. Pretendeu-se confrontar o resultado com a análise temática, e abrir espaço para outras construções que, por ventura, tenham sido excluídas. Portanto, num primeiro momento, a análise temática incide sobre assuntos predeterminados, ao passo que a análise temporal se detém em palavras, factos e personagens relacionados com a democracia.

Devido à extensão do material, optou-se por realizar um recorte probabilístico sobre o período. A triagem dos textos incidiu sobre a seleção de jornais com intervalo de 16 em 16 dias, tendo-a iniciado a 2 de janeiro de 2011. A busca dos textos orientou-se sobretudo pela relevância das palavras, dos

personagens e das temáticas afins. As palavras pesquisadas para a seleção do *corpus* de análise (e suas derivadas) foram as seguintes: *Democracia; Estado; Governo; Política; Protesto; Parlamento; Congresso; Assembleia; Partido; Participação; Representação; Mobilização; Manifestação; Greve; Eleição; Ditadura; Repressão, 25 de abril, Presidente da República, Primeiro ministro, Deputados; Movimentos sociais; assembleia popular e povo.*

Portanto, a partir dos dois recortes definidos, recolheram-se as seguintes quantidades de material: 23 edições CM + 23 JN, para a análise temporal e 25 edições CM + 25 edições JN para a análise temática = 96 edições analisadas. Após a recolha do material, que resultou em um total de 1087 textos, realizou-se um estudo quantitativo sobre a totalidade do material coligido.

### ***Análise de conteúdo***

A análise de conteúdo visa confrontar a base teórica com o objeto empírico, de modo a possibilitar a apreciação do tema proposto. Tal opção proporciona um conjunto de técnicas que utilizam procedimentos sistemáticos com o objetivo de descrever o conteúdo de mensagens através de indicadores – quantitativos ou não – que possibilitam a inferência de dados relativos às condições de produção das mensagens (Bardin, 2009). Como já explicado, a análise recorreu a duas formas de recorte do material empírico: uma com foco temático e outra com foco temporal.

A metodologia aplicada a este material recai sobre a construção de categorias temáticas, com o intuito de avaliar os padrões das mensagens inseridas no material jornalístico, adstritas a temas diversos. Tais categorias foram criadas para serem aplicáveis a uma ampla quantidade de material que envolve um período igualmente extenso. Considerando que o material de análise do trabalho é constituído por artigos informativos que abordam aspectos sobre o sistema democrático, torna-se útil empregar a análise de conteúdo, pois esta pode ser aplicada a material empírico para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo dos meios de comunicação (Vala, 1986).

Deste modo, aplicaram-se técnicas de análise de conteúdo para identificar atores, partidos, vozes, fontes e discursos constantes que se referem à democracia. Escolheu-se este método, pelo facto de ele possibilitar uma leitura profunda sobre

um vasto material. Com o reconhecimento de que tal categorização quantitativa poderia nem sempre atender cabalmente ao objetivo concreto de identificar como a democracia é tratada nestes jornais, e como o discurso hegemónico é representado no contexto avaliado, optou-se por realizar também uma análise de discurso, com um foco mais direto sobre os textos que destacaram diferentes assuntos e percepções quanto à democracia.

### *Análise de discurso*

A presente pesquisa recorreu fundamentalmente à Análise de Conteúdo, como forma de análise quantitativa complementando-a com a Análise do Discurso (AD), com elementos da teoria da Análise Crítica do Discurso (ACD), como modo de uma interpretação qualitativa do objeto.

As diversas técnicas de análise do discurso permitem verificar como os jornais contextualizam ou deixam de contextualizar os seus leitores. Permitem, também, vislumbrar o quê e quem está implícito no texto. Esta categoria tem a função de descrever, explicar e avaliar criticamente o conteúdo dos textos analisados. Discurso é entendido como uma manifestação plural, repleta de vozes que podem estar consciente ou inconscientemente inseridas. Michel Foucault (1972) considera que o discurso não é a manifestação de um pensamento de um único sujeito, “é, ao contrário, um conjunto em que se podem determinar a dispersão do sujeito e sua descontinuidade consigo mesmo, é um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos” (Foucault, 1972: 39). Como tal, a análise do campo discursivo tenta: compreender a enunciação na singularidade do seu acontecimento; determinar as suas condições de existência, fixando os seus limites de forma estreita; revelar aos outros enunciados aos quais ele possa estar ligado, ou formas de enunciação por ele excluídas (Foucault, 1972; Maingueneau, 2004).

A especificidade da análise crítica do discurso visa essencialmente abordar a relação entre discurso e poder, avaliando como o poder e a dominação se reproduzem (Van Dijk, 2010). De acordo com Viviane Ramalho e Viviane de Melo Resende (2011), a ACD possui diversas linhas teóricas e metodológicas, que apresentam algumas características em comum, das quais a autora cita três: “a



interdisciplinaridade, o posicionamento crítico e a utilização de categorias linguísticas como ferramenta para a crítica social” (Ramalho e Resende, 2011: 22). Nesta forma de análise, propõe-se uma abordagem crítica, “assumindo posição explícita em relação a problemas sociais de cunho discursivo e negando o mito da ‘imparcialidade científica’” (idem, 2011: 24).

Optou-se pelas ferramentas que a ACD disponibiliza, visto que esta possibilita desvendar discursos e ideologias que conservam estruturas de dominação e de identificação de abusos de poder em contextos específicos (Van Dijk, 2010). Deste modo, a ACD visa identificar as propriedades do discurso que se associam à expressão, confirmação, reprodução ou ao confronto do poder da elite simbólica, enquanto membro de grupos dominantes. Essas propriedades, podem estar associadas a diversas características do texto, tais como os elementos visuais, (tipografia, imagens, ilustrações, etc.), as estruturas sintáticas (como o uso da voz ativa e/ou passiva), a opção lexical (o uso de palavras ofensivas ou valorativas), a semântica de pressuposições, as figuras retóricas ou as estruturas argumentativas. (Van Dijk, 2010).

Ao afirmar que a ACD não está interessada em qualquer tipo de poder, mas sim nas suas formas de abuso. Teun A. van Dijk (2010) instiga o investigador a refletir acerca da dominação por detrás dos discursos quotidianos. A dominação política, étnica, sexual constitui alguns dos exemplos dados pelo autor como nomeações de abusos de poder. Neste trabalho, hipoteticamente, identifica-se o jornalismo como instrumento de uma elite simbólica e/ou económica. Nesse contexto, o jornalismo é utilizado para exprimir as vontades e interesses de tal elite. Estas vontades podem conter diferentes tipos de abuso, que podem ser identificados por ausências de discursos, temáticas, autores, fontes, partidos e pela presença de discursos hegemónicos a volta de distintos temas, os quais incluem ou excluem o pensamento sobre a democracia, para defender uma dominação ideológica/política.

Neste sentido, o trabalho desvenda um discurso dominante em torno da democracia, centrado no liberalismo, na representatividade e nos partidos centrais como atores principais. Supõe-se que há um discurso no jornalismo, e neste caso, no jornalismo popular, que suporta uma dominação.

A ACD é um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político. Com essa investigação de natureza tão dissidente, os analistas críticos do discurso adotam um posicionamento e, assim, objetivam compreender, desvelar e em última instância, opor-se à desigualdade social (Van Dijk, 2010: 113).

O que diferencia a ACD é a forma como ela trabalha com o objeto de análise. O analista de discurso identifica o seu “foco social” como uma minoria, e tenta avaliar os problemas do discurso sobre tal “minoria”. No caso desta investigação, o discurso é construído por uma elite simbólica, que tem acesso a formas específicas de discursos, e isso, por si só constitui um recurso de poder (Van Dijk, 2010), que visa indivíduos desprovidos do mesmo poder de quem constrói o discurso.

A imprensa popular, por ser instrumento de grupos de poder, (económico, discursivo, político), estabelece, a partir de elementos que lhe são próprios, um público que designa de “povo”, “popular”, e que é delimitado num recorte socioeconómico como classes “c” e “d”. A partir deste recorte, o grupo que detém entre outros aspectos, o poder de acesso a informações privilegiadas, divulga as informações e os discursos que lhe convêm, ao grupo destinatário da mensagem.

O objeto da ACD consiste, *a priori*, no “abuso de poder, isto é, nas formas de dominação que resultam em desigualdade e injustiça sociais” (Van Dijk, 2010: 10). A opção de avaliar o jornalismo popular comercial, aliando a ACD à análise de conteúdo (Vala, 1986), deveu-se ao facto de aquele constituir um produto edificado a partir de desigualdades e injustiças sociais. Neste sentido, propôs-se avaliar é se, a partir deste contexto - o qual por si só já estabelece a existência destas desigualdades - existe a “reprodução discursiva de abuso de poder e desigualdade social” (Van Dijk, 2010).

Considerou-se cada grupo de recolha de material como detentor de características particulares. Os métodos utilizados, variam consoante os textos, devido ao objetivo e à percepção que o trabalho pretendeu ressaltar. Como tal, recorreu-se a diferentes técnicas de análise: *análise sintática*, sobre a ênfase da responsabilidade do discurso, observando as orações na voz passiva ou ativa;

*Lexical*, sobre as palavras positivas e negativas ligadas à democracia; e sobre *dispositivos retóricos*, tais como metáfora, metonímia, ironia, eufemismo, etc., também para avaliar possíveis depreciações ou valorizações sobre temas e atores. Em alguns dos temas, também se avaliou a construção política e teórica em torno dos temas escolhidos.

Nos cinco temas selecionados, buscou-se identificar discursos que despolitizassem os temas propostos pelo trabalho. Marta Araújo e Silvia Mazeo (2012), identificam a despolitização como a remoção da compreensão de um fenómeno político, retirando elementos que permitam identificar o surgimento histórico e a identificação dos poderes que produzem e contornam os acontecimentos. O discurso evasivo do poder distancia a representação contra-hegemónica da história do discurso corrente, proporcionando apenas uma leitura do mundo. Nesta perspectiva, despolitizar o discurso faz com que as ideias hegemónicas, tais como o colonialismo, o racismo, o sexismo e outros tipos de perspectivas hegemónicas, se mantenham naturalizadas (Araújo e Mazeo, 2012). Neste sentido, o trabalho pontuou os textos nos quais a despolitização das temáticas foi pronunciada.

Para que se possa refletir de forma aberta sobre o campo jornalístico e a sua interação com a sociedade democrática, (tendo em mente, uma sociedade plural) – e com interesses adicionais àqueles que se podem observar na constituição do material de análise –, a investigação buscou comprovar que o jornalismo popular não aborda o tema da democracia de modo abrangente. Tal fenómeno deve-se sobretudo ao facto de o seu processo de produção estar vinculado a estruturas que não permitem buscar outras fontes, outros temas, outro *status quo*. Portanto, para além de assinalar a representação que os jornais populares fazem acerca da democracia, a análise feita neste trabalho também pretendeu identificar as propriedades do discurso que fazem emergir, ou reproduzem abusos de poderes, ou seja, a permanência de estruturas políticas de dominação. Como tal, buscou-se igualmente, identificar representações de formas de domínio de diferentes ordens: sociais, políticas, sexuais ou étnicas.

### *Considerações sobre o material empírico recolhido*

É relevante destacar que os dois jornais selecionados como fonte de material empírico são aqui identificados na mesma categoria jornalística, por terem características comuns, tais como uma linguagem simples e credibilidade (Amaral, 2006) e por se destinarem ao mesmo grupo sócio económico, classificando-se como produtos da imprensa popular comercial. Contudo, estas duas publicações são produtos que se diferem quanto ao modo como lidam com as informações, facto que se relaciona com a política editorial adotada, “que influencia a disposição de recursos da organização e à própria existência de espaços específicos dentro do produto jornalístico” (Traquina, 2007: 201).

No que diz respeito ao tema do presente trabalho, apesar de ambos os jornais se centrarem na democracia representativa, e de valorizarem o poder central deste sistema, há diferenças consideráveis em termos da amplitude das suas apreciações sobre o sistema democrático. Esta característica é observada, principalmente, pelas diferenças entre as fontes e pessoas que ambos os jornais legitimam para fornecerem informações e opiniões. No caso do Jornal de Notícias (JN), a variação de discursos é mais ampla em termos de posicionamentos, ampliando muitas vezes o discurso liberal para uma perspectiva social. Por sua vez, o Correio da Manhã (CM), com raras exceções, aborda e defende uma estrutura liberal de Estado, defendendo uma política voltada para o mercado.

Apesar de não ser objetivo deste trabalho centrar-se nos pontos díspares dos dois jornais, que se associam aos seus posicionamentos políticos, as suas diferenças ficam bem marcadas. O trabalho editorial de ambos os jornais é distinto, tanto na amplitude que apresentam no seu discurso sobre a democracia, quanto nas posições que assumem como centrais.

A pesquisa identifica o CM como sendo um jornal com um discurso mais estreito, e um dos motivos para tal é que esta publicação se centra nos dois partidos centrais. O jornal adota um posicionamento político voltado para o centro, e com intensidade discursiva mais apontada para a direita política. As fontes e os colunistas estão bastante próximos do Partido Socialista (PS), o Partido do Centro Democrático Social / Partido Popular (CDS-PP) e Partido Social Democrata (PSD).

No caso do JN, apesar de o número de colunistas ser menor do que o do CM, em termos quantitativos, consegue ampliar a visão sobre as questões políticas, por adotar temas, fontes e opinantes com outras visões políticas, além das abordadas pelo CM. Em termos partidários, o JN publica, também, posições do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista, com mais constância. Este jornal também possui textos informativos que contextualizam e explicam os acontecimentos de forma mais aprofundada e contextualizada. Em termos qualitativos, é importante que estes factores fiquem marcados.

O que se buscou, na recolha dos dados, foi confrontar as possibilidades de visibilidade da democracia com o conteúdo do jornalismo. A princípio, o recorte seria apenas temático, mas, para evitar a exclusão de algumas perspectivas, resolveu-se realizar também uma recolha baseada numa temporalidade, com as seleções feitas a partir de palavras. Destaca-se três pontos quanto às exclusões na análise do material: só se consideraram textos a partir de dois parágrafos; as cartas dos leitores foram excluídas, pelo facto de o presente trabalho incidir sobre o discurso dos jornalistas e colunistas; e considerou-se apenas os textos publicados no corpo principal do jornal, tendo-se excluídos os suplementos, como revistas e extensões especiais.

Para avaliar as características editoriais das publicações procedeu-se a uma análise categorial (Bardin, 2009), para identificar as formas como as publicações apresentam os seus textos. A retórica do jornalismo edifica-se a partir de dispositivos estratégicos que estão relacionados com veracidade, plausibilidade, exatidão, precisão e credibilidade (Van Dijk, 1996). Estes dispositivos estão associados aos modos de produção da notícia que incluem o uso de imagens em destaque, a seleção das fontes, as modificações específicas nas relações de relevância de um acontecimento (ignorando-o ou destacando-o); o uso específico de pessoas e instituições fiáveis, oficiais, bem conhecidas e acreditáveis (Van Dijk, 1996).

Outro ponto a ser levado em consideração sobre a produção das notícias consiste no facto de elas serem concebidas a partir de diversas práticas institucionais definidas, principalmente, pelas interações dos jornalistas em diversos cenários, como nas situações das salas das redações, pelas reuniões de

pauta, pelas competências hierárquicas, e em muitos contextos neste processo (idem, 1996). Nesta perspectiva, as etapas de produção jornalística incluem o processamento do texto, que abrange a sua edição e as conversas em torno dela.

Van Dijk (1996) ressalta o facto de que poucas vezes os jornalistas são testemunhas dos acontecimentos que relatam. Os textos jornalísticos, por isso, são constituídos por diversos discursos, a partir de versões codificadas dos acontecimentos, seja mediante de *release* de agências, declarações de testemunhas oculares, a partir de outros meios de comunicação, documentos, entrevistas, comunicados e conferências de imprensa, informes, declarações, reuniões, entre outras formas de discurso. Por isso, assinala-se a importância de se analisar quem são as fontes dos discursos presentes no jornalismo.

Tomando a construção do texto jornalístico como um processo normativo no seio das redações, buscou-se analisar os tipos, as sessões, a dimensão e os géneros de discurso dos textos jornalísticos, assim como as fontes e as personagens retratadas pelos dois jornais em análise, associando os dados à teoria e ao contexto abordados a seguir.



## Parte I | Base teórica e contexto

### Capítulo 1- Cultura popular, hegemonia e cultura de massas

Para uma contextualização e compreensão da dimensão e das contradições dos termos popular e povo, vinculados à formação da democracia e à classificação do género jornalístico investigado, analisam-se algumas das perspetivas sobre os conceitos de cultura popular. Partindo dos Estudos Culturais, e enveredando por outras áreas do conhecimento, o capítulo debruça-se, principalmente, sobre a discussão de três ideias inseridas no conceito de cultura popular. Com efeito, crê-se serem as ideias mais ricas, tanto para iniciar o debate tanto sobre a formação do conceito de democracia, quanto para a construção da noção de jornalismo popular, no que diz respeito à representação dos *media* populares para a sociedade contemporânea.

A primeira destas três ideias que serão fundamentais para a compreensão do objeto analisado, consiste na associação do termo popular à ideia de exclusão, quer social, quer política. No que diz respeito à democracia, é importante avaliar esta perspectiva, com o fito de compreender como a “exclusão” constituiu um fator fundamental para se integrar o povo na composição da democracia. No que diz respeito ao produto mediático, esta perspectiva é essencial visto que muitos consideram a imprensa popular uma mercadoria menor destinada a uma massa desprovida de conhecimento.

A segunda, refere-se à cultura popular enquanto forma de resistência, social ou política, que visa identificar o povo como diverso e detentor de poder. Também aqui, é importante analisar de que modo o povo é visto enquanto força política no sistema democrático, e como a resistência ao longo da história tem vindo a contribuir para um fortalecimento da democracia. Na perspectiva dos *media*, este constitui um ponto de distanciamento, no qual se inscrevem questões quanto ao motivo por que a imprensa popular é vista como tal, visto que o seu intuito não consiste em trabalhar com a diversidade da ideia de Povo, mas sim em uniformizá-la e massificá-la. Aqui, a ideia de populismo surge vinculada a esta formação popular dos mercados mediáticos.



Por último, trabalha-se sobre os conceitos de popular ligados às três ideias: a de “massa”, a de nacionalismo e a de hegemonia. Este ponto é importante para identificar tanto as relações de poder que se inserem no contexto avaliado, quanto o produto mediático que procede à homogeneização do público para reforçar ideias hegemónicas.

Para abordar estas questões, a discussão foi dividida em três partes: a primeira, em que se discute a conceptualização de cultura; a segunda, na qual se apresentam diferentes teorias sobre cultura popular ligadas a diferentes correntes (romantismo, iluminismo e marxismo); e, a última, que foca dois pontos comuns e fundamentais nas teorias sobre cultura popular – o popular na perspectiva da exclusão, que diferencia o povo da elite, e na perspectiva política, que trata a palavra na sua concepção de resistência.

Diversos autores iniciam suas abordagens sobre cultura popular, referindo-se às dificuldades que têm com as palavras “Cultura” e “Popular”, devido à amplitude dos conceitos ligados a elas. Reconhecendo as amplitudes dos conceitos, recorre-se às perspectivas que foram identificadas como estando mais próximas do tema desta tese, ou seja, que ajudam a conciliar a visão do mercado – construída pelas empresas mediáticas, que visam substituir o conceito de povo pelo de massas (Chauí, 2011) – com a visão da construção histórica, tanto em termos sociológicos, quanto políticos do conceito de povo. Considera-se fundamental esta discussão que abre a tese, visando uma delimitação do que se entende como popular, para a democracia e para o mercado mediático. A tese de que o discurso sobre a democracia, nesta imprensa, tem uma amplitude estreita, que fortalece a perspectiva liberal, surge vinculada às ideias referidas mais à frente, sobretudo, a partir de uma construção de minoridade do povo.

### **1.1- Localização do conceito “popular” nos estudos culturais**

Stuart Hall (2011) destaca alguns textos e conceitos que romperam epistemologicamente com velhas correntes de pensamentos acerca da ideia de cultura, e que foram fundamentais na fundação dos Estudos Culturais. Neste contexto, Hall destaca duas linhas de definições: a de E.P. Thompson e a de Raymond Williams.

Hall descreve o trabalho de Thompson referindo as principais questões abordadas pelo autor e citando temas como: as classes enquanto relações, a luta popular, as formações históricas de consciência e as culturas de classe em sua particularidade histórica. A partir disto, Hall localiza o prisma de Thompson, e afirma que o autor possui uma formulação mais ampla do que a de Williams, por trabalhar com a dialética entre o ser e a consciência social. Hall apresenta o conceito de cultura de Thompson da seguinte forma:

(...) define cultura ao mesmo tempo como os sentidos e valores que nascem entre as classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com suas condições de existência e respondem a estas; e também como as tradições e práticas vividas através das quais esses “entendimentos” são expressos e nos quais estão incorporados (Hall, 2011: 133).

Portanto, para Thompson, a cultura está diretamente relacionada com o que circunda as experiências individuais e coletivas – sendo que o ponto de referência principal é o “meio social” no qual os indivíduos ou os grupos se inserem – e, também, com a forma como estes indivíduos ou coletividades respondem a alguns factores que vão desde as tradições, até à história e às divisões sociais.

Do trabalho de Raymond Williams, intitulado *The Long Revolution*, Hall retira duas formas de definir cultura: a primeira, “relaciona cultura à soma das descrições disponíveis pelas quais as sociedades dão sentido e refletem as suas experiências comuns” (Hall, 2011: 126). Esta acepção trabalha no domínio das ideias colectivas de atribuição de significado às coisas. A segunda definição, extraída de William, conceptualiza cultura num domínio “deliberadamente antropológico”, e quebra a relação única que associa cultura popular somente às tradições, ligando-a à totalidade das práticas sociais. “A cultura não é uma prática; nem apenas a soma descritiva dos costumes e ‘culturas populares (*folkways*)’ das sociedades, como ela tende a se tornar em certos tipos de antropologia. Está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas” (Hall, 2011: 128).

Para uma aproximação da definição de cultura, Marilena Chaui (1994) trabalha com os argumentos de Hall, e também faz uma leitura sobre a formulação de Thompson e de Williams. A filósofa classifica este conceito como amplo e contraditório, mas delimita, de forma sucinta, duas linhas principais a partir do iluminismo: a primeira, dada em sentido lato, recorta a cultura como sendo o campo simbólico e material das atividades humanas; a segunda, em sentido restrito, associa diretamente a cultura à divisão social do trabalho, pois “tende a identificar-se com a posse de conhecimento, habilidades e gostos específicos, com privilégios de classe, e leva à distinção entre cultos e incultos de onde partirá a diferença entre cultura letrada-erudita e cultura popular” (Chaui, 1994: 14).

Chauí escreve que, a partir do pensamento de Rousseau, duas vias de reflexão, a romântica e a iluminista, criaram diferentes definições para a cultura popular, e que é interessante observar a divergência existente entre elas. A autora cita Jesus Martin Barbero, para delimitar estas definições. “A divergência entre o *popular na cultura*, posto em marcha pelo movimento romântico, e o *povo na política*, elaborado pela Ilustração” (Barbero *apud* Chaui, 1994: 14).

Afirmando a bondade natural e a pureza sentimental do povo anônimo e orgânico, o Romantismo localiza a Cultura popular: é guardião da tradição, isto é, do passado. Paradoxalmente, porém, essa localização abre uma brecha para a perspectiva ilustrada. De fato, esta revela pouco ou nenhum interesse pelo passado (momento de selvageria, da ignorância, da irracionalidade e da barbárie), pois seu tempo próprio é o presente racional e o futuro progressivo (momento das Luzes, da Razão na história, do cumprimento da civilização). Essa divisão dos tempos permite curiosa temporalidade, reunião do tempo romântico e do tempo ilustrado num história única, homogênea e contínua na qual o passado (bom, para o Romântico; mau, para o ilustrado) é o tempo do povo e do popular, enquanto o presente e o futuro (maus, para o romântico, bons, para o ilustrado) são o tempo do não popular, identificado com a Razão (Chaui, 1994: 20).

Chaui (1994) defende que o conceito que pode superar a ambiguidade trazida pelas perspectivas do romantismo e do iluminismo está inserido na perspectiva gramsciana de hegemonia. Esta perspectiva marxista sobre cultura diferencia-se da romântica e da iluminista, pelo facto de o conceito central ser o de luta de classes e não o de povo-popular, e por trabalhar com a visão do “povo como

plebe explorada, dominada e excluída”. Entre a exploração económica e a dominação política existe uma mediação que permite legitimá-las e naturalizá-las. Chauí destaca ainda que esta referida mediação foi denominada de ‘ideologia’, por Marx, que a definia como “produção da universalidade imaginária e da unidade ilusória numa sociedade que pressupõe, põe e repõe as divisões internas de classes” (Chauí, 1994: 21).

Para Chauí, o que a perspectiva gramsciana trouxe de novo foi a consideração de que o conceito de hegemonia inclui o de cultura e o de ideologia. Nesta formulação, cultura é o processo social global que constitui a mundivisão de uma sociedade e de uma época, e ideologia é “o sistema de representações, normas e valores da classe dominante que ocultam sua particularidade numa universalidade abstrata” (Chauí, 1994). Na análise da filósofa, o conceito de hegemonia supera os dois conceitos: o de cultura, porque questiona as relações de poder, e remonta ao fenómeno da obediência e da subordinação; e o de ideologia, porque percebe todos os processos sociais como praxis, ou seja, “as representações, as normas e os valores são práticas sociais e se organizam como e através de práticas sociais dominantes e determinadas” (Chauí, 1994: 21).

Defendendo, também uma perspectiva gramsciana sobre o conceito de cultura, John Storey (2004) ressalta que, apesar de os estudos culturais classificarem cultura como o processo e a prática de compartilhamento de mundos, não quer dizer que este campo de investigação defenda que as culturas são harmónicas e estanques. O autor, para quem a relação cultura/poder está no centro do interesse dos estudos culturais, delinea a ideia de cultura como uma arena onde diferentes “visões de mundo” entram em confrontos e celebram alianças, e o resultado destas batalhas e/ou consensos nunca é fixo, definitivo ou verdadeiros. Nesta perspectiva, o autor argumenta que a questão cultural é marcada pelo conflito entre a articulação, desarticulação e rearticulação de significados, ideologias e políticas particulares. As “interpretações de mundo”, resultantes deste “jogo”, serão sempre contextuais, incertas e abertas a mudanças nas relações de poder.

O conceito de hegemonia será trabalhado, tanto para a ideia de popular vinculada ao jornalismo, quanto para a ideia de democracia, que se pretende identificar nesta pesquisa. Ou seja, reflete-se sobre a hegemonia para contextualizar

o jornalismo popular como um instrumento de legitimação e naturalização de uma exploração económica e política.

## **1.2. As linhas de investigação sobre cultura popular**

Stuart Hall (2011) afirma que os estudos sobre cultura popular devem partir da longa transição para o capitalismo agrário, e do facto de posteriormente na formação e no desenvolvimento industrial, ter havido “uma luta mais ou menos contínua em torno da cultura dos trabalhadores, das classes trabalhadoras e dos pobres” (Hall, 2011: 231). Segundo o autor, a partir deste recorte histórico, percebe-se que o equilíbrio e as relações das forças sociais vão sendo construídos com base no confronto em torno da cultura, das tradições e das formas de vida das classes populares.

Para Hall, o capital tinha interesse na cultura das classes populares, por esta comprometer a expansão dos objetivos do capital (iluministas). “Uma nova ordem social em torno do capital exigia um processo mais ou menos contínuo mesmo que intermitente, de redução no sentido mais amplo” (Hall, 2011: 231). E, perante este projeto, a tradição popular constituía a resistência aos modos pelos quais se buscava a “reforma do povo”. Para o sociólogo, o povo é frequentemente objeto da reforma – “geralmente, para o seu próprio bem, é lógico – e na melhor das intenções”, ironiza.

Já John Storey (2004) destaca o facto de que a cultura popular ter sido uma categoria inventada por intelectuais. Ele defende que, embora seja possível encontrar manifestações populares na história antiga, o conceito de cultura popular só emerge no final do século XVIII, no âmbito da qual o folclore veio contribuir para a criação e reforço de uma ideia de nação. A partir desta introdução, o autor analisa as diferentes linhas de pensamento sobre cultura popular, e sustenta que nos vários estudos esta temática, emergiram distintas vertentes que a associaram a diversas ideias, ligando-a ao entretenimento, às relações sociais de poder ou a variados tipos de reivindicações (classe, género, etnia, geração e/ou sexualidade).

Ainda nesta linha de raciocínio, faz-se uma rápida leitura de três pontos da cultura popular que abordam as questões fundamentais na conceptualização desta tese, os quais consistem nas noções de hegemonia, de massa e de exclusão que

alicerçam o conceito de popular de distintas maneiras. Os três pontos que serão debatidos relacionam-se com o tema, pois o jornalismo popular é identificado como um instrumento dos que exercem domínio mediante relações de poder, para difundirem os seus discursos às massas, que aqueles consideram estar à beira da exclusão. Os discursos, incluindo aqueles sobre democracia, são homogeneizados a partir de instrumentos que trabalham com lógicas exaustivamente debatidas pelas teorias da cultura popular, tais como nacionalismo, tradição, exclusão, e linguagens híbridas que tentam aproximar-se de um povo construído como ideal (Chauí, 1994).

### **a- Cultura popular como tradição**

John Storey (2004) avalia que a cultura popular, sob diferentes influências (nacionalismo, romantismo, folclore, música popular, etc.), foi inventada com a “descoberta”, por parte dos intelectuais, das culturas tradicionais, no final do século XVIII, e com a do folclore e da música popular, no século XIX e início do XX. Durante cerca de 140 anos, as ideias de cultura popular vinculadas às tradições foram desenvolvidas por intelectuais da Europa e dos Estados Unidos da América. Estes intelectuais não só produziram uma modo de pensamento sobre cultura popular, que tinha o intuito de promover a cultura nacional, e desenvolver uma ciência dos homens primitivos – mas também criaram o primeiro conceito de cultura popular. Segundo o autor, os primeiros debates sobre o tema produziram duas definições sobre o termo: a primeira, que ele classifica de “quase mística”, que associa o termo, principalmente, aos folclores rurais; e a segunda, mais tardia, (ou a “outra”, como ironiza o autor, que corresponde a uma ideia mais marginalizada da cultura popular), em que aquele é associado a uma “degradada” cultura de massa, oriunda dos trabalhadores da nova sociedade urbana industrial.

Para uma conceptualização mais profunda deste tópico, antes de se prosseguir com a visão de Storey, é necessário descrever as características destacadas pelo historiador Peter Burke (2010), acerca da linha de pensamento sobre a cultura popular ligada à tradição. O autor entende que o interesse dos intelectuais europeus pelo povo se manifestou especificamente, na Alemanha, expandindo-se posteriormente para o resto da Europa e para os EUA. Segundo Burke, no século XVIII, com os ensaios publicados por J.G. Herder e pelos irmãos

Grimm, sobre as canções populares, iniciou-se uma aproximação da “elite” intelectual às diferentes manifestações populares, com motivações assentes na compreensão e preservação das recém – “descobertas” culturas tradicionais, que viriam a servir como fonte de inspiração. Este processo de aproximação decorreu, principalmente, em torno das cantigas populares, estendendo-se subsequentemente aos outros hábitos da população rural e alargando-se, mais tarde, à classe trabalhadora urbana. De acordo com Burke, estas análises sobre cultura popular coincidem quanto a três características, as quais são: “primitivismo”, “comunitarismo” e “purismo”.

A primeira característica, referia-se às produções culturais “descobertas” (canções, histórias, festividades e crenças). Os teóricos enquadravam-na num “período primitivo”, pois acreditavam que as tradições pré-cristãs não tinham sofrido qualquer mudança ao longo dos anos, preservando as tradições do passado exatamente como eram. Considerava-se, portanto, que as “culturas populares” de então, normalmente, rurais e isoladas, constituíam o contato mais próximo com as culturas antepassadas, classificadas como originais.

A segunda consiste no “comunitarismo”, baseado na ideia dos irmãos Grimm sobre criação coletiva – *Volk dichtet* (selos nacionais) – em que eles comparavam a cultura erudita à popular e consideravam que a primeira era mais individual do que coletiva, e que o indivíduo, na primeira, possuía mais importância do que o todo, enquanto na segunda (cultura popular), os indivíduos não exerciam papel ativo sobre as suas culturas, pois acreditava-se que estas eram feitas e sobreviviam por conta do coletivo. Contudo, “os estudos dos cantores populares e contadores de histórias mostraram que a transmissão de uma tradição não inibe o desenvolvimento de um estilo individual” (Burke, 2010: 48).

Para explicar a terceira característica, Burke parte das questões “De quem é a cultura popular?” e “Quem é o Povo?": “Ocasionalmente, o povo era definido como todas as pessoas de um determinado país. (...) Na maioria das vezes, o termo era mais restrito. O povo consistia nas pessoas incultas” (Burke, 2010: 48). Entretanto, para os “descobridores”, o povo, por excelência, era composto pelos camponeses. O autor considera que estes intelectuais ignoravam as modificações culturais e sociais da época e, também, as interações culturais, identificando a

cultura popular como uma cultura pura, sem influências externas, sem interações como, por exemplo, entre campo e cidade, e entre erudito e popular.

Reconhecidas estas características, que elucidam de forma satisfatória a perspectiva pela qual estas culturas são diferenciadas da “cultura padrão”, retomase aqui, a análise de Storey e a descoberta da cultura popular: este autor afirma que a emergência do interesse pelo povo está diretamente relacionada com as ideias do nacionalismo, e que os estudos ligados à valorização do folclore, (início séc. XVIII a início do séc. XX), se justificavam com o argumento de que as tradições perdidas no interior dos países constituíam as representações máximas da natureza e do carácter de uma nação e, por esta razão, deviam ser coligidas e valorizadas.

A descoberta da música popular fez com que a classe média intelectual criasse um ideal de tradição. Os pensadores acreditavam que o afastamento da vida campesina comportava uma perda da identidade natural, defendendo que a reaproximação às origens da terra e da linguagem trariam de volta a autenticidade natural e nacional. Havia a crença de que o contato com as tradições poderia promover um retorno às origens, à cultura “autêntica” e pura de um país (Storey, 2004). Entretanto, esta “valorização” da cultura popular era contraditória, como explica o autor.

At the center of this fantasy stood an image of “the people” that resembled neither rural folk nor urban masses. What resulted, as this empty, impossible category was valorised, was an active denial of the actual lived cultures of working people, both rural and urban - what the Colombian theorist Jesus Martin-Barbero has described as “abstract inclusion and concrete exclusion (Storey, 2004: 14).

Um outro ponto a ser frisado é que a apreciação do povo se cingia ao povo do passado, salvaguardados pelo tempo, pois não abrangia o povo contemporâneo: “we need to remember that ‘the people’ they admired were a people safely in the past; ‘the people’ of the urban present were still despised” (Storey, 2004: 4).

O sentido de cultura popular como tradição está muito vinculado à construção da ideia de nacionalismo, central no pensamento romântico, conforme afirma Marilena Chaui (2011), ao fazer uma leitura da observação de Gramsci de que em diversas línguas “os termos ‘nacional’ e ‘popular’ são sinónimos ou mesmo



um só” (Chauí, 2011: 94). Michael Billig (2004) afirma que tanto a noção de tradição, quanto as identidades nacionais foram sendo criadas como se fossem características naturais da existência humana, a partir de objetos variáveis, tais como os idiomas, as religiões ou a geografia. Até 1884, a ideia de nação não estava associada à governação do país. A ideia de terra ligada a um Estado, emergiu nesse ano, e só após 1925 é que se ouve o tom emotivo do patriotismo moderno “que define pátria como a nossa própria nação, com a soma total de coisas materiais, imateriais, passado, presente e futuro, que goza da lealdade total dos patriotas” (Hobsbawm, 1998: 20).

Podemos observar, sem nos surpreendermos, que Mill discutia a ideia de nacionalidade, não numa publicação separada, mas, caracteristicamente – e brevemente – no contexto do seu tratado sobre o governo representativo, ou a democracia.

A equação nação = Estado = povo, especialmente povo soberano, ligava, sem dúvida, a nação ao território, dado que a estrutura e a definição de Estados eram agora essencialmente territoriais. Também implicava uma multiplicidade de estados-nações e isto era, de facto, uma consequência necessária da autodeterminação popular. Como afirmava a Declaração Francesa de Direitos de 1795:

Cada povo é independente e soberano, independente do número de indivíduos que o compõem e da sua extensão de território que ocupa. Esta soberania é inalienável (Hobsbawm, 1998: 23).

A separar os conceitos de nacional e de popular, Chauí recorta a visão gramsciana, a qual considera que a recuperação de uma tradição manipulada ou trabalhada pela classe dominante é nacional, ao passo que aquilo que é popular advém ‘organicamente’ do povo ou de quem se identifica com o povo, ou seja, constitui a “expressão da consciência e dos sentimentos populares” (Chauí, 2011: 97).

### **b - Cultura popular como cultura de massa**

Segundo Storey, este foi o paradigma dominante, durante mais de 100 anos na análise cultural. Assim como a descoberta do povo, a invenção da cultura popular como cultura de massa foi, também, uma responsabilidade da classe média, preocupada com o surgimento da nova classe de trabalhadores industriais. Com o

segregacionismo social resultante da revolução industrial, novas relações sociais emergiram e, a partir deste contexto, duas principais linhas de análises sobressaem nesta relação: a da esquerda e a da direita. O autor afirma que, apesar de os objetivos das duas linhas de pensamento serem muito diferentes – uma que deseja preservar o papel submisso do “povo” e a outra que pretende libertá-los –, elas convergem nalguns pontos. Segundo o autor, ambas identificam as massas como subordinadas e ignorantes, sem poder de interpretação e discernimento e, por isso, defendem a necessidade de um controlo sobre o que a massa consome e aprende.

There is a curious unity in the understanding of popular culture as mass culture from both the political left and right. The left see the masses as manipulated and unable to play the revolutionary role that certain versions of Marxist analysis say they are destined to play. The right sees the masses as a threat to social privileges and potential polluted of the sacred sphere of culture. The perspectives developed by Arnold, Leavisim, Eliot, the Frankfurt School, and Macdonald condemn the same thing, but for deferent reasons (Storey, 2004: 30).

O autor avalia que o problema destas análises é que elas conferem sempre diferentes pesos a distintas culturas, mas não se abstraem da perspectiva com que enquadram os seus próprios papéis: ambas se colocam num patamar de superioridade frente “aos pobres coitados” que consomem cultura de massas, característica muito semelhante aos valores que hoje se associam ao consumo da imprensa popular (Gomes, 2008). Storey defende que ambas as perspectivas sugerem que a cultura necessita de uma regulação e de controlo social, naturalizando as segregações geridas por uma “elite intelectual”: “It looks down from the splendid heights of high culture to what it sees as the commercial wastelands of mass culture, seeking only confirmation of cultural decline or the need for regulation and social control” (Storey, 2004: 31).

### *A perspectiva da direita*

Storey afirma que esta perspectiva sobre cultura popular integrava dois medos, a saber: o de que o povo, ao entrar em contacto com a cultura e com o sistema de educação igualitário, ganhasse consciência e fosse “iluminado”,

podendo atingir um nível de percepção que gerasse anarquia – o povo tinha de ser educado para ser subordinar à classe dominante; e o de que a cultura popular massificada pudesse massacrar e diminuir a cultura erudita. O poder nas mãos do povo constituía a principal preocupação destes teóricos. Para estes, a minoria que tinha acesso à cultura erudita deveria lutar contra o anarquismo e a massificação da cultura popular. Segundo Storey, o primeiro trabalho que fez esta associação foi o de Matthew Arnold, denominado *Culture and Anarchy* e publicado em 1869. Neste texto, Arnold, inspirando-se grandemente nas ideias da cultura como tradição, estabelece diversas hierarquias, sejam elas étnicas, sociais, políticas e culturais.

For the working class, education is to civilize it for subordination, defence, and exploitation. For Arnold, popular culture as mass culture is the “anarchy” embodied in the disruptive nature of working-class lived culture. The social function of culture is to police this disruptive presence.(...)A working class which has lost “the strong feudal habits of subordination and deference” is a very dangerous working class. It is, as we have seen, the function of education to restore a sense of subordination and deference. Although education would never bring “culture” to the working class, it might bring discipline, which in turn might remove the temptations of trade unionism, political agitation, and cheap entertainment (Storey, 2004: 20).

Nos anos de 1930, um grupo inglês de intelectuais, crentes na existência de uma “crise cultural”, e partindo das ideias supracitadas, rearticularam o pensamento de Arnold, e passaram a defender que a “cultura” deveria ser sempre guardada pela minoria. Este grupo também acreditava que um irreparável caos iria ser gerado com a “então iniciada” revolução das massas contra o “bom gosto”: ”The people with power no longer represent intellectual authority and culture” (Storey, 2004: 23). Este pensamento pode advir do facto de, neste momento, se ter ampliado o acesso às formas de cultura, seja por causa das novas técnicas (Benjamin, 2006), seja pela maior proximidade da elite à cultura operária industrial. De acordo com Storey, este grupo era nostálgico e classificava o passado recente como a “época de ouro” da cultura. Estes teóricos acreditavam, ainda, que a autoridade tradicional estava prestes a entrar em colapso – e grande parte da culpa deste “desastre” devia-se ao

surgimento da democracia –, precisamente devido à ampliação e reprodução excessiva da cultura popular.

Outra visão vinculada a uma perspectiva de direita que Storey evoca advém do filósofo espanhol José Ortega y Gasset. Com a teoria da híper-democracia, Ortega previu um futuro nebuloso, visto que os espaços, que antigamente eram reservados às minorias, estavam a ser frequentados por pessoas que ele classificava como sendo incultas, pertencentes às massas. O filósofo acredita que essas massas não só perderam os seus hábitos feudais de respeito e subordinação, como também começaram a “invadir” e a controlar a vida pública. Apesar de a sua obra ter adquirido contornos republicanos e de, nos anos 50, ter influenciado alguns esquerdistas, a teoria da híper-democracia torna-se problemática, por ter traços de racismo, etnocentrismo e classismo, com uma visão eurocêntrica e colonialista, que crente na teoria da evolução, classificava as massas como inferiores. “He claims that the ‘man’ in the mass is ‘a primitive who has slipped through the wings on to the age-old stage of civilisation’” (Ortega y Gasset *apud* Storey, 2004: 25).

### ***A perspectiva da esquerda***

Em 1947, Theodor Adorno e Max Horkheimer (2006) conceberam o termo *indústria cultural* para descrever os produtos da cultura de massas. Esses autores sustentam que toda a cultura de massas (cinema, rádio e revistas) é idêntica e homogênea, e que, por conseguinte, é prejudicial para as massas. Na análise de Storey, ao contrário do que sustentava Matthew Arnold – que a cultura popular representa uma ameaça à cultura de elite e à autoridade social – Adorno e Horkheimer defendem que a indústria cultural mantém uma autoridade social sobre as massas: ao invés de gerar o anarquismo, gera o conformismo.

Para Adorno e Horkheimer (2006), a cultura de massa mantém o povo apaticamente contente, criando uma falsa ideia de lazer. Os autores argumentam que esse tipo de produção faz com que a vida das massas adquira as mesmas características de um sistema de produção industrial, o que impede o derrube do sistema capitalista. O principal ponto que os dois sociólogos defendem sobre a cultura de massa é que esta despolitiza a classe trabalhadora, pois o sistema da indústria cultural fornece às massas um produto que não as confronta apenas as

distrai, evitando qualquer tipo de amadurecimento político do povo. Os autores afirmam que os consumidores dos produtos culturais massivos desejam alhear-se da rotina de trabalho, porém, neste ato de alheamento, entram num ciclo vicioso de conformismo.

Confirmá-lo, compondo-o, eis a sua razão de ser. Desde o começo do filme já se sabe como ele termina, quem é recompensado, e, ao escutar a música ligeira, o ouvido treinado é perfeitamente capaz, desde os primeiros compassos, de adivinhar o desenvolvimento do tema e sente-se feliz quando ele tem lugar como previsto (Adorno e Horkheimer, 2006: 103).

As produções das indústrias culturais, por constituírem meios de distração para as massas, são feitas com o objetivo de excluir socialmente os indivíduos, impedindo-os de pensarem em resistir ao sistema. Não há senso crítico, nem na produção, nem na recepção desses produtos e, por isso, a indústria cultural torna-se um meio de dominação; os produtos são divididos em categorias, para diferentes grupos sociais. Cada uma dessas categorias possui uma linguagem unificada, destinada a um determinado segmento. Independentemente da “categoria social” do produto, consome-se o que já havia sido consumido, mas com nova embalagem.

Os padrões teriam resultado, originariamente, das necessidades dos consumidores: eis por que são aceitos sem resistência. De fato, o que se explica é o círculo da manipulação e da necessidade retroativa, no qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa. O que não se diz é que no terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica, hoje, é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma (Adorno e Horkheimer, 2006: 100).

A par destes ideais, Jean Baudrillard (2003) destaca que, na cultura da sociedade de consumo, deixa de haver diferenças entre criações de vanguarda e cultura de massas, pois estas ideias fundem-se, e surge o que o autor define como culturas efêmeras. Todos os âmbitos das culturas da sociedade de consumo estão ligados à moda e ao prestígio social, provenientes do consumo. Nesta perspectiva, a

cultura sofre um processo constante de reciclagem, em que o novo se sobrepõe sucessivamente ao “velho”, satisfazendo, de modo efémero, a ânsia de consumo do coletivo social; as massas, cultas ou incultas, buscam o que é novo. “Generalizou-se a lógica da mercadoria, que regula hoje não só os processos de trabalho e os produtos materiais, mas a cultura inteira, a sexualidade, as relações humanas e os próprios fantasmas e pulsões individuais” (Baudrillard, 2003: 205). Portanto, sob esta perspectiva, na sociedade de consumo, os indivíduos perdem a sua condição de indivíduos, pois as relações de consumo determinam o papel social que todos representam.

Ainda centrado no debate sobre as indústrias culturais, Walter Benjamin (2006), considera que embora estas produções, as quais incluem a imprensa, distraiam os seus receptores, esta distração decorre mediante a recepção de conteúdos.

As massas são uma matriz a partir da qual se renovam presentemente todas as velhas atitudes perante a obra de arte. A quantidade transformou-se em qualidade: as massas participantes, que aumentam muitíssimo, provocam uma modificação do tipo de participação. O facto de esta participação aparecer primeiro sob forma adulterada não deve induzir em erro. (...) Vê-se que no fundo, é o velho clamor de que as massas procuram a distração, enquanto a arte exige concentração da parte do espectador. É um lugar comum.(...) Distração e concentração opõe-se de uma forma a que se pode dar a seguinte formulação: aquele que se concentra diante a obra de arte mergulha nela; é absorvido por essa obra, como aconteceu, segundo a lenda, a um pintor chinês ao ver o seu quadro concluído. Pelo contrário, as massas, pela sua própria distração, mergulham a obra de arte em si (Benjamin, 2006: 237).

O autor responde às teorias de Adorno e Horkheimer, afirmando que tem de se ser cauteloso quando se avalia as produções da indústria cultural como uma forma de controlo pois, apesar da lógica de distração no âmbito da produção é recebida, (refere-se especialmente ao cinema), há uma apropriação e um entendimento do que se recebe.

### *Cultura de massa diferente de cultura popular*

Marilena Chaui (1994) defende um distanciamento entre os termos ‘cultura de massa’ e ‘cultura popular’, visto que a noção de massas tem como contraponto sociopolítico a noção de elite, o que, segundo a autora, tende a limitar o social a duas camadas: “a ‘baixa’, formada pelo agregado amorfo de indivíduos anónimos – a ‘massa’ -, e a ‘alta’, formada por indivíduos que se distinguem dos demais pelas capacidades extraordinárias – a ‘elite’, os melhores e maiores” (Chaui, 1994: 28). O binómio “massa/elite” justifica e legitima o processo de subordinação da primeira à segunda, e oculta, não só a divisão de classes, como também a constituição da dinâmica social, principalmente, quando a ideologia da “mobilidade social” afirma que qualquer indivíduo das massas pode aceder à elite.

A ideologia dominante defende que a elite exerce o poder, não só porque “detém os meios de produção, os postos de autoridade e o Estado, mas porque possui competência para detê-los” (Chaui, 1994: 29). Essa elite é legitimada por este saber, que gera novos conhecimentos e que, conseqüentemente, eleva o seu poder. Os objetos de conhecimento criados tornam-se objetos de poder, que são monopolizados pela elite. Esta elite, portanto, é constituída, não só por poderosos, mas também por especialistas, que criam os objetos de saber e, com eles, instrumentos de poder (Chaui, 1994).

Ora, isso significa, por um lado, que a “Massa” está desprovida de saber, de fato e de direito, é considerada vazia, passiva, inculta, ignorante, incompetente, precisando ser guiada, dirigida e “educada” (o que seria feito por uma Cultura de e para a Massa, forma menor na cultura dominante, outorgada pela elite). Por outro lado, significa que a “Massa”, de fato e de jure, está despojada de poder sendo por isso potencialmente perigosa, precisando ser vigiada e disciplinada (e, novamente, por meio de técnicas de disciplina e de vigilância, entre as quais uma Cultura para a Massa, preparada pela elite). Assim, ainda que a Cultura de massa não realize a contento as finalidades que a elite lhe atribui, sua ideia carrega a imagem dos dominantes sobre os dominados (Chaui, 1994: 29).

Por conseguinte, ao identificar cultura popular como cultura de massas, o prisma da relação social reduz-se à “Massa” e à “Elite” e tal redução pode ampliar o controlo dos dominadores sobre os dominados, por se inscrever na ideologia

dominante de que as massas são ignorantes, desinformadas, e que necessitam, por um lado de serem educadas pelo padrão de cultura estabelecido por esta elite e, por outro, precisam de ser refreadas, (por serem ignorantes e desprovidas de poder), de manifestarem qualquer tipo de rebeldia. O conhecimento, nesta perspectiva ideológica, é utilizado em prol do controlo e, portanto, para a ampliação do poder da elite. Pode encaixar-se neste ponto a noção de que a imprensa popular é concebida na realidade, para uma massa imaginada pela elite, como um desses instrumentos de controlo e de transformação do povo em massa “vazia, passiva, inculta, ignorante, incompetente, precisando ser guiada, dirigida e educada” (idem, 1994).

Ao relacionar cultura de massas com cultura popular, a segunda passa a carregar os atributos aplicados às massas, ou seja, transforma o Povo em incompetente e perigoso. “Sob a aparência quantitativa (a massa) esconde-se uma imagem qualitativa (ignorância e perigo). Se identificarmos as duas manifestações culturais, corremos o risco de encarar a Cultura Popular pelo prisma dos dominantes”. (Chauí, 1994: 30). Portanto, é perigoso equiparar a cultura popular à cultura de uma massas, pois despolitiza-se a questão social, e reduz-se os dominados a um conjunto de indivíduos desprovidos de conhecimentos, e pertencentes a uma única realidade social. Despolitizar o termo cultura popular torna-se problemático, pois pode promover uma forma de controlo e de aceitação de uma perspectiva que defende um “aprisionamento” social (Chauí, 1994).

### **c – Hegemonia e cultura popular**

Storey (2004) afirma que hegemonia, para Gramsci, constitui um conceito que delimita a universalização de uma verdade estabelecida por uma classe dominante e imposta a outras classes ou fações. Este conceito só existe em sociedades onde há um alto grau de “consenso”, mas isso, não quer dizer que os conflitos tenham sido eliminados. Hegemonia é um consenso imposto, mantido, e que está sempre em processo de manutenção, pois contém, na sua essência, uma relação de resistência e incorporação. “Hegemony is a particular kind of consensus, one in which there is an active and ongoing struggle to win support, through



strategies of ‘moral and intellectual leadership’, for the continued rule of the dominant class” (Storey, 2004: 50).

Segundo Storey, Gramsci afirma que a hegemonia é transmitida e sustentada por intelectuais orgânicos que normalmente representam a classe dominante. Neste processo, eles assumem uma função organizadora das classes, homogeneizando-as e atribuindo-lhes um determinado papel, tanto na esfera económica, quanto nas questões sociais e políticas. Deste modo, a tarefa dos intelectuais orgânicos da classe dominante consiste em “determinate and to organize the reform of moral and intellectual life” (Gramsci *apud* Storey, 2004: 50). Normalmente, os intelectuais orgânicos são representantes da classe dominante. Estes, ainda, podem se constituir a partir de coletivos de intelectuais orgânicos, que incluem a família, a televisão, a imprensa, a educação, as instituições religiosas, as indústrias culturais, etc.

A introdução do conceito de hegemonia nos estudos culturais britânicos, nos anos de 1970, criou novas formas de se conceber a cultura popular. A primeira mudança incidiu sobre o modo de se conceber politicamente a cultura popular. A partir desta introdução, a cultura popular passou a ser considerada como um “lugar chave” de produção e reprodução de hegemonia. Ou seja, a cultura popular assumiu a perspectiva de uma arena de resistência e, também, de reprodução. Nas sociedades capitalistas industriais existem diversas divisões e diferenças: dentre elas as diferenças de raça, etnia, género, geração, sexualidade e classe social. Para Storey, é na cultura popular que estas diferenças são estabelecidas e contestadas, ou seja, a cultura popular é uma arena de batalha e de negociação entre os interesses dos grupos dominantes e os dos grupos subordinados.

A inserção do conceito de hegemonia nos estudos culturais também fez com que se repensasse o termo cultura popular como um todo, num processo de releitura e junção dos dois modos de se conceber a cultura popular: o primeiro concebe cultura popular como “estrutura” que gera um produto cultural imposto pela indústria cultural capitalista, com duas funções básicas – o lucro e a manipulação ideológica; e o segundo concebe a cultura popular como agência, a “voz” do povo, cultura espontânea, quer oriunda das tradições, da cultura da classe trabalhadora, quer da subcultura. Storey afirma que, na perspectiva dos estudos culturais

Gramsciano, a cultura popular resulta de um equilíbrio entre estas duas linhas ideológicas.

From the perspective of Gramscian cultural studies, however, popular culture is neither an “authentic” folk culture, working class culture, or subculture, nor a culture simply imposed by the capitalist culture industries, but a “compromise equilibrium” (Gramsci 1998:211) between the two - a contradictory mix of forces from both “below” and “above”, both “Commercial” and “authentic”, marked by both “resistance” and “incorporation”, ‘structure’ and ‘agency’ (Storey, 2004: 51).

Como já discutido acima, o conceito de hegemonia é fundamental para uma perspectiva crítica sobre a cultura popular, pelos seguintes motivos: não a diminui nem a distancia de um todo social; procura identificar a relação de dominação dentro de uma sociedade; e delimita um campo de batalha entre exclusão e resistência. Portanto, o conceito consegue enquadrar diversos aspectos fundamentais para o contexto da questão proposta por este trabalho.

#### ***“A hegemonia é a cultura em uma sociedade de classe”***

“Hegemonia não é um “sistema”: é um complexo de experiências, relações e atividades cujos limites estão fixados e interiorizados, mas que, por ser mais do que ideologia, tem capacidade para controlar e produzir mudanças sociais” (Chauí, 1994: 22). A hegemonia é uma *praxis* e um processo, pois modifica-se sempre que as condições históricas sofrem transformações, fundamentais para que o domínio se mantenha. Numa sociedade de classes, a hegemonia não constitui somente um conjunto de representações, nem de doutrinação e nem de manipulação, mas também “um corpo de práticas e de expectativas sobre o todo social existente e sobre o todo da existência social: constitui e é constituída pela sociedade sob a forma da subordinação interiorizada e imperceptível” (Chauí, 1994: 22). Neste sentido, a hegemonia configura-se como um conjunto de estratégias de direção política e cultural da sociedade, “que constituem o sentido global da realidade” de forma interiorizada e invisível. Como tal, a autora afirma que

“hegemonia é o sinônimo de cultura em sentido amplo e sobretudo de cultura em sociedade de classe”.

Dentro deste contexto, tal afirmação significa que a hegemonia determina o que Gramsci chama de “visão de mundo”: o modo como os sujeitos sociais se representam a si mesmos, e uns aos outros, como percebem os acontecimentos, o espaço, o tempo, o trabalho e o lazer, a dominação e a liberdade, as instituições sociais e políticas, a cultura, em sentido restrito – numa experiência vivida, ou mesmo refletida, global e englobante – ou seja, como interpretam o todo das suas relações sociais. Em tal processo, todas as percepções são delimitadas por uma fronteira invisível é estabelecida pela classe dominante da sociedade.

A hegemonia se distingue do governo (o *dominium* como instituição política e, em tempo de crise, como uso da força) e da ideologia (como sistema abstrato e invertido de representações, normas, valores e crenças dominantes). Não é forma de controle sócio-político nem de manipulação ou doutrinação, mas uma direção geral (política e cultural) da sociedade, um conjunto articulado de práticas, ideias significações e valores que se confirmam uns aos outros e constituem o sentido experimentado como absoluto, único e irrefutável porque interiorizado e invisível como o ar que se respira. Sob essa perspectiva, hegemonia é sinônimo de cultura em sentido amplo e sobretudo de cultura em sociedades de classes (Chauí, 2011: 97).

Nesta totalidade de “percepções” há um conjunto complexo e um sistema de determinações contraditórias, cuja resolução, para além de implicar uma deslocação constante de experiências, ideias, crenças e valores, também permite o aparecimento de uma contra-hegemonia por parte daqueles que resistem à interiorização da cultura dominante, “mesmo que essa resistência possa manifestar-se sem uma deliberação prévia, podendo, em seguida, ser organizada de maneira sistemática para um combate na luta de classes” (Chauí, 2011).

### **1.3 – Exclusão e resistência**

Giorgio Agamben (2010) defende que toda a interpretação do significado político da palavra ‘povo’ e dos seus adjetivos correspondentes, tais como popular, “tem que partir do facto de que nas línguas europeias modernas, ela designa sempre também os pobres, os deserdados, os excluídos” (Agamben, 2010: 32). Portanto, o

autor destaca o teor fulcral e dúbio do conceito da palavra popular, que nomeia tanto o conjunto social político, quanto a parcela social classificada como excluída. Esta ambiguidade não é casual e está completamente vinculada à função e à natureza do povo na política ocidental.

Tudo se passa, pois, como se aquilo a que chamamos povo fosse na realidade não um sujeito unitário, mas uma oscilação dialética entre dois pólos opostos; por um lado, o conjunto Povo como corpo político integral, por outro, o subconjunto povo como multiplicidade fragmentária de corpos necessitados e excluídos; no primeiro caso, uma inclusão que se pretende sem restos, no segundo, uma exclusão que se sabe sem esperança; num extremo, o Estado total dos cidadãos integrados e soberanos, no outro a coutada do bando – corte dos milagres ou campo – de miseráveis, de oprimidos, de vencidos (Agamben, 2010: 32).

Implementando a dialética de Agamben, Stuart Hall (2011) afirma que a cultura popular constitui o lugar onde as transformações são operadas. Estas transformações culturais (buscadas por setores que exercem domínio sobre a cultura popular) consistem num longo processo de moralização das classes trabalhadoras, de desmoralização dos pobres e de redução do povo. Neste sentido, a cultura popular não constitui realmente nem as tradições populares de resistência a este processo, nem as formas que se lhes sobrepõem, mas sim, como já dito, o terreno sobre o qual as transformações são operadas. “No estudo da cultura popular, devemos sempre começar por aqui: Com o duplo interesse da cultura popular, o duplo movimento de conter e resistir, que inevitavelmente situa-se no seu interior” (Hall, 2011: 233).

Para se abordar os dois lados do significado da palavra popular perpassada pelas dialéticas ”povo excluído/ Povo político”, “contenção/resistência” , avalia-se a seguir, algumas das suas perspectivas, tanto sob o prisma da exclusão/contenção, quanto sob o prisma político/ da resistência.

#### **a - Algumas perspectivas sobre a exclusão**

Fazendo uma leitura geral e introdutória dos pontos abordados até aqui, e associando estas perspectivas à relação excludente presente nos conceitos sobre

cultura popular, avalia-se que: as distintas formas de exclusão debatidas, no âmbito das definições de cultura popular, constituem os pontos mais explícitos e primários dentro das formulações teóricas a respeito do tema. Contudo as visões romântica e nacionalista sobre o domínio da tradição, que podem ter leituras positivas, (pensado sobre a perspectiva de uma ideologia dominante) constituem uma exceção, embora possibilitem identificar-se uma exclusão, por parte de classificações que as consideram exóticas e primitivas. Excluindo a perspectiva política, que será discutida abaixo, as formulações teóricas, a partir da visão iluminista sobre o tema, consideram o povo, como subordinado, dominado ou como um conjunto de indivíduos “inferiores” face ao resto da sociedade. O povo emerge como oposto de uma rede de poder, que surge associada a uma “cultura formal estabelecida”/hegemónica. Portanto, o primeiro ponto a identificar, quanto à relação entre a cultura popular e exclusão está relacionado com a exclusão do acesso ao poder, seja ele político, económico, ou intelectual (ligado à educação formal). Esta visão pode conjugar-se com o fator “segregação social”, destacado por Peter Burke, o qual afirma que a definição “popular” só pode existir em sociedades social e culturalmente estratificadas.

Para Pierre Bourdieu (2010), as noções de popular estão presas a uma concepção de cultura diretamente ligada a uma minoridade, e a utilização deste termo surge sempre vinculada a uma lógica de dominação. Para o autor, a definição do que é popular, também se prende diretamente com a linguagem: um léxico popular que, segundo ele, é composto pelas palavras que estão excluídas dos dicionários da língua legítima. Portanto, outra perspectiva de exclusão, destacada por Bourdieu – que constitui um fator de identificação daquilo que é cultura popular – relaciona-se diretamente com o facto de a sua linguagem transgredir as normas da comunicação dominante. Esta perspectiva alia-se à necessidade de domínio exercido pela elite mediante a educação formal, sendo que a exclusão linguística surge fortemente ligada a grupos sociais excluídos, marginalizados ou “delinquentes”. Logo, a linguagem na questão da cultura popular constitui um fator relevante, que pode identificar a exclusão face à cultura hegemónica.

Noutra perspectiva, Chauí (2011) aprofunda o termo popular da visão populista, e destaca o ato contraditório de se incluir, excluindo. A partir de um

contexto político populista, as expressões ‘cultura popular’ e ‘cultura do povo’ foram abundantemente empregadas para difundir ideias de governos populistas, que pretendiam manipular as massas, imputando ao povo o estigma da passividade, da imaturidade, da desorganização, da inocência e da violência. O seu intuito é o de justificar a necessidade de educar e controlar o povo para a “civilização” da sua contemporaneidade, numa perspectiva histórica.

O populista é obrigado a admitir a realidade bruta de uma cultura dita popular ao mesmo tempo em que precisa valorizá-la positivamente (como solo das práticas políticas e sociais) e negativamente (como portadora dos mesmos atributos que foram impingidos à massa) (Chauí, 2011: 70).

É a partir dessa ambiguidade que deriva a representação de uma cultura popular “*ideal*” (tanto na concretização de uma ideia, quanto na prossecução de um modelo a ser seguido), cuja objetivação dependerá da existência de uma “vanguarda esclarecida”, empenhada nos atos “do povo a ser esclarecido. Esse iluminismo vanguardista e inconscientemente autoritário carrega em seu bojo uma concepção instrumental da cultura e do povo” (Chauí, 2011: 70). A exclusão, neste ponto, decorre mediante a inclusão e o reconhecimento, por parte de um dado poderio, de algumas especificidades da cultura popular, das quais ele serve para se manter no poder. Cria-se um padrão de cultura popular, que deve ser seguido e respeitado; uma certa normatividade cultural. É neste sentido que as redações da imprensa popular trabalham, a partir de uma construção ideal de um povo assente na “pesquisa de mercado” (Amaral, 2006) e refletido no produto criado pelas elites simbólicas.

#### **b - Algumas perspectivas sobre a resistência**

Chauí (1994), ao fazer uma leitura histórica sobre a palavra povo, afirma que para se entender o “povo na política” é necessário revisitar-se os séculos anteriores ao iluminismo, quando, na Europa, se elaborou o ideal da política republicana.

De Marsiglio di Paula a Jean Bodin, de Macchiavelli a Espinosa, de Tyndale a Loyseau, de Bartolo di Perugia a Seyssel, a divisão social, posta como divisão política, retoma a distinção romana entre *Populus* e *Plebs*, isto é, entre Povo como instância jurídico-política legisladora, soberana e legitimadora dos governos, e a Plebe como dispersão de indivíduos desprovidos de cidadania, multidão anônima que espreita o poder e reivindica direitos tácitos (Chauí, 1994: 14).

Chauí (1994) destaca que era comum, no século XVII, diferentes escritores políticos, de diversas linhas filosóficas, concordarem no emprego da palavra Plebe como “vulgo, canalha, ralé, populacho, povinho, arraia miúda”, enquanto utilizavam a palavra “povo” para “distinguir positivamente” a burguesia da plebe. “O Povo é constituído pela parte mais útil, mais virtuosa e, conseqüentemente, mais respeitável da nação. Composto por fazendeiros, artesãos, comerciantes, financistas, homens de letras e homens de leis. Numa palavra, o Terceiro Estado ou os Comuns” (Chauí, 1994). O povo, que dá origem à República, consiste na burguesia.

No iluminismo, subsiste a dualidade entre povo político e povo excluído. Neste período, havia o Povo “como vontade universal e legislador soberano, unidade jurídica dos cidadãos definidos por lei, e o povinho ou populacho, ignorante, supersticioso, irracional e sobretudo sedicioso – a massa perigosa” (Chauí, 1994). Portanto, empreende-se aqui uma separação entre Povo como generalidade política, e Povo como “particularidade social”, composto pelos pobres/excluídos. Citando Barbero, a filósofa afirma que os iluministas estavam aprisionados em num círculo contraditório, contra a opressão, em nome da vontade popular, e contra o povo, em nome da razão (Barbero *apud* Chauí, 1994).

Fiske (2011) defende a teoria de Stuart Hall, o qual considera que a cultura popular se estrutura a partir da oposição entre o bloco do poder (“Power Bloc”) e o povo. O bloco do poder consiste em forças sociais movidas pelos mesmos propósitos económicos, legais, morais, estéticos, etc.; o povo corresponde à diversidade, aos grupos sociais dispersos. O autor ainda classifica o poder como homogéneo e o povo como heterogéneo e disperso, podendo aqui detectar-se uma relação com a definição, por Gramsci, da hegemonia, e do conflito. A cultura popular, neste contexto, é criada pelas pessoas subordinadas, para atender aos seus

próprios interesses que, contraditoriamente, servem aos interesses económicos dos dominantes. Fiske discorda das teorias da cultura de massas que afirmam que a cultura popular é imposta. Para o autor, na cultura popular há sempre elementos que escapam ao controle social e se opõem às forças hegemónicas.

It is material historical conditions that produce radical reform; evasive and semiotic resistances can maintain a popular consciousness that can fertilize the growth of those conditions and can be ready to exploit them when they arise, but they cannot in themselves produce such conditions. But the resistance of popular culture are not just evasive or semiotic: they do have a social dimension at the micro level. And at the micro level they may well act as a constant erosive force upon the macro, weakening the system from within so that it is more amenable to change at the structural level. (...) It is arguable that the needs of the people are better met by progressive social change originating in evasive or interior resistance, moving to action at the micro political level and from there to more organized assaults on the system itself, than by radical or revolutionary change (Fiske, 2011: 8).

Outro ponto de ligação da palavra povo à questão política pode ser destacado a partir do que defende Alain Touraine (1996), quanto à transformação política trazida pela modernidade para a construção da democracia. Segundo o autor, a partir deste período, é fundamental distinguir duas mudanças ocorridas: o Estado de direito e a soberania popular. O primeiro, restringe o poder arbitrário do Estado, e delimita a vida social pela proclamação da conformidade e coerência do sistema jurídico (Touraine, 1996). O Estado de direito não está diretamente aliada à democracia, e pode beneficiá-la. Quanto à soberania popular, Touraine (1996) sustenta que ela prepara para o advento da democracia, “porque é quase inevitável passar da vontade geral à vontade da maioria e a unanimidade é rapidamente substituída pelo debate, pelo conflito e pela organização de uma maioria e de uma minoria” (idem, 1996: 36). Para o autor, a democracia não surge do Estado de direito, ela emerge contra os interesses dominantes, mediante do apelo, da maioria sem poder, a princípios como a liberdade e a justiça.

Com a condição de que não seja triunfante e permaneça um princípio de oposição entre o poder estabelecido, seja ele qual for. Prepara para a



democracia se, em vez de dar uma legitimidade sem limites a um poder popular, introduz na vida política o princípio moral de recurso que é necessário para defender os interesses e manter a esperança de todos aqueles que não exercem poder na vida social. Por falta dessa pressão moral e social, a democracia transforma-se rapidamente em oligarquia, pela associação do poder político com todas as outras formas de dominação social. (Touraine, 1996: 37)

No seguimento do trabalho, pode identificar-se em diferentes discursos, o uso da ideia de democracia para a preservação das elites estabelecidas. A democracia liberal representativa, hegemónica no contexto ideológico ocidental, dialoga com o interesse das elites, para manter um sistema dominante, conforme se reflete a seguir. As representações dessa prática, estão expostas em diversos campos, inclusive nas páginas dos jornais, que “representam a democracia representativa” liberal em muitas das suas linhas. A democracia como personagem tem histórias, e algumas delas serão abordadas nos capítulos a seguir.

## Capítulo 2 – A democracia em (des)construção

O termo ‘democracia’ não deriva apenas etimologicamente de ‘povo’. Estados democráticos chamam-se governos “do povo” – ‘Volks’ Herrschaften ; eles se justificam afirmando que em última instância o povo estaria “governando”.

Todas as razões do exercício democrático do poder e da violência, todas as razões da crítica da democracia dependem desse ponto de partida (Muller, 2003: 33).

A principal preocupação nos debates contemporâneos em torno da democracia centra-se no desgaste das práticas liberais, focando-se no papel da representação política nestas sociedades. Há, tanto nos debates académicos, quanto nas manifestações populares, uma tendência para a ampliação das práticas de participação nas decisões políticas. Diversas experiências têm sido discutidas e legitimadas. É possível observar a emergência de uma intensificação dos debates em torno da “democracia participativa” ou de uma “democracia direta”. Estas experiências partem tanto do Estado, como é o caso da implementação de orçamentos participativos, quanto de iniciativas populares, como, por exemplo, mediante assembleias populares. A crise da democracia representativa, é motivada pela necessidade de tornar a democracia mais forte, para superar os problemas de descrédito quanto ao sistema de representação e de participação (Santos e Avritzer, 2003).

O objetivo principal deste capítulo consiste em refletir sobre as diversas possibilidades de conceptualização de experiências relacionadas com a democracia. A introdução deste debate no trabalho será útil para a análise do material empírico, visto que a investigação recai sobre a amplitude do conceito de democracia. Pretende-se perceber como a ideia hegemónica de democracia é reproduzida pelo jornalismo. Por isso, incide-se sobre as teorias que tecem críticas ao liberalismo e ao neoliberalismo, tanto económico, quanto político.

O capítulo estrutura-se em duas partes: na primeira, aborda-se as visões hegemónicas e contra-hegemónica inseridas nos debates sobre a democracia, a partir do século XX; na segunda, tenta-se desconstruir a ideia de que a democracia e alguns conceitos com ela relacionados são universais.

## 2.1 As concepções hegemónicas e contra-hegemónicas do século XX

Leonardo Avritzer e Boaventura de Sousa Santos (2003) afirmam que este período foi marcado por intensa discussão em torno da questão da democracia. O debate centra-se em duas questões: a primeira consiste na desejabilidade da democracia; e a segunda prende-se com as suas condições estruturais. A questão inicial, remete à primeira metade do século XX, nos períodos pós-guerras. Foi resolvida a favor do desejo de regimes democráticos liberais, o que quer dizer que a proposta que se tornou hegemónica resultou na valorização da representação, e na restrição das formas de participação e soberania, facto que levou à diminuição do papel da mobilização social e da atuação coletiva na formação democrática (Santos e Avritzer, 2003). A questão seguinte recai sobre as condições estruturais da democracia e a sua incompatibilidade com o capitalismo.

A clarificar as características dos conceitos hegemónicos de democracia, ao longo do século XX, Santos e Avritzer (2003) destacam que estes foram idealizados a partir do problema da forma e da variação da democracia, cuja maior influência, para a formação da concepção hegemónica, partiu da resposta liberal e eurocêntrica de Joseph Schumpeter, o qual defende que a base do dilema da formação da democracia, em geral, deve centrar-se nos problemas enfrentados pela Europa no período entre-guerras.

A partir dessa resposta funda-se o que poderíamos chamar a concepção hegemónica da democracia. Os principais elementos dessa concepção seriam a tão apontada contradição entre mobilização e institucionalização (Huntington, 1969, Germani, 1971) ; a valorização positiva da apatia política (Downs, 1956)<sup>2</sup>, uma ideia muito salientada por Schumpeter, para quem o cidadão comum não tinha capacidade ou interesse político senão para escolher os líderes a quem incumbiria tomar decisões (1942:269); a concepção do debate democrático na questão dos desenhos eleitorais das democracias (Lijphart, 1984); o tratamento do pluralismo como forma de incorporação partidária e disputa entre elites (Dahl, 1956;1971) e a solução minimalista ao problema da participação pela via da discussão das escalas e da complexidade (Bobbio, 1986; Dahl, 1991)<sup>3</sup> (Santos e Avritzer, 2003: 37).

---

<sup>3</sup> As referências citadas pelos autores são: HUNTINGTON, S.P.; Harvard University. Center of international Affairs (1969) *Political order in changing societies*. New Haven: Yale University

Santos e Avritzer (2003) consideram que todas estas perspectivas não conseguiram solucionar o problema da qualidade da democracia, que ressurgiu a partir do fim da Guerra Fria, e com a intensificação dos processos de globalização. A insistência na democracia de baixa intensidade (em que há reduzida participação e pouca legitimidade representativa) faz com que não se consiga explicar o paradoxo de a democracia ter trazido consigo uma degradação das práticas democráticas, visto que a expansão da democracia liberal significou uma grave crise deste sistema, principalmente, nos países centrais da Europa. Os autores afirmam que, neste contexto, é possível identificar uma dupla patologia: a patologia da participação, que se traduz no aumento da abstenção; e a patologia da representação, em que os cidadãos se vêm cada vez menos representados por aqueles que elegeram.

Quanto às práticas e pensamentos contra-hegemónicos, Santos e Avritzer, contrariando a ideia de Joseph Schumpeter, defendem que é nas experiências dos países “periféricos” que os países “centrais” devem buscar novas alternativas para o fortalecimento da democracia. Para os autores, nestes contextos, há uma tendência de expansão das classificações e experiências sobre democracia, a qual pode ampliar o prisma para outras concepções e práticas que, inversamente à globalização, incluem uma perspectiva sobre as experiências locais. Na avaliação do discurso sobre a democracia na imprensa portuguesa, estes fatores foram tomados como base para se avaliar a amplitude do debate em torno da democracia. Portanto, neste sentido, avaliou-se a emergência de um discurso englobante de atores, posições e visões periféricas e semiperiféricas, tanto no contexto político, quanto social e económico.

A partir do cenário apresentado por Santos e Avritzer (2003), retrocede-se no tempo para se aprofundar os aspectos mais relevantes que foram destacados pelos dois autores, a saber: a emergência da democracia liberal, a democracia da

---

Press e GERMANI, G. (1971), *Política y sociedad en una época de transición; de la sociedad tradicional a la sociedad de masas*. Buenos Aires: Paidós. DOWNS, A. (1956), *An economic theory of democracy*. Nova Iorque: Harper. LIJPHART, A. (1984), *Democracies. Patterns of majoritarian and Consensus Government in Twenty-one Countries*. New haven: Yale University Press. DAHL, R.A. (1956), *A Preface to Democratic Theory*. Chicago: University of Chicago Press. E DAHL, R.A. (1971), *Polyarchy: Participation and oppositon*. New Haven: Yale University Press. BOBBIO, N. (1986), *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra. E DAHL, R.A. (1991), *Democracy and its critics*. New Haven: Yale University Press.

elite, a crise da democracia liberal e as novas experiências e discursos sobre democracia.

### *a - A democracia liberal*

C.B. Macpherson (1978) localiza a transformação da ideia do que ele designa de democracia utópica<sup>4</sup> em democracia liberal, no início do século XIX, a partir do momento em que os teóricos, “descobriram razões para acreditar que ‘cada homem um voto’ não seria arriscado para a propriedade, ou para a continuidade das sociedades divididas em classes” (Macpherson,1978). O pensamento sobre democracia liberal pode englobar, por um lado, a democracia de uma sociedade de mercado capitalista; e, por outro, a democracia liberal – a partir da sua emergência, no fim do século XIX e no início do século XX – com base no pensamento de John Stuart Mill, como uma sociedade comprometida em garantir que todos os seus membros sejam equitativamente livres para concretizar suas capacidades (Macpherson,1978).

Hobsbawm (2002) considera que a emergência da democracia liberal se deveu ao anseio do campo político, principalmente, nas sociedades “avançadas”, e “em avanços”, do século XIX, de combater a ditadura e os governos absolutos. No princípio do século XX, era claro que os valores da democracia liberal tinham feito progressos, e pareciam destinados a progredir ainda mais. O historiador avalia a situação, destacando a crescente expansão das democracias liberais, no princípio da década de 1910. No período antes de 1914, somente forças tradicionalistas, como a da Igreja Católica Romana, tinham contestado os valores da democracia liberal. Neste contexto, a democracia constituía no seu todo um fenómeno novo e perturbador para certos dogmas e para a “elite” que temia o propósito da massa “ignorante e atrasada” de derrubar a burguesia pela revolução social. Entretanto, os movimentos trabalhistas socialistas, considerados pela elite como os mais perigosos, também estavam fascinados pelo projeto modernista.

---

<sup>4</sup> Macpherson(1979) ao avaliar as teorias e visões democráticas, anteriores ao século XIX, considera que todas elas têm um ponto em comum, ou seja a ideia de que a democracia dependia de uma sociedade não dividida em classes. “Esses antigos modelos e visões da democracia eram reações contra as sociedades divididas em classes de seus tempos. Nessas condições, podem adequadamente ser chamadas de utópicas, nome honroso derivado da impressionante obra de Thomas More, Utopia, escrita no século XVI” (1978:19).

Contudo, os mais perigosos desses novos movimentos democráticos de massa, os movimentos trabalhistas socialistas, estavam na verdade, tanto em teoria como na prática, tão apaixonadamente comprometidos com os valores da razão, ciência, progresso, educação e liberdade individual como quaisquer outros. A medalha do dia do trabalho do Partido Social Democrata alemão mostrava Karl Marx de um lado e a Estátua da liberdade do outro. O desafio deles era à economia, não ao governo constitucional e à civilidade (Hobsbawm, 2002: 116).

A demonstrar a expansão da democracia liberal, no início do século XX, o historiador afirma que, em 1920, a Europa, a oeste da fronteira soviética, era inteiramente constituída por Estados com características de uma democracia liberal, e que a organização básica de um governo liberal constitucional – eleições para assembleias representativas e/ou presidentes – estava instalada em quase todos os países independentes (é de lembrar que a maioria destes países era europeia e americana, e que um terço da população mundial vivia sob o domínio colonial).

Na década de 1920, a situação começa a inverter-se e o autoritarismo ganhar terreno, provocando o retrocesso da democracia liberal. No final da década de 1910, em dois Estados europeus, as assembleias legislativas foram dissolvidas ou tornaram-se ineficazes: “nos anos 20 em seis, nos anos 30 em nove, enquanto a ocupação alemã destruía o poder constitucional em outros cinco durante a Segunda Guerra Mundial” (Hobsbawm, 2002: 117). O liberalismo político retirou-se totalmente durante a “Era da Catástrofe”, com uma acentuada aceleração do processo quando Adolf Hitler se tornou chanceler alemão, em 1933. “Até 1938, havia talvez dezassete desses Estados, em 1944 talvez doze, de um total global de 64” (Hobsbawm, 2002: 117).

Na senda da visão de Hobsbawm, Emir Sader (2003) defende que a emergência da democracia liberal decorreu “em oposição ao Estado absolutista”, e a favor da livre expansão do capital. Era necessário outro sistema político para a ampliação dos mercados, e nada mais útil ao capitalismo do que o liberalismo. Sader afirma que este sistema foi legitimado pela revolução francesa e pela declaração dos direitos do homem, e expandiu-se no decurso da constituição de

novas formas de organização política (republicanas e parlamentares) que contribuíram para o desenvolvimento da mercantilização capitalista.

As contradições entre as duas definições – a de liberalismo económico e a de liberalismo político – geraram diversas ambiguidades, mas não impediram que ambas fossem ainda mais afetadas pela crise de 1929. A partir de então, três diferentes modelos alternativos ganham força: o socialismo soviético, o fascismo e o Keynesianismo. Ao serem derrotados, ao longo do século XX, deram espaço “para que o liberalismo político e económico reaparecessem juntos como um novo projeto hegemónico, associando Estado mínimo e extensão inédita das relações mercantis, sob a égide do neoliberalismo” (Sader, 2003: 541).

### ***b - A representação e a democracia liberal***

A forma hegemónica retratada por diversos dos teóricos analisados consiste na democracia liberal representativa e de elite, que teve o seu auge e as suas crises no século XX. Segundo Abellán (2011) a ideia hegemónica de democracia baseia-se, fundamentalmente no pensamento de Max Weber e Joseph Schumpeter, autores que defendiam um modelo assente em alguns conjuntos de condições específicas, a saber:

- 1) una fórmula política o cuerpo de creencias específica sobre las instituciones – partidos políticos, prensa libre, etc. – legítima (aceptada como adecuada por todos).
- 2) un conjunto de líderes políticos en funciones.
- 3) uno o más conjuntos de líderes reconocidos que intentan ganar cargos. (Abellán, 2011: 270)

Defendendo esta construção liberal, Norberto Bobbio (2007) reforça a ideia de que a democracia não é erguida somente a partir da conquista do direito do povo a participar direta ou indiretamente nas tomadas de decisões coletivas, nem da existência de regras processuais, tais como as da maioria ou da unanimidade. O autor, afirma que, a par destas condições, é necessário um terceiro requisito, que está diretamente relacionado com a delegação do poder de decisão, ou seja, a representação.

Es necesaria una tercera condición: es indispensable que aquellos que están llamados a decir o elegir a quienes deberán decidir, se planteen alternativas reales y estén en condiciones de seleccionar entre una u otra. Con el objeto de que se realice esta condición es necesario que a quienes deciden les sean garantizados los llamados derecho de libertad de opinión, de expresión de la propia opinión, de reunión, de asociación, etc., los derechos con base en los cuales nació el Estado liberal y se construyó la doctrina del Estado de derecho en sentido fuerte, es decir, del Estado que no sólo ejerce el poder sometido a la ley, sino que lo ejerce dentro de los límites derivado del reconocimiento constitucional de los llamados derechos “inviolables” del individuo” (Bobbio, 2007: 26).

Bobbio (2007) argui que o Estado liberal constitui o suporte histórico e jurídico do Estado democrático, e afirma que os dois são interdependentes, pois por um lado, são necessárias certas liberdades para o exercício do poder democrático, e, por outro, o poder democrático é indispensável para garantir a existência e persistência das liberdades fundamentais. O autor sustenta que é improvável que um Estado não liberal possa assegurar os valores da democracia, e que, inversamente, é impossível que um estado não democrático possa garantir as liberdades fundamentais. “La prueba histórica de esta interdependencia está en el hecho de que el Estado liberal y el Estado democrático cuando caen, caen juntos” (Bobbio, 2007: 27).

### ***c - A representação e a democracia das elites***

A par do debate em torno da democracia liberal, é necessário, aprofundar nas teorias das elites, as quais defendem que a democracia representativa, forma núcleos de poder, classificados de elite. Cristina Buarque de Hollanda (2011) afirma que a controvérsia entre elitismo e democracia é tão antiga quanto o pensamento político, pelo facto de esta questão figurar nas críticas de Sócrates às rotinas da vida pública em Atenas, no século V a.C. A autora cita a *República*, de Platão, e a sua condenação da premissa de igualdade política ateniense. Ana Maria Belchior (2010) afirma que, nesta obra de Platão, já é possível perceber o reconhecimento da relevância das elites políticas na organização social e política, visto que este considerava que os sistemas de governação dependiam absolutamente dos homens que os compunham.



A tensão entre elite e a democracia extrapolou esse momento original e alcançou importante projeção na reflexão política moderna e contemporânea. Passado o apogeu grego, o modelo democrático viveu longo período de ostracismo político. As bases dessa rejeição eram a natureza substantiva e formal, isto é, somava-se ao incômodo com a ideia do povo na vida política a suposição de que o modelo democrático era incompatível com a realidade social moderna. Associada à experiência de cidades pequenas e pouco populosas, a democracia não poderia organizar a vida pública em grandes extensões de terra e aglomerados urbanos (Buarque de Hollanda, 2011: 8).

Buarque de Hollanda (2011) afirma que o modelo democrático não foi integrado no liberalismo político do século XVIII porque, na sua forma grega, a democracia não previa o instrumento básico do entendimento liberal, ou seja, “a constituição de um soberano que fala e age em nome do corpo representado” (idem, 2011: 9). No liberalismo promovido pelo inglês John Locke, em reação aos regimes absolutistas, a ideia de liberdade supõe o contrário da forma grega, que define os homens livres como os que se afastam do cotidiano da vida pública. Este modelo, segundo a autora, dispensava o homem dos deveres de pensar a cidade, e permitia que este se entregasse à vida privada. “Ao instituírem representantes, os indivíduos eximem-se dos sacrifícios ao coletivo e invertem o paradigma grego: a cidade passa a existir em função do homem, e não o homem em função da cidade” (idem, 2011: 9). Buarque de Hollanda afirma que, até meados do século XIX, democracia e liberalismo eram conceitos conflitantes, que se foram se conciliando na fórmula da democracia liberal, mediados pelo princípio da representatividade.

Esta “nova” concepção de democracia, foi então objeto de crítica por parte dos autores canônicos da teoria das elites. Segundo Belchior (2010), somente no século XIX, pelas obras de Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels, é que a concepção de elite começou a ser propagada pela literatura política europeia, emergindo assim, a teoria clássica das elites, que se fundamenta no diagnóstico “de que toda forma política produz distinção entre minorias dirigentes e maiorias dirigidas” (Buarque de Hollanda, 2011: 10). Apesar das diferenças entre as visões políticas dos três autores acima citados, eles convergiam na definição da democracia liberal, a qual classificavam como “regime utópico cuja rotina

institucional não guarda vínculo com sua motivação ideal”. Portanto, consideram que as ideias de soberania popular, igualdade política e sufrágio universal são vagas, sem uma sustentação real, e que a retórica democrática, na verdade, serve apenas para a legitimação do poder de uma elite minoritária, “que mobilizam um discurso universalista para garantir seu próprio benefício” (Buarque de Hollanda, 2011: 10).

#### **d - A crise da democracia liberal**

Na segunda metade do século XX, o conceito de democracia diversificou-se nas suas formulações, tendo alguns teóricos defendido que não havia uma teoria central sobre o tema. Joaquín Abellán (2011) afirma que a diversificação do conceito de democracia foi muito importante, por ter aprofundado o debate entre as perspectivas normativas – que se firmam nos ideais, nas exigências políticas e na concepção de liberdade – e as empíricas, que analisam o funcionamento dos sistemas políticos considerados democráticos, com o intuito de descobrir mecanismos de diversas índoles, (sociais, políticos, culturais ou económicos), que possibilitem o funcionamento e a estabilidade do sistema. Nesta releitura sobre a democracia, surgiu a ideia de pluralismo, ou seja, de multiplicidade dos centros de poder. Abellán afirma que, em análises empíricas, alguns pluralistas, como Robert Dahl, provaram que o processo de tomada de decisões políticas em sociedade democrática não se centra num único núcleo de poder, pois está distribuído por diversos conjuntos sociais.

Con el concepto de <poliarquía> Dahl se está refiriendo a la existencia de un gran número de grupos, de minorías de tamaño diverso, cuyas preferencias influyen el resultado de las decisiones gubernamentales. La poliarquía es el gobierno de minoría, pues los distintos grupos de interés existentes en la sociedad inciden mediante su lucha en la elección de los gobernantes. (Abellán, 2011: 276)

De acordo com Abellán (2011), Dahl introduziu, em finais dos anos de 1980, uma dimensão normativa no seu conceito de democracia e inverteu a tese de Tocqueville, ao sublinhar os perigos que a liberdade pode constituir para a igualdade. Dahl (2006) defende que a liberdade económica põe em risco a

igualdade política constitucionalmente estabelecida. Na tese deste autor, o liberalismo económico gera desigualdades substanciais que minam consideravelmente a possibilidade de acesso dos cidadãos à política.

Neste sentido, Hobsbawm (2007) afirma que a integridade territorial dos Estados modernos já não é tida como inquestionável, e que este fator não pode deixar de afetar as perspectivas da democracia. Deste modo, o autor argumenta que o ideal da soberania do mercado não se traduz numa implementação da democracia liberal, mas sim numa alternativa a esta. Segundo o historiador, tal processo decorre mediante o enfraquecimento do poder do Estado, e por meio do retorno, em termos políticos e ideológicos a um “laissez-faire ultra radical”, o qual defende que o papel do Estado tem de ser reduzido, com o argumento de que qualquer serviço privado pode ser melhor do que o serviço público. Na medida em que esta substituição ocorre, o Estado tende a confiar nos mecanismos económicos privados, para substituir a mobilização ativa e passiva dos seus cidadãos. Neste sentido, a participação no mercado substitui a participação política e o cidadão é progressivamente destituído pelo consumidor. (Hobsbawm, 2007).

Tzvetan Todorov (2012) também defende que a crise da democracia liberal se prende com o papel da economia nas sociedades contemporâneas, visto que estas já não estão submetidas ao controlo dos Estados, mas, pelo contrário, são elas que se colocam ao serviço da economia “globalizada”. Os Estados, agora, estão submetidos a avaliações das agências privadas de classificação de risco, sem que estas passem por qualquer tipo de controlo político. “De democracia, eles já não tem senão o nome – não é mais o povo que detém poder. Os Estados podem, se necessário defender suas fronteiras – mas o dinheiro não se detém aí” (Todorov, 2012: 99). Por conta destes mercados unificados, os indivíduos ou grupos deles, que não possuem legitimidade política, podem transferir capitais com uma facilidade imensa, deixando países inteiros à mercê da recessão e do desemprego. Todorov defende que os donos do poder, agora, se distinguem pela sua riqueza económica, com a capacidade de provocar ou evitar transtornos sociais, sem, com isso, prestarem contas a ninguém.

### **e - A emergência de novas experiências e pensamentos democráticos**

Macpherson (1978) afirma que o debate sobre democracia participativa emergiu como lema dos movimentos estudantis, que deflagraram na década de 1960, nos países que já eram democráticos. A partir deste ponto, espalhou-se pela classe trabalhadora, nessa década e na seguinte, em consequência da crescente insatisfação “entre trabalhadores fabris e de escritório”, que deu azo a indústrias controladas pelos trabalhadores. A ideia de participação difundiu-se até chegar a experiências governamentais que encetaram um discurso norteado pela ‘força da participação’, sendo que alguns governos implantaram programas com ampla participação popular (Macpherson, 1978).

Marilena Chauí (2011) destaca o projeto criado por Macpherson para um modelo alternativo de pensamento sobre a democracia participativa. No modelo de Macpherson apresenta-se um conjunto de medidas que ele considera salvaguardarem um autêntico projecto democrático. Esta proposta confronta diretamente a ideia da democracia liberal, e centra-se nos seguintes delineamentos:

a) mudança da consciência popular, que passa a ver-se não como consumidora, mas como agente e executor que desfruta de suas próprias decisões. Trata-se do sentimento de comunidade; b) grande diminuição da atual desigualdade social e económica, na medida em que a desigualdade é o motor da coesão da ordem capitalista, pois impede a participação político-partidária e é sustentáculo da ordem vigente; c) estimular procedimentos pelos quais se viabilizem as propostas de Marx (ditadura do proletariado) e de Stuart Mill (alargamento das franquias e aumento da participação) numa democracia participativa. Esses procedimentos seriam: associações de bairro e de vizinhança, luta pela melhoria da qualidade de vida (poluição, transportes, comunicações, escolas, saneamento), pela liberdade de expressão, pelos direitos das minorias (sexuais, raciais, coloniais), pela cogestão das empresas pelos trabalhadores. Enfim, lutas onde os sujeitos não se vejam como consumidores, mas como produtores; d) enfatizar o peso do ônus social trazido pelo crescimento do capitalismo, as dúvidas quanto às capacidades do capitalismo financeiro para satisfazer necessidades aumentadas pela desigualdade, a consciência dos prejuízos causados pela apatia política (Chauí, 2011: 146).

Este novo paradigma, segundo Chauí (2011), inseriu no debate sobre a democracia a ideia de que o problema não se centra na questão da representação, ou

nos seus níveis, mas sim na modificação da percepção sobre a representação, “na medida em que passa a vincular-se à exigência de participação direta no plano social e político. Para ser representativa, afinal, descobre-se que a democracia precisa ser participativa” (Chauí, 2011: 147). E este é um dos pontos centrais no pensamento contra-hegemónico sobre a democracia, e que se verá amplamente ignorado pela imprensa.

Sob um outro prisma, Sader (2003) analisa uma perspectiva, mais recente, sobre o debate da democracia participativa. O autor afirma que a década de 1980 acarretou para os países periféricos e semiperiféricos, uma ruptura com os projetos de desenvolvimento económico, que, de certa forma, fomentavam a promoção social de extensas camadas da população. Neste processo de cisão emergiram novos movimentos sociais, “formas de organização, políticas locais e regionais, atividades de luta por direitos que, explorando as necessidades reprimidas da população, apontam para horizontes de negação e de superação” (Sader, 2003: 544). Segundo o autor, os primeiros modos de resistência tiveram expressões locais. Os protestos incidiram sobre regiões particularmente atingidas pelas imposições neoliberais, que afectaram certas populações de diversas maneiras, mediante a extinção do emprego formal, a deterioração dos serviços públicos, entre outras questões. O sentido da exclusão social resultante da perda de diversos direitos resultou na promoção de “novas formas de organização, de protesto e de consciência de presença” (Sader, 2003: 545).

Entre um fator e outro, foi se disseminando uma ideologia de apologia do local – que teve na afirmação “Pensar global, agir local” sua expressão mais usual –, como que fazendo da limitação uma virtude – porque abandonando os espaços globais, onde se consolidava o neoliberalismo –, embora buscando explorar todas as forças que essas referências locais permitiam. Assim, enquanto avançava por cima – no plano internacional e nos Estados nacionais em processo de internacionalização – a globalização neoliberal, se desenvolviam experiências locais – de governos, de movimentos sociais, de políticas sectoriais – que renovavam a prática social e política, quando as formas de luta tradicionais se demonstravam impotentes – luta parlamentar, eleições, luta sindical tradicional (Sader, 2003: 545).

Sader defende que, normalmente as experiências políticas ligadas ao termo democracia participativa se opõem aos, ou confrontam os modelos tradicionais da democracia representativa. Para o autor, estas experiências situam-se na contraposição entre “direitos afirmados formalmente”, mas negados na realidade e, também, na aproximação entre o cidadão e as decisões políticas, ou na recuperação e preservação de “minorias políticas, de gênero ou de etnia”. Estas experiências são identificadas nas mais diversas lutas pela afirmação do direito, e nas mais díspares exigências quer quanto ao próprio Estado de direito, ao planeamento territorial, quer ainda quanto a questões de “responsabilidade social” de empresas e de participação de minorias na luta política, podendo, também, ser refletidas através das suas formas clássicas, ou de orçamento participativo.

“A maior novidade” – nas palavras de Sader (2003) – “vem das propostas que apontam para a reforma democrática do Estado, tocando em temas centrais e essenciais dos modelos liberais”, que segundo o autor, separam governantes de governados, concentrando as decisões nas mãos dos representantes políticos que, com isso, “alienam a capacidade de controle e de influência dos eleitores sobre seus representantes” (Sader, 2003: 547). Neste sentido, Sader demonstra que uma das principais questões colocadas pela democracia participativa consiste na qualificação do termo “participação”, confrontando uma concepção liberal chave, que limita a participação ao voto nas eleições dos representantes, as quais se realizam entre longos intervalos de tempo. A democracia participativa tenta, portanto, questionar a sacralização do voto, incentivando o cidadão a participar nas decisões tomadas pelos políticos contestando a política como atividade particular exercida por “profissionais” de uma elite.

Sader defende que as iniciativas de democracia participativa tentam resgatar a dimensão pública e de cidadania da política. O autor afirma que essas iniciativas se norteiam por diferentes motivações, destacando a mobilização de setores sociais que visam políticas públicas como saúde, saneamento básico, educação, segurança pública, mediante reivindicações apresentadas aos governos e a parlamentares, “buscando formas de concretizá-las, pressionando, controlando, buscando manter o nível das mobilizações que pudesse estabelecer uma nova relação entre um sector da cidadania e a política”

Outras formas de ação propõem modos alternativos de estruturação do sistema político, entre os quais diversos autores ressaltam a experiência do orçamento participativo.

Desde as formulações de Nicos Poulantzas (1981) sobre combinação entre democracia representativa e democracia direta, essa formulação não tinha encontrado ainda fórmulas que a materializassem, até que o projeto do orçamento participativo apontou precisamente nesta direção, introduzindo tensões fortes dentro do sistema representativo, que questionam suas formas de existência e ao mesmo tempo formulam embriões de reforma democrática radical do Estado, representando as tendências mais avançadas e ricas de propostas de democracia participativa nas últimas décadas. (Sader, 2003: 547).

Boaventura de Sousa Santos (2006) observa que num espaço público onde o Estado convive com interesses e organizações não estatais, não é viável estar-se apenas adstrito à democracia representativa. O autor defende que a refundação da democracia da administração pública e do terceiro setor se deve basear numa articulação entre os princípios da democracia representativa e os da democracia participativa, podendo incidir “tanto na actuação estatal de coordenação como na actuação dos agentes privados, empresas, organizações não governamentais, movimentos sociais cujos interesses e desempenho o Estado coordena” (Santos, 2006: 345).

## **2.2 A construção da democracia como valor universal**

Conforme se demonstrou, ao longo do século XX, a democracia assumiu um lugar central no campo político. Amartya Sen (1999) defende que a emergência da democracia constituiu o facto mais importante do referido século.

Nevertheless, among the great variety of developments that have occurred in the twentieth century, I did not, ultimately, have any difficulty in choosing one as the preeminent development of the period: the rise of democracy. This is not to deny that other occurrences have also been important, but I would argue that in the distant future, when people look back at what happened in this century, they will find it difficult not to accord primacy to the emergence of democracy as the pre-eminently acceptable form of governance (Sen, 1999: 3).

Sen (1999) argumenta que a democracia, na sua forma conhecida, levou muito tempo a emergir. A sua construção deriva de um longo processo, do qual o autor cita, desde a assinatura da Magna carta, em 1215, até às revoluções em França e nos Estados Unidos, no século XVIII. Entretanto, Sen defende que foi no século XX que a ideia de democracia começou a ser estabelecida como uma forma de governo “normal”, e disseminada por países de todos os continentes. Na perspectiva de Sen, a democracia é por vezes encarada apenas como regra da maioria. O autor refuta esta ideia, pois considera a democracia como um complexo de demandas, que também incluem, a par do voto e do respeito pelos resultados das eleições, uma forma de proteção de liberdades, sejam elas, individuais, coletivas ou de expressão.

Sen (1999) defende que a democracia deveria constituir um valor universal, para cuja adoção as sociedades deveriam ser preparadas, mediante a sua inserção num contexto democrático. Contestando uma ideia geral de democracia associada à regra da maioria ou à formalidade das eleições, o autor argumenta que os pleitos podem sofrer de graves problemas quando ocorrem em contextos nos quais as posições representadas não são claras, ou quando os cidadãos não são livres de obter informações relevantes para considerarem as posições dos candidatos. A democracia, neste caso, é equacionada como um sistema de atendimento de necessidades, sempre em “construção”, e não apenas enquanto sistema mecânico isolado. Nesta perspectiva, os méritos da democracia, e a sua reivindicação como valor universal podem ser relacionados com distintas virtudes associadas a práticas irrestritas.

Neste sistema de atendimento de necessidades, o autor identifica três práticas que podem enriquecer as vidas dos cidadãos. A primeira dita que a liberdade política corresponde a uma parte importante da liberdade humana em geral, pressupondo que a ausência de participação na vida política de uma comunidade constitui uma das maiores privações que um indivíduo pode sofrer. “Exercising civil and political rights is a crucial part of good lives of individuals as social beings. Political and social participation has intrinsic value for human life and well-being” (Sen, 1999: 10). A segunda ressalta que num contexto de conflito entre a democracia e o desenvolvimento económico, a primeira promove o poder de



se escutar o povo, possibilitando um suporte, tanto ao nível político, quanto económico. A última prática sustenta que a democracia possibilita aos cidadãos a oportunidade de aprenderem uns com os outros, e de ajudarem as sociedades a edificar os seus valores e prioridades.

Even the idea of "needs", including the understanding of "economic needs," requires public discussion and exchange of information, views, and analyses. In this sense, democracy has constructive importance, in addition to its intrinsic value for the lives of the citizens and its instrumental importance in political decisions. The claims of democracy as a universal value have to take note of this diversity of considerations (Sen, 1999: 10).

Por conseguinte, a partir destes valores democráticos, o autor constrói o argumento que propõe a democracia como um valor universal, e que possibilita melhorias na vida dos indivíduos. Sen discorda que somente em sociedades economicamente fortes possa haver democracia, e argui que este sistema constitui um importante passo para se combater a pobreza. Com estes argumentos, o autor defende a universalização dos valores da democracia. Ao avaliar-se friamente esta universalização, entra-se na lógica de Tzvetan Todorov (2012) o qual afirma que este discurso universalista pode ser problemático, principalmente, se surgir acompanhado de uma perspectiva messiânica.

Todorov (2012) considera que o principal acontecimento político do século XX consistiu no choque entre o espírito democrático e o espírito totalitário, “apresentando-se o segundo como um corretivo dos defeitos do primeiro”. Ao longo da história deste século, houve várias intervenções militares que foram traçadas, principalmente, pelo que Todorov denomina “messianismo político ocidental”, classificando a democracia como o novo projeto messiânico do ocidente. O autor aponta como principais agentes messiânicos os Estados Unidos e a Europa, pelo facto de estes imporem a democracia ao resto do mundo. Todorov associa a tática adotada por estes “democratas” a fenómenos como os do colonialismo, modernismo, nazismo e comunismo/capitalismo.

O esquema é o mesmo: no momento da ação, anunciam-se as intenções universais e morais – trata-se de melhorar a sorte da humanidade, ou a

de uma de suas partes –, o que provoca um movimento de entusiasmo e, por conseguinte, facilita a realização do projeto. As pessoas se persuadem de que, pelo simples efeito da vontade coletiva, é possível alcançar qualquer fim e avançar indefinidamente no caminho do progresso. Algum tempo depois – um ano, um século –, percebe-se que o objetivo pretensamente universal não o era, que ele correspondia sobretudo aos interesses particulares daqueles que o tinham formulado. Então jura-se não cair mais nessa armadilha – a não ser que as novas circunstâncias sejam de fato excepcionais... (Todorov, 2012: 84).

O fator destacado pode ser observado em diversos discursos, e, no que diz respeito ao discurso dos *media*, é possível identificar a referida messianização da democracia. Esta relação pode ser vista na percepção de Eric Hobsbawm (2011) quando ele afirma que qualquer país que possua determinados elementos de um sistema democrático é oficialmente considerado superior a qualquer outro que não os possua (Hobsbawm, 2011). Basta analisar alguns dos atuais debates em torno dos países considerados não democráticos para se detectar a “superioridade” discursiva que o termo democracia representa sobre outros contextos.

Todorov (2012) aborda a questão das ideologias messiânicas, e classifica-a como uma das maiores inimigas da democracia, principalmente, pelo facto de alguns países se servirem dos termos “democracia” ou “direitos humanos” para intervirem em países terceiros. “Os valores democráticos, brandidos pelos países ocidentais como motivo da intervenção, foram percebidos, pela população de outros países, como a confortável camuflagem de intenções inconfessáveis” (Todorov, 2012: 58).

Como escrevia Charles Péguy no início do século XX: “Na declaração dos direitos humanos há o suficiente para fazer guerra a todo o mundo, durante a duração de todo o mundo”. Vítimas incontáveis seriam necessárias para alcançar o futuro radioso. Mas a natureza desse ideal também é problemática. Basta dizer “liberdade” para ficarmos todos de acordo? Não sabemos que os tiranos do passado invocavam regulamente a liberdade? Além disso, pode-se clamar, como faz o documento presidencial americano, negligenciando milênios de história humana, que “esses valores de liberdade são justos e verdadeiros para toda pessoa, em toda sociedade”? Somos verdadeiramente a favor de toda liberdade, incondicionalmente, inclusive, como se diz, da raposa no galinheiro? E o que vem fazer “livre empresa” entre os valores universais, deve-se travar guerra contra todos os países que praticam

uma economia estatizada? Quanto à “democracia” e à igual dignidade de todos os membros do gênero humano que ela implica, será que ainda a estamos praticando quando impedimos os outros povos de escolher por eles mesmos seu destino? (Todorov, 2012: 59).

O risco para a democracia inserida na própria “experiência” democrática, também pode ser encontrado fora das situações de guerras que remetem ao discurso de “segurança”, mediante o que Todorov denomina “utopismo sanitário preventivo”, ou seja, do desejo de afastar os riscos sociais, excluindo todos e quaisquer “agentes de potenciais transtornos”. Para o autor, tal discurso representa uma ameaça para a democracia, pois gera “uma sociedade de segurança absoluta, de tolerância zero, de prevenção radical, de prisão preventiva, de desconfiança sistemática em relação ao estrangeiro, de vigilância e de controle generalizado” (Todorov, 2012).

Outro perigo inserido na ideia da messianização da democracia é mencionado pela análise de Hobsbawm (2007), o qual afirma que o discurso democrático “dá às pessoas que não usufruem dessa forma de governo a ilusão de que ela realmente governa os que vivem sobre sua vigência” (Hobsbawm, 2007: 119). O autor questiona este argumento, analisando as políticas dos países ditos democráticos, e, citando diversas decisões (como a participações em guerra e deliberações acerca de políticas monetárias) tomadas pelos setores privados, nas quais a democracia eleitoral e as assembleias participativas pouco ou nada interferem.

Hoje sabemos algo a respeito da maneira pela qual foram tomadas as decisões de ir à guerra contra o Iraque em pelo menos dois países de inquestionáveis credenciais de boa fé democrática: Os Estados Unidos e o Reino Unido. Sem mencionar seu envolvimento com problemas complexos de ocultamento e enganos, a democracia eleitoral e as assembleias participativas tiveram pouco a ver com esse processo. As decisões foram tomadas em privado por pequenos grupos de pessoas, de um modo que não é muito diferente do que teria ocorrido em países não democráticos. Por sorte, a imprensa não pôde ser tão facilmente posta de lado no Reino Unido. Mas não é a democracia eleitoral que necessariamente assegura a liberdade de imprensa, os direitos dos cidadãos e um poder judiciário independente (Hobsbawm, 2007: 120).

A imprensa pode tornar-se um instrumento para fortalecer a democracia, quer representativa, quer participativa. A comunicação torna-se fundamental para um amplo debate, mas para que tal suceda, é preciso, como afirma Hobsbawm (2007), que esta esteja livre de interesses que sejam capazes de suprimir os seus recursos discursivos. Portanto, a seguir, apresenta-se o debate à volta dos *media*, mais precisamente, da imprensa popular.



### Capítulo 3 – A parte que cabe ao jornalismo

Neste capítulo busca-se discutir e problematizar a função do jornalismo nas sociedades democráticas. Parte-se da constatação de que os grandes jornais são produtos vinculados às empresas e/ou organizações financeiras<sup>5</sup> cujos objetivos principais incluem o lucro. Os conglomerados de comunicação estão inseridos num campo de disputa de poder, com interesses privados<sup>6</sup>. Sobre esta perspectiva, inicia-se uma releitura sobre as teorias da comunicação que relacionam o jornalismo com a democracia. A seguir, parte-se para uma discussão que visa identificar o que é considerado popular para o jornalismo com a mesma designação e como este se vincula ao debate sobre a democracia.

O primeiro ponto evidencia o que é o jornalismo para a democracia. Interroga-se e problematiza-se a ideia de liberdade de imprensa nestas sociedades, com base na ideia de liberdade de expressão como um dos pilares da democracia liberal. Finaliza-se este capítulo tentando-se definir o que leva o jornalismo popular a ser ou não “popular”, e determinar quais das perspectivas identificadas neste produto são mais relevantes.

Defende-se o jornalismo popular como uma mercadoria produzida para difundir informações, não ‘dos’ sem poder, mas ‘para’ os sem poder, de forma vertical. O público alvo deste produto, delimitado pelas empresas de comunicação, a partir de fatores económicos, é categorizados como ‘classes de consumo’ “C” e “D”<sup>7</sup>. Aqui é pertinente aplicar-se visão gramsciana sobre a comunicação social, que a identifica como um instrumento para reforçar e difundir o poder hegemónico<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> “A growing section of the world’s media has been taken over major industrial and commercial concerns such as General Electric, Westinghouse, Toshiba, Fiat, Bouyges and Santo Domingo Groups, in development that extend from the United States and Japan to Hungary and Colombia. A number of media organizations has also grown into huge leisure conglomerates that are among the largest corporations in the world. The issue is no longer simply that the media are compromised by their link to big business: the media are big business” (Curran, 2002: 220).

<sup>6</sup> Apesar de ser uma empresa, há que se ressaltar, como afirma Márcia Franz do Amaral (2006), que o jornalismo se afirma socialmente como “produtor de conhecimento e construtor da realidade pública” (Amaral, 2006: 23).

<sup>7</sup> Nesta categorização, estão cinco camadas, de “A” a “E”, sendo “A” a pertencente a elite económica e “E” dos indivíduos com menor rendimento.

<sup>8</sup> O autor também defende que, por vezes, discursos contra-hegemónicos podem emergir nos meios de comunicação. Entretanto, segundo Traquina, utilizando os movimentos sociais como exemplo a

A ideia de poder, aqui veiculada prende-se ao conceito de Boaventura de Sousa Santos (2002), que o classifica como toda a relação social regulada por trocas desiguais, as quais abrangem a maioria das condições que demarcam a ação individual e a vida, assim como, “os projectos e as trajectórias pessoais e sociais, tais como bens, serviços, meios, recursos, símbolos, valores, identidades, capacidades, oportunidades, aptidões e interesses” (Santos, 2002: 248).

Conforme destaca Santos (2002) nas sociedades capitalistas ocidentais, o que mais caracteriza as relações de poder é o facto de a desigualdade material estar profundamente ligada à desigualdade não material, principalmente, no que diz respeito às desigualdades de educação, das capacidades expressivas, representacionais e comunicativas, assim como à “desigualdade de oportunidades e de capacidades para organizar interesses e para participar autonomamente em processos de tomada de decisões significativas” (idem, 2002: 248). Esta relação de poder é perceptível também nesta definição de jornalismo, que seleciona o que se destina ou não ao consumo informativo de um público elitizado ou popular. Busca-se aqui perceber a relação restrita do jornalismo como formador e difusor de informação.

### **3.1- Jornalismo enquanto um dos “pilares” da democracia**

O desenvolvimento dos meios de informação de massas, intensificado devido ao progresso da sociedade industrial do século XIX, relacionou-se com “a industrialização da imprensa e a paralela penetração do capitalismo neste sector, em contexto democrático, permitindo profissionalizar o jornalismo e concebê-lo como uma actividade orientada para a elaboração e divulgação de informações” (Garcia, 2009: 25). O surgimento de jornais de informação, no século XIX, integra o mesmo contexto “sócio-histórico” do crescimento das cidades, da expansão dos mercados, tanto a nível nacional quanto internacional, e do incremento de novas formas de transportes. Segundo Garcia (2009), os jornais de informação passaram a deter, simultaneamente, características de produto cultural e empreendimento comercial, e a ser fonte de lucro mediante a publicidade e as vendas. Isso deu origem ao

---

afirmar que estes só conseguem espaço nos *media*, caso adotem as regras impostas por estes. Ou seja, os contra movimentos, têm de conseguir conquistar os jornalistas utilizando uma linguagem “adequada”.

capitalismo jornalístico que, após a criação da rádio e da televisão, ficou mais latente.

Por sua vez, Nelson Traquina (2007) aponta três momentos fundamentais na história do jornalismo em democracia. O primeiro consiste na sua expansão, que se inicia no século XIX, a partir da imprensa, e irrompe no século XX com os novos meios de comunicação social, como a rádio e a televisão. O segundo constitui a comercialização das notícias, com a transformação do produto jornalístico em bem de consumo. E por último, a emergência do pólo intelectual, que se resume na profissionalização dos jornalistas, trazendo consigo a definição das notícias em função de valores e normas que apontam para o papel social da informação em democracia (Traquina, 2007), e o seu papel económico na sociedade capitalista.

#### ***a- A questão da liberdade de imprensa e a (in)visibilidade do oligopólio mediático***

A questão da liberdade de imprensa é importante no debate que relaciona meios de comunicação e democracia, sobretudo, pelo facto de os meios tradicionais estarem hoje a ser questionados quanto às suas liberdades institucionais, principalmente devido ao advento dos novos meios de comunicação, em que o receptor também é emissor de informações, possibilitando a emergência de outros tipos de discurso (McQuail, 2003).

O discurso tradicional ligado à liberdade de imprensa surge frequentemente associado ao Estado, pelo facto de a legitimidade jornalística se afirmar perante o antagonismo do poder político, inserida num processo prolongado e contínuo pela conquista da liberdade e da democracia (Traquina, 2007). Segundo Traquina (2007), a luta pela liberdade começa contra a censura do poder absoluto das monarquias, e prossegue na implementação da República, e dos ideais da declaração dos direitos humanos.

Impulsionado pelas revoluções americana (1776) e francesa (1789), a liberdade torna-se um princípio sagrado. Reza o artigo 11 da Declaração do Homem e do Cidadão, aprovada em agosto de 1789: ‘A livre circulação de pensamento e opinião é um dos direitos mais preciosos do Homem. Todos os cidadãos podem portanto falar, escrever e publicar



livremente, excepto quando forem responsáveis pelo abuso desta liberdade em casos bem determinados por lei'. O marquês de Mirabeau defendeu a declaração nos Estados Gerais, onde afirmou: 'Que a primeira das vossas leis consagre para sempre a liberdade de imprensa. Esta é a mais intocável, a mais incondicional liberdade – sem a qual as outras liberdades nunca poderão ser asseguradas (Traquina, 2007: 30).

Sob outro prisma, John Keane (2002) identifica que foi em Inglaterra, no século XVII, que emergiu o princípio moderno da ideia de liberdade de imprensa. O autor aponta alguns discursos fundadores daquilo que designa como “filosofia da liberdade de imprensa”. A primeira linha, que data de meados do referido século, relata a abordagem teológica, que condenava a censura estatal em nome da capacidade racional dos indivíduos atribuída por Deus (Keane, 2002). A seguinte relaciona a liberdade de imprensa com a teoria dos direitos naturais. Nesta percepção, a liberdade de imprensa é uma “garantia de independência dos presunçosos da política, dos logros do parlamento e da escravatura do governo” (Keane, 2002). No final do século XVII e princípio do século XVIII, desenvolveu-se a terceira teoria apresentada por Keane, a do utilitarismo, a qual defendia que a censura do Estado à “opinião pública era uma porta aberta ao despotismo e contrariava o princípio da maximização da felicidade dos governados” (Keane, 2002). A última linha afirma que a liberdade de imprensa visa alcançar a verdade mediante a discussão pública, que inclui todos os cidadãos.

Keane defende que a concepção contemporânea de “liberdade de imprensa” está associada, principalmente, ao liberalismo do mercado excluindo assim a ideia do poderio económico enquanto agente que possa inibir esta liberdade. Segundo o autor, a diversificação de produtos jornalísticos está intimamente ligada ao capital privado. Keane assinala a considerável expansão ocorrida nesta área, sobretudo, no século XX, quando, além da diversificação gráfica, se desenvolveu a variedade mediática.

Keane apresenta o que seria a lógica hegemónica da “indústria dos *media*”, dos “intelectuais adeptos do liberalismo de mercado” e de outros atores da sociedade, quanto os valores contidos na liberdade de imprensa, associados à liberdade de mercado. Esta perspectiva defende que a concorrência do mercado é uma condição essencial para a existência da liberdade de imprensa. “Os *media*

conduzidos pelo mercado asseguram a concorrência. Esta permite que os consumidores individuais decidam o que querem comprar” (Keane, 2002).

Rebatendo esta lógica, Cicilia Perruzo (2002) discorda da tese liberal sobre as liberdades informativas e de comunicação, alegando que, na sociedade globalizada e centrada ao mesmo tempo no local e no comunitário, uma teoria orientada apenas “no sentido de informar, vertical e unilateralmente” não é inteiramente válida. Perruzo defende que a exigência atual é pela liberdade de comunicação, e que esta deve existir de forma horizontal, em que o receptor também atue como emissor, sendo-lhe permitido uma participação ativa nos processos de comunicação. Para a autora, o conceito do direito de comunicar, no sentido de liberdade de opinião e de expressão enquanto direito humano, deve ser ampliado para além do direito reservado a grandes conglomerados de comunicação.

A autora ressalta que a liberdade de comunicação compreende a possibilidade de acesso a diferentes canais de informação, como aqueles denominados *media* comunitários, locais, participativos ou “alternativos”. “Nessa perspectiva, o princípio básico é a democracia comunicacional, sintetizada nos vários tipos de veículos, na variedade de proprietários dos meios de comunicação e na pluralidade de conteúdos” (Perruzo, 2002: 78).

Também a refutar a perspectiva liberal, a concentração dos meios de comunicação e a ligação dos poderes hegemónicos aos grandes conglomerados, Todorov (2012) menciona que, hoje em dia, os grandes meios de comunicação estão totalmente voltados para o capital, apresentando pouca variedade temática, e que tal facto se deve à concentração dos *media*. O capital, ao gerir os meios de comunicação condiciona a liberdade, pois, pelo facto de indivíduos e instituições poderosas terem a possibilidade de impor as suas vontades, a sociedade passa a não ser fundamentada por um sistema democrático, mas sim por uma plutocracia, em que o povo é detido pelo dinheiro e não pelo povo (Todorov, 2012).

Numa perspectiva que se cruza com as críticas à visão liberal, Milton Santos (2001) considera que a concentração dos meios de comunicação constitui uma das características perversas da globalização, ressaltando o modo como a informação é oferecida aos indivíduos, vinculado à emergência do capital enquanto motor da vida económica e social. Os alicerces das ações hegemónicas vinculam-se ao sistema

ideológico, e levam ao “império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo”, bases dos novos totalitarismos (Santos, 2001).

Para o autor, as novas condições técnicas de difusão de informação deveriam permitir a “ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca” (idem, 2001: 46). Entretanto, o que sobressai é o papel imperativo da informação vinculada, sobretudo à concentração destes meios nas mãos de poucos atores que os utilizam em função de objetivos particulares. Por estes meios estarem concentrados nas mãos do Estado e de organizações privadas, o processo de criação de desigualdades é aprofundado. As diferenças sociais acabam reforçadas por esta estrutura. “É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle” (Santos, 2001: 46).

#### ***b- Repensar os papéis dos media nas sociedades democráticas***

Marilena Chaui (2006) defende que, independentemente do estatuto económico, um indivíduo participa da vida social na proporção das informações que detém. Por outras palavras, a (in)dependência de um indivíduo, ou ainda a sua capacidade de emancipação, está diretamente ligada ao tipo de informações e conhecimentos de que este dispõe.

Isto significa que nas discussões acerca das condições sociais da democracia algumas questões merecem ser focalizadas: A) Como os indivíduos recebem a informação? B) Quais as informações lhes são dadas? C) Quando as são? D) Quem as dá? E) Com que fim as recebem – para serem fixados em certos pontos determinados do sistema social ou para dar-lhes liberdade de trânsito entre um sector e outro? F) Podem os indivíduos tirar igual partido das mesmas informações, ou a homogeneidade serve apenas para ocultar uma desigualdade social e económica reforçada pela própria “igualdade” de informações? (Chaui, 2011: 153).

Nas sociedades onde se desenvolveu a ideia de cultura de massas, foram criadas duas distinções, bastante explícitas, entre “o discurso competente (a fala e o saber do especialista), e a massa (o agregado amorfo e sem fisionomia dos

receptores de conhecimento)” (Chauí, 2011: 154). A ideia de competência tem a função de marcar a desigualdade entre os detentores e os desprovidos de saber. Uma das regras desse procedimento – quanto à qual Chauí condena, em grande parte, a promessa de alcançar e deter saber, promovida pela “magia dos meios de comunicação” – consiste em recriar novas barreiras e desigualdades, muito mais sutis do que as barreiras econômicas e sociais: “agora, as barreiras e distâncias são erguidas entre cada indivíduo e sua própria experiência” (Chauí, 2011: 154). Outra regra dita a invasão social da ideia de competência, tornando o indivíduo dependente em diversas instâncias. Vários discursos emergem entre os indivíduos e o mundo que os cerca, conforme exemplifica Chauí: sexológico, entre homem e corpo; ecológico, entre homem e natureza; pedagógico, entre aluno e professor. A construção de um mundo competente, segundo a autora, serve para intimidar os indivíduos não competentes, pois não deter um conhecimento é socialmente considerado como uma incapacidade. A competência adiciona a regra da exclusão ao estatuto de interdição que pesa sobre o saber: “é mais do que ser “menor” – é ser associal, detrito, incapaz. É ser lançado fora do circuito da socialização, ficando à beira da “Natureza” (o “louco”, o “infantil”) (Chauí, 2011).

A última regra desta segregação cognitiva prende-se com “o monopólio da informação, conseqüentemente, do saber, e da manipulação”. A autora, classifica-a como a mais grave das regras, por possibilitar a construção de “uma caricatura democrática no plano da cultura”, principalmente, no âmbito da cultura popular, mediante a manipulação da cultura popular pela classe dominante, (citando as feiras de artesanatos, os festivais de música e dança folclóricas e, também, mas em outra medida, pode acrescentar-se, a imprensa popular), “para exibir, simultaneamente, a criatividade ‘das ordens inferiores’, e fazer delas o repositório das ‘tradições nacionais” (Chauí, 2011: 156). A autora, neste ponto, refere-se à ilusão criada por uma manipulação demagoga da cultura como sendo coletiva, pública, e de fácil acesso.

Apesar de a questão da manipulação ser bastante debatida em diversos estudos, e ser bastante complexa, no que diz respeito à sua amplitude, urge uma reflexão sobre a possível influência e o poder que os meios de comunicação exercem sobre a sociedade. Há diversos estudos que analisam os efeitos dos *media*

nos indivíduos. Na teoria dos *mass media*, de orientação sociológica, defende-se uma abordagem de efeitos limitados, ou seja, nega-se a teoria hipodérmica<sup>9</sup>, que fala de manipulação e propaganda, e, também, se questiona a teoria psicológica-experimental<sup>10</sup>, que se refere à persuasão. Na vertente sociológica, classificam-se os efeitos dos *media* como apenas uma das influências que os indivíduos sofrem na vida. Seja qual for a corrente de investigação sobre os efeitos dos meios de comunicação, o poder dos *media* é sempre enfatizado, com maior ou menor amplitude, no que diz respeito aos efeitos sobre os indivíduos.

Pressupondo que os *media* exercem influência na vida dos indivíduos, passa-se para as visões das teorias da comunicação que se referem à relação do jornalismo com a democracia. Há diversas referências sobre a importância deste último para o sistema democrático, muitas delas afirmando que a imprensa desempenha um papel fundamental na configuração das sociedades democráticas. Schudson (2010), por exemplo, define que uma das funções do jornalismo contemporâneo consiste em “representar a democracia representativa”.

Colin Sparks (1997) destaca esta relevância, ao afirmar que tanto na discussão académica, quanto na crença interna dos jornalistas, prevalece a ideia de que o jornalismo é fundamental para o funcionamento das sociedades democráticas ocidentais. O autor evidencia os argumentos que defendem, a qualquer preço, que os meios de comunicação devem ser livres e independentes, por constituírem partes fundamentais de uma estrutura política assente na representação. O jornalista transforma-se num representante não eleito do discurso político. É a partir dos meios de comunicação que os cidadãos são informados acerca dos acontecimentos no mundo, e sobre os políticos que os representam. Esta representação discursiva ajuda a formar uma opinião sobre as questões políticas fundamentais, o que atesta a importância da prestação do serviço do jornalismo para a sociedade democrática.

---

<sup>9</sup> “A posição defendida por este modelo pode sintetizar-se na afirmação segundo a qual <cada elemento do público é pessoal e directamente ‘atingido’ pela mensagem> (Wright, 1975, 79)” (Wolf, 2009: 22)

<sup>10</sup> Esta teoria avalia o processo comunicativo, o jogo na relação entre emissor, mensagem e destinatário. Defende que a persuasão do destinatário da mensagem é possível, caso “ a forma e a organização da mensagem forem adequadas aos factores pessoais que o destinatário activa quando interpreta a própria mensagem”. (Wolf, 2009: 34)

Como exemplo desta visão sobre os meios de comunicação, o autor utiliza o texto a seguir, publicado pela *British Royal Commission*:

Newspapers and periodicals serve society in diverse ways. They inform their readers about the world and interpret it to them. They act both as watch dogs for citizens, by scrutinising concentration of power, and as a means of communication among groups within the community, thus promoting social cohesion and social change. Of course, the press seek to entertain as well as to instruct and we would not wish to dismiss this aim as trivial, but it is the performance of the serious functions which justifies the high importance which democracies attach to a free press.<sup>11</sup>

Criticando a construção de uma ideia unívoca e generalizada sobre a imprensa, Sparks (1997) considera que o discurso acima classifica o jornalismo como algo único. Ele afirma que este discurso que enfatiza a importância da imprensa na sociedade não é tão aplicável aos exemplos mediáticos de hoje. A crítica do autor recai sobre um problema estrutural nestes discursos, que leva o jornalismo e a imprensa a serem pensados como um todo homogêneo. Desconstruindo esta noção, o autor afirma que é necessário perceber a heterogeneidade da imprensa, visto que hoje em dia, muito do que os jornais publicam está diretamente relacionado com o entretenimento, e pouco com temas, que ele considere sérios, fator observado pela emergência das *soft news*<sup>12</sup> e pela diminuição das *hard news*<sup>13</sup>. Sparks considera que os jornais impressos de grande circulação já não desejam articular diferentes opiniões, ajudando assim a manter as condições necessárias para a efetivação de uma democracia burguesa.

Para sanar estes equívocos em relação ao jornalismo, o autor defende que são necessárias concepções heterogêneas sobre os meios de comunicação. A mudança de pensamento sobre estes, afirma, pode começar pelo reconhecimento de que há uma estrutura complexa por detrás deles, com diferentes interesses, económicos, políticos ou sociais. Por isso, as concepções de liberdade e

---

<sup>11</sup> Royal Commission on the Press: Final Report, London: HMSO, Cmnd. 6810, 1977, p.8 (*apud* Sparks, 1997)

<sup>12</sup> The more a news item is not politically relevant, the more it reports in an episodic way, focuses on individual consequences of events, is personal and emotional in style, the more it can be regarded as soft news” (Reinemann *at al.* 2011)

<sup>13</sup> “The more a news item is politically relevant, the more it reports in a thematic way, focuses on the societal consequences of events, is impersonal and unemotional in its style, the more it can be regarded as hard news” (Reinemann *at al.* 2011).

independência têm de ser confrontadas com a falta de “seriedade” de algumas produções mediáticas, no que se refere ao projeto de construção da democracia. Não se trata de limitar as liberdades, mas sim de determinar o que é jornalismo e o que é entretenimento. Nesta crítica de Sparks, há um discurso favorável a um jornalismo não isento, ou seja, mais claro perante as posições políticas que está a representar.

A partir da diversificação e da reflexão sobre o papel dos meios de comunicação nas sociedades democráticas, Hélia Santos (2006) avalia a questão dos *media* como esfera pública, desde a concepção habermasiana, centrada numa realidade datada e abstrata, até às transformações ocorridas<sup>14</sup> no sentido de uma esfera pública mais diversificada e abrangente, resultante do capitalismo avançado, e da expansão dos meios de comunicação social de massa. De acordo com a autora, tal transformação promoveu uma reformulação nas teorias sobre participação democrática, na medida em que não é possível hoje falar-se atualmente de cidadania, ou sobre o direito a ela, sem se falar no acesso a informação, como também refletido acima por Marilena Chaui e Milton Santos. Neste sentido, Hélia Santos (2006) considera a função dos meios de comunicação “de ajudar os/as cidadãos/as a aprender sobre o mundo, debatê-lo e agir sobre ele”. Para a autora, o papel educativo dos *media* tem de ser avaliado de forma crítica, tentando-se perceber se eles adotam uma “função educativa emancipatória ou opressora, questionadora ou perpetuadora de estereótipos” (Santos, 2006: 7).

Teuh Van Dijk defende que os *media* promovem a manutenção de uma estrutura de poder. O autor afirma que, neste contexto, no qual os *media* ocupam o topo de uma estrutura de poder, o conceito de liberdade de imprensa pode ser facilmente substituído por controlo, ou poder. “Minha análise sobre o poder sugere que, em tais casos, o conceito de “liberdade” pode ser simplesmente traduzido, com frequência, como nosso “poder” ou “controle”” (Van Dijk, 2010: 77).

---

<sup>14</sup>The public sphere is a concept which in the context of today’s society points to the issues of how and to what extent the mass media, especially in their journalistic role, can help citizens learn about the world, debate their responses to it and reach informed decisions about what courses of action to adopt. (Curran, 1997: 1 *apud* Santos, 2006).

### *c- Quarto poder e o campo político*

No ano de 1828, ainda sobre a influência da Revolução francesa, quando McCaulay se referiu ao *quart état* (o termo francês para Estado) ou poder, tinha como quadro de referência os *três états* da Revolução francesa: o clero, a nobreza e o *troisième état*, englobando os burgueses e o povo. No novo enquadramento da democracia, com o princípio de poder controla poder, a imprensa (os *media*) seria o quarto poder em relação aos três: o poder executivo, o legislativo e o judicial (Traquina, 2007:31).

Traquina (2007) defende que o jornalismo continua a ser um quarto poder, por ter acesso facilitado às fontes oficiais, e por sustentar “o poder instituído e o *status quo*”. Para o autor, o jornalismo não constitui um campo fechado de poder e pode ser mobilizado por movimentos sociais e contestatários, mas somente se os mesmos souberem “criar estratégias de comunicação que utilizam numa luta simbólica jogada, nas sociedades democráticas, no tabuleiro de xadrez jornalístico” (Traquina, 2007). Portanto, a partir destas palavras, é possível definir que, para os movimentos sociais conseguirem entrar no jogo do grande jornalismo, eles têm de criar um discurso apelativo para os *media*. Caso contrário, podem ser mal interpretados por quem é dono do “tabuleiro de xadrez”.

Assim como os movimentos sociais, citados por Traquina, que precisam de criar formas para atrair os meios de comunicação, Félix Ortega (2011) afirma que os políticos, se querem alcançar a atenção mediática, têm de aproximar os seus esquemas da lógica dos *media* para tirarem benefícios desta relação, económicos, de prestígio ou de influência social. “De ahí que simultáneamente al proceso de transformación de la información en entretenimiento (*infotainment*), la política se vaya configurando también como política espectáculo (*politainment*)” (Ortega, 2011: 13).

De acordo com Antonio Albino Canelas Rubim (2000), a partir desta percepção da notícia, o campo da política procura manipular e controlar a capacidade de aparecimento. Para tal, aciona vários dispositivos que estão ao seu alcance, os quais segundo o autor, vão desde as legislações que aquela elabora, inclusive acerca dos *media* e do seu uso político “passando por sua privilegiada



posição de fonte autorizada pela posição de autoridade social, até outros de proveniência eticamente problemática, como a censura, a cooptação” (Rubim, 2000: 83).

Sobre o terceiro ator da comunicação política, a cidadania, Félix Ortega (2011) afirma que a sua presença é mais uma ausência gritante, por constituir o elo mais fraco da cadeia comunicativa. Esta ausência conjuga-se pela falta de participação no processo de comunicação. “A decir verdad, no encontramos en estos procesos comunicativos la participación, tan ensalzada en nuestra época, de la sociedad civil, sino un sucedáneo de ella, un constructo de factura mediática al que se denomina ‘opinión pública’” (Ortega, 2011:13). Nesta afirmação, o autor não fala sobre a ideia de opinião pública como um conjunto, mas sobre a “particular e a peculiar” representação que os meios de comunicação fazem sobre a mesma.

#### **d- A função de *watchdog*: O cão que vigia nunca morde o dono**

A função principal estabelecida pela democracia – que equaciona o jornalismo como um possível poder, de acordo com a perspectiva liberal, e que justifica a liberdade dos meios de comunicação perante os governos – é a de que os *media* devem vigiar o Estado, ou seja serem o denominado *watchdog*. De acordo com James Curran (2002), o argumento da perspectiva liberal defende que esta função só é passível de ocorrer quando os *media* estão ancorados num mercado livre, com total independência do governo. Nesta visão, quando os *media* são regulados pelo Estado, eles perdem o poder de controlo dos governos, e podem tornar-se um *Rottweiler* ao seu serviço.

Curran (2002) defende que, apesar da importância desta função de vigilante em relação ao governo, tal argumento não pode ser visto de forma ingénuo, visto que, a ideia de *watchdog* surgiu na época em que os *media* pautavam as suas agendas, principalmente, por temas de interesse público, e abordavam questões políticas, o que, no caso, não se aplica à maioria dos grandes *media*, sobretudo direcionada para o entretenimento.

Além disso, a teoria liberal sustenta que somente os governantes devem ser objeto de vigilância, pensamento derivado do período em que os gestores do Estado eram comumente considerados como os únicos que detinham poder. Curran

(2002) sustenta que esta visão é falha, por ignorar a influência do poder económico. Por isso, propõe uma nova concepção em que os *media* sejam concebidos para serem fiscalizadores tanto das autoridades públicas, quanto das privadas.

### 3.2. - O “popular” do jornalismo nas sociedades democráticas

Walter Benjamin (2006) classifica o jornal como um palco de confusão literária, onde “a ciência e as belas-letras, a crítica e a produção, a cultura e a política seguem sentidos divergentes, sem qualquer relação ou ordem entre si”. Na plateia, o público, diverso e impaciente; o político, que espera uma informação; o espectador, um conselho; o marginalizado, “que julga ter o direito de ser ele próprio a exprimir os seus interesses” (Benjamin, 2006: 277). Esta passagem de Benjamin, apesar de não se referir, diretamente, à imprensa popular, mas sim ao público como autor, na imprensa soviética, destaca os sentimentos de quem é marginalizado por uma imprensa burguesa.

Em alguns contextos, a “imprensa liberal” de classe média, da metade do século XIX, segundo Hall (2011), foi construída a partir da eliminação e marginalização “da imprensa local radical da classe trabalhadora”. Contudo, a par deste processo, outro fator marcou a mudança nesta área: a emergência da imprensa comercial popular, concretizada por causa da emergência em massa de um público amadurecido e desenvolvido da classe trabalhadora. De acordo com Hall, os efeitos deste fenómeno foram profundos, e não se restringiram ao âmbito “cultural”, pois geraram uma reestruturação geral da indústria cultural, tanto na base do capital, quanto na sua estrutura, que se vinculou a novas tecnologias e a novos processos de trabalho. Entretanto, uma das consequências principais desta emergência constituiu na reorganização das relações culturais e políticas entre as classes dominadas e dominantes.

uma mudança intimamente ligada à contenção da democracia popular na qual “nosso estilo democrático de vida” hoje parece tão firmemente baseado. Seus resultados são palpáveis ainda hoje: uma imprensa popular, que quanto mais se encolhe mais se torna estridente e virulenta; *organizada pelo capital “para” as classes trabalhadoras*; contudo, com raízes profundas e influentes na cultura e na linguagem do “João ninguém”, “da gente”; com poder suficiente para representar para si

mesma esta classe da forma mais tradicionalista. Esta é uma fatia da história da cultura popular que vale a pena elucidar (Hall, 2011: 235).

A apropriação pela classe dominante da voz dos marginalizados e a sua transformação em produto mediático, pode ser associada a uma das formas pelas quais o poder hegemónico reforça e difunde o seu discurso. Entretanto, vale ressaltar que esta dominação nunca é total, dando, por vezes, espaço a alguns discursos contra-hegemónicos.

#### **a- Jornal popular x jornal de referência**

Jornal de referência: caracteriza-se pela atenção que dá aos temas de política, economia e cultura. Tem uma linguagem cuidada e grande respeito pelo cumprimento das regras deontológicas. Evita o sensacionalismo e atribui importância ao espaço de opinião.

Jornal popular: dirige-se a um público alvo menos culto e exigente. As suas capas recorrem a títulos em grandes parangonas; os casos de polícia e tribunal, desporto e sexo, aliados ao tratamento noticioso sobre figuras conhecidas da moda e da TV, constituem seu campo preferencial de acção (Figueira. 2012: 70).

“Público alvo menos culto e exigente”: neste ponto encontra-se a base corrente da conceptualização da imprensa popular, um tanto ou quanto problemática, se partirmos do princípio que não se pode quantificar até que ponto a exigência de quem lê um jornal A é diferente da exigência de quem lê um jornal B (seja popular ou não) tal como não se pode quantificar a cultura de quem lê um ou outro jornal. Portanto, neste ponto, o que diferencia a classificação de um jornal de referência de um jornal popular prende-se, sobretudo, com a proveniência dessa classificação. Márcia Franz Amaral (2006) afirma que é preciso abandonar certos preconceitos ligados à avaliação corrente sobre a imprensa popular, tal como o vínculo desta ao sensacionalismo e ao “mau gosto”. “Os jornalistas precisam manter a postura crítica às práticas condenáveis desses jornais, mas devem também deixar de lado os preconceitos com o universo cultural desse segmento” (Amaral, 2006).

Assim como Amaral, John Storey (2001) defende que é preciso haver uma superação crítica perante o objeto, visto que, muitas vezes, as avaliações sobre este

gênero jornalístico decorrem sob uma perspectiva moralista, que não colaboram para a compreensão do objeto. “This does not mean that we must “defend” the popular press in any simplistic populist or “anti-elitist” manner, but suggest an understanding of it which differs from the usual lamentations about ‘commercialism’, ‘vulgarity’” (Storey, 2001).

Quanto aos pontos problemáticos das análises deste objeto, é possível observá-los em diversos autores da literatura da ciência da comunicação que categorizam e comparam tipos de imprensa. Pode notar-se nestas classificações, que o “popular” é confrontado com diferentes quesitos, como “sério”, “referência”, “de qualidade”, ou conjugada com outros tantos, como “tablóide”, “sensacionalista”, “marrom”, “rosa”, “má qualidade”. O elitismo diante da questão pode ser identificado por todas estas classificações negativas atribuídas à imprensa popular. A questão social, por vezes, é ignorada, e não é tão corrente observar, exceptuando os casos de teorias críticas, o paralelo entre uma imprensa popular e uma imprensa de elite. Quanto a estas distinções, Itania Maria Mota Gomes (2008) defende que, na perspectiva dos processos sociais e culturais hegemónicos “falar de jornalismo popular deveria significar falar em jornalismo popular massivo” (Gomes, 2008). Relacionando a questão com a concepção de popular nos estudos culturais, a autora questiona se “a distinção jornalismo/jornalismo popular não se justifica apenas com um processo simbólico no qual o jornalismo naturaliza sua vinculação histórica com o projeto moderno, burguês, de sociedade” (Gomes, 2008: 76).

Demonstrando a lógica pela qual as empresas criam o jornalismo popular como produto, Márcia Franz Amaral (2006) afirma que existe um conceito prévio das empresas, para direccionar os seus produtos informativos a determinados públicos. “Com pesquisas mercadológicas ou normas preestabelecidas nos manuais (“Colocar-se no lugar do leitor”), a imprensa forma uma noção de seu público, do que ele deseja e do que ele necessita” (idem, 2006). É nesta imagem de público, a qual pode nem sempre ser fiel, que os jornalistas se baseiam para a construção dos seus textos, e da notícia. “A imagem do que deva ser o público de determinado jornal ou programa fica presente na cabeça dos editores e jornalistas, mesmo que não opere de forma consciente no cotidiano” (idem, 2006: 60).

A imprensa cria maneiras de dirigir-se ao público e de vincular suas matérias aos interesses desse leitor. Com base na análise do jornal, é possível responder: “Quem este jornal pensa que é? Quem este jornal deseja que o leitor seja?” É claro que os leitores podem não ser exatamente o que o jornal pensa que ele é, mas via de regra a imprensa oferece recompensas sedutoras para os leitores que com ela se identificam, sejam elas da ordem da visibilidade, do assistencialismo, da prestação de serviços, do entretenimento ou da ordem dos brindes, shows gratuitos e promoções diversas (Amaral, 2006: 60).

Quando os jornais diários são segmentados por renda e escolaridade, evidencia-se uma representação do leitor por parte dos interesses jornalísticos a qual pode ser questionável, por manter, frequentemente, o leitor popular à margem da compreensão de temas que os jornais imaginam não ser do seu alcance. “Esta subestimação ocorre quando os jornais imaginam que ao leitor popular não cabe saber sobre determinados assuntos ou ter acesso a determinados enquadramentos” (Amaral, 2008).

### **b – Características, generalizações e (mitos?)**

A imprensa popular é rodeada por diversas generalizações e mitos que se agregam em diferentes categorizações. Não que seja interesse desta pesquisa, quando se definem os pontos a categorizar ou criticar, urge entrar em ruptura com conceitos culturais pré estabelecidos. Por isso, passa-se a rever algumas das ideias comumente ligadas ao referido gênero jornalístico.

#### ***“Seriidade diferente de popular?”***

Uma das contradições da vinculação do termo de popular ao jornalismo prende-se com o modo como os estudos de comunicação, normalmente, classificam a imprensa popular. Cristina Ponte (2001) afirma que os trabalhos que visam comparar jornais em diversos países têm dificuldade de diferenciar o jornalismo de referência do jornalismo popular. Por um lado, a autora considera que a dificuldade de se distinguir entre o que é popular e o que é de referência se deve a questões políticas, sociais, culturais e econômicas. A autora critica metodologias comparativas, exemplificando com o confronto entre: “Popular” e “Sério”, a

baseado no método conceptual criado por Colin Sparks, que divide a imprensa em 5 categorias: Séria; Semi-séria; Imprensa séria-popular; Imprensa tabloide e imprensa tabloide de supermercado. Nesta construção criada pelo autor, os jornais destinados a uma elite financeira e mais direcionados para uma determinada visão política, são classificados como sérios.

A dicotomia entre notícias importantes e notícias interessantes, entre interesses público e interesse do público nos termos em que Wolf e Ladavéze as apresentam – e que são partilhados pelos próprios profissionais, como mostra Tuchman (1978) na sua diferenciação entre *hard* e *soft news* – traduz, na nossa opinião, uma posição elitista face à cobertura noticiosa e ao lugar social do jornalismo. Por elas se excluem como matérias importantes e de interesses públicos tema que estejam fora de um estrito espaço público de elites e das suas vozes (Ponte, 2001: 149).

Os parâmetros utilizados por Sparks, para relegar a imprensa popular à categoria de “não séria” (dentro destes padrões e percepções citados por Ponte), podem ser questionados se observarmos a nova imprensa popular, que tem vindo a ganhar destaque em setores outrora dominados apenas pela imprensa de referência. Um dos pontos importantes, citados por Juan António Ginner (2003), que contradizem a classificação de Sparks, consiste na conquista de diversos prémios por reportagens de jornais populares, que antes só eram concedidos às imprensas “sérias”. Portanto, a seriedade da imprensa popular não pode ser questionada, nestes termos, a não ser por uma visão que coloque a cultura de elite à frente da cultura popular. Considera-se que classificar e comparar “Popular” a “Sério”, pressupõe que o que é popular não é e nem pode ser “sério”. Pensa-se que este tipo de crítica também não ajuda na construção de um outro tipo de jornalismo.

Ainda quebrando alguns estereótipos ligados ao género, Amaral (2006) afirma que os novos jornais populares assentam em diversas características, e não devem ser abordados de maneira generalista e segregadora. A autora destaca que a notícia não constitui algo de natural, e muito menos um reflexo exato do que acontece no mundo, mas sim discursos sobre o mundo “redigidos com base em formas narrativas, pautadas por símbolos, estereótipos, clichés e metáforas”. Também ressalta o facto de que diferentes fatores influenciam a produção das

notícias, tais como: “o posicionamento do jornal, o empenho do jornalista, as pressões do tempo, os constrangimentos organizacionais, as pressões políticas e econômicas, o status das fontes e o contexto cultural e econômico do público alvo, entre outros” (Amaral, 2006: 23). Tais fatores não recaem apenas sobre o jornalismo popular. Portanto, a falta de “seriedade”, se a houver, também pode ser encontrada em jornais de referência.

***“É popular por que não têm o mesmo valor notícia do jornalismo de referência”***

Para selecionar um acontecimento digno de ser notícia, os jornalistas guiam-se por certos critérios, métodos, julgamentos e perspectivas que denominam valores notícias. Segundo Traquina (2007), os jornalistas munem-se de determinadas “lentes” que operam uma triagem, e uma construção daquilo que é selecionado. Mauro Wolf (2009) divide este processo em dois: seleção do acontecimento e elaboração da notícia. Os critérios são variáveis, e abrangem desde a proximidade, até ao teor insólito do acontecimento.

<b>Jornal de Referência</b>	<b>Jornal Popular</b>
Os indivíduos envolvidos serem importantes	Possuir capacidade de entretenimento
Ter impacto sobre a nação	Ser geográfica ou culturalmente próximo do leitor
Envolver muitas pessoas;	Poder ser simplificado;
Gerar importantes desdobramentos	Puder ser narrado dramaticamente
Ser relacionado com políticas públicas	Haver identificação dos personagens com os leitores (personalização)
Poder ser divulgado com exclusividade	Ser útil

(AMARAL, 2008: 69).

Amaral (2005) afirma que os jornais autointitulados populares buscam elementos de uma Matriz cultural que privilegia o “cotidiano, a fruição individual, o sentimento e a subjetividade”, em detrimento do interesse público. Os “grandes temas” são vistos sob a óptica da subjetividade e das pessoas. “O público leitor, distante das esferas de poder, prefere ver sua cotidianidade impressa no jornal e a

informação é sinônimo de sensação e da versão espetacularizada das diferentes realidades individuais” (Amaral, 2005: 68). Amaral (2006), avaliando o contexto brasileiro, compara os valores notícia dos ditos jornais de referência e populares.

A autora afirma que os valores notícia estão diretamente vinculados aos valores hegemônicos da sociedade. No caso do jornalismo popular, estes valores são construídos a partir da visão que os agentes dos meios de comunicação têm sobre o seu público alvo mediante pesquisas de mercado. Os valores notícias da imprensa popular, portanto, são construídos a partir de imagens de diferentes setores do povo que se encaixam na delimitação das classes de consumo “C” e “D”.

No caso da imprensa popular portuguesa, os valores notícia, são híbridos em relação a esta classificação apresentada, ou seja, apesar de se pautarem mais pela seleção popular dos temas identificados por Amaral (2006), também incluem em grande proporção os valores notícia identificados como de referência pela autora.

Nos valores notícia da imprensa popular destaca-se o facto de esta ter pouca matéria política, valorizando temáticas como entretenimento, sexo e crimes. Na imprensa popular portuguesa, entretanto, apesar de as temáticas referidas terem grande destaque, o que se pode observar é que o tema política e economia detém espaços não tão periféricos. Para constatar isto, observou-se que grande parte dos editoriais recolhidos se direccionava para assuntos ligados à política. Além disso, as matérias principais evidenciam com bastante periodicidade as temáticas identificadas como ‘sérias’.

Para finalizar, Amaral (2006) defende que a construção dos valores notícias assentam na ideia dos jornais de que o público alvo gosta de se ver, de contar a sua história, e “as injustiças cometidas contra si, mas é alguém a quem os assuntos públicos e coletivos só importam enquanto estiverem concretamente relacionados ao seu quintal” (Amaral, 2006: 196). Os jornais creem que o público precisa da prestação de serviços, da intermediação com o poder público, e de muito entretenimento, tudo dentro da perspectiva doméstica do mundo.

### ***“É popular por que é o mais vendido”***

Não é uma questão inequívoca, pois não será por ser o mais vendido que algo será identificado como popular, mas essa é uma das variáveis usadas para



identificar o que é popular, como destaca Storey (2006), ao afirmar que cultura popular é a cultura apreciada e aprovada pelo maior número de indivíduos.

Esta afirmação é categórica para o recorte da imprensa, como aponta Juan Antonio Giner (2003), dado que a imprensa popular tem alcançado a liderança de vendas e de leitura em diversas partes do mundo. O autor cita inclusive o caso do *Correio da Manhã*, em Portugal.

***“É popular pela linguagem, pelo público e pelo (mau) gosto”***

Observando o caso britânico, especificamente, o jornal popular *Daily Mirror*, Stuart Hall (2011) observa que a linguagem desta imprensa, não constitui nem uma concepção autêntica do “linguajar da *Fleet Street*”, nem a linguagem real utilizada pelos trabalhadores. Ele classifica a linguagem destes jornais como sendo um tipo altamente complexo de ventriloquismo linguístico, “em que a brutalidade degradante do jornalismo popular é habilmente combinada e entretecida a alguns dos elementos da objetividade e da peculiaridade vívida da linguagem da classe trabalhadora” (Hall, 2011: 239). Hall, afirma que tal jornalismo não conseguiria subsistir sem manter as suas raízes vernáculas no popular e se “não fosse capaz de remodelar os elementos populares em uma espécie de populismo demótico enlatado e neutralizado” (Hall 2011: 239).

Hall defende que a linguagem utilizada pelo jornalismo popular comercial não é propriamente popular, pois constitui uma mistura de linguagens, criada a partir de um estereótipo, assente numa visão vertical, de cima para baixo, sobre o que é popular, e o que traduz de forma hegemónica esta cultura. Pode afirmar-se que o popular, neste caso, recai sobre o imaginário de uma cultura das massas citadina e não das massas rurais.

A avaliar pela perspectiva de John Fiske (2011), povo é equacionado como um complexo de diversos grupos sociais, “relativamente impotentes” e “tipicamente interpelados como consumidores”. Tais grupos, homogeneizados pelos produtores das mercadorias culturais, detêm formas culturais e interesses próprios e diversos. Por isso, Gomes (2008) considera que, na discussão sobre jornalismo popular, esta homogeneização e desvalorização do gosto popular podem ser compreendidas como um processo de condições e interesses diversos que

abrangem questões tecnológicas, políticas e económicas da cultura de massa, “e não guardam qualquer relação com a cultura autenticamente popular. A rigor, o (mau) gosto é impingido ao povo como estratégia de atração e captura da audiência” (Gomes, 2008: 64).

***“Jornalismo popular é popular por ser sensacionalista”***

Marialva Barbosa (2004) classifica o sensacionalismo como o fator que explora o desejo do extraordinário, do violento, do grotesco, do excepcional. Segundo a autora, a vinculação do sensacionalismo ao jornalismo popular trata-se de um preconceito, visto que o sensacionalismo se dirige “ao subjetivo de todos os grupos, ainda que os que detêm poder, decorrente do padrão monetário do que possuem, não admitam a função catártica do discurso sensacional também em seu quotidiano” (Barbosa, 2004: 9).

Amaral (2006) afirma que categorizar um jornalismo como sensacionalista tornou-se insuficiente para o segmento da imprensa popular, tanto devido à sua inconsistência enquanto classificação, quanto à mudança do perfil dos valores notícia dos jornais populares.

As capas chamativas e a violência permanecem como assunto, mas os cadáveres são cada vez mais raros. No lugar da linguagem chula, da escatologia e das matérias inventadas, os jornais buscam a linguagem simples, o didatismo, a prestação de serviços e, pasmem, a credibilidade (Amaral, 2006: 10).

O sensacionalismo, segundo Amaral, pode encontrar-se em diversos tipos de jornais, sendo que o próprio *lead*<sup>15</sup>, pode ser considerado um recurso sensacionalista, “por sublinhar os elementos mais palpitantes da história para seduzir o leitor” (Amaral, 2006). Portanto, mais do que uma característica exclusiva, o sensacionalismo pode ser visto como uma característica do jornalismo

---

<sup>15</sup> “O lide tem por objetivo introduzir o leitor na reportagem e despertar seu interesse pelo texto já nas linhas iniciais. Pressupõe que qualquer texto publicado no jornal disponha de um núcleo de interesse, seja este o próprio fato, uma revelação, a ideia mais significativa de um debate, o aspecto mais curioso ou polêmico de um evento ou a declaração de maior impacto ou originalidade de um personagem” (Manual de redação da Folha de S. Paulo, 2005: 28).

em geral, cuja percepção da sua aceitação varia consoante a óptica seja popular ou de elite.

### **3.3 Povo (massa), democracia (liberal) e jornalismo (popular).**

Os três temas tratados até aqui conjugam-se de inúmeras maneiras. Os limites a uma abordagem exaustiva são evidentes. O que se pretendeu até aqui foi debater e desconstruir algumas das teorias hegemónicas, para contribuir com o pensamento e a análise que se seguirão. Podemos considerar que a associação destes três fatores, se imaginássemos uma sociedade ideal, produziria resultados ‘perfeitos’. Entretanto, são diversas as variáveis que influenciam em cada um destes objetos. O povo que, ao mesmo tempo, pode ser agente efetivo de uma sociedade, pode também ser excluído dela, enquanto a própria democracia for utilizada como um instrumento discursivo de exclusão, apoiado por poderes que incluem o jornalismo. Por sua vez, o jornalismo, pode apropriar-se de linguagens para exercer/transmitir/reproduzir poderes hegemónicos. Contudo, se vivêssemos numa democracia de alta intensidade, o jornalismo poderia equilibrar as relações divulgando discursos contra-hegemónicos, ou seja, de diversos setores populares – no sentido heterogéneo.

Este é o momento para se recapitular o que foi debatido até aqui. Portanto, parte-se da protagonista deste trabalho: a democracia. A defesa deste assunto pela presente tese recai sobre a crítica do discurso sobre a democracia liberal, apontando-se para a ausência de formas e atores alternativos, apontando-se para a democracia participativa, (seja através de políticas participativas, seja pelo fortalecimento de movimentos sociais), como meio de aprofundar e fortalecer a experiência democrática. Nesta perspectiva, avalia-se que, no discurso jornalístico, não há uma amplitude considerável em termos do discurso democrático, ou seja, o jornalismo popular reproduz o que é hegemónico, silenciando ou minimizando o discurso contra-hegemónico. O povo, neste caso, é um instrumento retórico. O alegadamente popular não passa de uma ilustração. O referido jornalismo dirige-se às massas (o agregado amorfo e sem fisionomia dos receptores de conhecimento). Não há um popular político: há em certa medida, uma necessidade de exclusão, e o

reforço da visão de que a democracia não é para o povo e sim para o sistema financeiro. Nenhuma alternativa, além desta é possível.

A defesa desta tese sobre o jornalismo popular não tem pretensões de distinguir o jornalismo popular do jornalismo dito de referência, a não ser quanto ao público visado pelo lado comercial do empreendimento.. Portanto, as visões que serão analisadas daqui em diante recaem sobre a crítica aberta à unicidade da democracia liberal no discurso jornalístico, ao jornalismo como instrumento de propagação do discurso hegemónico, e ao tratamento do povo como massa. Sobre este contexto defende-se a tese de que o jornalismo popular não tem um discurso amplo, e não contribui de maneira substancial para o fortalecimento da democracia.



## **Capítulo 4- A contextualização**

Este capítulo contextualiza as questões tratadas até aqui, recortando e avaliando o quadro português. Portanto, o texto discute a democracia e expõe momentos importantes da sua formação em Portugal; adicionalmente, avalia como a percepção de povo se foi modificando, a partir do final do século XIX, no país; e aborda o jornalismo e a sua importância na história de Portugal.

As bases teóricas, discutidas nos capítulos anteriores, relacionam-se com o contexto do que será analisado. As questões centrais do capítulo são: De que modo o conceito de povo foi sendo definido ao longo do século XIX e XX em Portugal? Como é que o povo e o jornalismo influenciaram a formação da democracia em Portugal? Qual o panorama da imprensa portuguesa no século XXI?

O debate inicia-se com o século XIX, pois esta pesquisa considera-o como um período chave, não só devido à Revolução Liberal, como também à intensificação dos debates sobre o republicanismo em Portugal – fundamental para o desenvolvimento do conceito de democracia –, e ao facto de ter sido nesta época que a imprensa portuguesa intensificou a sua expansão, e se configurou na trilogia “preço-notícia-anúncio” (Fidalgo, 2008), fortalecendo-se e constituindo-se como mercadoria.

O trabalho analisa momentos relevantes do contexto português, associando a perspectiva da imprensa ao entendimento sobre o povo nos diferentes períodos abordados. O objetivo deste capítulo consiste em compreender o contexto no qual se estabeleceu o cenário contemporâneo que abriga os aspectos políticos, económicos e sociais de Portugal.

### **4.1– Imprensa popular, República e Povo no final do séc. XIX**

Uma parte dos meios de comunicação em Portugal, no século XIX, foi marcada pelas vozes políticas que aí eram representadas. A retórica do jornalismo era moldada, principalmente, pelo ambiente político no qual estava inserida. “As páginas dos jornais eram um veículo de inscrição da palavra política declamada na Câmara dos Deputados ou na Câmara dos pares, nos comícios, nas tertúlias decorridas nos centros republicanos, monárquicos” (Baptista, 2012: 425). Uma parte da imprensa era distinta daquilo que se entende hoje por jornalismo,

principalmente, por possuir um carácter mais opinativo do que informativo. Em 1820, com a Revolução Liberal e Constitucionalista, a nova constituição estabeleceu, “logo no seu número 8, o princípio da liberdade da comunicação dos pensamentos, sem censura. A 12 de Julho de 1821, foi aprovada a primeira lei sobre liberdade de imprensa, que previa mecanismos jurídicos para condenar os abusos dessa liberdade” (Sousa, 2013: 18).

João Pedro Sousa (2013) afirma que o triunfo liberal permitiu o aumento do número de publicações, principalmente, no Porto, em Lisboa e em Coimbra. Simultaneamente o regresso de exilados introduziu em Portugal técnicas, tácticas, tendências e estratégias do jornalismo que se fazia no resto da Europa. Neste recorte temporal, também surgiram periódicos contrarrevolucionários, “ferozmente anti-liberais”. Sousa (2013) afirma que, em 1822, se promulgou uma legislação que oprimia a liberdade de imprensa, sendo que o “editor ou impressor” passava a responder pelo que fosse publicado, punindo-se os ataques ao Estado. Em 1823, com o golpe absolutista e miguelista, o regime constitucional foi deposto e restabeleceu-se a censura e o regime de licenças para a fundação de jornais. “Entre 1823 e 1826 apenas se publicaram em Portugal periódicos miguelistas, mas vários liberais exilados procuraram introduzir jornais clandestinos em Portugal, animando a causa liberal” (Sousa, 2013: 19).

Em 20 de março de 1826, Dom Pedro IV, (até então Dom Pedro I, Imperador do Brasil), é proclamado Rei de Portugal. Do Brasil, outorga uma nova Constituição em 29 de Abril de 1826, que cria condições para a aceleração do ritmo de aparecimento de novos periódicos (Sousa, 2013). É possível verificar que havia, neste período, diversidade nas publicações – que se fragmentavam para distintos grupos e regiões –, a qual se atesta destacando-se algumas publicações tidas como populares, que tinham preços baixos e tiragem elevada, a saber: entre 1826 e 1846, a publicação popular mais conhecida de Portugal chamava-se *Periódico dos Pobres*. Na mesma linha, comum nome não muito diferente, havia o *Periódico para os pobres*, que foi editado no ano de 1827, e o *Periódico dos pobres do Porto*, em 1834 (Tengarrinha, 1989).

Neste período, a tiragem dos jornais não era muito elevada, os que atingiam maior projeção oscilavam entre 1000 e 2000 exemplares: entretanto, José Tengarrinha (1989) supõe que cada número do jornal era lido por 15 a 20 pessoas.

O grande surto da Imprensa após 1834 está intimamente relacionado, como visto, com a vitória do constitucionalismo e, portanto, com a construção de uma sociedade assente numa ordem burguesa. A liberdade permitia que se formasse uma verdadeira imprensa de opinião que, sem restrições, debatia os candentes problemas que o país vivia. A burguesia era precisamente a classe que, diretamente interessada nestas questões e pela sua ilustração, comprava os jornais; além de que estes, pelo seu alto custo (de 1834 a 1850 os preços dos jornais variavam entre os 20 e 50 réis, sendo mais habituais os de 30 e 40 réis), só podiam ser regulamente adquiridos por uma classe relativamente abastada, pelo menos ao nível da burguesia (Tengarrinha, 1989: 151).

De 1842 a 1851, o governo impõe diversas medidas restritivas à imprensa atingindo obviamente as publicações oposicionistas. Entre estas medidas, Tengarrinha destaca: “impostos mais elevados e rigoroso cumprimento no pagamento da décima; cauções, habilitações cada vez mais difíceis e pesadas impostas aos editores”. Foram muitas as condenações por abusos de liberdade de imprensa no período. Além disso, o autor ressalta a importância da imprensa ilegal que circulava no país, principalmente, em Lisboa, Porto e Coimbra, onde se encontravam os jornais mais importantes (Tengarrinha, 1989).

O jornalismo de informação emerge em 1865, com o *Diário de Notícias*, se insere numa linha popular, para os padrões da época. Seguindo o movimento da imprensa francesa mais do que a dos Estados Unidos, Portugal iniciou-se na trilha da imprensa como indústria, “com a sua versão própria da *penny press* (iniciada com o já longínquo americano *New York Sun*, em 1833), ou a *presse à un sou* (depois assumida pelo francês *La presse*, em 1863), corporizada no lançamento do *Diário de Notícias*, em Lisboa, a 1 de Janeiro de 1865” (Fidalgo, 2008: 88). O jornal custava então 10 réis, um quarto do valor dos outros jornais, devido ao seu alto financiamento pela publicidade. Não era apenas o preço que o tornava popular, mas também a sua linguagem, o seu conteúdo e o seu intuito fundador de se tornar um produto rentável (Tengarrinha, 1989).



Tal como com os seus congéneres de outras paragens, não era só o preço que marcava o carácter inovador e diferente do novo periódico; era, por assim dizer, também o projecto empresarial e editorial, que passava pela vontade de fazer um jornal popular, escrito num estilo fácil, essencialmente noticioso e sem os propósitos políticos-partidários que costumavam caracterizar a generalidade dos títulos à época. Um jornal susceptível de “interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas e compreensível a todas as inteligências”, para recordar a frase lapidar que o Diário de Notícias se anunciou e definiu, numa espécie de “número zero” publicado em Dezembro de 1864 (Fidalgo, 2008: 94).

Na época em que os jornais eram repletos de opiniões e de posições caricatas da sociedade, fundou-se o *Diário de Notícias*, que diversos pesquisadores (Fidalgo, 2008; Tengarrinha, 1989; Sousa, 2013), consideram como um marco na transformação dos jornais portugueses. O DN representa uma era mais moderna do fazer jornalístico, o princípio de uma imprensa mais “informativa” do que “opinativa”, que recorre a um registo mais objetivo e distanciado do acontecimento, para satisfazer auditórios variados, mas também à inserção de componentes de formação e entretenimento no seu conteúdo, tais como temas de ciência, folhetins romanceados e *fait-divers*. Embora Fidalgo (2008) considere que o foco do *Diário de Notícias* é mais popular, é importante ressaltar que no ano em que o jornal foi fundado, 80% da população de Portugal era analfabeta. Por isso, o que o autor denomina de novo jornalismo buscava atender aos gostos e as sensibilidades “de uma pequena e média burguesia ascendente, responsável em boa parte por esta expansão da imprensa”. Fidalgo (2008) conta que, logo depois do lançamento do Diário de Notícias, diversos jornais tomaram-no como exemplo: 10 anos depois, Portugal contava com 33 periódicos a preço popular, feitos à imagem do DN. Entre estes, o *Jornal de Notícias*, fundado no Porto, em 2 de junho de 1888, analisado por esta pesquisa.

Entre 1894 e 1900 o intenso movimento no nosso país pode ser ilustrado com os seguintes números: no distrito de Aveiro houve 21 periódicos; do distrito de Beja, 7; Braga, 47; Bragança, 6; Castelo Branco, 8; Coimbra, 32; Évora, 12; Faro, 10; Guarda, 10; Leiria, 13; Lisboa, 188; Portalegre, 12; Porto, 91; Santarém, 14; Viana do Castelo, 21; Vila Real, 17; Viseu, 23. Nos distritos das ilhas adjacentes: Angra, 16; Funchal, 7; Horta, 14; e Ponta Delgada, 23. (...) Ao dobrar o século,

os jornais mais antigos e de maior prestígio eram: em Lisboa, o *Jornal do Comércio* (com 47 anos), o *Diário de Notícias* (com 36 anos) e *O Século* (com 19 anos); no Porto, o *Comércio do Porto* (fundado em 1854) e *O Primeiro de Janeiro* (em 1969); *O Conimbricense, de Coimbra* e *O Instituto*, da mesma cidade, que tinha respectivamente, 47 e 53 anos de existência; mas o mais velho era *O Açoriano Oriental*, da ilha de São Miguel, fundado em 1835, ainda hoje -2013- existe (Tengarrinha, 1989: 233 e 234).

A par do desenvolvimento da imprensa comercial, Alberto Pena Rodríguez (1995) destaca que a imprensa operária também passou por um momento áureo, reflexo da expansão do movimento operário português, sobretudo devido à influência da Comuna de Paris. Neste período, ocorreu a convocação da primeira grande onda de greves, realizada no ano de 1872. Deste modo, os jornais dedicados aos trabalhadores também tiveram grande alcance, com destaque para o semanário *A voz do Operário* (Lisboa, 1882), que chegou a uma tiragem de 50.000 exemplares. Rodríguez ressalta ainda o papel da imprensa anarquista no período, que apesar de ter uma tiragem reduzida, por conta do seu discurso violento em relação ao governo, causou a promulgação de uma das leis de imprensa mais repressivas da história de Portugal, a denominada lei dos anarquistas, em 13 de Fevereiro de 1896.

A emergência de novos nomes e modelos na imprensa portuguesa decorreu num contexto de grandes transformações nos planos social, económico, tecnológico e cultural.

### ***A construção da República e a ideia de povo***

No século XIX, foi criada uma das representações máximas do povo português, que perdura até hoje no imaginário do país.

(Rafael Bordalo Pinheiro) inventou um porta-voz do próprio povo português, compadre da peça, bode expiatório da companhia. Zé Povinho foi, desde 1875, um protagonista histórico, mais real no seu perfil desenhado que as figuras de que a história reza, porque entre elas permanentemente passa, negando-lhes o sentido aparente, pondo em questão a acção que agenciam em astúcias, interesses e danos das várias políticas do dia-a-dia. Nos ditos e feitos desta imagem, nos seus gestos

activos e passivos, no seu célebre e grande gesto de manguito, esclarece-se, por síntese, o juízo histórico do próprio tempo (França, 1980: 27).

Rafael Bordalo Pinheiro, criador do *Zé Povinho*, também figurou como diretor de diversas publicações, e escreveu regularmente para os periódicos da época. Nos seus textos, exibia um tom sarcástico na representação do que era o quotidiano do seu tempo. “Ao todo publicará dez mil páginas de jornais, comentando jocosamente, semana a semana, o viver português, como ninguém mais soube fazer” (França, 1980: 27).

Maria Alice Samara (2010) afirma que, entre o final do século XIX e o início do século XX, a esfera política portuguesa era muito reduzida, devido ao constitucionalismo monárquico, liberal e elitista, que vedava o acesso ao campo político por grande parte da população portuguesa, “quer através do voto censitário, quer através do voto capacitário”. Com a influência da modernização, a sociedade transformava-se, tendo como fatores base a industrialização, a terceirização e a urbanização. Neste contexto, “havia diferentes grupos e agentes políticos que se viam excluídos desta cidade política, que forçava a sua entrada e começava a exigir o direito a ter uma voz pública e a poder determinar o curso do negócio político e da coisa pública” (Samara, 2010: 93). A autora conta que a coisa pública passava a ser tema de discussão, e a democratização do sistema político começava a ser exigida por homens e mulheres.

A partir de 1903, inicia-se uma fase de grande desenvolvimento do movimento republicano, gerada principalmente, pela reestruturação das ações partidárias. Até 1910, criaram-se centros republicanos e escolas. A Carbonária, sociedade secreta, existente em Portugal desde 1822, que, além de outros ideais, era antimonárquica, ganhou novo fôlego, e intensificou a sua propaganda. “A imprensa republicana foi uma das mais significativas armas de combate, servida por vários órgãos de imprensa e por uma plêiade de jornalistas aguerridos e combativos” (Samara, 2011: 66). Em 1910, é proclamada a República.

Carla Baptista (2012) afirma que a Primeira República se caracterizou por uma crescente complexificação e proliferação dos discursos políticos. No âmbito do jornalismo, tal fase pautou-se pela constituição de uma classe profissional de

jornalistas, que eram definidos por aptidões específicas e compartilhavam a ideia de que necessitariam ser independentes do campo político (Baptista, 2012).

No âmbito político, Samara (2010) defende que o movimento republicano, em Portugal, deve ser entendido como mais do que um movimento político partidário, e considerado uma “formação social, política e cultural, de tamanho variável, tecida (...) através de relações interpessoais e com base num denominador comum”: a cultura do republicanismo assentava no livre pensamento, no positivismo, no anticlericalismo e na necessidade de educação.

Uma das grandes ideias matriciais que perpassava o movimento, bem como outros campos políticos e ideológicos que ocupavam uma localização semelhante e eram, assim, considerados de esquerda ou progressistas, era a vontade de transformação do súbdito em cidadão ou a utopia de transformação de povo pela consciencialização e pela instrução. Um cidadão, e só ele, poderia e deveria ocupar o seu lugar na cidade. Este movimento, que se entendia a si próprio como moderno, desejava o progresso, acompanhado de ordem, numa sociedade mais justa, livre e democrática (Samara, 2010: 94).

Portanto, as ideias do republicanismo português instituíram um novo sistema político para o povo, baseado nos conceitos de educação e civilidade. O povo era um objeto social a ser educado por uma elite, para ingressar numa sociedade que se preparava para a modernidade. Contudo, havia uma grande quantidade de discursos emancipatórios, com o apoio de um vasto conjunto de agentes e organizações, que atuavam em prol de propósitos específicos e gerais. Duas das principais lutas deste tempo, destacadas por Samara (2011) mobilizaram-se em torno de duas fundamentais: “lutava-se contra a Monarquia, considerada a raiz de todos os males na vida política de então, e contra o peso da Igreja Católica, muito especialmente dos jesuítas, obstáculo a uma almejada transformação do súbdito em cidadão” (Samara, 2011: 69). Adicionalmente, a primeira República também se pautou pelo apelo ao Estado Laico (Neto, 2011), sendo a imprensa republicana a favor desta solicitação.

Samara (2010) afirma que o movimento republicano era fragmentado, composto por diversas organizações que abrangiam desde a maçonaria, até aos movimentos feministas, e tal variedade colocou o elemento popular no centro do

movimento. Os factores políticos e culturais eram o que ligava fundamentalmente todos esses grupos, associando livres-pensadores, anticlericais, socialistas, feministas, pacifistas, liberais, progressistas, homens ligados à educação e instrução, “um vasto caudal de homens e mulheres que se pensavam como cidadãos e, assim, procuravam espaço de intervenção com a cidade” (Samara, 2011: 69).

O Povo, no discurso republicano, era um objeto exótico, “na medida em que os republicanos reconheciam a sua alteridade e se assumiam como os mediadores entre esta entidade e o poder e, a seu tempo, os que iriam exercer o poder em seu nome” (Samara, 2010: 96). Apesar de em diversos discursos haver a dualidade da representação e/ou da pertença, a posição mais comum, segundo a autora, era a da consciência da alteridade, “assumindo os republicanos a representação do povo, mas não estava ausente a ideia de identidade entre uns e outros” (idem, 2010: 96).

Fernando Catroga (2010) demonstra que os textos de propaganda escritos pelos republicanos da época apelavam a uma construção popular ligada ao nacionalismo e à tradição, evocando a ideia de que o povo português possuía uma vocação natural e colectiva para a democracia. O povo era como um corpo a que uma alma nacional, traduzida nos hábitos e costumes, dava conteúdo (idem, 2010).

Esta característica é importante para se entender melhor os limites da fundamentação cívica da ideia de nação no republicanismo português. É que esse fundo positivista (e etnológico) obrigava a que a apreensão da sua índole devesse ser “deduzida da realidade das coisas”. Sem isso, não se interligará, nem a pergunta que, em 1911, Teófilo Braga (então Chefe do Governo Provisório da jovem República) fez aos novos constituintes – “o que vem a ser uma Nação?” –, nem o teor da sua resposta: ela é uma “vontade colectiva, una e indivisível do consenso da sua existência colectiva e coexistência orgânica de todas as suas sinergias”, que se plasma “em uma consciência de continuidade histórica, e mesmo de uma missão, cooperando nos progressos da Humanidade”. Como se vê, estava-se bem longe da definição, predominantemente contratualista, que Renan (*Qu'est qu'une nation*, 1882) deu sobre a ideia de nação, ao caracterizá-la como um plebiscito de todos os dias (Catroga, 2010: 100).

A ideia de unidade e de consenso, presente na base da República portuguesa, “desenvolveu-se no seio de uma teoria da representação que rejeitava o

mandato imperativo”. Este processo decorreu com base numa visão ampla do espaço, a Nação, em detrimento dos poderes locais, ou dos colégios eleitorais, reforçando a ideia da construção de um povo único, e a desvalorização de uma fragmentação social, o que se pode resumir e exemplificar pelo seguinte trecho do texto da constituição de então: “os membros do Congresso são representantes da Nação e não dos colégios que os elegem” (art. 7 § 1º)” (Catroga, 2010: 102).

Neste sentido, a construção de unidade, que possibilitava a homogeneização do povo, tornando-o controlável, e a necessidade de representação, (justificada pela sua alegada incapacidade), faz com que este seja identificado no discurso republicano deste tempo como um coletivo poderoso, mas marcado pela menoridade. Por conseguinte, necessita de ser guiado e vigiado. Os republicanos defendiam, acima de tudo, a representação, mas uma representação, mas temiam que ela fosse amplamente feita por gente do povo. “Assim, os republicanos, para além de representarem o povo também o controlavam.(...) A organização republicana surgia como dique que separava Portugal do caos e da insurreição anárquica e violenta” (Samara, 2010: 102).

Assinalando a ameaça que os grupos populares representavam para as elites, neste período, Fernando Haro (2010) destaca que, entre os anos de 1918 e 1921, sob influência da Revolução Russa e das dificuldades de Portugal na “Grande Guerra”, concentraram-se os maiores receios “perante a ‘ofensiva vermelha’, coincidindo com um momento de especial intensidade activista dos grupos operários”. Com a implementação da República, criou-se, entre os grupos de trabalhadores, uma expectativa positiva. “Ao menos a mudança de regime incorporou (...) alusões contínuas ao povo, à melhoria das condições materiais de vida, às transformações laborais e ao reconhecimento de direitos a quem até aquela altura tinha sido privado deles” (Haro, 2010: 129) .

A quebra de confiança e das expectativas, diante da incapacidade dos governos de implementarem as reformas e medidas esperadas, acentuou o descontentamento operário, e intensificou as suas ações. Eram comuns interpretações que anunciavam revoluções e contrarrevoluções. “As referidas interpretações previam um futuro de incerteza sujeito à eventualidade de mudanças sociais radicais” (Haro, 2010: 129).

Os conservadores, os capitalistas, pretendem acabar com a ficção democrática para substituí-la por um regime burguês; os operários desejam um regime proletário [...]. E a República vive à mercê da luta travada entre os avançados e os conservadores, os radicais e os reaccionários, os operários e os patrões. No dia em que uma das correntes triunfar, adeus República (Ramos *apud* Haro, 2010: 130).

A partir deste contexto de ameaças, Haro (2010) aponta que houve uma exigência de autoritarismo por parte das elites, que logo se consubstanciou na figura de Sidónio Pais, “carismático, salvador e protetor da ordem”. A partir daí “o discurso de autoridade tornou-se central na vida social portuguesa e afloram as reivindicações e as reflexões sobre a questão”. Em algumas publicações, há pedidos para que a ditadura assuma o governo, como e o de Raul Proença, na revista Seara Nova. “Digamos mais francamente: deseja-se uma ditadura e um ditador. No ansiado empenho, na ávida aspiração, todo o mundo entre nós vocifera e se agita a pedir ORDEM!, tudo sai da forma a bradar DISCIPLINA” (Proença *apud* Haro, 2010: 136).

#### **4.2 – A censura e o Povo no Estado Novo**

Em 28 de maio de 1926 decorreu um golpe militar em Portugal, fruto do eco da “vaga fascista que varria o mundo ocidental de então” (Melo, 2010). Daniel Melo defende que o que se passou em Portugal ecoou os eventos ocorridos no resto do mundo, sob o signo da crise das democracias liberais. Entretanto, no país, existia um hibridismo ideológico, cuja génese se articulou pelas seguintes correntes:

1) o nacionalismo autoritário (dos seguimentos republicano presidencialista e conservador radical); 2) o catolicismo conservador (incluindo o integrista democrata-cristão); 3) o integralismo lusitano, com uma grande afinidade ideológica à *Action Française* e tido, por vários autores, como uma variante nacional do fascismo; 4) a doutrina fascista; 5) um certo modelo desenvolvimentista (Melo, 2010: 14).

Em comum, estas correntes “solucionadoras” apresentavam a ideia de um Estado forte e interventor que protegesse os interesses da burguesia, e controlasse as reivindicações dos trabalhadores. “O núcleo duro ideológico – mesclando

catolicismo integralista, integralismo lusitano e fascismo – denotava uma matriz corporativa, antiliberal, antidemocrática, antiparlamentar, anticomunista e nacionalista” (Melo, 2010: 14). A tensão, gerida por Salazar para “firmar a sua condição de ditador incontestado e inamovível”, manifestava-se portanto, entre o conservadorismo e a modernização, confrontando o corpo social com tradição e vanguarda, com nacional e moderno. Evidenciava, simultaneamente, as ideias de uma restauração das tradições e dos seus valores, e da integração do trabalhador industrial e do campo na soberania nacional.

Esta contradição fica muito bem patente no texto de Luís Manuel de Jesus Cunha (1994), que ressalta a seguinte declaração de Salazar, quanto ao modelo almejado para a sociedade portuguesa.

Nós não temos o encargo de salvar uma sociedade que apodrece, mas de lançar, aproveitando sãos vigamentos antigos, a nova sociedade do futuro. Ela é ordeira e pacífica; ela conhece as fronteiras da Pátria, alargadas por esse Mundo (...) ela respeita a hierarquia e diferenciação de funções como facto natural e humano, necessário ao progresso geral (Salazar apud Cunha, 1994: 44).

Este trecho sintetiza e representa um modelo estereotipado da vida rural, bloqueia quaisquer mudanças formatadas pela realidade moderna. Segundo Cunha esta citação denuncia uma proposta de modelo utópico de sociedade, que propõe a recuperação de valores “perenes e, por isso, intrínsecos à natureza humana, que devem servir de alicerces a uma *sociedade nova*, onde impere um equilíbrio tal que o indivíduo sem deixar de o ser, se sinta integralmente uma parte do colectivo” (Cunha, 1994: 44).

Em 22 de junho de 1926, publicou-se em todos os jornais de Lisboa uma comunicação assinada por um 2º comandante da polícia pela qual se dava a saber estar instituída a censura à imprensa (Tengarrinha, 2006). De acordo com Carla Batista (2012), o Salazarismo, instituído em 1933, modificou drasticamente a paisagem do jornalismo, principalmente, pela transformação política que promoveu. O jornalismo passou a servir o governo, e detinha apenas um discurso acessório e marginal: “os jornais acolhiam apenas a opinião laudatória em relação ao governo, servindo para divulgar notas oficiais e relatar acriticamente os



acontecimentos miúdos que pontuavam o magro calendário da política institucional” (Baptista, 2012: 428).

A grande ruptura com o pensamento liberal, em Portugal, de acordo com José Luís Garcia (2009), decorreu em termos legais, com a Constituição de 1933, que estabelecia a censura prévia.

No seu artigo 3º pode ler-se “A censura terá somente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade” (Garcia, 2009: 56)

O argumento central que justificava o ato de censura, prendia-se com a tradição dos regimes absolutos de se nortearem pela ideia de que os cidadãos precisam de ser orientados para seu próprio bem. A censura, para esta ideologia, tem o fito de proteger o povo – que não estaria habilitado para diferenciar entre informações boas e más – e é utilizada por um sistema prepotente e paternalista de autoridade que subestima “e persegue a inteligência dos cidadãos, visto como inabilitados para guiar os seus destinos” (Garcia, 2009: 57).

Outro dado que demonstra a visão do governo sobre o povo prende-se com o facto de, após o golpe de Estado, o analfabetismo ter subsistido, pois em 1930, afetava 70% da população portuguesa. António Ferro, diretor do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), afirmava, em 1933: “Considero (...) mais urgente a constituição de vasta elite do que ensinar o povo a ler. É que os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo, mas pelas elites, enquadrando as massas” (Ferro *apud* Mónica, 2007).

### ***A propaganda e o controlo***

A necessidade de criação de uma unidade nacional constituiu uma das principais preocupações para o Estado Novo. Um dos grandes propósitos, neste sentido, constituiu-se no reforço da ideia de tradição e de nação, muitas vezes mediante o recurso aos *media* e ao sistema de educação. Segundo Silvina Rodrigues Lopes (2010), às noções de decadência, obscurantismo e pobreza “expressas em

algumas obras literárias e historiográficas, contrapuseram os autores da Renascença portuguesa uma essência dos portugueses” que incentivava uma expectativa messiânica sobre Portugal.

Durante o Estado Novo, a exaltação de um passado glorioso e de qualidades superiores dos portugueses foi o cimento ideológico e propagandístico usado para manter a ignorância e o autoritarismo até ao 25 de Abril de 1974, tendo aparecido durante esse período alguns ensaios antropológicos que atribuíam aos portugueses diversas qualidades morais e traços de carácter (Lopes, 2010: 227).

Vera Marques Alves (2013) sublinha que um dos principais instrumentos para o fortalecimento da ideia de nação, e para o controlo da cultura popular provinha do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN). Este órgão foi criado por Salazar, no ano de 1933, tendo como figura central o já citado jornalista António Ferro, e a sua “política do espírito”. Cabia ao SPN a política destinada à cultura e às artes, que claramente visava adestrar o gosto dos portugueses no sentido estético e ideológico. “Era também este organismo que se dedicava ao grande espetáculo político cultural, participando, simultaneamente, na construção do pão e circo populares” (Alves, 2013). O SPN/SNI passa a dominar a política cultural, desde a literatura até às artes plásticas. O órgão faz ainda propaganda interna e externa e, quando o SPN se transforma em SNI, em 1944, passa a incorporar os serviços da censura e a Inspeção Geral dos Espetáculos (Alves, 2013).

No período áureo de afirmação do projeto ideológico do Estado Novo, identificado, por Fernando Rosas, como abrangendo os anos de 1930 e 1940, o regime de Salazar reforçou um discurso claro, combativo e fundamentador de uma “nova ordem”, procedendo, para tal, “quer à revisão purificadora e autolegitimadora da memória histórica, quer à fabricação de um conceito integrador e unificador de «cultura popular», de raiz nacional-etnográfica” (Rosas, 2001:1033). O objetivo consistia em exorcizar o fantasma do liberalismo, estabelecendo uma ideia mítica de uma “essencialidade portuguesa”, que abrangesse diversos tempos e diversas classes, a partir de um projeto que buscava “reeducar os portugueses no quadro de uma nação regenerada e reencontrada

consigo própria, com a sua essência eterna e com o seu destino providencial” (idem, 2001: 1034).

Com esse fito, a intervenção do SPN/SNI, na análise de Daniel Melo (2010), introduziu no contexto cultural do povo urbano a participação em práticas culturais com uma matriz “nacional-ruralista e tradicionalista”. A inserção neste contexto decorreu mediante uma linguagem moderna, com o intuito de estetizar a cultura popular. Adicionalmente, visava envolver a cultura popular urbana, e intervir junto das populações simbólicas, com a preocupação de integrar numa identidade coletiva.

O SPN empreendeu uma releitura da ideia de cultura popular, pretendendo transmitir uma imagem positiva do regime. O governo recorria a grandes encenações e aos *media* para construir o país perfeito e unido. A política cultural conjugava aspectos híbridos, porém, bem fundamentados e apelativos, da cultura popular para tentar construir uma unidade baseada na apropriação e na releitura do tradicionalismo, do ruralismo e do nacionalismo. Tal projecto era servido por uma linguagem moderna e atraente, concretizando-se em eventos dispersos “cuja ligação é estabelecida por um programa genérico, no qual a ideia do ‘ser português’, do portuguesismo, subentende a apropriação discricionária e utilitária de aspectos da cultura popular e sua reelaboração” (Melo, 2010: 74).

Valentim Alexandre (2000) afirma que, sobre a base ideológica, “tida até então como incontestável, da superioridade da civilização europeia”, outra construção de povo foi bastante trabalhada, por Salazar, nos anos de 1930, e no seguimento do seu mandato. O Estado Novo efetivou uma “campanha tendente à criação de uma mentalidade imperial no conjunto do povo português”, a partir da intermediação do sistema educacional e dos *media*, “postos ao serviço da causa colonial em grau até então inigualável”.

### ***A outra cultura popular no regime autoritário.***

Um aspecto importante para a viragem deste cenário, a se vislumbrar – se neste período, inicia-se na Europa do pós-guerra, e recai sobre o outro lado da cultura popular, que se construiu e expandiu fora da alçada do regime ditatorial. Pode ser observado em Portugal a partir dos anos de 1960, e serviu como uma das

bases culturais para a mudança no sistema (Bebiano, 2010). Rui Bebiano (2010) realça, com base no trabalho de Adérito Sedas Nunes, o facto de, neste período, o país estar dividido em dois: um rural, lento, imóvel, e ligado aos valores tradicionais, ainda maioritário, e outro, em lenta mas efetiva expansão, urbano, movimentado, e ligado aos valores da modernidade. A transformação, neste sentido, assentava em diversas variáveis, contando-se entre elas: o aumento de alunos nos liceus e universidades, a partir dos anos de 1950; e o crescente contacto da sociedade portuguesa com a sociedade internacional, pela ampliação do turismo; pelo desenvolvimento dos sistemas de comunicação, assim como pelo alargamento dos meios de informações, gráficos ou audiovisuais.

Nos anos sessenta, houve diversas manifestações culturais “pops”, ligadas a distintas formas de expressão, que contribuíram para que se sentisse a necessidade de libertar o país do autoritarismo salazarista. Em Portugal, e não só, a resistência ao sistema, apesar de aparentar uma estrutura única, combinava dois lados contraditórios desta cultura “o primeiro recolhido de uma cultura de massas eufórica, sobretudo de inspiração anglo-americana, e o segundo advindo da tradição de esquerda de matriz marxista” (Bebiano, 2010: 453).

De facto, o nosso peculiar ‘povo pop’ definia expectativas e consumos culturais que, pela diversidade e ânsia de escape e de novidade que evidenciavam, adquiriam um inevitável matiz anti-regime. (...) habitavam um universo muito contraditório, no qual a atracção pela renovação social e cultural influenciada pelo exterior se confrontava com uma cultura de oposição que tendia a rejeitar essa influência (Bebiano, 448 e 452).

Esta dualidade entre rural e urbano e entre moderno e tradicional, figura há muito em Portugal, e continua a ser uma característica relevante no país, como ressalta Santos (2002) quando considera que a sociedade portuguesa assenta em representações sociais discrepantes e se pauta por características pré modernas, modernas e pós modernas<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Boaventura de Sousa Santos (2002) ressalta que esta classificação de modernidade é relativa devido à complexidade das necessidades contemporâneas, pois o que antes se percebia como pré moderno, pode posteriormente vir a ser considerado moderno, exemplificando com o modelo de

#### 4.3 – 25 de Abril: democracia a diante?

O colapso do regime não significou o colapso do Estado, pois as rupturas foram lentas, e ocorreram primeiramente no que diz respeito aos aspectos mais fascistas do antigo regime: “o partido único, a polícia política, as milícias paramilitares, o tribunal plenário (para julgamento de crimes políticos), os presos políticos, a repressão da liberdade de expressão e de associação” (Santos, 1992). As estruturas administrativas mantiveram-se intactas, e as mudanças normativas e institucionais decorreram de forma lenta e desigual.

O sistema administrativo manteve-se intacto em suas estruturas de decisão e o “saneamento” a que se procedeu limitou-se ao afastamento de pessoas (que não de processos) e fez-se muitas vezes segundo critérios evitados de oportunismo e sectarismo; as forças policiais e militarizadas, depois de aderirem ao novo regime, mantiveram as suas estruturas, o mesmo acontecendo com a administração da justiça e o sistema penitenciário; as políticas de segurança social não sofreram grandes alterações; um dos mais importantes pilares ideológicos do Estado Novo, a Igreja Católica, foi poupada à contestação social e resguardou-se de qualquer processo de transformação interna (Santos, 1992: 27).

Portanto, a transformação imediata afectou mais o âmbito das orientações ideológicas do que a instrumentalização do Estado. A principal mudança, segundo Santos (1992), consistiu na “explosão do movimento social popular que seguiu imediatamente ao golpe de Estado”. Este movimento contava com o operariado urbano, e com o rural do Alentejo, e com a pequena burguesia assalariada citadina, tendo efeitos nas mais distintas áreas da vida social: “a administração local, a habitação urbana, a gestão das empresas, a educação, a cultura e os novos modos de vida, a reforma agrária, as relações de dominação e subordinação nos campos, etc” (Santos, 1992). Este momento, ao qual Santos se refere, inicia-se no período imediato após a derrubada do Estado Novo, e prolonga-se até 25 de outubro de 1975. O sociólogo considera que neste contexto, as questões sociais se sobrepuseram às questões privadas, principalmente, mediante o papel exercido

---

agricultura familiar cujas características antes eram consideradas pré-modernas e que depois passaram a ser encaradas como modelares para a Europa.

pelos movimentos populares integrados no Movimento das Forças Armadas (MFA) na tentativa de se implementar uma democracia direta.

Apesar desta conquista, o povo pós 25 de Abril mantém-se um objeto mítico e distante do discurso cultural, conforme defende António Sousa Ribeiro (1986). As transformações políticas e sociais confirmavam um discurso cristalizado, no qual o povo não figurava como o seu sujeito, real ou potencial. Os intelectuais – isolados e afastados da esfera do poder pelo antigo regime – após a revolução, buscam “a centralidade do novo poder democrático, que lhes confere o estatuto de reconhecimento público a que se julgam com direito”. Tal suposição, segundo Ribeiro, promove a criação de uma nova forma de paternalismo que, progressivamente, foi marginalizando as alternativas; uma das razões para isso ter sucedido prende-se com o facto de a cultura ser conceptualizada como “um bem a transmitir e não como uma prática a fazer”.

Julgando sair do seu campo ao colocar a cultura a serviço do povo, os intelectuais transportavam inconscientemente a lógica desse mesmo campo – a cultura era sempre algo que se trazia de fora para o movimento real e não algo que estava também a ser produzido nesse mesmo movimento. Uma concepção da cultura sob a forma da vulgarização ou da divulgação contribuía poderosamente para a “transformação do povo em público (Ribeiro, 1986:14).

### ***Povo – MFA e a constituição de 1976***

Após a revolução, a representação de povo transformou-se, pois se antes este era um agente que se queria excluído, e passivo perante as ações do Estado, passou então a ser considerado como um conjunto de indivíduos politicamente ativos. O início desta nova fase da vida social e política portuguesa que entre outros aspectos, iria dar azo à democracia e à descolonização, ocorreu com a deposição de Marcelo Caetano, executada pela coligação de capitães, que se auto denominava Movimento das Forças Armadas (MFA) (Cerezales, 2011).

Durante as semanas anteriores ao golpe, o grupo mais politizado, no seio do MFA tinha conseguido aprovar um programa para o movimento, que falava em democratizar e desenvolver o país, bem como em descolonizar África. (...) O MFA carecia inicialmente de uma estrutura formal; era composto por cerca de 400 oficiais de patentes

intermediárias, que nunca foram maioria no seio das forças armadas (Cerezales, 2011: 333).

Diego Palácios Cerezales (2011) conta que, até Maio de 1976, aquando da formação do primeiro governo constitucional, houve seis governos provisórios em Portugal, e diversas tentativas de golpe de Estado. A relação dos instrumentos de repressão do Estado com o povo sofreu uma mudança substancial. O historiador relata que a mobilização popular de Abril e Maio de 1974 assentou na ruptura com os estigmas da ditadura, tais como a repressão social e política. Deste modo, após a revolução, a cultura política quanto à repressão de mobilizações era associada ao fascismo. O autor transcreve as afirmações de um agente da PSP, que transmite uma sensação de êxtase frente quanto às transformações sofridas pelo país e uma perspectiva diferente sobre o povo. “Não sei o que significa a democracia, não sei o que significa o comunismo, mas tudo isso mudou nos últimos dois dias. É a primeira vez que sinto algo deste género. É bom. Não é preciso bater no povo para que este saiba se comportar” (depoimento ao JN, 1974 *apud* Cerezales, 2011: 338).

Após a revolução, a imprensa apoia vigorosamente a implementação do socialismo em Portugal. Os dois maiores diários nacionais – O século e o Diário de Notícias – vão distinguir-se e cumprir de forma empenhada e assumida a posição do MFA (Figueira, 2012), como revela o depoimento de José Saramago, diretor do DN, no editorial deste jornal, 10 de abril de 1975. “O DN vai ser um instrumento nas mãos do povo português para a construção do socialismo (...) Quem não estiver empenhado neste projeto é melhor abandonar o Diário de Notícias” (Saramago *apud* Figueira, 2012)

Em 8 de julho de 1975, o MFA publica o Documento-Guia da Aliança Povo/MFA. No texto, é possível identificar a corrente na qual se depositava a crença de que poderia proceder à consolidação da democracia no país. Com forte apelo socialista, o documento afirma a aliança como o processo iniciado com a revolução.

A acção libertadora do 25 de Abril, continuada por todo um conjunto de atitudes do MFA e dos partidos políticos progressistas e pelas medidas de carácter político e económico postas em prática, tem permitido

manter um nível suficiente de coesão Povo-MFA. No entanto, a manutenção e consolidação da aliança Povo-MFA passa, numa primeira análise, pela satisfação das aspirações mais profundas das classes exploradas. Neste aspecto, urge prosseguir a obra iniciada em 25 de Abril de 1974. É dentro do âmbito de uma revolução cultural, pela aplicação das potencialidades militares e civis, nos campos técnico, humano e material que se mobilizará decisivamente o Povo para a Revolução. A prática começa a demonstrar este raciocínio, aliás óbvio. Essa premissa «sine qua non» de consolidação da aliança está em desenvolvimento e criará as condições para que o binómio motor do processo revolucionário português se mantenha e consolide.

Por outro lado, e ainda numa intenção de mobilizar o Povo para a Revolução, é necessário que às massas trabalhadoras sejam asseguradas condições de participação activa, o que passa por formas de organização popular, numa prática democrática, independente e unitária (Decisão da Assembleia do MFA, 1975).

Dez anos após a revolução, Boaventura de Sousa Santos avaliou o documento como um importante marco da revolução, pelo facto de a participação popular ser constituída como base da sua estrutura, “de modo coerente e global”. “Por outro lado, as Forças Armadas são radicalmente reestruturadas de modo a incorporar essa participação. No entanto, este documento foi um nado-morto. Quando se institucionalizou a aliança Povo/MFA o povo já lá não estava” (Santos, 1984: 3).

Entretanto, a Constituição de 1976, integrou algumas das políticas apoiadas pelo MFA. De acordo com Eric Barklanoff (1996), a carta constitucional, de orientação comunista, pretendia transformar Portugal numa sociedade sem classes. O processo revolucionário, segundo o autor, desmontou a base económica da elite, nacionalizando bancos e boa parte das grandes e médias empresas nacionais, e realizando a reforma agrária nas regiões centro e sul do país. Barklanoff (1996) refere que, antes da revolução, a economia portuguesa era dominada pela iniciativa privada, e que, depois das nacionalizações em massa, as dimensões do setor de empresas estatais, “o chamado sector empresarial do Estado (SEE)”, superaram as de todos os países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).



### *Cavaco e a “consolidação da democracia”*

A chegada de Aníbal Cavaco Silva ao cenário político português decorreram na sequência do referido panorama. Antes de Cavaco assumir o cargo de Primeiro-Ministro (em 1985), Mário Soares<sup>17</sup>, exerceu-o por duas vezes (de 1976 a 1978, e de 1983 a 1985), e igualmente Francisco Sá Carneiro<sup>18</sup>, durante 11 meses no ano de 1980, até à sua morte, ocorrida na noite de 4 de dezembro de 1980, num acidente aéreo em Camarate. Também passaram pelo cargo, Alfredo Nobre da Costa<sup>19</sup> (1978), Carlos Alberto da Mota Pinto<sup>20</sup> (1978-1979), Maria de Lourdes Pintasilgo<sup>21</sup> (1979), o interino Diogo Freitas do Amaral<sup>22</sup> (1980-1981) e Francisco Pinto Balsemão<sup>23</sup> (1981-1983). O período, como se pode observar, pautou-se por uma intensa crise política e económica. Em sete anos, oito diferentes figuras assumiram o cargo de chefe de governo. Em 1985, Cavaco (PSD) assume a função, permanecendo nela por 10 anos.

O Governo de Mário Soares, iniciado em 1983, pautou-se por uma aliança com o PSD, denominada de Bloco Central. Logo após Portugal ter assinado o Tratado de Adesão à Comunidade Europeia, em 12 de Junho de 1985, os ministros do PSD retiraram formalmente o seu apoio ao Governo. Os Sociais-Democratas exigiram, então, que o Presidente António Ramalho Eanes convocasse eleições.

Segundo o historiador Alexandre António da Costa Luís (2012), a decisão do presidente em dissolver a Assembleia foi tomada por dois motivos: antes de mais porque Eanes se apercebeu da oportunidade de infringir uma derrota ao Partido Socialista e a Mário Soares; e também por o então presidente ter concluído

---

<sup>17</sup> É uma das principais figuras do Partido Socialista. Além de Primeiro-Ministro, Soares assumiu também o cargo de Presidente da República, entre os anos de 1986 e 1996.

<sup>18</sup> É um dos ícones do Partido Social Democrata, tendo sido um dos seus fundadores do Partido Popular Democrático, no ano de 1974, que logo depois passou a denominar-se Partido Social Democrata (PSD).

<sup>19</sup> Devido à inexistência de uma maioria parlamentar, foi o primeiro a liderar um governo de iniciativa presidencial, no caso, de Ramalho Eanes.

<sup>20</sup> Jurista. Foi um dos fundadores do PSD.

<sup>21</sup> Única mulher que desempenhou o cargo de primeiro-ministro em Portugal; era do Partido Socialista, e licenciada em Engenharia Química.

<sup>22</sup> Ocupou o cargo por menos de 2 meses. Foi um dos fundadores do CDS

<sup>23</sup> Foi também um dos fundadores do PSD. Ocupou o cargo de primeiro-ministro do VII Governo Constitucional (1981) e do VIII Governo Constitucional (1981- 1983), constituídos pela coligação entre PSD, CDS e PPM - Partido Popular Monárquico.

que o seu partido recém fundado, o Partido Renovador Democrático (PRD), poderia obter um bom resultado nas urnas.

Costa Luís (2012) relata que o congresso do PSD, na Figueira da Foz, em Maio de 1985, foi determinante para a chegada de Cavaco ao cargo de primeiro-ministro, visto ter sido então que ele foi eleito presidente desse partido.

Cavaco Silva tem insistido na tese, ou melhor na lenda, de que, naquela época, não possuía a intenção de disputar a liderança social democrata, alegando, particularmente, que permanecia absorvido na sua vida profissional (...) durante o período do Bloco Central, é notório que Cavaco procurou capitalizar a sua experiência de ex-ministro das Finanças de Sá Carneiro, manifestando os seus pontos de vista, sem dúvida pouco benevolentes para a coligação, contribuindo, claramente, para o desgaste desta fórmula. (...)E apesar do recorrente discurso que faz alusão às suas hesitações em marcar presença na Figueira da Foz, Cavaco Silva não deixou de viajar até ao Congresso Nacional, de modo a transmitir o seu ponto de vista. Realmente, o facto de ter resolvido integrar uma lista de delegados ao Congresso demonstra que nunca esteve ausente da actividade política e partidária como sempre pretendeu fazer crer (Costa Luís, 2012: 149).

Os dez anos de governo Cavaco Silva ficaram marcados, tanto pela consolidação da democracia, no sentido de que se alcançou estabilidade governativa no país, quanto pela liberalização do mercado, que removeu as características socialistas – introduzidas pelo 25 de abril – da Constituição Portuguesa<sup>24</sup>. Em 1989, com apoio do PS, o PSD “conseguiu mobilizar os

---

<sup>24</sup> “A revisão constitucional de 1982 procurou diminuir a carga ideológica da Constituição, flexibilizar o sistema económico e redefinir as estruturas do exercício do poder político, sendo extinto o Conselho da Revolução e criado o Tribunal Constitucional.

Em 1989 teve lugar a 2.<sup>a</sup> Revisão Constitucional que deu maior abertura ao sistema económico, nomeadamente pondo termo ao princípio da irreversibilidade das nacionalizações diretamente efetuadas após o 25 de Abril de 1974.

As revisões que se seguiram, em 1992 e 1997, vieram adaptar o texto constitucional aos princípios dos Tratados da União Europeia, Maastricht e Amesterdão, consagrando ainda outras alterações referentes, designadamente, à capacidade eleitoral de cidadãos estrangeiros, à possibilidade de criação de círculos uninominais, ao direito de iniciativa legislativa aos cidadãos, reforçando também os poderes legislativos exclusivos da Assembleia da República.

Em 2001 a Constituição foi, de novo, revista, a fim de permitir a ratificação, por Portugal, da Convenção que cria o Tribunal Penal Internacional, alterando as regras de extradição.

A 6.<sup>a</sup> Revisão Constitucional, aprovada em 2004, aprofundou a autonomia político-administrativa das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, designadamente aumentando os poderes das respetivas Assembleias Legislativas e eliminando o cargo de “Ministro da República”, criando o de “Representante da República”.

necessários dois terços de votos da Assembleia da República para rever a Constituição, o que permitiu a total privatização das empresas na posse do Estado” (Barklanoff, 1996: 925).

### *A imprensa*

A imprensa, ao libertar-se da censura, passou por grandes transformações. Francisco Rui Cádima (2010) divide este processo em três períodos históricos: o primeiro, correspondente ao intervalo de 1974 a 1979, denominando revolução e reforma; o segundo, de institucionalização do regime, nos anos de 1980; e, por último, a institucionalização dos *media*, dos anos 90 até à atualidade.

Os primeiros cinco anos pós-25 de abril foram marcados por uma reestruturação dos meios de comunicação. A 26 de abril, logo após ter abolido a censura e o exame prévio, o MFA declara a necessidade de se proteger os “segredos de aspectos militares”, para evitar que a opinião pública fosse perturbada por meios mais reacionários. Deste modo, propôs a criação de uma Comissão *ad hoc* para a fiscalização da comunicação social, do teatro e de cinema, com o poder de suspender órgãos de comunicação que contestassem os princípios do MFA (Cádima, 2010). O principal conflito, nesse período, decorreu entre os comunistas, que dominavam as redações dos jornais, e os ‘centralistas’, que se esforçavam por travar a ‘sovietização’ de Portugal. Este confronto pode ser ilustrado por duas declarações proferidas no ano de 1975: a primeira, de José Saramago, então diretor adjunto do *Diário de Notícias*, em entrevista ao jornalista francês Jacques Fremontier, na qual afirmava: “Estamos em plena luta de classe, é uma batalha de vida ou de morte entre eles e nós” (Saramago *apud* Figueira, 2010); a segunda, de Eduardo Loureiro, para o *Jornal Novo*, após a vitória do PS, nas eleições de 25 de Abril de 1975:

---

Foram também alteradas e clarificadas normas referentes às relações internacionais e ao direito internacional, como, por exemplo, a relativa à vigência na ordem jurídica interna dos tratados e normas da União Europeia.

Foi ainda aprofundado o princípio da limitação dos mandatos, designadamente dos titulares de cargos políticos executivos, bem como reforçado o princípio da não discriminação, nomeadamente em função da orientação sexual.

Em 2005 foi aprovada a 7ª revisão constitucional que através do aditamento de um novo artigo, permitiu a realização de referendo sobre a aprovação de tratado que vise a construção e o aprofundamento da União Europeia”. Fonte: Assembleia da República

Creio que assistimos ao triunfo dos socialistas realistas contra os utopistas [...]. Não sei quem ganhou ao certo, embora creia que tenha sido a Revolução possível e lúcida. Mas sei quem perdeu: o verbalismo, o mimetismo ultra-revolucionário e a sua miragem frenética de sovieterizar em dois tempos este país (Loureiro *apud* Cádima, 2010:14).

No segundo momento, a partir de 1979, e ao longo dos anos de 1980, o sistema mediático caracteriza-se, segundo Cádima, por uma instrumentalização por parte das forças políticas dominantes. “Primeiro com a AD (Aliança Democrática), depois com o chamado Bloco Central (1983-1985), entre sociais democratas e socialistas) e na segunda metade da década na maioria absoluta do social-democrata Cavaco Silva” (Cádima, 2010: 14). Para o autor, a década de 80, por constituir um novo período constitucional, representou uma fase de normalização democrática, com uma adaptação lenta e difícil ao sistema dos partidos e de governo. Nos *media*, o momento foi de instrumentalização, principalmente, no caso da televisão pública, cuja gestão económica é feita pelo Estado, o qual simultaneamente, regula e é regulado.

Nos anos 90, cria-se a Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) que visava “garantir a independência dos meios de comunicação social face ao poder político e económico, e também o direito à informação e a liberdade de imprensa, tendo ainda uma função de fiscalização sobre a actividade desses mesmos órgãos” (Cádima, 2010:14). O autor afirma que, desde então e até à actualidade, o campo dos *media* assistiu a uma relação tensa e ambígua com o regime democrático, principalmente, pelo facto de o mercado mediático ser gerido em função das estratégias de grandes grupos de interesses.

Historicamente, dos anos 90 à actualidade, assiste-se a uma evolução do sector da comunicação social muito marcada por uma relação tensa, ambígua, senão mesmo algo esquizofrénica, entre os *media* e o regime democrático. Pode dizer-se que, sob a capa de um sistema estável e “hiper-regulado”, uma mão invisível esteve de algum modo sempre presente nas grandes operações que conduziram a cíclicas mudanças de propriedade de alguns dos principais *media* ou grupos de comunicação social portugueses, criando dinâmicas porventura mais suportadas por estratégias de grupos de interesses do que por realidades ou equilíbrios de mercado (Cádima, 2010:14).

Isabel Ferin (2006) aponta que, em 1990, Portugal se pautou por um grande dinamismo económico, devido aos apoios concedidos pela Comunidade Europeia. As reformas iniciadas na década de 1980, prosseguiram, devido à “estabilidade governativa alcançada pelos governos constitucionais liderados por Cavaco Silva”. O momento de transformação também abrangeu os *media*, e acarretou novos contextos de actuação “preconizando a privatização da imprensa, a liberalização do sector radiofónico, a abertura da televisão aos operadores privados e a diminuição da intervenção estatal nos meios de comunicação” (idem, 2006: 104). A Lei de Bases de 88/89 traduziu-se em alterações como a mudança de propriedade, mediante a privatização de empresas que tinham sido nacionalizadas durante a Revolução de Abril, e a transferência de títulos de jornais pertencentes ao Estado, “como a venda à Lusomundo, em 1991, do Jornal de Notícias e do Diário de Notícias, bem como na consolidação dos três grandes grupos privados existentes: o Grupo Balsemão, a Lusomundo e o pertencente à Igreja Católica” (idem, 2006:104).

Em 1988, surgiu o semanário O Independente, que foi caracterizado por alguns autores como «jornalismo de tendência», por vezes com laivos sensacionalistas, o que veio não só «reforçar a capacidade investigativa do jornalismo português como obrigar outros jornais a consagrar maior atenção a este tipo de jornalismo» (Reis e Nunes, 1993: 396-397). A utilização de novas tecnologias e concepções de jornalismo por parte do Público, surgido em 1990, obrigaram o Diário de Notícias a renovar-se dois anos depois (idem, 2006:104).

#### **4.4- A Democracia, o povo e a imprensa popular portuguesa no século XXI**

O processo de formação da democracia, em Portugal, passou por diversos momentos relevantes, cujo auge consistiu no 25 de Abril de 1974. A democracia, desde então, submeteu-se a um processo de aprofundamento, alternando momentos de baixa e alta intensidade. A democracia plena ou de alta intensidade (Santos e Avritzer, 2003), neste entendimento, implicaria a inclusão de todos os atores sociais na vida política, com proteção dos direitos das minorias, participação ativa dos

cidadãos nas decisões das questões públicas, pautando-se pela existência de possibilidades reais de escolhas e de expressão.

Neste recorte temporal, houve sem dúvida uma inclusão de parte significativa dos cidadãos nas decisões políticas do país. Adicionalmente, começou a abordar-se a via da modernização, com fito de reduzir as desigualdades e injustiças sociais, e aproximar Portugal dos padrões europeus de desenvolvimento, processo intensificado após 1986, com a entrada do país na União Europeia. (Estanque, 2006). Entretanto, Portugal enfrenta a contradição representadas pelo facto de as elites económicas que continuarem a corresponder às mesmas famílias (Costa, Fazenda, et al, 2011), e de o próprio Estado ter mantido algumas operativas anteriores ao 25 de abril (Santos, 1992). Por isso, considera-se que o processo iniciado em 1974 possibilitou conquistas quanto à inserção dos indivíduos na vida pública, e ao fortalecimento da democracia no país. Entretanto, é de se considerar que a democracia ainda se encontra em vias de amadurecimento procurando fortalecer-se.

Na conjuntura do século XXI Portugal vive um momento dúbio quanto a este processo. Em termos gerais, verifica-se um enfraquecimento da democracia (Santos, 2013), não obstante algumas conquistas de direitos importantes relativos às minorias. As questões atuais centram-se em torno da resistência da democracia, num cenário de enfraquecimento do Estado social (Santos, 2013) na União Europeia, face à subordinação dos Estados aos interesses privados/ económicos. José Luis Sampedro (2011) defende que a crise não é somente financeira, mas também política. É uma crise do sistema de vida ocidental, em que os poderes são desiguais, e a democracia se torna um produto de marketing, efetivamente vazio, pois se rende ao poder exercido por grupos dominantes, constituindo as eleições uma forma quase teatral de legitimação do poder hegemónico.

Portugal, neste cenário, constitui um dos principais alvos de experiência da austeridade<sup>25</sup>, representando a ala dos países periféricos da Europa, e um dos

---

<sup>25</sup> “Os sinais mais preocupantes da atual conjuntura são os seguintes: Primeiro, está a aumentar a desigualdade social numa sociedade que é já a mais desigual da Europa. Entre 2006 e 2009 aumentou em 38,5% o número de trabalhadores por conta de outrem abrangidos pelo salário mínimo (450 euros): são agora 804.000, isto é, cerca de 15% da população ativa; em 2008, um pequeno grupo de cidadãos ricos (4051 agregados fiscais) tinham um rendimento semelhante ao de um

primeiros a submeter-se à intervenção externa e a sofrer com as especulações internacionais (Santos, 2013), relativizando o que se entende por democracia, e o que o “povo” representa para este sistema. O contexto de análise deste trabalho foi moldado por esta crise, pelas intervenções externas e pelos movimentos sociais que tentaram integrar os seus discursos no espaço público.

### ***A institucionalização dos media: as vozes do campo mediático em Portugal***

No campo mediático, em finais do século XX, e no princípio do século XXI, tornou-se identificável a tendência de institucionalização dos *media*, a partir um “modelo de regulação e de controlo económico e accionista dos *media*, que os deixa em boa parte reféns do ‘bloco central’ de poderes (composto de socialistas e sociais-democratas) que gere o país desde o início dos anos 80” (Cádima, 2010:17). Francisco Rui Cádima (2010) afirma que a independência do setor é precária, não só por este motivo, como também pela crise económica e financeira, que configura o contexto do país.

*MediaCapital*, *Cofina*, *SONAECOM*, *IMPRESA*, Rádio e Televisão de Portugal (RTP) e *Controlinveste* são os 6 grupos donos dos discursos mediáticos hegemónicos, em Portugal. Em comum, exceptuando a *RTP* que (até ao momento da escrita deste trabalho) é uma empresa pública, todas as outras têm percentagens de capital vinculados a instituições financeiras. A par destes a Igreja Católica detém uma importante fatia do mercado, com a *Rede Renascença*. Entre estes grupos, optou-se por analisar mais aprofundadamente o contexto em torno da *Controlinveste* e da *Cofina*, as quais detêm, respectivamente, o controlo do *Jornal de Notícias* e do *Correio da Manhã*.

#### ***Controlinveste***

A *Controlinveste* foi fundada no ano de 1984, sob o nome de Olivedesportos. Iniciou as suas atividades na área do desporto, adquirindo o direito de transmissão televisiva “das principais competições do futebol profissional em

---

vastíssimo número de cidadãos pobres (634.836 agregados fiscais)” (Santos, in: [http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=4842](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4842))

Portugal (i.e. Selecção Nacional, 1ª Liga, Taça de Portugal, Taça da Liga, Taça UEFA, entre outras), bem como direitos de patrocínio e publicidade desportiva<sup>26</sup>”.

Em 1994, ingressa na área da imprensa com a compra do jornal “O jogo”. A seguir, em 1998, adere à televisão, em parceria com a RTP e a PT Multimédia, fundando a *SportTV*. Em 2005, adquire a Lusomundo serviços, tornando-se uma das maiores controladoras dos meios de comunicação do país, com os seguintes títulos: *SportTV*, a rádio TSF; na imprensa, o *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias*, *24Horas*, *O Jogo*, *Global Notícias*, o jornal *Ocasão*; na imprensa regional, o *Açoriano Oriental* (o mais antigo jornal de Portugal), o *Jornal do Fundão*, o *Diário de Notícias da Madeira*; as revistas *Evasões*, *Volta ao Mundo*, e ainda uma participação accionista na *Lusa*, agência de notícias<sup>27</sup>. Adicionalmente, possui duas gráficas, duas empresas de distribuição, participações em sociedades desportivas, empresas de telecomunicações, e uma empresa no setor de turismo.

### ***Jornal de Notícias***

O *Jornal de Notícias* é um jornal diário, com base no Porto, que circula desde 1888. Hoje, a publicação tem grande circulação<sup>28</sup> no norte de Portugal (64%), e também no resto do país<sup>29</sup>, sendo a segunda publicação mais vendida da imprensa diária em Portugal. Segundo Figueira (2012) é o jornal mais rentável do grupo Controlinveste. “O facto de estar inserido (...) no mesmo grupo empresarial do DN, faz com que partilhe com este a publicação de destacáveis e revistas, proporcionando a estas uma circulação enorme e sem paralelo na imprensa diária portuguesa”. (Figueira, 2010). Numa recente reformulação, o jornal apresenta um tratamento editorial mais direccionado para a população do norte de Portugal, ressaltando o fator de proximidade ao leitor, que, como já se viu, caracteriza a imprensa popular.

---

<sup>26</sup> Site Controlinveste: <http://www.controlinveste.pt/Pt/QuemSomos/Apresentacao.aspx>

<sup>27</sup> idem.

<sup>28</sup> “Perfil do leitor | O leitor *Jornal de Notícias* é maioritariamente masculino (61%), pertencendo à classe A

(7%), B (15%) e C1 (31%). Tem entre 25 e 54 anos (65%) e reside no Grande Porto (32%), ou no Litoral Norte (29%)” (<http://www.controlinveste.pt/storage/ng2553718.pdf>).

<sup>29</sup> “Dados de circulação. Tiragem: 91.878. Média paga: 66.504. Audiência média: 12,7% (1.055.549), cobertura máxima: 32,8% (2.722.130). Fonte: Markttest Bareme Imprensa 3ª vaga 2012|APCT Jan/Fev 2013”. (<http://www.controlinveste.pt/storage/ng2553718.pdf>).



Queremos ir direito ao ponto e aos assuntos que de facto interessam aos nossos leitores, sem rodeios. Apostamos no lado humano das notícias, pessoas, rostos personagens e protagonistas, queremos contar as histórias que são realmente significativas às pessoas. Sempre da forma mais moderna e atrativa que guiará o Jornal de Notícias (Jornal de Notícias, 14 de fevereiro de 2012).

### ***Cofina***

A Cofina entrou no mercado dos *media* portugueses em 1999. De acordo com Elsa Costa e Silva (2004), foi constituída por uma *holding* de participações na área da indústria, em parceria com o Banco Português de Investimento (BPI), para adquirir a SIC. Em 2000, o BPI e a Cofina rearranjaram as suas participações, e a Cofina deixou de fazer parte do capital da SIC.

De acordo com Costa e Silva (2004) a rendibilidade aparece como uma condição fundamental na actuação da Cofina. Numa entrevista, o então líder da *holding*, Paulo Fernandes, justificou o investimento no sector dos *media*, por o “considerar ‘muito mais atrativo que o sector da indústria’, capaz de gerar valor com menos esforço: ‘Nos *media* é possível crescer facilmente sem grandes investimentos’”(Costa e Silva, 2004). Noutra entrevista, Fernandes ressaltou o facto de que a empresa que não tivesse lucro seria vendida.

Costa e Silva avança que o grupo Cofina sempre teve interesse de ingressar no mercado da televisão portuguesa, tendo sido, por diversas vezes, apontado como um dos principais possíveis compradores da Rádio Televisão Portuguesa (RTP). “O grupo mostrou-se interessado na privatização de um dos canais da RTP, uma medida prevista no programa eleitoral do PSD (partido vencedor das eleições legislativas de Março de 2002) que não chegou a avançar” (Costa e Silva, 2004), mas que continua a figurar nas prioridades do mesmo partido que, em 2011, voltou a ser governo.

### ***Correio da Manhã***

O Correio da Manhã é um jornal diário, com base em Lisboa, que circula desde 1979. Hoje, é a publicação com o maior número de vendas<sup>30</sup> no país, superando os 100.000 exemplares diários. Fidalgo (2008) classifica o jornal como o maior sucesso da imprensa popular em Portugal. O primeiro número chegou às bancas a 19 de março de 1979. A publicação foi fundada por um grupo de jornalistas “que se associaram a alguns investidores nortenhos, totalizando um capital social de 1350 contos (6750 euros, dinheiro de hoje)”. O jornal trouxe a Portugal uma nova forma de fazer jornalismo: “Manchetes escritas em letras garrafais, normalmente apoiada numa fotografia de grandes dimensões e, incidindo, quase sempre, em temas exteriores ao universo político” (Fidalgo, 2008), com textos reduzidos e títulos apelativos e fortes.

Assim como o Jornal de Notícias, uma das principais características destacadas pelo Correio da manhã consiste na sua aproximação ao leitor

Nos nossos dias, apresentamos um jornal independente e exigente. Livre e responsável. Sempre ao lado do cidadão. A nossa missão é noticiar. Investigar. Escrutinar. Criticar ou elogiar os factos que contam e condicionam a vida colectiva. Procuraremos servir cada vez melhor os nossos mais de um milhão de leitores diários. No ano de crise de 2009, foi o único diário que subiu as vendas em Portugal. Corresponde a uma quota de quase 40% no mercado dos diários de difusão nacional. O êxito do “Correio da Manhã” conta com vários factores. Um deles é o desafio continuado de crescimento, que se faz com o alargar da presença e da influência<sup>31</sup>.

De acordo com uma pesquisa encomendada pela Cofina, o receptor que o Correio da Manhã maioritariamente atinge, apresentado a partir de um recorte sócio económico, pertence à classe C e D (73%)<sup>32</sup>, sendo que a sua maioria compreende

---

<sup>30</sup> 126.948 exemplares vendidos em média por edição. Fonte: APCT. Período: Janeiro a outubro de 2011.

1.180.300 leitores em média por edição. Fonte: “Bereme Imprensa”. Período: 3º semestre de 2011.

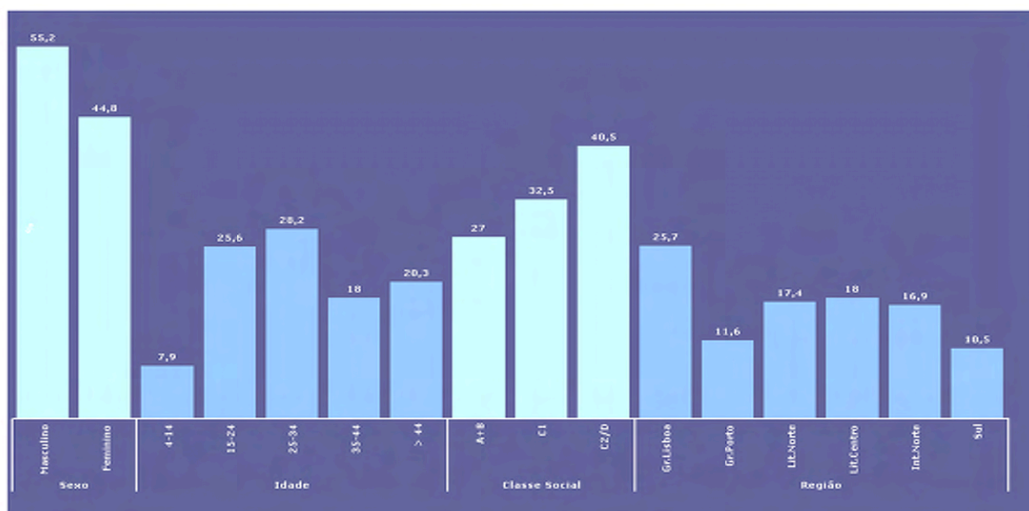
<sup>31</sup> (Fonte: <http://www.cofinamedia.xl.pt/publicidade/cm/online/index.shtml>)

<sup>32</sup> Este gráfico apresenta a percentagem de leitores do jornal Correio da Manhã, a partir do género, da idade, da classe social e da região. Fonte:

<http://www.cofinamedia.xl.pt/publicidade/cm/online/audiencias.shtml>

homens (55,2%), na faixa dos 15 aos 34 anos (53,8%) concentrados entre Lisboa e o Norte do país (89,5%).

**Gráfico 1 -Dados sócio económicos de quem consome o CM**



## **PARTE II – A democracia na imprensa popular portuguesa**

### **Capítulo 5 –A intensidade informativa e as opções editoriais**

Após o debate teórico e a contextualização do cenário português, este capítulo tem como objetivo identificar em que medida a democracia é tema de debate dentro do material empírico utilizado, centrando-se na recolha temporal do material empírico. Buscou-se apresentar, a partir da estrutura, das temáticas e dos meios de produção da notícia, a tese de que o género jornalístico analisado foca aspectos da democracia representativa e liberal, tendo uma amplitude reduzida de discursos, temas e atores. Nesta primeira análise, observa-se que o tipo de jornalismo analisado estabelece uma relação estrita com as questões centrais das estruturas de poder do sistema representativo, ou seja, quanto mais próximos os acontecimentos, quer políticos, quer económicos, estiverem das estruturas centrais de poder mais eles serão abordados pelas notícias.

O capítulo analisa o material recolhido pelo recorte temporal, e apresenta o contexto da investigação, expondo o valor que as notícias ligadas à democracia possuem na estrutura geral deste material. Identifica quais as fontes de informações mais constantes, os géneros discursivos mais adotados, os temas frequentes, os partidos e personagens mais citados. A apresentação dos dados é feita de forma a combinar as metodologias propostas, com o intuito de ilustrar um cenário amplo e contextualizado. O total de materiais recolhidos, no recorte temporal, foi de 717 textos, dos quais 363, foram coligidos no JN, e 354 no CM.

#### **5.1 - O ano de 2011**

Ao realizar o recorte do ano de 2011, para avaliar a amplitude dos conceitos de democracia, este trabalho deparou-se com questões ligadas à política económica que ficam amplamente evidenciadas em todo o processo de recolha do material empírico. A opção por este recorte temporal deveu-se ao facto de este período ter sido marcado por importantes tensões e transformações no contexto político português, tendo-se previsto um amplo debate sobre o sistema democrático por parte da imprensa.

Um dos fatores que é necessário abordar consiste na questão da crise económica e do aumento da dívida pública portuguesa, ambos amplamente associados à crise económica internacional, que se iniciou como consequência de uma forte especulação por parte dos mercados (Santos, 2012), e da subordinação dos Estados aos interesses privados/económicos. A democracia, neste contexto, vive um período de resistência, principalmente, pelo enfraquecimento do Estado Social (Santos, 2013).

Segundo Alexandre Abreu (et. al, 2013), após 2008, a dívida surge mais como consequência da quebra da atividade económica, do aumento do desemprego e da assunção pelo Estado das perdas do sector financeiro “decorrentes da crise financeira e económica internacional e das opções de políticas económicas adotadas desde então – do que como causa dos problemas atuais” (Abreu *et al.*, 2013: 21).

A partir deste ano, o discurso de diversas esferas foi ampliando o destaque conferido à crise financeira internacional. Além da tensão ligada às questões económicas, durante o período que antecedeu as eleições presidenciais, outro acontecimento ocupou as páginas dos jornais, este de cunho político. Muitos especulavam sobre os rumos que o país seguiria, caso o presidente Aníbal Cavaco Silva fosse reeleito nas eleições do dia 23 de janeiro de 2011. Diversas vezes apostavam na intervenção de Cavaco quanto à continuidade do governo do Partido Socialista (PS), centrado na figura do primeiro-ministro José Sócrates. Para alavancar estas especulações, durante a campanha, o presidente proferiu duas principais afirmações: a de que, caso não fosse eleito, eram grandes os riscos que Portugal corria, diante das instituições financeiras internacionais; e a de que, caso fosse eleito, teria uma voz mais ativa do que tivera até então, sendo mais interveniente nas questões prementes do país. A par de Cavaco Silva (PSD), as eleições tiveram como candidatos Manuel Alegre (PS e Bloco de Esquerda), Fernando Nobre (Independente), Francisco Assis (PCP/CDU), José Manuel Coelho (PND – Madeira) e Defensor Moura (Independente). O resultado das eleições assegurou a continuidade do candidato Social-Democrata no cargo de presidente.

O primeiro ministro, contrariando as previsões, manteve-se no governo até março, quando foi reprovado, no parlamento, o projeto sobre a quarta medida do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), que previa a implementação de sérias medidas de austeridade. Com a derrota, o Governo de Sócrates demitiu-se. O governo demissionário, com o apoio do Presidente da República, associado aos partidos de direita da oposição, assinou o acordo com a *Troika*<sup>33</sup>. As eleições parlamentares foram agendadas para o dia 6 de junho.

Nas eleições legislativas, a questão da crise e da troika foram, como é de se prever, fortemente debatidas. Os candidatos ao pleito foram: José Sócrates (PS), Pedro Passos Coelho (PSD), Paulo Portas (CDS-PP), Francisco Louçã (BE) e Jerónimo de Sousa (CDU). O resultado foi favorável ao PSD que, para obter maioria parlamentar, se uniu ao CDS, e formou um Governo de direita. A política de austeridade e de redução do sector público, imposta pelo programa da Troika, constitui uma particularidade fulcral neste cenário, visto que o Memorando de Entendimento assinado por Portugal representa, em grande medida, um programa de governo que não foi sufragado nas urnas pelos cidadãos do país (Abreu et al., 2013).

O que se pode observar neste ano em que foram realizadas duas eleições é que não existe, nem nas produções informativas, nem nas opinativas, uma construção textual que propicie o debate aprofundado sobre a democracia. Como se verá nos dados deste recorte, são poucos os textos que propõem reflexões a este respeito. Neste período houve especulações, críticas e relatos, mas poucos textos prestaram esclarecimentos aos cidadãos.

---

<sup>33</sup> Troika é uma palavra para designar um comitê de três membros, neste caso, remete ao acordo entre o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Central Europeu (BCE) e a Comissão Europeia. “O Memorando de Entendimento corresponde a um conjunto de documentos que estabelecem as medidas que o governo português se compromete a adotar como contrapartida do empréstimo concedido pela troika. Algumas visam produzir efeitos imediatos na redução das despesas orçamentais (por exemplo, o congelamento das pensões ou a suspensão de projetos de investimentos público) ou no aumento das receitas (por exemplo, aumento do IVA para a eletricidade e o gás). Não sendo de todo consensuais, tais medidas não são incomuns em situações de fortes restrições financeiras do Estado e não são difíceis de reverter. Outras medidas, contudo, conduzem a alterações substanciais no funcionamento da sociedade, da economia e do Estado, sendo em muitos casos dificilmente reversíveis e quase sempre polémicas. Inclui-se neste lote o plano de privatizações, a desregulação do mercado de trabalho ou as alterações à fiscalidade sobre as empresas” (Abreu et al., 2013: 75).

Um dos elementos que permitem essa afirmação consiste na irrelevância do debate sobre a democracia, e na rara aparição desse termo na imprensa popular portuguesa. Verificou-se que o termo foi utilizado, com raras exceções, por discursos diretos, em artigos de opinião, ou em citações incluídas nos textos informativos. Não se noticiou que o povo ou movimentos sociais falassem de democracia. Contudo, quando reportada, as menções à democracia foram feitas por políticos – de partidos que têm assento no parlamento –, especialistas e colunistas.

Portanto, neste momento de tensão e de transformação originado pela crise económica e política – em que seria de prever um forte debate sobre democracia – prevaleceu o debate a respeito de como gerir Portugal, para que este voltasse aos mercados. Deste modo, não se equacionou a questão da democracia, como se debaterá neste e no próximo capítulo.

### ***5.2- Questões estruturais dos textos: estilo, gêneros e extensão***

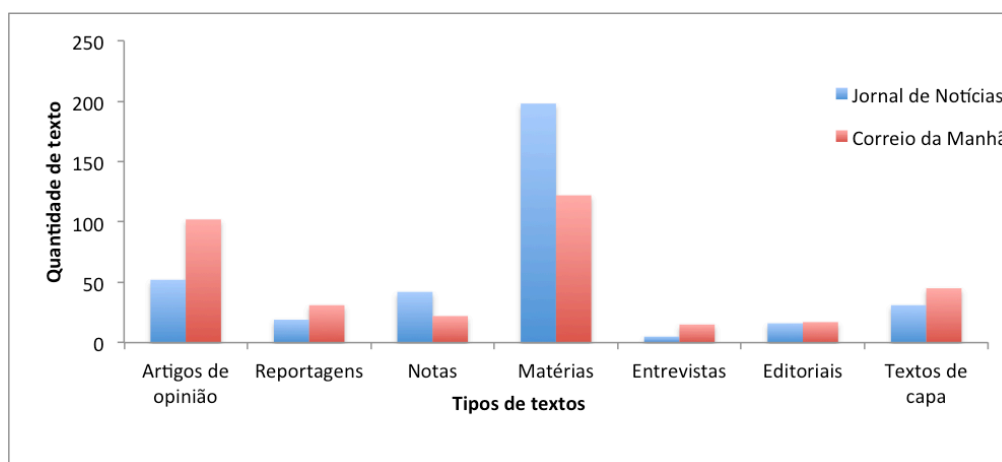
Para uma análise dos modos como os textos foram apresentados nos dois jornais, avaliou-se a sua formatação e inserção nas publicações, ou seja, as características editoriais dos assuntos abrangidos. Esta avaliação centrou-se em três aspectos: estilo, género e extensão. Estes três pontos são cruciais na definição de como o acontecimento foi retratado por quem compôs o texto. Procedeu-se tal análise para se perceber a importância conferida aos temas pelas publicações.

#### ***Tipo/estilo do texto***

Para a avaliação do estilo textual, dividiu-se o material nas seguintes categorias: “Artigo de opinião” para um texto opinativo, assinado e inserido num espaço destinado a um colunista ou especialista em determinadas áreas; “Reportagem” quando o texto procede a uma pesquisa mais aprofundada do tema, com uma narrativa por vezes mais livre do que a de uma matéria; “Matéria” consiste no texto que possui o intuito de informar sobre um acontecimento, recorrendo a um discurso que tenta ser neutro, e é desprovido de narrador; “Entrevista” constitui o texto apresentado em discurso direto, como uma conversa, entre jornalistas (ou algum representante do jornal) e as suas fontes,

com o objetivo de conseguir informações sobre algum acontecimento; “Nota” corresponde a um texto curto com função informativa; “Editorial” consiste no texto em que a direção do jornal se manifesta, tanto sobre os acontecimentos em destaque, como sobre factos que o jornal tem interesse em debater; “Textos de capa” são os textos inseridos na primeira página do jornal. Este dado é importante, pois retrata a relevância atribuída pelos editores aos acontecimentos vinculados à política e à democracia.

O material empírico do ano de 2011, dividido pelos tipos de textos (Gráfico 2), corresponde a 52 “Artigos de opinião”, do JN, e 102, do CM; 19 “Reportagens”, do JN, e 31, do CM; 42 “Notas”, do JN, e 22, do CM; 198 “Matérias”, do JN, e 122, do CM; cinco “Entrevistas”, do JN, e 15, do CM; e 16 “Editoriais”, do JN, e 17, do CM. Os textos de “Capa” correspondem a 31 referências, do JN, e 45, do CM; destes, 9 são manchetes principais do JN, e 8 do CM; 1 é manchete secundária, do JN, e 2 do CM; e 21 constituem chamadas pequenas no JN, e 35 no CM.



**Gráfico 2 – Tipos por quantidade de texto**

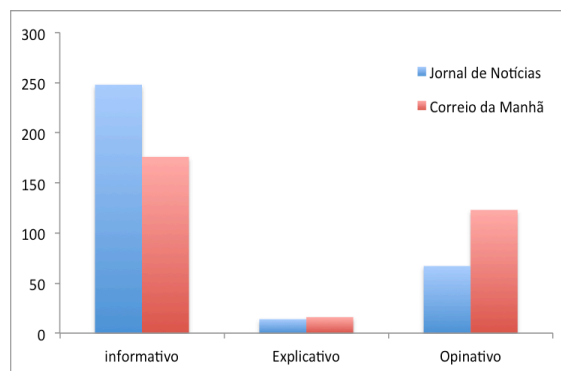
Até aqui, é possível perceber uma diferença sutil na forma de apresentação dos textos. O recorte temporal foi composto pela amostra do período do ano de 2011, recolhendo textos publicados num total de 23 dias. Os editoriais, em 16 destes dias, no JN, e em 17, no CM, abordaram temáticas relacionadas com o sistema político. Este facto denota que a questão política é valorizada pelas duas publicações, sendo foco de interesse da sua direção editorial.



Também é possível observar, nesta categoria, que ambos os jornais conferem prioridade ao texto informativo. O discurso opinativo também se encontra bastante presente nas publicações. A diferença entre os dois jornais decorrem quanto à opção editorial de mobilizar mais ou menos colunistas para o tratamento dos seus conteúdos. Tal prática, denota uma valorização de textos que explicitem os pontos de vistas defendidos. Em termos quantitativos, são mais numerosos os textos opinativos do CM. Entretanto, este dado não implica uma maior abertura a diferentes opiniões. O que se observou na análise qualitativa foi que o JN, apesar de ter menos colunistas, tem uma maior abertura para visões mais distantes do centro do poder. Constatou-se este facto, porque a diversidade política representada pela sua lista de colunistas é mais ampla do que a do CM.

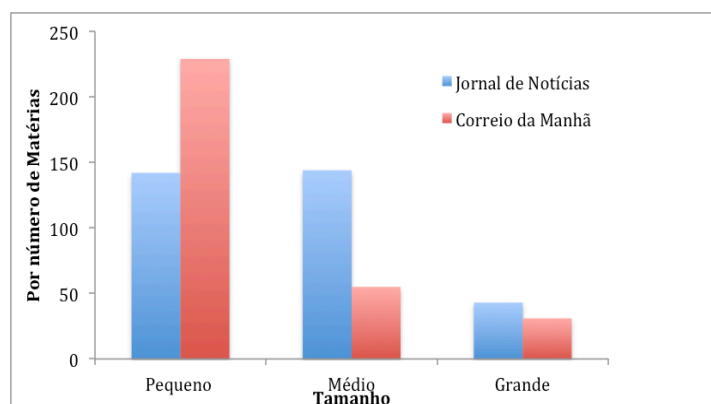
### ***Género do texto***

Para a avaliação do género textual, o material dividiu-se entre os géneros “Informativo”, “Explicativo” e “Opinativo”. Nesta categoria de análise não se consideram os textos das capas dos jornais. No grupo “Informativo” inscrevem-se os textos cujo intuito consiste em transmitir uma informação, sem a intenção de opinar. Os textos informativos tentam informar com base na “objetividade” e na “isenção” jornalística (Traquina, 2007). Para tal, o narrador exclui-se do texto, e reporta diversas visões sobre um mesmo acontecimento. A categoria “Explicativo” abrange os textos com linguagem didática, que visam abordar um conhecimento, seja por meio de entrevista, ou do relato de um ponto de vista. Para o grupo “Opinativo” seleccionaram-se os textos que claramente, procuravam opinar sobre questões afins. Por vezes, observaram-se textos com mais de um género textual, os quais se foram encaixaram em múltiplas categorias.



**Gráfico 3 - Género do texto por quantidade**

No JN, a valorização do texto informativo é elevada, pois dos 363 textos recolhidos, 248 encaixam-se nesta categoria, 14 exibem características de textos explicativos, e 67 revelam especificidades opinativas. No caso do CM, são 123 os textos opinativos. Apesar desta valorização, os “informativos” constituem a maioria dos textos recolhidos, 176, enquanto os com características explicativas perfazem 16.



**Gráfico 4 - Extensão do texto por quantidade**

Quanto à análise da extensão, dividiram-se as categorias em “Pequeno”, para textos que ocupam até metade de uma folha de tablóide; “Médio”, para textos que ocupam entre meia e uma folha inteira dos jornais; e “Grande”, para textos maiores do que uma folha. Esta categoria é importante se para avaliar a relevância do tema no contexto geral do jornal.

No JN, identificaram-se 142 textos como pequenos, 144, como médios, e 43 como grandes. No CM, 229 encaixaram-se na categoria “Pequeno”, 55, na categoria “Médio”, e 31 na categoria “Grande”.

Estes dados revelam a forma e a extensão da divulgação pelos jornais dos temas relacionados com a democracia. A análise quantitativa denota que o JN dedica um espaço maior de seu jornal para às questões afins, enquanto o CM, devota textos mais pequenos à temática. Neste sentido, tal categoria de análise associa-se ao modo como os dois jornais exibem as suas notícias. Em termos qualitativos, observou-se que o CM empreende uma abordagem mais superficial aos temas, sendo comum o recurso a um discurso especulativo, pois multiplicam-se os exemplos em que o jornal não revela a fonte da informação, como se verá no seguimento do trabalho.

### ***Secções***

Para identificar como o material foi categorizado pelos jornais, optou-se por avaliar as secções nas quais se publicaram os textos. Dividiram-se as apresentações destes dados entre os jornais, pois cada publicação denomina diferentemente as suas secções. As secções dos jornais constituem importantes materiais de análise, porque representam a categorização que o corpo editorial atribui aos temas.

### ***Jornal de Notícias:***

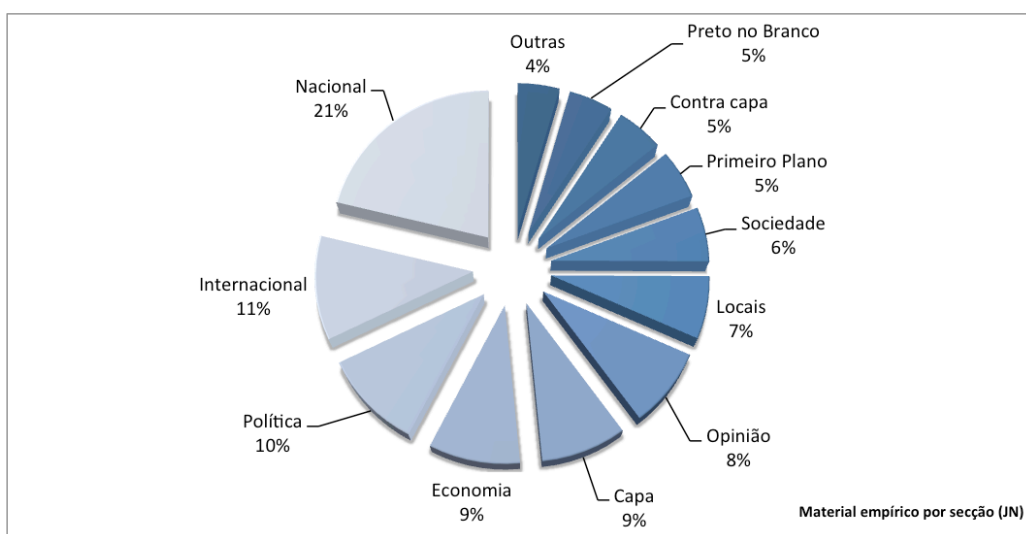
No recorte analisado, o JN apresentou diversas secções diárias; algumas variáveis, outras constantes. Durante a análise, constatou-se que as secções do JN, de onde os textos foram recolhidos, seguem os seguintes critérios editoriais: “Nacional” concentra as matérias cujo tema é Portugal: as questões quotidianas cobrem diversas regiões do país, ou textos em que o país é destaque no estrangeiro, abordando tópicos criminalísticos, quotidianos, económicos e políticos, com proximidade temporal; e “Internacional”, abrange os textos que tratam de temas referentes a outros países.

Após uma mudança editorial, em agosto de 2011, as questões políticas, antes apareciam na “Nacional”, passaram a integrar a secção “Políticas”, que

concentra textos com temáticas políticas. O mesmo sucedeu com as questões económicas e sociais, que ganharam, respectivamente, a secção “Economia” e “Sociedade”; Por sua vez, a secção “Opinião” destina-se aos artigos de opinião, publicados diariamente por diferentes colunistas. Anteriormente, as notícias locais eram publicadas na secção “Norte/Sul”. Depois da remodelação editorial, passaram a estar divididas em dois subgrupos – um exclusivo do “Porto”, o outro para o resto do “País”- os quais integram o grupo “Locais”, o que indica, tanto a importância do Porto para a publicação, quanto a importância que as notícias locais assumem nesta publicação..

A secção “Primeiro Plano” destina-se ao tema que o jornal considera o mais importante do dia. Os textos desta secção, durante o período recortado, foram apresentados sempre em forma de reportagem. “Preto no Branco”, constitui a secção do editorial do jornal. Aqui, apresenta-se a perspectiva do jornal sobre as questões que, normalmente, estão no interior da publicação. No grupo “Outras” estão as secções destinadas a assuntos específicos, ou que estão pouco representadas na recolha do trabalho; uniram-se aqui as matérias de cultura, das secções “Domingo”, “Religião”, “Justiça”, “Viva +” e dos especiais “Educação” e “Eurocrise”.

No gráfico a seguir representa-se, a par das secções, os textos que figuraram na “Capa” e na “Contra-capa”. Estes são elementos relevantes, pois representam os temas em evidência, considerados importantes pela linha editorial.



**Gráfico 5 - Secções JN**

Os textos recolhidos (ver gráfico 5) estão mais concentrados na secção “Nacional”, com 21% do total, seguida pela “Internacional”, com 11%; “Política”, com 10%; “Economia”, com 9%; “Capa”, com 9%; “Opinião”, com 8%; “Locais”, com 7%; “Sociedade”, com 6%; “Primeiro Plano”, “Contra Capa” e “ Preto no Branco”, com 5%, cada; e “Outras”, com 4%.

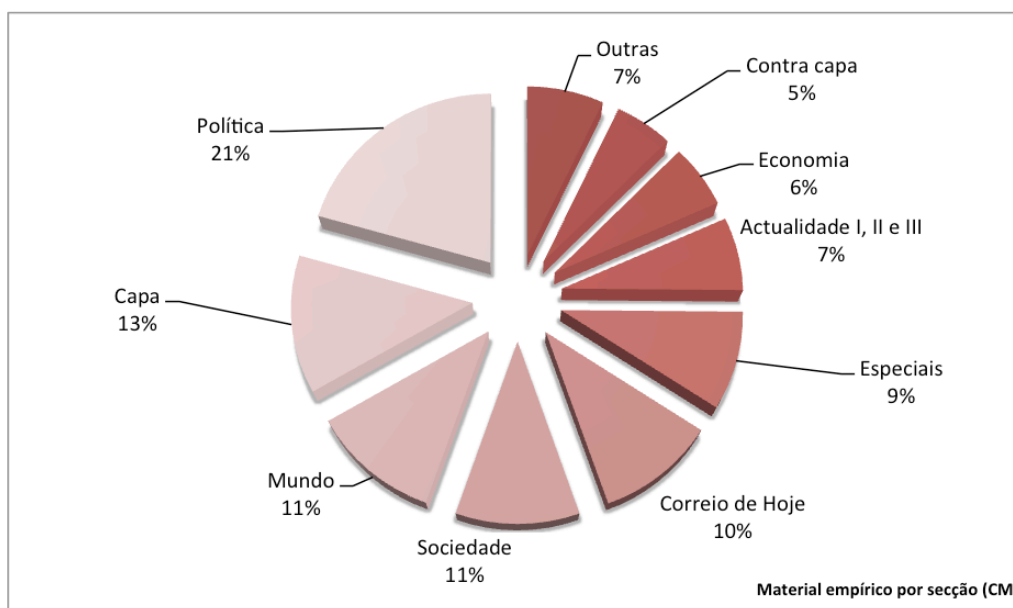
### ***Correio da Manhã:***

Assim como o JN, o CM dispõe de diversas secções, sendo algumas especiais. Durante a análise, observou-se que as secções são denominadas, e seguem critérios editoriais, a saber:

A secção “Política” apresenta textos sobre política no âmbito nacional, da qual se avaliaram 73 no recorte temporal; “Mundo” é dedicado a questões de outros países, do qual se retiraram 40 dos textos do material empírico. Na secção “Sociedade”, que se dedica às questões locais e quotidianas, selecionaram-se 38 textos. A secção “Correio de Hoje” é onde, diariamente, se exhibe o editorial também figurando aí outros artigos de opinião e uma tira de banda desenhada. Normalmente, esta secção debate os acontecimentos centrais no contexto português e mundial, com uma visão opinativa, e com as posições dos cargos mais elevados do jornal. Nela são recorrentes os temas políticos, com 37 textos do material empírico.

As secções especiais foram criadas para dois temas específicos: a primeira, para as eleições presidenciais, e a segunda, para as parlamentares, sendo que 32 textos foram recolhidos das mesmas. A secção “Actualidades” aborda os temas principais do dia, de forma mais aprofundada, que são apresentados em reportagens, divididas em 3 partes (Actualidades I, II e III), revelando a importância dada pelo tratamento editorial. Nesta secção, durante o período analisado, foi recorrente o destaque aos acontecimentos mais vendáveis, como crime, corrupção ou futebol. Entretanto, os temas ligados à política também foram tratados nesse espaço, do qual se retirou 24 textos do material empírico. As abordagens mais direccionadas aos mercados financeiros e de trabalho destinam-se à secção “Economia”, tendo-se daí retirado 21 dos textos recolhidos.

Destaca-se a quantidade de textos que figuraram na “Capa” e na “Contra capa”, onde os temas em evidência foram apresentados, de acordo com a importância que os editores do jornal conferem aos temas. Na capa, foram 8 as grandes manchetes, 2 as manchetes secundárias e 35 chamadas pequenas. Na contra capa, o CM apresenta notas e artigos de opinião sobre temas quotidianos, normalmente ligados à política ou ao futebol. Foram 19 os textos retirados da contra capa.



**Gráfico 6 – Secções CM**

### ***5.3- Questões qualitativas dos textos: fontes, temas e de quem falam***

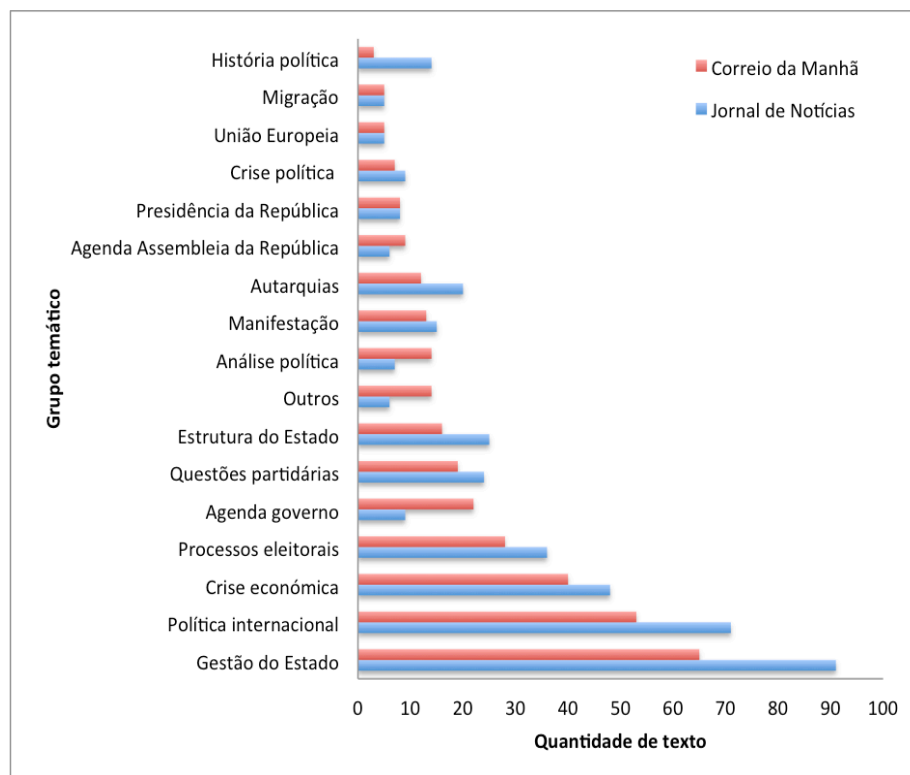
Avaliaram-se os contextos estruturais de publicação dos textos, passando-se a analisar as opções temáticas, políticas e sociais do corpo editorial dos dois jornais em análise.

#### ***Temas principais, secundários e algumas considerações***

Para agrupar diversos temas específicos, em categorias de temáticas gerais, conceberam-se grupos com base no material reunido. Agruparam-se os textos que estivessem mais próximos das questões temáticas. Por conseguinte, criaram-se as categorias expostas no gráfico 7. Apesar de alguns textos, por vezes, se encaixarem em mais de um grupo, neste caso, classificaram-se na categoria à qual foram considerados mais próximos.

Ao longo do ano de 2011, e sob a perspectiva de recorte desta investigação, os temas centrais aos quais os textos recolhidos se vincularam, foram divididos nos seguintes grupos: *Gestão de Estado; Política Internacional; Crise Económica; Processo Eleitoral, Agenda do Governo; Questões dos Partidos; Estrutura do Estado; Análises Políticas; Manifestações; Autarquias; Agenda da Assembleia da República; Presidência da República; Crise Política; Migrações; União Europeia; História Política e Outros.*

Neste ponto, é importante ressaltar que o jornalismo em questão tem como principais temáticas assuntos diretamente ligados aos poderes executivo e legislativo, dando visibilidade a questões vinculadas ao centro desses poderes. Entre todos os textos recolhidos, foram poucos os que recorreram a uma abordagem sobre aspectos do sistema democrático que não se cingisse ao sistema representativo liberal. Esta característica pode estar associada ao facto de o jornalismo ser um instrumento de reforço e *status quo* do sistema instituído (Traquina, 2007; Van Dijk, 2010).



**Gráfico 7 - Temas centrais por quantidade de textos**

Os temas relativos com a Gestão de Estado são aqueles vinculados ao poder Executivo. São os mais abordados, tanto no JN (91 textos), quanto no CM (65 textos). Os assuntos mais tratados nesta categoria centraram-se em aspectos como gestão de recursos, investimentos, denúncias de corrupção com os dinheiros do Estado, e no debate de políticas públicas. Entretanto, os principais assuntos que pautaram os textos, de ambos os jornais, consistiram nos ajustamentos orçamentais, os propostos pelo PEC 4, e os impostos pela Troika – incluindo os aspectos debatidos ou realizados pelo governo – e nas diversas denúncias de corrupção, em que os casos assumem nomes, tais como o “Face oculta”.

Todos os textos que não têm Portugal como foco inscreveram-se na categoria “Políticas Internacionais”, totalizando, 71 textos do JN, e 65 do CM. Os principais assuntos aqui agrupados abordam questões de visitas oficiais, declarações de chefes de Estado, relações comerciais, manifestações e conflitos. As revoltas em países como a Síria, Egito e Líbia foram amplamente abordadas. Uma das principais palavras associadas a esta secção foi “terrorismo”, principalmente, no CM. As matérias que incluem este termo são, normalmente, carregadas de julgamentos associados à falta de democracia e referem-se ao pensamento islâmico como problemático (van Dijk, 2010).

A “Crise Económica” constituiu o gancho de grande parte dos textos recolhidos. Todavia, os textos agrupados nesta categoria abordam-na diretamente. Neste grupo, reúnem-se 48 textos, do JN, e 40, do CM. As produções textuais, assim como na categoria de Gestão de Estado, discutem o ajustamento orçamental e a entrada do FMI em Portugal, mas com um discurso menos voltado para a gestão dos recursos, na perspectiva do Estado. Críticas ao governo, posicionamento de instituições privadas, debate entre partidos, e relações de Portugal com a União Europeia foram foco de atenção nesses textos.

Por terem ocorrido duas eleições em 2011 – as presidenciais, em Janeiro, e as parlamentares, em Junho – houve uma quantidade considerável de textos que abordaram o assunto, 36 no JN, e 28 no CM. Os conteúdos abordados no âmbito da temática “Eleições” agrupam textos que reportaram a agenda dos candidatos, comentários políticos das campanhas, e os resultados das eleições; comentaram



abstenções e boicotes pelo país no período eleitoral; e abordaram problemas ocorridos nos dias dos pleitos.

No tema “Agenda do governo” revelou-se a preocupação do jornalismo com o executivo: foram 15 textos no JN, e 22 no CM. Nesta categoria entram textos que abordam propostas do governo, tomada de posse de ministros, declarações do primeiro-ministro e de agentes do governo sobre diferentes assuntos que abrangem diferentes áreas, tanto da economia, como das relações políticas, factos quotidianos e planos futuros.

Em “Questões partidárias”, fica patente a estreita relação entre o jornalismo e os partidos com 24 textos do JN, e 19 do CM. Neste grupo temático ressalta-se o debate sobre questões internas, tais como eleições, composição de listas, homenagens, comemorações e posicionamentos, ficam marcados neste grupo temático.

Textos que abordaram questões tais como a reforma do judiciário, denúncias sobre desfalques na educação, reforma do sistema de avaliação dos professores, possíveis privatizações, fiscalizações internas, investimentos em infraestruturas e cortes na segurança social ficaram concentrados na categoria “Estrutura do Estado”. Neste ponto, o JN publicou 24 textos, enquanto o CM abordou o tema 16 vezes.

As “Análises Políticas” foram destaque de 14 textos no CM, e de 7 no JN. Apesar de muitos dos textos opinativos serem análises políticas, o material reunido nesta categoria representa as análises mais diretas ao sistema político. Os assuntos específicos abordados relacionam-se com questões de reforma do sistema judiciário, a importância das eleições para o sistema democrático, a regulação dos *media*, e críticas tecidas a personagens políticos. Todos os textos partem de prerrogativas de um modelo político, baseando-se este na questão da representatividade no Estado liberal.

Na categoria “Manifestações” centram-se os textos que noticiam e/ou opinam sobre mobilizações sociais, normalmente ligados a sindicatos e ou Instituições de classes profissionais. Nesta categoria, inscrevem-se 15 textos do JN, e 13 do CM. Greves em empresas do Estado (como a TAP e a CP), protestos

dos professores e de funcionários de empresas privadas foram os temas mais tratados no material recolhido.

No grupo “Autarquias” encontram-se os textos com foco específico nos poderes locais. Denúncias, investimentos em infraestruturas, reabilitação urbana e orçamentos participativos são temáticas secundárias inseridas nesta categoria. Recolheram-se 20 textos do JN e 12 do CM.

Na categoria “Agenda Assembleia da República” estão os textos ligados ao quotidiano do poder legislativo: assuntos como os apoios políticos, a posição do parlamento sobre ajustamentos orçamentais e as propostas de moção de censura, foram abordados pelos materiais recolhidos, sendo que 9 são do CM e 6 do JN.

Os textos ligados às declarações e à agenda, assim como as críticas à “Presidência da República” estão reunidos nesta categoria. Diversas declarações centradas nos discursos do presidente Aníbal Cavaco Silva, foram foco das atenções dos jornalistas. O Dia de Portugal, a política do setor agrícola, a crise económica e a União Europeia são os temas abordados neste grupo. Entretanto, grande parte dos textos direcionam algum tipo de crítica ao Presidente da República Portuguesa. São oito textos em cada jornal, nesta categoria.

“Crise política” reúne nove textos do JN, e sete do CM. Abordaram-se, principalmente, questões relativas à crise no governo de José Sócrates.

A categoria “Migração”, com 5 textos do JN, e 4 do CM, abordou temas como a Xenofobia (JN), o controlo das fronteiras e a fiscalização da imigração ilegal, além da posição da igreja perante a necessidade de alguns portugueses emigrarem (CM).

Em “História Política” inscreveram-se as abordagem a factos do passado, para relembrar datas ou personagens marcantes da história portuguesa, com 14 textos do JN e 3 do CM. Os temas abordados prendem-se com a revolução de 25 de Abril de 1974, a morte de Sá Carneiro e os processos de descolonização portuguesa.

Por último, a categoria “União Europeia”, que reúne 5 textos de cada jornal, aborda temas como a finalidade do Euro, a adesão de Portugal à

Comunidade Europeia, a soberania dos Estados, e questões sobre “direitos europeus”.

Nesta análise é possível avaliar que há pouca amplitude temática quando se aborda o tema da democracia. A plutocracia, referida por Todorov (2012), no capítulo 3, pode ser facilmente constatada na valorização temática da imprensa investigada, sendo que as pautas políticas, nomeadamente, aquelas que remetem à democracia, estão diretamente ligadas a temas económicos. Debatem-se mais políticas económicas do que políticas sociais. O “povo” construído pelo discurso da imprensa em questão precisa entender que não há saídas para o sistema financeiro. Em termos políticos, os meios de comunicação em debate estão totalmente voltados para o capital, retratando o todo social e político com pouca variedade. Em todos os grupos de análise, a democracia que, no ponto de vista desta investigação, poderia ser o eixo temático dos textos, acaba por ser discretamente relegada para segundo plano, sendo sobreposta pelos interesses de mercado.

Por vezes, a redução do valor da democracia é explícita. Aqui, vale lembrar que a democracia, na maioria do discurso jornalístico, é vista como uma formalidade eleitoral e, quando muito uma formalidade participativa, vinculada a estruturas representativas. Um dos exemplos mais notórios deste facto, consiste no artigo de opinião do jornalista António Ribeiro Ferreira<sup>34</sup>, publicado no CM, no dia 8 de abril de 2011, num tom irónico, e contextualizando o leitor a partir de uma declaração de Manuela Ferreira Leite, ex-líder do PSD, que afirmou, em determinada altura, que o país deveria suspender a democracia por seis meses. Neste artigo, o autor cita a entrada da *Troika* no país, e a proximidade às eleições parlamentares, diminuindo o papel da participação e da representação. O autor finaliza o texto “Até já, democracia”, da seguinte forma:

Os adeptos dos salamaleques democráticos podem dar muitas voltas à língua para tentar desmentir o indesmentível. Mas a verdade, verdadinha, é que estas eleições não servem para coisa alguma. São um desperdício de tempo e dinheiro. Honestamente, deviam ser suspensas

imediatamente com três singelas palavras: "Até já, democracia" (Correio da Manhã, 8 de abril de 2011).

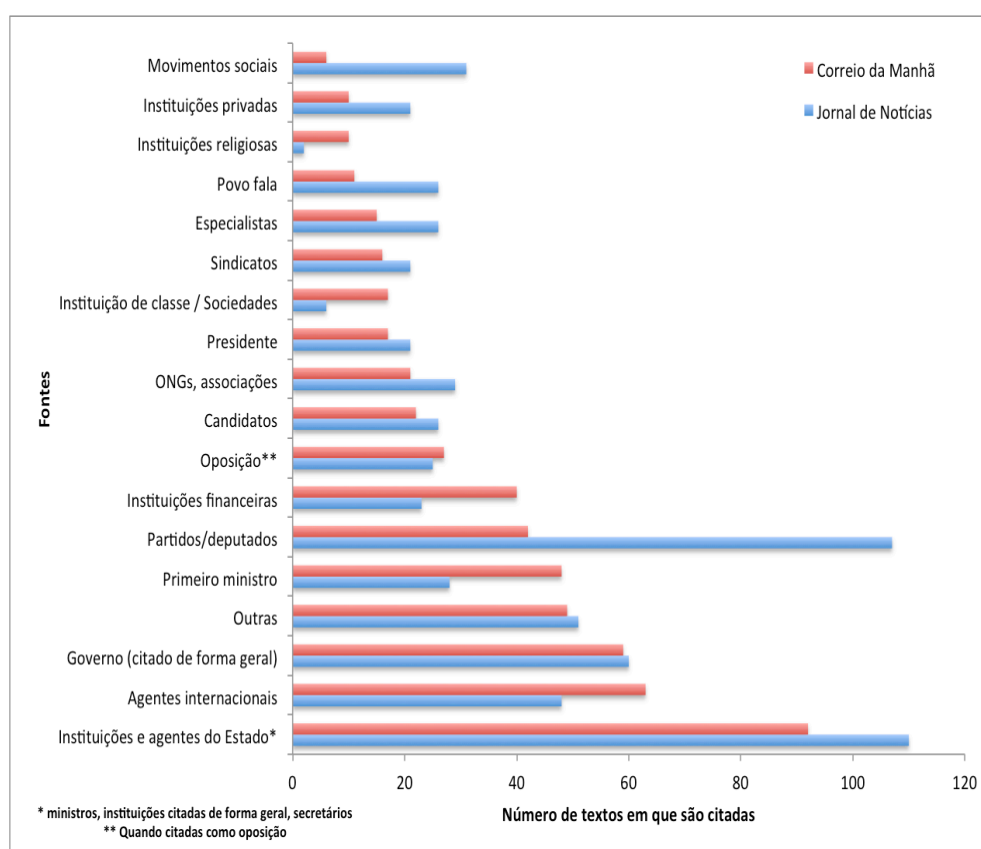
O autor adota um tom irónico para desprestigiar os meios de participação disponíveis, e adota o discurso de que, com a entrada do FMI, não haverá mais opções políticas, pois quem irá comandar o país será tal instituição. Neste sentido, o autor também exclui qualquer outro tipo de possibilidades que não esteja entre as opções centrais do poder. Ele reproduz o discurso de que só há duas opções eleitorais "PSD" e "PS", o que reduz a visão sobre o sistema político no qual o país está inserido. Apesar de ter sido um exemplo, muitos dos textos avaliados, principalmente, os do CM, conduzem para o mesmo discurso exposto no trecho acima, como se verá no próximo capítulo.

### ***Fontes***

A visão hegemónica como um corpo de práticas e de expectativas sobre o todo social existente, e sobre o todo da existência social, constitui, e é constituída pela sociedade mediante a subordinação naturalizada, interiorizada e imperceptível (Chauí, 2011), que se refletem nos meios de comunicação. Além dos assuntos escolhidos para serem notícia, pelos "exper", uma das características que revela, no jornalismo, o estado de subordinação, pode ser observada a partir da escolha das fontes. A rotina de produção da notícia estabelece relações que naturalizam e favorecem histórias sobre as pessoas, os grupos e/ou as instituições mais poderosas, prestigiando, também, "a reunião de notícias em contextos institucionais que garantem uma fonte constante de novas histórias, tais como os grandes organismos políticos do Estado, a polícia, os tribunais e as grandes empresas" (Van Dijk, 2010).

A decisão sobre o que é ou não notícia recai sobre critérios que conferem à elite simbólica – sejam pessoas, organizações e/ ou aos países centrais – acesso preferencial à informação, ampliando, reconhecendo e legitimando o poder destes atores (Gans, 2004; Van Dijk, 2010). As fontes que legitimam poderes já instituídos, que são a maioria no material recortado para este trabalho, estão ligadas a instituições com grande poder, seja simbólico, político ou económico.

Ressalta-se que o jornalismo popular pouco divulga o povo ao qual se destina. Neste recorte, indivíduos sem poder não falam sobre democracia, não opinam sobre política, a não ser em casos extremos em que são o centro das atenções, como nos casos de inqueritos, pesquisas de opinião, e na secção carta aos leitores. Os dados confirmam a dependência de fontes prontamente disponíveis e fiáveis de informação, “que favorecem as histórias sobre as pessoas, os grupos ou as instituições mais poderosas da sociedade” (Van Dijk, 2010). Contudo, há diferenças amplas na quantidade de pessoas e instituições a quem as duas publicações ouvem, como se pode observar no gráfico 8.



**Gráfico 8 - Fontes por número de textos**

Em comparação com o CM, o JN exhibe uma variedade mais ampla de fontes. Apesar de ainda haver disparidade entre as fontes oficiais, o JN comparado ao CM, valoriza mais os movimentos sociais, escuta um número maior de cidadãos, divulga mais ações e posições dos sindicatos, das associações e das ONGs, e consulta um número maior de especialistas. Na opinião deste trabalho, tal postura, amplia as perspectivas sobre os acontecimentos e,

consequentemente, as percepções e os discursos sobre a democracia, retirando dos órgãos oficiais a exclusividade do discurso político, fator que pode possibilitar a emergência de vozes contra-hegemónicas.

Outro ponto importante a avaliar na relação entre os jornais e as fontes, consiste no facto de o CM utilizar com muita frequência o instrumento da fonte oculta. Este instrumento está representado na categoria “outras”, e representa uma fatia de 20% deste grupo, no jornal. Ao recorrer-se a expressões como “O CM apurou”; “O CM sabe”; “Fontes informaram ao CM”, insere-se informações nos textos sem especificar a sua origem. Nos casos recolhidos, estas informações relacionam-se com denúncias especulativas, pouco fundamentadas, em todos os casos, contra agentes do governo. Apesar de constituir uma forma válida de preservar as fontes, o abuso deste instrumento pode ser considerado problemático – por banalizar o ato de proteção das fontes, e por possibilitar a emergência de especulações políticas sem fundamentos ou provas concretas –, e até questionado, diante dos valores deontológicos da profissão, em Portugal, os quais afirmam que “o jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes”.

### ***Os personagens retratados***

Os vínculos discursivos com atores que detêm um elevado grau de poder também ficam explícitos nesta categoria. Os personagens mais citados, na recolha temporal, estão vinculados ao sistema democrático, representativo e liberal. Para a seguinte representação gráfica, seleccionaram-se os indivíduos que apareceram em mais de 10 textos recolhidos, destacando-se, neste recorte, 24 personagens. Todos eles são personalidades vinculadas a instituições de poderes centrais.

O primeiro ponto importante, nesta análise, prende-se com o perfil sociológico de quem são os personagens principais relacionados com a democracia. O recorte representa uma visão sobre a construção hegemónica do sistema em questão. Nesta perspectiva, a democracia está concentrada na mão do homem, branco e europeu. Dos 24 personagens, apenas duas são mulheres, Angela Merkel, chanceler alemã, e Dilma Rousseff, presidenta do Brasil; somente, um é negro, Barack Obama, presidente dos Estados Unidos da América;

e, apenas um não é de um país ocidental, Muamar Kadafi<sup>35</sup>, ex-chefe de estado Líbio.

O segundo ponto de destaque é que, dentro do contexto da crise económica, os líderes estrangeiros, de maior destaque, neste cenário, são a primeira-ministra alemã, Angela Merkel, e o então presidente francês, Nicolas Sarkozy<sup>36</sup>. Os dois líderes reúnem mais citações do que o presidente da União Europeia e ex-primeiro Ministro Português, José Manuel Durão Barroso, denotando a importância conferida aos discursos dos dois países centrais da Europa.

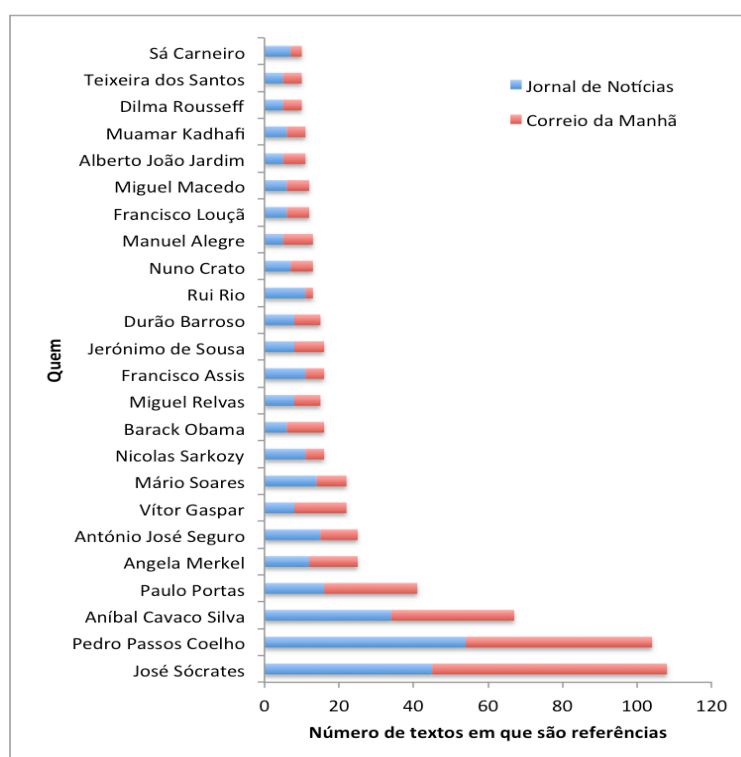


Gráfico 9 - Personagens por número de texto

Além disso, outro ponto relevante, que indica a visão liberal sobre a política, consiste no facto de os dois ministros mais citados estarem ligados a áreas económicas: Paulo Portas, candidato do CDS nas eleições parlamentares de 2011, e Ministro dos Negócios Estrangeiros<sup>37</sup>, do Governo de Pedro Passos

<sup>35</sup> Governou a Líbia de 1969 até 2011, quando foi deposto do cargo e assassinado em praça pública.

<sup>36</sup> Presidente francês, do partido centro direita UMP (Union pour un Mouvement Populaire), até maio de 2012, quando foi substituído por François Hollande, do Partido Socialista, centro esquerda.

<sup>37</sup> No dia 2 de julho de 2013, pediu demissão do cargo, gerando uma crise no governo do PSD, devido à possibilidade de quebra da coligação. Entretanto o caso terminou com a indicação de Paulo

Coelho; e Vítor Gaspar, Ministro do Estado e das Finanças<sup>38</sup>, do mesmo Governo. Também aparecem na lista os ministros do Governo Passos Coelho: Miguel Relvas, Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares<sup>39</sup>; Nuno Crato, Ministro da Educação; e Miguel Macedo, Ministro da Administração Interna. Também se menciona Fernando Teixeira dos Santos, Ministro das Finanças, que ocupou o cargo do ano de 2005 a 2011, no Governo de José Sócrates.

Pontuando a centralidade do discurso da imprensa analisada, os chefes de Estado e do Governo são os mais citados no material empírico. José Sócrates e Pedro Passos Coelho ocuparam – em momentos diferentes, durante o período recortado – o cargo de primeiro-ministro. Por isso, as suas posições neste recorte são as de chefe do governo e de candidato ao cargo. Mesmo após a derrota nas legislativas de junho, José Sócrates continuou a ter o seu nome citado na imprensa, principalmente, pelo CM, que teceu a tecer intensas críticas ao ex-primeiro-ministro do Partido Socialista (PS). O presidente do país, Aníbal Cavaco Silva, neste recorte, surge retratado como chefe do Estado e candidato principal as eleições ao cargo.

A par dos já referidos nomes também tiveram destaques os líderes e representantes de partidos; José António Seguro, do Partido Socialista, Francisco Assis e Jerónimo de Sousa, do Partido Comunista Português, Francisco Louçã, do Bloco de Esquerda; os Líderes Regionais, Rui Rio, presidente da Câmara Municipal do Porto, e Alberto João Jardim, presidente do governo regional da Madeira; o poeta e candidato à presidência da República nas eleições de 2011, pelo PS e pelo Bloco de Esquerda, Manuel Alegre; o ex-primeiro ministro e presidente Mário Soares; e o ex-primeiro ministro, Francisco Sá Carneiro.

Todos os nomes mais citados neste recorte estão vinculados a um sistema de democracia liberal representativa, exceptuando o ex-líder Líbio, que foi considerado pelo mundo ocidental e, conseqüentemente, pelo jornalismo, como um dos grandes inimigos da democracia, no ano de 2011.

---

Porta a vice primeiro Ministro. No recorte, Paulo Portas é referido como líder do CDS e como ministro.

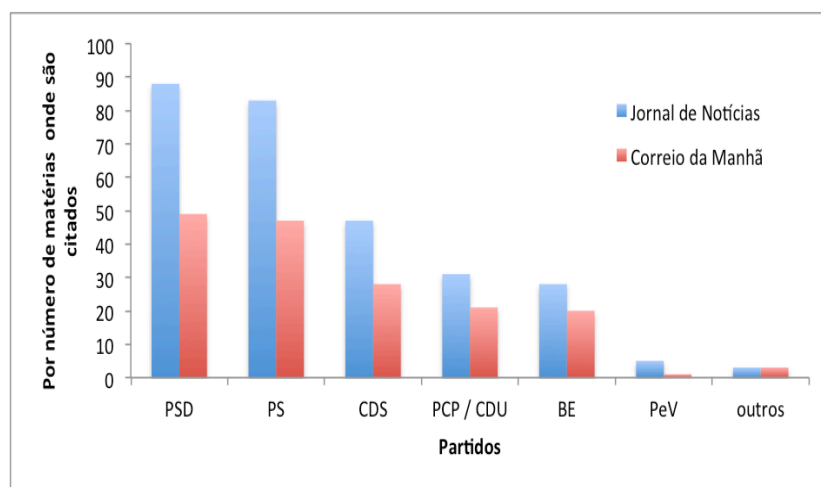
<sup>38</sup> Permaneceu no cargo até ao dia 1 de julho de 2013.

<sup>39</sup> Permaneceu no cargo até ao dia 4 de abril de 2013.



### ***Partidos centrais***<sup>40</sup>

Outro dado que demonstra a proximidade do jornalismo ao centro do poder refere-se aos partidos mais citados. Nesta análise, não se insere uma valorização qualitativa. Portanto, não é por fazerem mais referências a um partido que os jornais assumem as suas posições. Muitas das vezes, as quais foram citados, foram mencionados, com base em críticas. Portanto, o que se buscou com este dado foi identificar a centralidade dos partidos quando o jornalismo aborda o tema da democracia, direta ou indiretamente.



**Gráfico 10 – Partidos por número de textos em que são citados**

O que se verifica é que os partidos centrais e com maior número de cadeiras no parlamento são os mais mencionados na imprensa popular. Os partidos sem assento na assembleia foram identificados como unidades à margem do sistema representativo. Na imprensa popular, foram representados como um conjunto, e só foram usados como fontes no período das eleições, em matérias que agregavam todos esses partidos em uma representação exótica, única: “Os partidos sem assento no parlamento”, “Os partidos pequenos”. Na categoria “Outros”, há citações do Partido Popular Europeu, Movimento Esperança Portugal, Partido Operário de Unidade Socialista, Partido Nacional Renovador, Partido Trabalhista Português.

<sup>40</sup> O CDU, apesar de ser a coligação entre o PCP e o PeV, foi contabilizado junto com o PCP. Optou-se por considerar separadas as referências aos Verdes, para perceber quanto o partido é referenciado como unidade partidária.

#### 5.4 - Quando se diz “Democracia”?

A partir da palavra “Democracia”, e das suas derivações, aplicou-se, no recorte temporal, uma análise quantitativa, para verificar em que contexto o termo foi utilizado. O conceito foi diretamente utilizado em 36 textos do Jornal de Notícias, e em 29 do Correio da Manhã. Como o ano de 2011 se pautou por duas eleições, uma em janeiro e outra em junho, pretendeu-se avaliar se o termo estava diretamente associado ao processo eleitoral. O primeiro fator verificado consistiu no momento em que foram empregues, ou seja, que período do ano a palavra foi mais usada. O resultado da avaliação, apresentado em gráfico, é o seguinte:

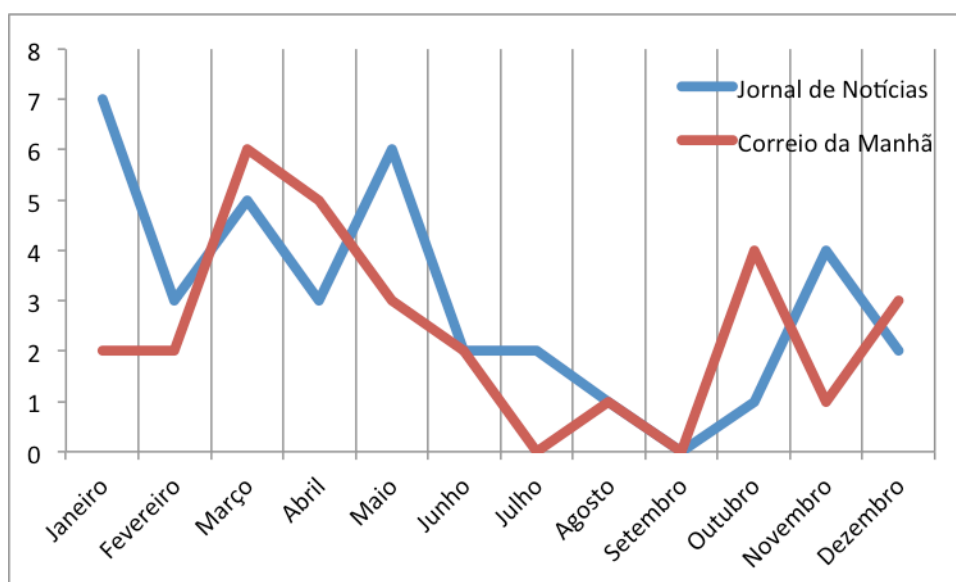


Gráfico 11 – Uso da palavra democracia ao longo do ano

Pode verificar-se que, no caso do JN, o pressuposto confirma-se, pois os períodos em que a palavra mais surge foram nos meses de janeiro, quando ocorreram a campanha e as eleições presidenciais, e Maio, período de campanha das eleições parlamentares, que aconteceram no dia 5 de junho. No Correio da Manhã, a recorrência da palavra não foi verificada com amplitudes consideráveis nos períodos eleitorais, e sim nos meses de Março e Abril, época em que o governo de José Sócrates se demitiu.

A partir de uma análise sobre os temas associados ao uso da palavra pode perceber-se em que circunstâncias as duas publicações recorrem ao termo (Ver quadro 2).

<b>Temas dos textos onde se encontrou a palavra "Democracia"</b>			
<b>Jornal de Notícias</b>		<b>Correio da Manhã</b>	
<i>Processos Eleitorais</i>	9	8	<i>Política Internacional</i>
<i>Política internacional</i>	7	5	<i>Crises (política e económica)</i>
<i>Gestão do Estado</i>	5	4	<i>Processos Eleitorais</i>
<i>Crises (política e económica)</i>	4	3	<i>Análise política</i>
<i>Estrutura do Estado</i>	4	4	<i>Gestão do Estado</i>
<i>Análise política</i>	3	2	<i>Questões partidárias</i>
<i>Ato Presidente</i>	2	1	<i>Agenda governo</i>
<i>Agenda governo</i>	1	1	<i>Autarquias</i>
<i>Quotidiano</i>	1	1	<i>Manifestações</i>

**Quadro 2**

### **5.5 – Algumas considerações**

“The term democracy itself is only rarely mentioned in the indices of the major journalism texts” (Gans, 2004: 55). No caso da imprensa popular portuguesa, este argumento se confirma. A partir dos dados apresentados por este capítulo, é possível confirmar-se a tese de que o jornalismo tem um discurso limitado a uma perspectiva hegemónica sobre a democracia. Os textos avaliados associam a democracia a instrumentos, atores e discursos vinculados ao sistema representativo e liberal. Além disso, avalia-se que o jornalismo constrói a visão de democracia, estruturando-a com o discurso das elites, sejam políticas, económicas ou simbólicas (Van Dijk, 2010). Por isso, as temáticas, fontes e personagens que emergem neste meio de comunicação naturalizam-se como representantes únicos de um sistema democrático fechado. Constatam-se uma diminuição de certos atores e instituições, que os colocam à margem do discurso político, económico, cultural em torno da democracia.

A imprensa delimita uma visão de que a democracia só pode construir-se nos períodos eleitorais e dentro do parlamento (Brown, 2011) e mesmo neste enfoque, assumidamente representativo e liberal, a abordagem é limitada. Neste sentido, o que se observa é a carência de debates contra-hegemónicos, um dos

dados que exemplificam esta falta é o que demonstra que os partidos que emergem, são apenas os que possuem assentos no parlamento, sendo que há consideráveis diferenças entre os centrais e os das extremidades. A imprensa, neste caso, torna-se uma cópia da representação parlamentar, ou seja, a visibilidade alcançada pelos partidos é proporcional ao seu número de cadeiras no parlamento. Assim sendo, urge que outros atores falem, e que outros representantes sejam representados.



## Capítulo 6 - Um olhar direcionado para a democracia

Com um olhar direcionado para temas previamente escolhidos, o presente capítulo avalia algumas perspectivas da democracia no discurso do jornalismo popular. Buscaram-se temas relevantes para a política portuguesa, que abrangessem possibilidades de diferentes percepções sobre o sistema democrático português.

Exceptuando os textos recolhidos sobre o referendo realizado no ano de 2007, sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG), os recortes feitos por este trabalho inscrevem-se num contexto político fortemente marcado pela crise económica que eclodiu no ano de 2008. Por este motivo, em diversos momentos, a abordagem política adotada pelos dois jornais centra-se em ou relaciona-se com este contexto, principalmente, no que diz respeito às duas eleições, realizadas no ano de 2011, e à manifestação “Que se lixe a Troika: queremos as nossas vidas!”, realizada em setembro de 2012. O material avaliado neste capítulo compõe-se por 370 textos, sendo 178 do JN, e 192 do CM.

Ao longo do texto, será possível perceber as diferenças, bem acentuadas entre as duas publicações analisadas, visto que, a amplitude do discurso sobre democracia se confina aos limites políticos de cada uma das publicações. Nesta secção, reforçou-se a ideia de que os textos opinativos do CM, com pontuadas exceções, apresentam uma perspectiva liberal de democracia, reduzindo as questões sociais, muitas vezes, a um discurso que as associa a um “radicalismo de esquerda”. O JN, por seu lado, procura construir uma visão mais diversificada sobre o tema, fazendo propostas, e valorizando, tanto os modos de participação, quanto os de representação, embora a sua percepção da democracia continue a incidir sobre o centro do poder representativo. Há exceções, e elas são apontadas no seguimento do texto.

### ***6.1- O referendo sobre a Interrupção voluntária da gravidez (2007)***

Em 1940, durante o Governo de Salazar, Álvaro Cunhal (1997) apresentou, na Faculdade de Direito de Lisboa, a sua tese de licenciatura, “Aborto: causas e soluções”. O trabalho – que foi apresentado para uma banca

composta por nomes fortes do regime fascista, como Marcelo Caetano, e sob escolta policial, visto que o autor era um preso político – aborda as causas sociais, económicas e morais do aborto nas classes trabalhadoras. Cunhal (1997) avalia como o procedimento, considerado ilegal pelo Estado, interfere na vida da mulher. Ele avalia o reduzido número de mulheres utentes dos serviços de serviços de saúde pública, e identifica como o aborto marginaliza as mulheres que o praticam e as sujeita a diversos riscos, sobretudo devido à ausência de suporte pelo Estado. O texto é considerado uma das mais importantes reflexões sobre o tema, sob uma ótica social, em Portugal. Na conclusão da sua tese, Cunhal propunha que “enquanto persistirem as presentes condições sociais, enquanto o aborto for uma necessidade imperiosa para um grande número de mulheres, para reduzir os estragos que ele ocasiona, é necessário legalizar o aborto” (Cunhal, 1997: 105).

Passados 35 anos da defesa do trabalho de Cunhal, o livro *Aborto, direito ao nosso corpo*, da autoria de Maria Teresa Horta, Célia Metrass e Helena Sá Madeiros, foi editado, havendo tido grande repercussão no movimento feminista. Sendo, e também constitui um dos marcos da literatura sobre o tema, no país. Manuela Tavares (2008) refere na sua tese de doutoramento que a publicação defendia o aborto como um direito individual das mulheres. “A decisão de fazer um aborto cabe apenas à mulher grávida que tem (ou devia ter) o direito humano de controlar o seu corpo e dele fazer o uso que entender” (Tavares, 2008: 289).

O feminismo das décadas de 1960 e 1970, refletido nas ideias do parágrafo anterior, desafiou a concepção patriarcal que estabelecia a maternidade como uma determinação biológica e identitária das mulheres. Parte desse processo de reivindicação de liberdades das mulheres, veio associado aos métodos contraceptivos, que transformaram a maternidade em ato voluntário, e separaram a reprodução da sexualidade. “O aborto tinha por base o direito de decisão das mulheres” (idem, 2008: 289).

Após 67 anos da tese de Cunhal e 32 da publicação do livro de Maria Teresa Horta, Célia Metrass e Helena Sá Madeiros, com muitas mobilizações entretanto ocorridas, assinala-se outro marco para o movimento feminista português. O ano de 2007 foi decisivo na história da militância pela descriminalização do aborto

(Monteiro: 2012). Neste ano, aconteceu o segundo<sup>41</sup> referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) realizada por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas de gestação, proposto em campanha, no ano de 2005, pelo Partido Socialista (PS), no qual o “sim” foi o mais votado, levando à publicação da Lei n.º 16/2007, de 17 de abril, que despenalizou a IVG (idem, 2012).

Na perspectiva feminista, a conquista deste direito representou uma mudança paradigmática na sociedade e também com implicações para o sistema democrático, no sentido de fortificar e emancipar<sup>42</sup> certos grupos sociais, na medida em que a aprovação da lei instaurou a liberdade de decisão da mulher. Peniche (2013) defende que o reconhecimento do direito ao aborto legitima diferentes perspectivas morais, éticas e religiosas que cada indivíduo possa ter.

O direito ao aborto exige uma concepção de democracia como agência, isto é, como reivindicação enformada politicamente no sentido da transformação das relações sociais de poder: porque exige que se perspetive a sexualidade separada da reprodução e porque reclama a sexualidade como um direito das mulheres; porque exige o reconhecimento das mulheres como porta-vozes das propostas de transformação social emancipatória (Peniche, 2013: s/p).

Além da questão ser representativa para o movimento feminista, o cenário do Referendo de 2007 possibilitou – a partir de um instrumento de legitimação, por parte do Estado, da democracia directa – a emergência de diferentes grupos, criados a partir de movimentos de cidadãos, que se organizaram em diferentes plataformas, a favor da aprovação da lei e contra a mesma. A partir deste instrumento de democracia directa, a despenalização do aborto foi aprovada.

### ***Destaques na apresentação do tema:***

Nesta pesquisa, assume-se que o reconhecimento e o debate em torno da questão do aborto é um tema relevante para o fortalecimento da democracia, por

---

<sup>41</sup> O primeiro referendo foi realizado no ano de 1998. “A 28 de Junho de 1998, realizou-se em Portugal um referendo sobre o aborto. Com uma fraquíssima participação (68% de abstenções), o “Não” à despenalização do aborto alcançou 51% dos votos e o “Sim” 49%” (Tavares, 2007:391).

<sup>42</sup> “A emancipação pressupõe a existência de relações desiguais de poder, uma vez que, se o poder não fosse exercido de uma forma excludente, não haveria necessidade de se lutar pela igualdade de oportunidades e direitos, pelo direito à diferença ou pela inclusão” (Santos, 2004: 281).



estar relacionado com a proteção de direitos vinculados a um certo grupo social. Escolheu-se este assunto, pelo facto de ele possibilitar um momento rico de reflexão sobre uma perspectiva da democracia que apela à participação dos indivíduos, quer por instrumentos facultados pelo Estado, quer por iniciativas individuais, de grupos e/ou movimentos sociais. Houve também interesse em observar como a perspectiva feminista, sendo contra-hegemónica, seria retratada pelo discurso jornalístico.

Entre os temas abordados por este trabalho, este sobressai como o mais penoso, principalmente, pelas questões morais que o rodeiam. Deste modo, imaginou-se que a discussão seria condicionada por um tratamento vinculado a tabus sociais. Estes tabus têm, desde há muito tempo, sido associados a diversas questões, sob o signo da repressão de costumes, sobretudo ligados a práticas sexuais ou a questões políticas. Neste ponto, Chauí (2000) afirma que, até aos anos de 1960, diversas palavras eram proibidas ou, pelo menos, relegadas para o plano privado.

Assim, para certos grupos sociais de nossa sociedade e mesmo para nossa sociedade inteira, até os anos 60 do século passado, eram proibidas palavras como puta, homossexual, aborto, amante, masturbação, sexo oral, sexo anal, etc. Tais palavras eram pronunciadas em meios masculinos e em locais privados ou íntimos. Também palavras de cunho político tendem a tornar-se quase tabus: revolucionário, terrorista, guerrilheiro, socialista, comunista, etc. (Chauí, 2000: 174).

Adicionalmente, é possível constatar um certo grau de pudor nas referências ao aborto, visto que se identifica um cuidado intenso nas abordagens sobre o tema. Pôde observar-se uma visão influenciada pelo fator moral da questão, nomeadamente, na cobertura do Correio da Manhã, que agregou diversas quimeras ao tema, ao construir um discurso vinculado à família, a uma perspectiva católica conservadora, e a especulações quanto a banalização do ato e à movimentação financeira em torno da prática. Por outro lado, também se identificou uma cobertura que se sobrepôs a esta questão, referindo-se ao tema com profundidade e naturalidade, como se poderá observar pelas análises retiradas dos textos do Jornal de Notícias.

O trabalho centrou-se nos dias de 9 a 13 de fevereiro de 2007, sendo que o referendo foi realizado no dia 11. Recolheram-se 33 textos do JN, e 37 do CM. Pode observar-se uma grande diferença entre as duas publicações analisadas. As características textuais relativas à extensão dos textos e aos seus redatores, mantêm-se proporcionalmente iguais ao recorte temático, em todos os temas que foram analisados.

Um dos dados observados neste recorte, constituiu na valorização, por parte dos jornais, de atores, partidos e instrumentos de participação e representação, ou da ideia de ambos. Em cada caso, para avaliar se houve ou não valorização, analisaram-se palavras dos relatos sobre representantes ou os meios de participação, e os respectivos contextos. Quando não foi possível avaliar um teor valorativo no texto, ou sempre que este pudesse ser interpretado de forma ambígua, excluiu-se o texto da avaliação. Aplicou-se esta metodologia aos cinco temas investigados. O resultado do recorte para o referendo sobre a IVG é representado nos gráficos abaixo:

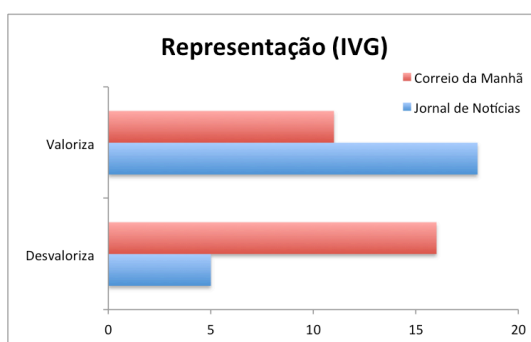


Gráfico 12 - Valorização da representação IVG

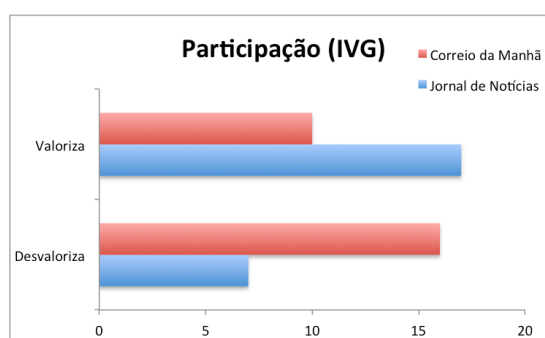


Gráfico 13 - Valorização da participação IVG

Os gráficos revelam uma grande diferença entre a forma como se (des) valorizar a representação e a participação. Esta diferença surge associada às posições mais defendidas por cada jornal, e ao modo como eles interpretaram os representantes e o processo de participação. O JN, empreendeu uma abordagem com um tom mais otimista quanto à participação e à representação, valorizando as propostas e transformações sociais. O CM, neste caso, assumiu um tom conservador que desvaloriza os representantes, principalmente, no que toca ao primeiro-ministro e aos partidos de esquerda, favoráveis à aprovação da lei. Estas posições ficam patentes nas análises abaixo.

### ***O Jornal de Notícias como prestador de serviço***

Nos cinco dias avaliados, o tema do referendo sobre a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG) esteve presente na capa em 3 dias (9, 11 - dia da votação - e 12 de fevereiro de 2007), no JN, sendo que em dois foi o destaque principal. Um dia após o referendo, o jornal apresentou a capa (ver figura 1), que chama a atenção para a entrada em vigor da nova lei. O jornal destaca as declarações do então primeiro-ministro, José Sócrates, e do líder da oposição, Luís Marques Mendes, do Partido Social Democrata (PSD).



Figura 1 - Capa do Jornal de Notícias, um dia após o referendo

Esta capa representa a cobertura – em termos qualitativos – feita pelo JN. O jornal apresentou diferentes registos políticos, considerando todas as representações

partidárias que possuíam assento no parlamento, assim como alguns movimentos sociais, principalmente, os ligados ao movimento feminista. O jornal transmitiu diversas posições, procurou promover esclarecimentos e em diversos momentos, citou a importância política do ato da participação e da questão pela qual o pleito consultava a população. A base de argumentação do JN fundamentou-se em informações de especialistas, tanto nas áreas da política como nas da saúde.

O jornal tratou o tema politizando-o e inseriu as mulheres no debate. No seu editorial, de 12 de fevereiro de 2007, intitulado “Sem margem para dúvidas”, o jornal assumiu uma posição a favor da mulher, que classifica como a principal interessada na aprovação da lei. O texto denunciou os problemas históricos no processo de penalização da mulher - “Ao longo da nossa história, em condições inimagináveis, muitas mulheres sofreram física e psicologicamente e foram cobertas de ignominia por recorrerem ao aborto” - e, fundamentado pelas circunstâncias, valorizou a participação, propondo alterações ao modelo português de consulta aos cidadãos. “Noutros países europeus faz-se coincidir referendos com eleições, precisamente para garantir um número aceitável de participação. O número de votantes de ontem deixa claramente um sinal positivo do civismo dos portugueses”.

No dia 9 de fevereiro, o jornal publicou três artigos opinativos sobre a questão, dois favoráveis e um contrário ao aborto. Todos estes textos buscam contextualizar os leitores a partir de dados e de predefinições sobre o sistema democrático. O texto de Ana Prata<sup>43</sup>, intitulado “Falemos de Direito”, partiu de noções do direito para abordar o referendo, e defender o ‘sim’. “A questão que vai a referendo é legal e política. Porque a lei é um dos mais relevantes instrumentos da política”. A autora fundamentou o seu argumento, diferenciando regras morais de regras penais, e questionando, a legitimidade de que os “valores éticos de alguns se imponham a todos”.

O artigo “Referendo, campanha e democracia”, de Paulo Valério<sup>44</sup>, procede a uma análise paralela entre a participação e a representação, valorizando a

---

<sup>43</sup> Professora da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Trabalha com temas vinculado ao direito administrativo.

<sup>44</sup> Advogado, com licenciatura em Ciências Jurídico-Política. Quando escreveu o texto, o autor era adjunto do governador civil de Coimbra.

associação entre as duas formas de se fazer e pensar democracia (Avritzer e Santos, 2003; Sader, 2003).

A consagração constitucional do referendo como instrumento para a decisão de ‘questões de relevante interesse nacional revela um traço importante do nosso sistema democrático. Procura-se um são equilíbrio entre representação e participação. Um equilíbrio que nos remete à ideia inapelável de que uma democracia consistente não se esgota nas urnas (Jornal de Notícias, 9 de fevereiro de 2007).

No texto, o autor reforça o papel do referendo como um instrumento para fortalecer o sistema democrático, e entende que a aprovação da interrupção voluntária da gravidez emancipa a mulher no seu papel social. “Em todo caso, o referendo está à porta e a oportunidade é agora. A oportunidade de reconhecer, finalmente, que as mulheres são capazes de decidir com responsabilidade” (idem, 2007).

O artigo que aborda a perspectiva contrária ao aborto, “Com o meu ‘não’”, foi escrito pelo comentador político, Nuno Rogeiro<sup>45</sup>, que compõe a sua argumentação baseando-se, como o mesmo diz, em aspectos subjetivos, “Sem preocupações de sistematização ou ciência”. Rogeiro recorre a alguns princípios do direito para delinear a sua posição, “Não quero por princípio que uma lei viole a consciência privada”, e evoca questões financeiras do tema, “mas não vejo que a comunidade tenha, financeiramente e moralmente, que sustentar uma opção da qual discorda”. O comentador faz uso de uma retórica que se serve de posições contrárias às que advoga, para sustentar os seus argumentos, fator que contribui para contextualizar quem lê o artigo.

Nos textos informativos, o JN procurou contextualizar o leitor a partir de diversos elementos. A democracia e a participação foram retratadas de forma positiva, ao longo da maioria dos textos deste jornal que cobriram o tema, e as questões sociais foram bem alavancadas. A publicação chegou a propor que se tornasse o referendo um instrumento mais usado para incentivar a participação dos cidadãos. A reportagem “Um único artigo da Constituição evita a banalização do

---

<sup>45</sup> Nuno Rogeiro é jornalista e comentador televisivo, licenciou-se em direito, pela Universidade de Lisboa

referendo”, publicada no dia 11 de fevereiro de 2007, critica o sistema “restritivo e cioso” que impede que o “instrumento mais nobre da democracia directa” esteja condicionado à vontade da maioria parlamentar.

Portanto, neste caso, o JN desempenhou um papel de esclarecimento de questões importantes em torno da temática, propondo, em diversos textos, uma democracia directa, mais participativa, como instrumento para fortalecer a legitimidade do sistema representativo. A publicação proporcionou a participação de distintos atores, equilibrando com o centro do poder a posição de fonte principal de informação. A postura do JN, neste contexto, não corroborou a tese de que o jornalismo retrata apenas a democracia centrada na representação; neste caso o JN valorizou a participação, mas é de ressaltar que a participação valorizada surge vinculada à legitimação desta pelo Estado.

### ***O Correio da Manhã e a despolitização do referendo***

No Correio da Manhã, o tema do referendo foi mencionado na capa, nos cinco dias em análise, sendo duas vezes – 12 e 13 de fevereiro de 2007 – o tema principal. O jornal, se difere do JN na forma de apresentar o assunto. O discurso da capa do dia 12 destaca a possibilidade de Cavaco ainda poder vetar a lei referendada. Com o título, “Aborto nas mãos de Cavaco”, o jornal adota uma figura retórica que coloca o presidente em posição dúbia, entre a figura de chefe de Estado, e de responsável pela realização de abortos no país.

O jornal adotou um discurso despolitizador do referendo. Em nenhum texto analisado a argumentação mostrou a posição das mulheres e como a questão lhes atingia. Optou-se pela defesa, não objetivada, da campanha do ‘não’; ou seja, a partir da banalização do referendo, adotou um discurso no qual diminuía as opiniões contrárias ao “não”, manifestando subtilmente a sua posição. Deste modo, o jornal não fez uma cobertura aprofundada do tema, pois a ótica sobre a questão vinculada a democracia, ficou diminuída pela posição do jornal.



Figura 2 - Capa do Correio da Manhã, um dia após o referendo.

Em diversos textos, o CM enuncia um discurso que desvaloriza a participação e o referendo, implícitos, principalmente, na despolitização da abstenção e da questão em pauta; e explícita, principalmente, no tipo de argumento como o seguinte: “Portugal tem assuntos mais urgentes a tratar” (Correio da Manhã, 12 de fevereiro de 2007). Um dos exemplos mais emblemáticos da campanha de despolitização do processo – seguindo a construção argumentativa citada na frase anterior – está no trecho do editorial, escrito pelo subdiretor do jornal, Manuel Queiroz<sup>46</sup>, publicado no dia 13 de fevereiro de 2007.

E falta saber o que vamos ainda ter que aguentar do resto da agenda do Bloco de Esquerda, dos casamentos homossexuais até sabe-se lá o quê, porque muitos acham que o sentido da modernidade é também esse. A moderação prometida anteontem à noite pelo primeiro-ministro vai ter que passar por aqui também (Correio da Manhã, 13 de fevereiro de 2007).

Queiroz evidencia uma negação às políticas sociais e estabelece as questões da esquerda quase como uma imposição – “Falta saber o que ainda temos que aguentar” – que implicam na vida de todos os cidadãos. Seguindo o processo de

<sup>46</sup> Jornalista, trabalhou para diversos meios. Foi subdiretor do CM de 2003 a 2010, ano em que assumiu interinamente a direção do jornal I.

explicitação da posição do jornal, no dia do pleito, o CM publicou, na contracapa, uma foto do presidente Cavaco Silva com os seus netos, intitulada “Família Cavaco vê Música no Coração”. A legenda termina da seguinte maneira: “Cavaco Silva decidiu ter uma noite mais tranquila, na véspera do referendo do aborto” (Correio da Manhã, 11 de fevereiro de 2007). O apelo à família, surgiu constantemente na cobertura do tema.

Dois dias depois, o jornalista José Luís Ramos Pinheiro<sup>47</sup> propõe uma política de planeamento familiar, com ressalva para as diferenças sociais, sugerindo que as mães “em condições sociais débeis” são mais propensas ao aborto. “Estruturando uma verdadeira política de apoio à maternidade (sobretudo aquela que se processa em condições sociais mais débeis) e desincentivando o aborto como método liberal de planeamento familiar” (Correio da Manhã, 13 de fevereiro de 2007).

No mesmo dia, o tema voltou a ser o destaque principal da capa, com a seguinte manchete, “Corrida ao Negócio do Aborto”. Na mesma chamada, o jornal especula sobre os valores movimentados pelas clínicas particulares que poderiam entrar no país, e acrescenta uma pequena declaração do Papa Bento XVI: “Nenhuma lei humana pode subverter a lei divina”.

A cobertura do CM não promoveu um debate sobre a questão democrática, pois categorizou a questão da IVG como um não direito, e desconsiderou a perspectiva das mulheres. A cobertura da publicação pautou-se pela sujeição do discurso jornalístico a uma construção favorável à campanha do ‘não’. O CM adota, em diversos momentos, a despolarização das políticas sociais, classificando-as como medidas extremas, de uma esquerda radical. Este trabalho defende que a construção deste tipo de discurso constitui uma estratégia adotada por uma elite simbólica para controlar a dissidência e a resistência ao poder hegemónico. “Em muitos países ocidentais, basta que alguém seja tachado de ‘comunista’, ou como uma pessoa contrária ao nosso tipo de ‘liberdade’ ou a um valor dominante similar, para ser desqualificado como um formulador sério de contraideologia” (Van Dijk, 2010: 51).

---

<sup>47</sup> Gerente da Rádio Renascença, de propriedade do Patriarcado de Lisboa e da Conferência Episcopal Portuguesa É, também, docente da Universidade Católica Portuguesa.



Por conseguinte, o debate sobre a democracia, na questão do referendo, no CM, foi totalmente inexistente. O jornal adotou uma perspectiva liberal da democracia, em que as questões sociais são diminuídas em detrimento de interesses financeiros, religiosos, e de grupos dominantes. Este discurso estende-se a outras temáticas, conforme se verá.

### ***6.2 -A aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo (2010)***

António Fernando Cascais (2006) avalia que, em Portugal, o associativismo e também todas as expressões de culturas e identidades lésbica, gay, bissexual ou trans-géneros (LGBT), têm sido historicamente alvo de opressão, negação e controlo social, enquanto manifestação de características da formação social portuguesa que rejeitam o primeiro e as segundas. Apesar de existir uma comunidade iniciada e constituída há muito tempo, “não existe movimento associativo LGBT organizado, em Portugal, antes da Revolução de 25 de Abril” (Cascais, 2006). Em Portugal, a luta pela emancipação do movimento LGBT regista-se a partir do fim do Estado Novo (Rosa, 2010; Cascais, 2006; Tavares, 2008; Vale de Almeida, 2010). Sendo que, mesmo após a queda do regime ditatorial, o surgimento de movimentos autónomos e constantes demorou cerca de duas décadas para se estabelecer.

Os exemplos de Maio de 68, em França, e dos movimentos de Stonewall<sup>48</sup>, em 1969, foram referências fortes na constituição do movimento LGBT, em Portugal (Rosa, 2010; Tavares, 2008). A revolução de 1974 gerou um clima de abertura ideológica “propiciador à aceitação daqueles que o regime silenciara durante quase meio século” (Santos, 2004). Algumas manifestações, tais como a publicação do manifesto do Movimento de Acção Homossexual Revolucionária (MAHR), no dia 13 de maio de 1974, no Diário de Lisboa, contribuíram grandemente para promover a visibilidade do grupo LGBT (idem, 2004). Entretanto, as reivindicações desses grupos debatiam-se com dificuldades para

---

<sup>48</sup> “A revolta de Stonewall, ocorrida em Nova Iorque a 28 de Junho de 1969 foi o ponto de partida de um movimento pela afirmação dos direitos dos gays e das lésbicas, hoje conhecido como movimento LGBT (Lésbico, Gay, Bissexual e Transgénero). A revolta de Stonewall, que integrou grande número de lésbicas, ocorreu como protesto às rusgas policiais nos bares de encontro de gays e lésbicas” (Tavares, 2008: 465).

serem divulgadas mediante lutas emancipatórias, durante a transição para o regime democrático, pelo facto de não terem sido politicamente suportadas pela esquerda, principalmente, porque o foco da oposição ao Estado Novo, centrado no PCP, se direccionava para outro aspecto da sexualidade. O “Partido Comunista (com muitos dos seus membros mais activos exilados) encarou a questão da sexualidade centrada nas mulheres heterossexuais, mais especificamente nos direitos de integração no mercado de trabalho” (Rosa, 2010: 21).

Do mesmo modo, a participação nas actividades políticas oposicionistas de pessoas, inclusive figuras públicas, declaradas ou reconhecidamente homossexuais, que as houve, de maneira alguma significava que a agenda genericamente antifascista, anticolonialista e, nos sectores marcadamente marxistas, anticapitalista, fosse suficientemente aberta para admitir, nem sequer no seio da sua “questão cultural”, qualquer veleidade de emancipação homossexual (Cascais, 2006: 110).

No período pós-revolucionário, o movimento LGBT, obteve uma das suas primeiras conquistas na década de 1980, com a criação do Grupo de Trabalho Homossexual (GTH), a partir do Partido Socialista Revolucionário (PSR). “Entre as medidas legislativas que caracterizaram este período, destaca-se a descriminalização da homossexualidade masculina no Código Penal, que ocorreu em 1982” (Rosa, 2010: 22).

Cascais (2006) afirma que o movimento começou a fortalecer-se e a assumir uma forma associativista a partir de 1991. O autor assinala alguns acontecimentos que foram fundamentais para que tal comunidade se organizasse num movimento de resistência, levando o discurso político de esquerda a assimilar a emancipação LGBT. O modo de reformulação do movimento foi estabelecido e condicionado, em paralelamente, “pelo cavaquismo (maioria absoluta do PSD em 1987), pela adesão à União Europeia (adesão oficial em 1986), e pela epidemia de Sida (detecção dos primeiros casos em 1984-85), ou seja, e respectivamente: pela modernização das esquerdas político-partidárias e culturais” (Cascais, 2006: 125). Foram três acontecimentos que permitiram promover-se uma resistência e união, as quais se transformaram em organizações de mobilização social.

É esta situação que explica que só a partir da segunda metade da década de 1990 o associativismo GLBT português adquira expressão idêntica aos seus congéneres europeus e norte-americanos, traduzida em organizações com representatividade no seio da própria comunidade, visibilidade social e mediática, credibilidade e capacidade de pressão sobre os organismos político-partidários e as instituições do Estado, e enfim, uma agenda política própria (Cascais, 2006: 125).

Esta tese considera que o debate em torno da questão da legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo constitui um tema importante no debate contemporâneo em torno do fortalecimento do Estado de direito e da democracia. Optou-se pelo tema, para se analisar o conceito associado a uma minoria distanciada do padrão hegemónico social. Tal como na legalização do aborto, imaginou-se que o assunto possibilitaria uma ampla reflexão sobre o papel da democracia e dos seus instrumentos.

No dia 6 de Janeiro de 2006, Miguel Vale de Almeida e Marisa Matias publicaram, no jornal Público, o texto “Igualdade e diversidade: condição para a democracia”, no qual avaliam as diversas exclusões institucionalizadas e legitimadas pelo Estado português. Entre outros aspectos, os autores citam que é obrigação de um Estado republicano e democrático “combater a homofobia e terminar com os requisitos de discriminação na própria lei: o casamento civil não pode ser privilégio da população heterossexual”. Acrescentam que a inclusão da lei amplia direitos a um milhão de pessoas, “sem os retirar a quem quer que seja. Esta é uma condição da democracia, da igualdade e, sobretudo, da dignidade de todos/as nós, de qualquer orientação sexual” (Almeida e Matias, Público, 3 de janeiro de 2006).

No dia 8 de Fevereiro, a lei foi votada e aprovada no parlamento. No dia 17 de maio do mesmo ano, foi promulgada pelo presidente Aníbal Cavaco Silva. A partir desta contextualização, as abordagens publicadas pela imprensa popular portuguesa – analisadas nos cinco dias em torno da votação no parlamento (entre os dias 6 e 10 de fevereiro) – quanto à legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, pautaram-se por duas posturas divergentes e principais: a primeira, relevante para o movimento LGBT, questionou a exclusão e o preconceito, que se traduziram na proibição da adoção, e a segunda, reproduziu discursos que

despolitizaram todo o processo de percepção das implicações da questão, em termos de, direito e de democracia.

Dos temas escolhidos pelo trabalho, este foi o menos abordado pelos materiais empíricos. Nos cinco dias analisados, recolheram-se 12 textos do JN, e 11 do CM. Deste modo, pensa-se que o assunto pode ainda ser tabu para o jornalismo. O tema foi duas vezes inserido na capa do JN, sendo uma como manchete principal, no dia 9 de janeiro de 2010. O CM, só destacou o tema uma vez, no dia 10 de janeiro, numa chamada secundária. De forma geral, foram poucos os textos que se referiram diretamente aos grupos interessados na legalização. Mais uma vez, se pode observar-se que o foco da imprensa recai sobre questões ligadas ao poder central e aos recursos disponibilizados pela democracia representativa. Questionou-se bastante o papel desempenhado pelos partidos, desenvolvendo-se uma leitura insuficiente sobre os movimentos sociais e indivíduos externos ao parlamento, também responsáveis pela aprovação da lei, pelo histórico de luta social. Os dois jornais também abordaram de forma bastante intensa o porquê do tema não ter ido a referendo, visto que o legislativo recebeu um abaixo assinado com cerca de 90.000 assinaturas.

Quanto a este tema, ambos apresentaram uma amplitude reduzida de discursos sobre a democracia, principalmente, pela ausência de coberturas que privilegiassem a questão na óptica de múltiplos atores, o espaço à movimentos sociais e à transformação que isso iria trazer para a vida das pessoas, não foi abordada. A participação e a representação foram valorizadas de formas diferentes pelas publicações e, novamente, a questão centra-se no posicionamento político de cada uma delas. O JN focou-se na explicação de formas de participação, motivado pela proposta de referendo. O jornal também valorizou e criticou alguns agentes que levaram o tema ao parlamento e, em alguns textos, posicionou-se contrário à aprovação da lei sem um referendo, argumentando que o parlamento recebeu uma petição com 90.000 assinaturas, e que o facto deveria ser levado em consideração.

O CM direcionou a sua cobertura para críticas tecidas ao primeiro-ministro. Apesar disso, a abordagem do jornal foi mais ampla do que o do JN, principalmente, pelo CM, exibir uma variedade maior de artigos de opinião, o que possibilitou a emergência de diferentes discursos diretos (ver gráficos 14 e 15).

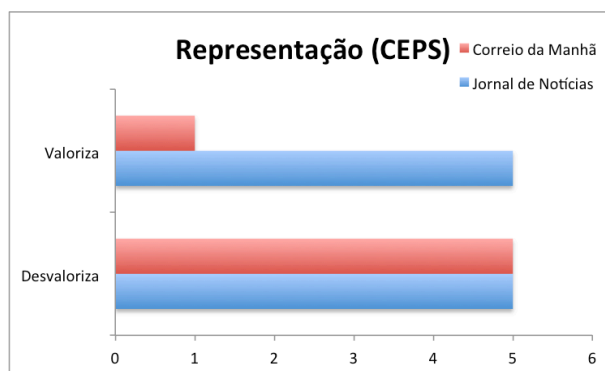


Gráfico 14 - Valorização de representantes CEPS / por número de artigos

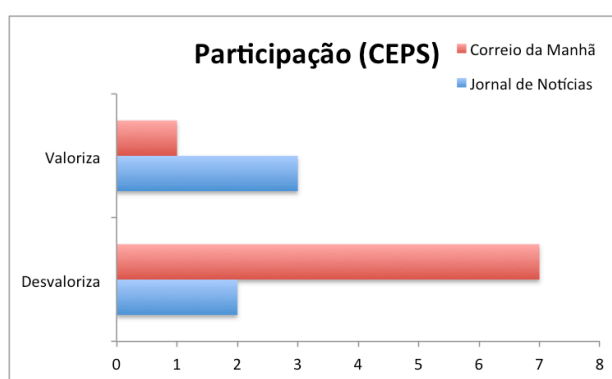


Gráfico 15 - Valorização da participação CEPS/ por número de artigos

***Forma de participação: o uso dos instrumentos da democracia, a favor da democracia?***

Quanto à aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, em Portugal, o JN destacou, tal como ocorreu no caso do referendo ao aborto, uma série de matérias esclarecedoras sobre os processos de participação pelos quais os cidadãos podem enveredar para serem ouvido pelo poder central. Este facto, inclusive, foi o que levou o Jornal de Notícias a desvalorizar a aprovação da lei no Parlamento, o que induz uma reflexão sobre como se deverá interpretar o que é democrático neste caso: respeitar as minorias que lutam por um direito, ou acatar a vontade de 90.000 pessoas que solicitaram um referendo para a questão?

O JN optou pela segunda forma de abordar o tema, por isso, direcionou a cobertura. No editorial, publicado no dia 6 de janeiro, intitulado “Tudo é relativo”,

o diretor do jornal, José Leite Pereira<sup>49</sup>, critica o facto de a questão não ter ido a referendo. O texto ilustra a forma como o jornal abordou a questão nos dias analisados.

O que se passa é que os subscritores da petição dizem agora, erradamente, que PS, PCP e BE não respeitam a democracia porque não convocam o dito referendo. E assim se vai perdendo tempo aquecendo o debate sobre um tema que poderia e deveria ser referendado, mas que já se sabia que não o seria, pelo que nem vale a pena suscitar a questão a não ser que os objetivos sejam não o debater o assunto em si mas o de cavar uma cisão esquerda-direita (Jornal de Notícias, 6 de janeiro de 2010).

O jornal abordou a questão da proposta de referendo para o casamento entre pessoas do mesmo sexo, desviando a questão para um discurso esclarecedor sobre as formas de participação disponibilizadas pelo Estado, como demonstra a reportagem, publicada no dia 10 de janeiro de 2010, intitulada “Intervenção política não se esgota no voto”, escrita por Fátima Mariano<sup>50</sup>. No texto, a autora destaca o facto de que os cidadãos têm disponíveis “vários instrumentos de participação junto do poder político, mas nenhum garante que pretensões sejam acolhidas”. A partir desta introdução, o texto apresenta e explica cinco instrumentos de participação aos leitores: a petição; a proposta popular de referendo, as iniciativas de cidadãos, a apreciação pública de diplomas e o provedor de justiça. A reportagem foi construída com base em consulta de especialistas e das leis que pressupõem tais instrumentos.

O único texto que não mencionou o referendo e abordou diretamente a questão, foi o de Manuel António Pina<sup>51</sup>, publicado no dia 7 de janeiro de 2010. O jornalista e escritor critica o Partido Socialista e o facto de a lei em vias de aprovação não permitir a adopção por casais do mesmo sexo, argumentando que a

---

<sup>49</sup> Licenciado em Direito. José Leite Pereira foi diretor do Jornal de Notícias até maio de 2011, quando assumiu o mesmo cargo no jornal Expresso.

<sup>50</sup> Jornalista e Investigadora no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, onde trabalha temas como o feminismo e a emancipação da mulher na história política.

<sup>51</sup> Pina faleceu no dia 19 de outubro de 2012 era jornalista, poeta e escritor. Em 2011, conquistou o Prémio Camões, um dos mais importantes da Língua Portuguesa. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Escreveu no "Jornal de Notícias" durante três décadas, sendo repórter, redator, editor e chefe de Redação, todos os textos analisados por este trabalho foram retirados da coluna que mantinha na última página do JN, intitulada “Por outras palavras”.

lei iria criar uma outra forma de discriminação por parte do Estado. O texto figura entre os mais críticos face a posições hegemónicas.

Assim, irão votar o fim da discriminação dos homossexuais quanto ao casamento, mas votarão, ao mesmo tempo, a sua discriminação no que toca à adopção, pois há que assegurar o equilíbrio do défice discriminatório, compensando a despesa eleitoral à direita no fim de uma discriminação com a receita da criação de outra (Jornal de Notícias, 7 de janeiro de 2010).

Portanto, na cobertura do JN a abordagem, em relação ao tema, centrou-se na perspectiva da democracia como vontade da maioria. A amplitude temática e de vozes foi insuficiente para um debate aprofundado sobre a democracia. Entretanto, no que diz respeito à participação mediante instrumentos do Estado, o jornal exerceu um papel esclarecedor e amplo. Apesar disso, denotar descontentamento face a forma como ocorreu a aprovação da lei em causa.

#### ***A igualdade e a diferença: o Correio da Manhã e o conservadorismo gay.***

Nesta temática, o CM segue a linha argumentativa de que as reivindicações sociais constituem posições extremistas e radicais da esquerda. A falta de um movimento conservador, em Portugal, é vista como um atraso. “Nesta, como noutras questões, estamos ainda na idade da pedra”; o trecho referido é a última frase do texto “*Gays e conservadores*”, de Domingos Amaral<sup>52</sup>, publicado no dia 6 de janeiro de 2010. O artigo é o que mais amplamente destoa da mobilização LGBT, e que se fundamenta numa argumentação que se posiciona explicitamente contra o discurso associado ao movimento, em Portugal.

O autor, para explicar a ausência de uma mobilização dos gays conservadores portugueses contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, no país, utiliza-se de fundamentos baseados no senso comum, tanto sobre as questões LGBT, como sobre a definição de género. O autor constrói o seu argumento de desvalorização da igualdade de direitos a partir de uma perspectiva que subverte o

---

<sup>52</sup> Domingos Freitas do Amaral é licenciado em Economia na Universidade Católica Portuguesa, com Mestrado em Relações Económicas Internacionais, na Universidade Columbia, em Nova Iorque. Escritor, trabalhou em diversos jornais e revistas. Iniciou sua carreira no “O independente”, sendo na época da escrita do artigo, diretor da GQ, uma revista masculina.

conceito de “direito à diferença<sup>53</sup>” edificando tal teoria numa perspectiva de exclusão.

No princípio, nos anos setenta e oitenta, os movimentos gays tinham como prioridade o “direito à diferença” e a afirmação orgulhosa da sua identidade própria. (...) Contudo, o princípio orientador dessa guerra era a diferença, e vencida a contenda, o movimento gay descobriu que demasiada diferença empurrava as suas comunidades para um gueto desagradável. (...) Numa importante inversão de valores, depois de lutarem pela diferença desejaram o regresso à igualdade, para fechar o ciclo e vencer tal distância que se instalara entre as pessoas. (...) Nos anos noventa, na América e em Inglaterra, nasceram os movimentos gays conservadores, que recusam a ideia de um casamento gay. (...) Em Portugal, a luta gay tem sido sempre uma bandeira da esquerda radical (Correio da Manhã, 6 de Janeiro de 2010).

O autor fala sobre o “direito à diferença”, como se o movimento LGBT tivesse lutado para ter direitos diferentes, o que não se encaixa em absoluto com os objetivos do movimento. Confunde a luta pela igualdade de direitos com a demarcação das diferenças de identidade pelo movimento; “depois de lutarem pela diferença desejaram o regresso à igualdade”. Ana Cristina Santos (2003) afirma que o direito à diferença “exige a especificidade sem desvalorização, a alternativa sem culpabilização” (Santos, 2003). Domingos Amaral utiliza-se do termo direito à diferença, para naturalizar a ideia de que a diferença, no âmbito do direito, deve ser mantida. “O que é uma pena é que os gays conservadores portugueses não apareçam, opondo-se ao casamento gay”, afirma em seu artigo.

Neste texto, o autor despolitiza temas sociais, e naturaliza a dominação hegemónica, no caso, hetero-normativa, como no trecho que classifica as paradas gays como extravagantes, patéticas e cómicas. Ele banaliza toda a questão política e as reivindicações destas mobilizações. “E com o passar dos anos, as paradas gays haviam se transformado em extravagâncias, meio cómicas, meio patéticas, que prejudicavam a imagem do movimento gay” (Correio da Manhã, 6 de janeiro de 2010). O autor também utiliza o termo contraditório, “apartheid social subtil”, para

---

<sup>53</sup> O direito à diferença só se trata de um verdadeiro direito se exercido num plano de igualdade (Santos, 2004).



classificar a consequência do aumento da distância, que ele identifica como natural, causada pela divisão do mundo entre “heteros e homos”.

Outro ponto, no qual o autor revela uma visão estereotipada, está no excerto em que aborda erroneamente os conceitos de sexo<sup>54</sup>, de sexualidade<sup>55</sup> e de gênero<sup>56</sup>, confundindo-os. “Deixaram de existir apenas dois sexos, o masculino e o feminino, para passar a existir quatro categorias, homossexuais e heterossexuais para cada sexo”.

No artigo, “A defesa da Liberdade”, do jornalista Emídio Rangel<sup>57</sup>, publicado no dia 9 de janeiro de 2010, há a valorização do direito e da liberdade individual, valores que são diretamente associados à democracia. “A democracia cumpriu-se e saiu honrada ao consagrar os direitos, liberdade e garantia dos cidadãos. Uma das suas preocupações é não adoptar uma lógica impositiva às minorias, sobretudo quando é claro que lhe assiste o direito e a razão”. O autor elogia a postura do ex-primeiro ministro, José Sócrates, e critica a esquerda, a qual classifica como “extremista”.

Aos partidos de esquerda que acompanharam o PS é-lhes devido também o mérito deste avanço civilizacional. Acho, no entanto, que foram imprudentes quando quiseram aprovar a lei do casamento e, cumulativamente, a de adopção, não percebendo que essa posição extremada era insensata (Correio da Manhã, 9 de Janeiro de 2010).

---

<sup>54</sup> “refere-se ao dado físico-biológico, marcado pela presença de aparelho genital e outras características fisiológicas que diferenciam os seres humanos como machos e fêmeas e inúmeras formas de intersexualidade” (Musskopf. André Sidnei, 2008).

<sup>55</sup> “sexualidade refere-se ao dado sexual, que se define pelas práticas erótico-sexuais nas quais as pessoas se envolvem, bem como pelo desejo e atração que leva a sua expressão (ou não) através de determinadas práticas. Esse dado também é chamado por alguns/as de “orientação sexual”, e comumente classifica as pessoas em ‘heterossexuais’, ‘homossexuais’ e “bissexuais” (idem, 2008).

<sup>56</sup> “gênero refere-se ao dado social, formado por um aparato de regras e padrões de construção corporal e comportamento que configuram a identidade social das pessoas a partir do substrato físico-biológico, do que resultam identificações como masculino e feminino, bem como as múltiplas variantes que desviam da norma, como androginia, travestismo, efeminação ou masculinização, por exemplo” (idem,2008).

<sup>57</sup> O jornalista já foi diretor geral da SIC. Licenciou-se em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em entrevista para Diana Andringa o autor diz que esquerda e direita têm vindo a aproximar-se e é hoje mais difícil encontrar uma fronteira definida entre os dois posicionamentos. Na mesma entrevista assume seu apoio à Mário Soares, que considera o melhor presidente que Portugal já teve. ( In: Ser Jornalista em Portugal: perfis sociológicos. De José Rebelo (coord.). Lisboa: Gradiva, 2011.)

Ambos os jornais, como relatado, abordaram o facto de a lei do casamento entre pessoas do mesmo sexo ter sido aprovada, sem contemplar a legalização da adoção por estes casais. O debate passou por questões da legitimidade da representação, defendendo-se que as matérias eram distintas, e exigiam outra legislatura para serem aprovadas, visto que no programa do primeiro-ministro só se abordava a questão do casamento, como foi defendido por Emídio Rangel.

A consideração em dois tempos distintos de matérias delicadas que mexem com a sensibilidade dos cidadãos e chocam com hábitos seculares é uma atitude avisada, até porque o casamento é um direito indiscutível e a adopção, quando muito, é uma prerrogativa que envolve terceiros pessoas. O Governo andou bem, a Assembleia da República fez história – e é gratificante viver num país que consagre e respeite as liberdades (Correio da Manhã, 9 de Janeiro de 2010).

No texto de Joana Amaral Dias<sup>58</sup>, “Tudo, menos casados”, publicado também no dia 9 de janeiro de 2010, tecem-se críticas quanto ao facto de se ter sido aprovado a lei com uma discriminação que poderia ser considerada inconstitucional. A autora argumenta de que um indivíduo pode adoptar uma criança em diversas circunstâncias, à excepção de estar casado com outro indivíduo do mesmo sexo. “Com esta lei, o casamento do mesmo sexo acarreta uma desvantagem. Uma discriminação. Doravante, esses casais terão que se divorciar para que um dos elementos possa candidatar-se à adopção”. A autora segue a mesma linha argumentativa de Manuel António Pina, do JN, no texto “A excepção”, supra-citado.

Já o texto de João Pereira Coutinho<sup>59</sup>, “O pai tirano”, publicado no dia 8 de janeiro de 2010, centra-se no facto de o Primeiro Ministro, José Sócrates, ter ‘obrigado’ a bancada do PS, com algumas excepções, a votar contra a proposta do Bloco de Esquerda, que incluía o direito à adoção. O autor utiliza-se de um tom

---

<sup>58</sup> A jornalista é uma das vozes à esquerda no CM. Ex-deputada pelo BE entre os anos de 2002 e 2005. A colunista é graduada em psicologia pela Universidade de Coimbra.

<sup>59</sup> jornalista, escritor, historiador, comentador político. É professor da Universidade Católica Portuguesa e comentador do Correio da Manhã e da TVI24. Escreve, ainda para o jornal Folha de S. Paulo. Nos textos avaliados por este trabalho, os discursos avaliados estão vinculados a uma linha política conservadora e defensora de um Estado Liberal.

irónico para questionar a atitude do primeiro ministro, a qual considera tirana. Critica, também, o sistema de organização política do país.

Acontece que Portugal não vive nesse patamar de civilização; vive com um sistema partidocrático em que os deputados servem apenas para encher as 'listas' a concurso. Em rigor, eles não são deputados; são figurantes. E, quando chegam ao hemiciclo, é natural que votem como o chefe manda porque foi o chefe, e não o 'povo' quem verdadeiramente os levou para lá (Correio da Manhã, 9 de Janeiro de 2010).

Do ponto de vista do debate democrático, este tema levantou questões interessantes sobre os limites da representação, visto que, diversos textos, tanto do JN, quanto do CM, abordaram as fronteiras da democracia e do sistema, quando remeteram para as necessidades de diferentes grupos de cidadãos. Este fator fica explícito, tanto na questão do referendo, quanto no ponto da discriminação relativa à adoção, por parte da lei aprovada. Por um lado, o debate sobre o tema foi estreito, devido à pouca quantidade de textos e de atores inseridos nos debates.

### ***6.3 -As eleições***

Conforme referido no capítulo 2, após as grandes guerras, a proposta de democracia como forma de governo que se tornou hegemónica, constituiu-se a partir dos limites e das formas de participação nas eleições, para a constituição de governos (Santos e Avritzer, 2003). Portanto, o entendimento da democracia, relacionado com as eleições ou com a vontade da maioria, é historicamente recente. O que se denomina democracia representativa consiste, no nosso tempo, na existência de partidos políticos, de eleições, assim como de uma imprensa livre e, fundamentalmente, neste contexto, do mercado. Contudo, na verdade, o sistema no qual algumas democracias se inscrevem reflete uma estrutura oligárquica, como aponta Kristin Ross (2011). Este pensamento indica que o modelo de representação é feito por uma minoria que detém o título de "administradores de assuntos comuns". Nas "Democracias industriais avançadas", ou nas democracias oligárquicas (Ross, 2011), a conduta do governo é fortemente motivada pelo culto em torno das "grandes riquezas". Mediante eleições, limitadas quanto às opções,

constrói-se um consenso, e delega-se legitimidade a representantes que protegem eficazmente a ascensão das classes média e alta (Ross, 2011).

Wendy Brown (2011) também aponta a ultra valorização, por certos setores da sociedade, da questão das eleições. Para a autora, o mais importante “ícone da democracia” tornou-se um “circo” de marketing e da gestão de candidatos. As políticas e os políticos tornaram-se produtos. As estratégias de marketing, a angariação de fundos e o espetáculo gerado para a “mobilização” do eleitor, assim como diversos departamentos universitários direcionados para o marketing político, constroem uma imensa fábrica em torno dos pleitos. Todos estes fatores, contribuem para “des democratização” da vida política. Os *media*, ao gerirem as suas informações a partir desta estrutura, sem um posicionamento crítico e uma avaliação concreta das propostas políticas, contribuem grandemente para o processo de manipulação do marketing, e a banalização das eleições. Por conseguinte, na análise das duas eleições que decorreram no ano de 2011, pretendeu-se avaliar como um dos princípios fundamentais da concepção hegemónica da democracia – “a concentração do debate democrático na questão dos desenhos eleitorais das democracias” (Santos e Avritzer, 2003) – foi abordado pela imprensa.

O ano de 2011, como já referido no capítulo 5, pautou-se pela realização de duas eleições, uma presidencial e outra legislativa. Por se considerar tais momentos relevantes para a democracia portuguesa, e por se ter julgado que a democracia seria central no debate sobre os pleitos, decidiu-se aprofundar a análise das eleições. Nesta observação, verificou-se como a democracia é boicotada no cenário eleitoral, tendo-se constatado que o discurso se cingiu basicamente a dois aspectos: o primeiro, económico, sendo este recorrentemente para desvalorizar o ato eleitoral; o segundo, político, centrado nas análises da abstenção. Conforme já assinalado, existem diferenças entre o JN e o CM que serão abordadas na sequência do presente texto.

### *As eleições presidenciais (2011)*

No recorte sobre as eleições presidenciais, avaliaram-se 106 textos, sendo 56 do CM e 50 do JN. Quanto ao debate sobre democracia, o tema suscitou a problematização de diversos assuntos e perspectivas tendo sobressaído dois

conteúdos que exibiram diferentes características e amplitudes em cada um dos jornais.

O primeiro conteúdo consistiu no destaque conferido à elevada percentagem da abstenção. No JN, a abordagem direcionou-se para como este dado revela a patologia da participação e da representação (Santos e Avritzer, 2003). Por sua vez, o CM, que abordou menos o tema, avaliou a abstenção como uma problemática menor. Em alguns textos, a renúncia ao voto é relacionada com questões económicas, mais do que políticas, como afirmou Luis Marques Mendes<sup>60</sup>, um dia após as eleições, no artigo *Lições das presidenciais*: “Se o país mudar de vida e sair da crise os portugueses voltarão a acreditar e a participar”.

O segundo assunto mais focado prendeu-se com os debates entre os candidatos à presidência, considerados de ‘baixa qualidade’. Este facto ficou bem patente no CM, sobretudo por este, com pontuais exceções, ter publicado textos que apoiavam explicitamente o candidato Aníbal Cavaco Silva. O jornal interpretou como agressiva a campanha dos outros candidatos contra o presidente da República, ressaltando o “valor” e “empatia” do candidato em diversos artigos.

No que diz respeito à análise qualitativa (ver gráficos 16 e 17) acerca da valorização da representação e da participação, os dois jornais revelaram, novamente, postura distintas. No seu discurso sobre representação, a diferença entre os jornais reside no facto de o CM valorizar claramente o candidato Cavaco Silva. A desvalorização dos outros candidatos e de outros políticos, sobretudo os vinculados à esquerda, também foi uma constante na cobertura do jornal. O descrédito da representação decorre no âmbito da desvalorização da posição política dos atores e instituições do governo. Em muitos textos desta publicação, descredibilizam-se atores vinculados a instituições e partidos específicos. No que diz respeito à participação, este mesmo jornal, por diversas vezes, desacreditou o pleito, com argumentos que deslegitimam a ação política, como no editorial assinado por Armando Esteves Pereira<sup>61</sup>: “o que vai determinar os próximos anos não é a vontade política, será a necessidade económica” (Correio da Manhã, 24 de janeiro 2011).

---

<sup>60</sup> Licenciado em direito, ex- líder do PSD, foi, também Conselheiros do Estado.

<sup>61</sup> Diretor adjunto do Correio da Manhã

Quanto ao JN, observou-se que o tema mais ressaltado foi a abstenção, e que a publicação procedeu a uma leitura de valorização política do ato. O jornal mostrou-se mais objetivo, e tentou avaliar as posturas dos candidatos, avaliando-as em função dos atos na campanha. O jornal teceu críticas negativas ao sistema de representação, considerando que a ausência dos votantes revela a descredibilização daquele, e não constitui apenas o resultado de uma postura despolitizada por parte dos eleitores, ao contrário do que defendeu o CM em alguns casos que serão relatados a seguir.

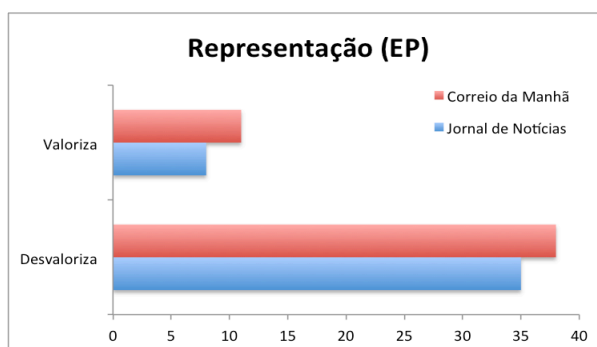


Gráfico 16 -Valorização da representação Eleição Presidencial/ por número de artigos

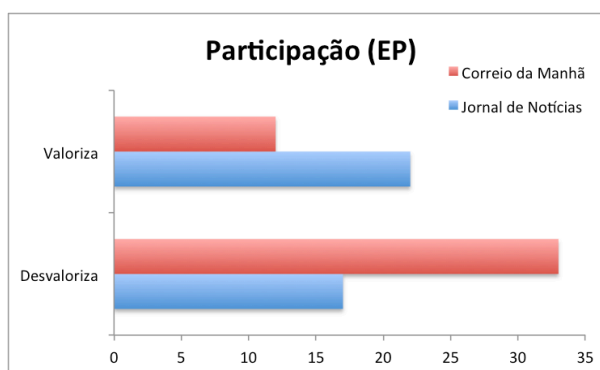


Gráfico 17 - Valorização da participação Eleição Presidencial/ por número de artigo

### ***Sobre Cavaco e a Esquerda***

O JN debateu amplamente o facto de a abstenção e dos votos anti-sistema terem sido muito superiores aos das eleições anteriores. Na matéria de Paulo Martins, que anuncia a vitória de Cavaco Silva, publicada no dia 24 de janeiro de 2011, o título dá destaque à leitura que o jornal fez sobre a abstenção: “Ganhou Cavaco... e o protesto”. No subtítulo, divulga a vitória, comparando-a com os resultados da eleição anterior: “Presidente reeleito, como é tradição, mas obtendo

menos 540 mil votos”. O texto considera que a legitimidade do presidente não foi afetada pelo facto de ele ter sido eleito com menos votos, mas salienta que a “dimensão da abstenção e do voto em branco e nulo e o *score* alcançado por José Manuel Coelho, o candidato claramente anti-sistema, assumiu contornos de gigantesco protesto, que não autoriza a indiferença” (Jornal de Notícias, 24 de janeiro de 2011). O jornal adota o discurso de que a abstenção tem de ser debatida.

No editorial publicado no mesmo dia, com o título “Cavaco e a abstenção”, o jornal aborda e questiona o ato dos ‘portugueses’, mas centra-se na questão da descredibilização do sistema democrático.

O que seria normal acontecer em um país cujos cidadãos são chamados a escolher o chefe de Estado, numa altura em que esse mesmo país atravessa uma das mais sérias crises da sua história recente? (...) Ao alhearem-se, de forma tão expressiva, das eleições, permitindo que a abstenção atingisse um valor elevadíssimo, os portugueses passaram um atestado de menoridade à democracia. E isso é (mais) um sinal muito preocupante sobre o estado da mesma (Jornal de Notícias, 24 de janeiro de 2011).

Ainda no dia 24, outros três textos ressaltam a abstenção. Carlos Abreu Amorim<sup>62</sup>, no *Tudo (quase) na mesma*, explica os motivos por que ele não votou nas eleições presidenciais. Em seguida, o autor conjetura sobre as possibilidades que levaram cerca de 50% da população a fazer o mesmo. Abreu Amorim defende a renúncia ao voto como um ato político, mas descredibiliza o pleito, classificando-o como “eleições de segunda categoria” que, segundo o autor, não exerceria efeito na “situação nacional”, nem na vida quotidiana das pessoas.

Convém separar aqueles que não votaram por puro desinteresse dos muitos outros, como eu, que se abstiveram pela enorme desilusão que o funcionamento do sistema político lhes instiga. Estes últimos, desmotivaram-se pela franquíssima qualidade dos candidatos e, sobretudo, estão convictos de que qualquer resultado destas presidenciais – autênticas eleições de segunda categoria – é absolutamente inócua, quer para a situação nacional, quer para o normal desenrolar das suas vidas (Jornal de Notícias, 24 de janeiro de 2011).

---

<sup>62</sup> Professor de direito na Universidade do Minho. Nas eleições legislativas de 2013, concorre pelo PSD/CDS a presidência câmara de Vila Nova de Gaia.

Já o texto, *As lições da abstenção*, de Honório Novo<sup>63</sup>, criticou a banalização do ato por parte dos dois candidatos centrais às eleições: Manuel Alegre e Aníbal Cavaco Silva. Segundo o autor, culpavam as condições climáticas pela ausência dos cidadãos das mesas de voto. O autor também politiza a atitude, no seguinte trecho: “As pessoas não votaram porque estão descontentes e assim expressam a sua indignação por não verem resolvidos os problemas do país e perceberem que os sacrifícios pedidos são cada vez mais injustos face a opulência crescente dos mais poderosos” (Jornal de Notícias, 24 de Janeiro de 2011).

Catarina Carvalho<sup>64</sup> compõe o seu argumento, debatendo as dificuldades sofridas pelos cidadãos nas eleições. No texto *Votar devia ser simples*, argumenta que o direito de votar está na base de vários deveres “como pagar impostos e outras complicações, como as burocracias”. Refere-se a um passado em que era fácil votar em Portugal, e critica as falhas do sistema de votação implementado pelo governo. A autora do texto associa os seus argumentos à crise económica e classifica a participação nas eleições como “um alívio da pressão”.

Não parece ter havido, da parte do Estado, nenhum interesse na participação dos cidadãos. Numa altura em que se pede esforços redobrados ao povo para enfrentar a crise sem precedentes, é louco ou imprevidente o Estado que aliena a participação ordeira desse povo, votando calmamente em eleições. Quem despreza essa participação que ajuda a aliviar a pressão, bem pode esperar que o descontentamento rebente de outra forma. Que pode ser bem mais violenta (Jornal de Notícias, 24 de janeiro de 2011).

No dia seguinte, o editorial, assinado por Paulo Ferreira<sup>65</sup>, volta a ressaltar a questão da abstenção, e a salientar os resultados que revelam opções “anti-sistemas”.

Sim, aqui os números são como o algodão: não enganam. 53,37% dos eleitores não abdicaram do aconchego do lar ou do habitual passeio dominical para ir votar. Dos que foram, 18,6% escolheram os

---

<sup>63</sup> Deputado do Partido Comunista.

<sup>64</sup> Diretora executiva da Notícias Magazine.

<sup>65</sup> Quando escreveu o artigo era subdiretor do Jornal de Notícias. O jornalista ocupa o cargo de diretor da RTP desde novembro de 2012.



candidatos “anti-sistema” e 6,19% votaram em branco ou nulo” (Jornal de Notícias, 25 de janeiro de 2011).

Manuel António Pina<sup>66</sup>, no texto *Normalidade absoluta*, questiona a legitimidade do pleito de forma irónica, citando diversos erros que ocorreram na logística das eleições. O autor menciona todos os motivos anormais e, que não foram exclusivos deste pleito, mas que são utilizados para justificar a ausência dos eleitores. No final do artigo, afirma que, com todos esses percalços o presidente foi eleito por um quarto do total de eleitores. “Fora isso, tudo correu com ‘normalidade’ absoluta: menos de metade dos portugueses quis e conseguiu votar e elegeu um presidente da República pela confortável maioria absoluta de ... um quarto do total de eleitores” (Jornal de Notícias, 24 de Janeiro de 2011).

Outro assunto que foi destaque em ambos os jornais recaiu sobre o candidato Aníbal Cavaco Silva. No texto *O quinto Cavalheiro*, também de Manuel António Pina, publicado no dia 21 de janeiro de 2011, o seu autor demonstra a centralidade e a importância do papel da crise económica nos discursos das eleições. Pina acusa o candidato à reeleição presidencial, de ter ameaçado a população com argumentos que se aproveitaram desta crise.

Quem o garante é economista e professor de Economia, ex-catedrático e tudo e, se ele o garante, quem é o povo para duvidar? Ora o que ele garante é que se o povo não o eleger já no domingo, como é ‘Essencial’, abrir-se-ão os mares e desabará o céu. E o pior acontecerá em terra: a sua não eleição à primeira volta provocará imediatamente, avisa ele, ‘uma contracção do crédito e uma subida das taxas de juros’ com consequências apocalípticas para ‘empresas e famílias’(...) Por isso o povo correrá a eleger o ex-catedrático no domingo (Jornal de Notícias, 21 de janeiro de 2011).

Ao contrário do JN, muitos dos artigos do CM identificaram Cavaco Silva como uma vítima de todos os outros candidatos. Nesta abordagem, o jornal classificou a esquerda como radical, desqualificando as suas propostas e políticas. Luís Marques Mendes avaliou, no texto *Lições das presidenciais*, as causas e as consequências dos resultados da eleição. Entre tantos argumentos, Mendes definiu

---

que a vitória de Cavaco se deveu aos seus méritos: “Era o candidato mais bem preparado, o que mais unia o país, com um mandato positivo, um importante referencial de credibilidade e o único que no meio de uma campanha pobre, falou sempre do país e para o país”. Outro ponto deste texto que demonstra a distância entre as posições dos dois jornais consiste na forma como este avalia a abstenção. “Não se sabe que candidatos mais afectou. Mas afectou por certo a qualidade de democracia. Não adianta fazer reflexões. Se o país mudar de vida e sair da crise os portugueses voltarão a acreditar e a participar” (Correio da Manhã, 24 de janeiro de 2011). Para o autor, as reflexões não são necessárias, pois ele culpabiliza a crise económica pela descredibilização da democracia e da participação.

A questão económica afirma-se como o foco principal das interpretações políticas efectuadas pelo jornal. Armando Esteves Pereira, no editorial *Limitados pela crise*, do dia 24 de janeiro de 2011, prossegue a argumentação de que a crise empobrece o cenário político. Apresentando dados económicos, naturaliza o discurso de que a questão económica é fundamental. Termina o texto prevendo que a vida das pessoas será condicionada durante muito tempo.

Portugal entra num novo ciclo político, mas o que vai determinar os próximos anos não é a vontade política, será a necessidade económica (...).E como nos próximos anos não se prevê um aumento de riqueza, aquilo a que chamamos crise vai condicionar a vida deste país por muito tempo (Correio da Manhã, 24 de janeiro de 2011).

A partir de uma declaração proferida por Fernando Nobre, durante a campanha presidencial – em que o candidato afirmou ter sido ameaçado de morte e que somente um tiro na cabeça o impediria de chegar a Belém – João Pereira Coutinho estabelece o tom de avaliação do resultado das eleições. O texto *Metralhadora Cavaco* louva o resultado das eleições, que considera natural, classificando-o como uma grande vitória de Cavaco Silva. Ele menospreza a abstenção, considerando que ela não penalizou Cavaco. Critica todos os partidos de esquerda, sendo irónico, sobretudo, quanto ao facto de o Partido Comunista não ter ganho no distrito de Beja, o seu principal pólo eleitoral, e especula sobre o futuro do primeiro-ministro, José Sócrates.

Fernando Nobre tinha razão: só uma bala o impediria de chegar a Belém. Houve bala. Chama-se Cavaco Silva e, pelos números conhecidos, talvez seja melhor falar de uma rajada. Primeiro, Cavaco ganhou à primeira volta em todo o país, Beja incluída. Já não há respeito, camaradas? (...) Cavaco chega a Belém depois de ter sido saco de pancada dos restantes candidatos, com a exceção do citado Nobre. Os portugueses não gostam de pancadas (Correio da Manhã, 24 de janeiro de 2011).

A par do texto de Coutinho, o artigo de António Ribeiro Ferreira<sup>67</sup>, *Esquerda ao fundo*, comemora o facto de os partidos de esquerda terem sofrido uma diminuição nos votos. Comenta a vitória de Cavaco desvalorizando todos os partidos e candidatos de esquerda, e associando-os a diversas expressões pejorativas, tais como “o pior que há na política portuguesa”, “terrorista”, “fascista” e “donos ilegítimos da democracia”.

Cavaco ganhou em toda linha. Contra a porcaria, a velharia, os fantasmas do fascismo e os donos ilegítimos da democracia e da liberdade. Manuel Alegre perdeu em toda a linha. Em voto e em dignidade. (...) teve entrada de leão e acabou como um desgraçado sendeiro. Mas não foi o único derrotado do 23 de Janeiro. A flotilha terrorista de candidatos contra o Presidente da República acabou destroçada. (...) O naufrágio já começou. Haja esperança. A esquerda está a ir ao fundo (Correio da Manhã, 24 de janeiro de 2011).

Esta parte da análise, demonstra que, neste tipo de imprensa, os discursos sobre a democracia, e a sua percepção dos autores envolvidos se vinculam fortemente às posições políticas dos jornais.

### ***As legislativas (2011)***

Face a uma considerável pressão resultante dos juros da dívida pública, o Governo português procurou um entendimento com as principais instituições europeias, com fito de “poder se beneficiar da intervenção estabilizadora do Banco Central Europeu nos mercados da dívida” (Abreu et al., 2013: 58). Para estabelecer este acordo, no ano de 2010, propôs-se um programa de reformas estruturais e de

---

<sup>67</sup> Repórter do CM. Em 2011, assumiu a diretoria do Jornal I. Permaneceu no cargo até março de 2012.

redução de défice, denominado Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), que seria aplicado em diferentes momentos: março, maio, e setembro desse mesmo ano. As três primeiras medidas apresentadas visavam antes de mais a redução do défice e o controlo do crescimento da dívida pública, principalmente, mediante a contenção de despesas e o aumento das receitas. (idem, 2013). Em Março de 2011, apresentaram-se as linhas gerais do PEC IV, que previam as seguintes medidas:

(...)a recalendarização do aumento do salário mínimo, a alteração das regras de cálculo do subsídio de desemprego, a introdução de limites às deduções fiscais, o alargamento dos produtos sujeitos à taxa máxima do IVA, o aumento dos impostos sobre o consumo, uma nova revisão da legislação laboral, o aumento do preço dos transportes e a manutenção de um programa de privatizações, mas igualmente o aumento das pensões mínimas e a reforma do setor da reabilitação urbana (idem, 2013: 59).

O PEC IV foi reprovado na Assembleia da República no dia 23 de Março de 2011, conduzindo à queda do governo e à convocação de eleições legislativas. Com a crise política, a percepção estrangeira sobre a economia portuguesa tornou-se extremamente negativa, o que resultou num aumento insustentável dos custos de financiamento, e no facto de os títulos da dívida pública deixarem de ser aceites como garantia. Estes fatores levaram o governo a recorrer à assistência financeira internacional, em abril de 2011 (idem, 2013).

As eleições decorreram no dia 6 de junho de 2011, e o tema principal das campanhas dos candidatos consistiu na crise económica. A cobertura de ambos os jornais, a par de abordar as agendas dos candidatos, e ressaltar as vitórias e derrotas, incidiu grandemente sobre a situação económica de Portugal. Adicionalmente, gerou-se muita especulação em torno de como o próximo governo iria agir diante da *troika*. De todos os recortes efetuados por este trabalho, este foi aquele em que os jornais mais se aproximaram em termos de perspectivas políticas, visto que ambos fizeram uma leitura crítica, tanto da saída do primeiro ministro, quanto da condição económica de Portugal.

No recorte sobre as eleições legislativas, avaliaram-se 115 textos, sendo 62 do JN, e 53 do CM. Em ambos os jornais, a representação e a participação são

desvalorizadas, com base no argumento de que o país se regerá pelo acordo da troika. Não há um discurso amplo sobre alternativas, nem pontos divergentes quanto a esta forma de se avaliar o governo. Paralelamente a isso, a ideia de incompetência dos governantes e do setor público também é ampla nos textos analisados. Esta desvalorização recai tanto sobre políticos específicos, quanto sobre o sistema, de forma geral.

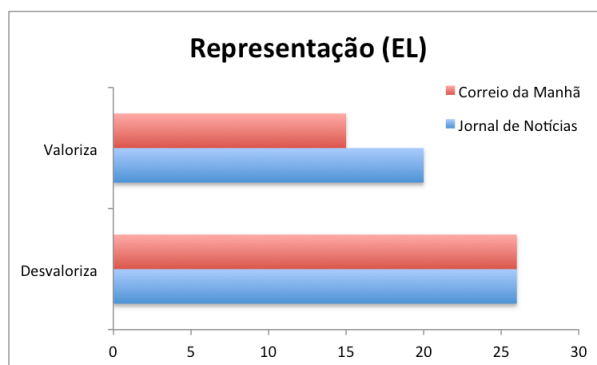


Gráfico 18 - Valorização da representação Eleições Legislativas 2011, por número de textos.

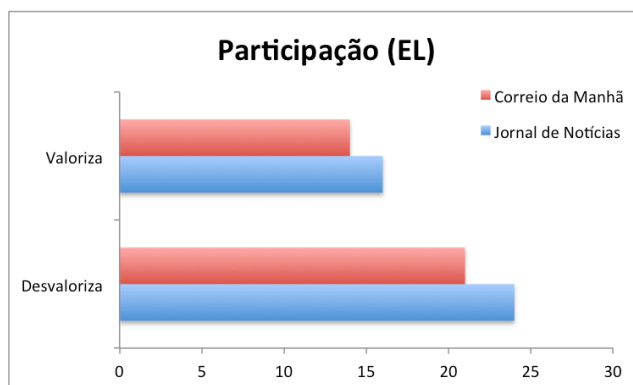


Gráfico 19 - Valorização da participação Eleições Legislativas 2011, por número de textos.

### ***Das necessidades e “O programa que nos vai governar”***

A citação que serve como título deste tópico foi retirada da reportagem principal do Jornal de Notícias, no dia da eleição legislativa. Nesta reportagem, o jornal enuncia os “deveres” que o “próximo primeiro-ministro” terá de assumir para “tentar cumprir o prometido à troika”. Em diversos momentos do texto, cita os problemas internos que o “próximo governo” terá de enfrentar, como a “morosidade do nosso processo legislativo”, que “atrapalha a implementação das medidas”.

Muitos dos textos publicados antes, durante e após as eleições abordaram as necessidades do país, não numa ótica social, mas na perspectiva económica. Tal facto demonstra uma percepção liberal da democracia. Quanto à relação entre os poderes que gerem o país, o texto do editorial do CM, do dia 4 de junho de 2011, *A Pátria Corporativa*, de António Ribeiro Ferreira, fez uma leitura relativamente próxima à de Ross (2011) na introdução deste tópico. O autor assinala o facto de o poder político estar associado a outros tipos de poderes, mas, considera que a mudança do sistema não é possível.

Como hoje é dia da reflexão, um atestado da menoridade decretado por políticos cheios de medo da impreparação do povo para a democracia, importa então reflectir sobre o País, que chegou onde chegou depois de 37 anos de democracia. (...) Os banqueiros, os juizes, os magistrados do Ministério Público, os professores, os médicos, os enfermeiros, a indústria farmacêutica, as farmácias, as grandes empresas de construção civil, o sector empresarial do Estado, os autarcas, os poderes regionais e por aí a fora. É um mundo imenso que está bem representado nos principais partidos políticos e que influencia tanto o poder legislativo como o executivo. O poder está refém destes inúmeros poderes que usam e abusam da sua força económica, social e comunicacional. É Ilusão pensar em reformas profundas com apoio destes lóbis. (...) Esta Pátria foi, é e será sempre corporativa. (Correio da Manhã, 4 de setembro de 2012).

Como no exemplo do primeiro parágrafo, reforçou-se a ideia de que não faria diferença quem iria ser eleito, pois o país iria ser gerido pelas instituições internacionais. No editorial do JN, intitulado *Um momento de felicidade*, do dia 5 de junho de 2010, Jorge Fiel<sup>68</sup> escreveu o seguinte:

Desfeita a feira e contados os votos, o próximo primeiro ministro tem de fechar à chave, na gaveta do fundo, os doces devaneios declinados na campanha, e começar a aplicar, sem demoras e com rigor, o exigente e minucioso programa de governo desenhado pela troika(...)Portugal precisa de um primeiro ministro competente que não se incomode em ser impopular e que não governe em função de sondagens. Dito por outra palavras: precisamos de um Estadista (Jornal de Notícias, 5 junho de 2011).

---

<sup>68</sup> Subdiretor do JN desde junho de 2011.

A ideia de que o país precisa de um governo exclusivamente orientado para as questões económicas, ressurgiu no artigo *Portugal a direita*, de Pedro Santos Guerreiro<sup>69</sup>, no *Correio da Manhã*, do dia 7 de junho. O autor ainda se serve da retórica do sacrifício que todos devem fazer para ter um futuro melhor. Cita que estes sacrifícios são desiguais, mas não aponta qual a medida e o âmbito dessas desigualdades.

É preciso saber que os impostos que vamos pagar e os empregos que vamos perder são um sacrifício desigual mas feito para viabilizar o futuro (...) O discurso de Passos tem de ser de coesão e paz. E de construção, ambição e coragem. Começando por ter um grande ministro das Finanças. E outro para a justiça. Primeiro ministro, esse já temos. E fomos nós que escolhemos (*Correio da Manhã*, 7 de junho de 2011).

Pedro Bacelar Vasconcelos<sup>70</sup> aponta, no artigo *Emendar erros e unir portuguesas*, publicado no JN, no dia 6 de junho, que o recurso às eleições antecipadas é uma irresponsabilidade por parte dos representantes. O autor cita os casos em que o facto aconteceu em Portugal, e remete o acto a uma imaturidade política por parte de alguns, que gera a desresponsabilização dos partidos, “e a inimputabilidade da instituição parlamentar, conduzindo a democracia representativa para uma insondável deriva”. Adicionalmente, defende que, caso haja uma revisão constitucional, esta deveria ponderar a questão de que os mandatos passem a ser cumpridos integralmente. Neste texto, o autor aponta para uma mudança no sistema representativo, incentivando um debate em torno do tema.

O autor ainda avalia o que terá originado a demissão do Governo Sócrates e assinala alguns erros políticos e administrativos de Portugal, afirmando que estes não são da exclusividade do governo demitido, pois, na verdade, vêm sendo repetidos há muitos anos. Bacelar Vasconcelos aponta para a necessidade de se

---

<sup>69</sup> Jornalista, é diretor do *Jornal de Negócios*, de que foi um dos fundadores em 1997. Completou um MBA pela Universidade Nova, e licenciou-se em Gestão pelo Instituto Superior de Gestão Pública. Escreve para o “*Jornal de Negócios*”, “*Correio da Manhã*” e “*Record*”. É comentador da RTP e da Antena 1, participando regularmente em programas e comentário de TV e rádio.

<sup>70</sup> É investigador do Centro de Intervenção Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade do Minho. É constitucionalista, e já foi candidato a diversos cargos pelo Partido Socialista, incluindo à Câmara do Porto.

repararem os erros, mas afirma que, apesar da importância de se assumir os compromissos assinados, estes são difíceis de cumprir.

É altura de reconhecer que as causas da actual desgraça financeira, como demonstram as medidas inscritas no memorando de entendimento, não foram culpa exclusiva dos socialistas. A liquidação da nossa agricultura, o desmantelamento da frota pesqueira, a multiplicação descontrolada de instituições público-privadas na administração central e local, as ruinosas parcerias entre os particulares e o Estado, tudo isso começou muito antes de José Sócrates chegar ao governo E caberá ao novo Governo emendar os erros antigos e unir os portugueses para acudir às emergências que os afetam, assumindo os compromissos assinados que todos reconhecem bem difíceis de cumprir (Jornal de Notícias, 6 de junho de 2011).

Ainda no dia 6 de junho, João Pereira Coutinho, no artigo *Porreiro, pá!*, celebra a vitória do PSD. O título faz referência literal a uma declaração em *off* de Sócrates a Durão Barroso após a assinatura do Tratado de Lisboa<sup>71</sup>, em dezembro de 2007. Ao contrário de Pedro Bacelar Vasconcelos, Coutinho culpabiliza Sócrates pela crise no país, e ressalta a ideia de que os portugueses estavam a viver uma “ilusão”. “Os portugueses não terão saudade desta gente tão cedo. Mas terão saudades do Portugal que conheceram nos últimos anos: um país de festa permanente, onde era possível viver a crédito”. A seguir, o autor prossegue o discurso, muito parecido com o de Jorge Fiel, do Jornal de Notícias, afirmando que o país precisa de um governante fora de série e suficientemente determinado para cumprir o programa da troika.

Sim, Passos Coelho venceu; a direita tem maioria no Parlamento; mas o país está falido e, para continuar à tona, precisa fazer em poucos meses o que foi incapaz de fazer em 37 anos de democracia. Isto só se consegue com uma competência e uma determinação invulgares; e nem assim é garantido que regressemos ao mundo dos vivos. Ainda está por

---

<sup>71</sup> O Tratado de Lisboa foi assinado pelos Estados-membros da União Europeia em 13 de dezembro de 2007. Com objetivo principal de “reforçar a eficiência e a legitimidade democrática da União e para melhorar a coerência da sua ação” (In: [http://europa.eu/lisbon\\_treaty/glance/rights\\_values/index\\_pt.htm](http://europa.eu/lisbon_treaty/glance/rights_values/index_pt.htm)). Entrou em vigor a 1 de dezembro de 2009. As críticas ao tratado direcionaram-se, principalmente, à diminuição das vozes dos países periféricos da União.



provar que a nossa dívida colossal será paga com uma mistura de mais dívidas e mais austeridade (Correio da Manhã, 6 de junho de 2011).

Em diversos textos publicados sobre as eleições legislativas reforçou-se a ideia de que Portugal está entregue a uma política que não depende muito dos governantes que ocupam a assembleia, visto que a questão ultrapassa as medidas políticas do país, e inscreve-se em outras esferas do poder. As questões financeiras em todos os argumentos acima sobrepõem-se às questões políticas. O discurso hegemónico, em todo o recorte, seguiu a linha de que as medidas do governo não mudariam a realidade, dadas as imposições externas. Portanto, a mensagem principal transmitida por estes textos é a de que a ação política não decorre no âmbito do poder exercido pelo parlamento, mas sim em outras esferas.

#### ***A democracia cara e o PCP***

Este tópico analisa alguns dos casos em que a questão ideológica estabeleceu visões sobre a democracia, que marginalizaram percepções “anti sistema” quanto à mesma. É interessante observar dois aspectos nos textos que se seguem: o primeiro é o da exclusão, ou do tratamento desigual adotado pelos jornais, para diferentes posições políticas; o segundo, o tom agressivo ao qual os autores dispõem sobre perspectivas da esquerda. Neste sentido, o alvo foi o Partido Comunista, que também foi excluído de uma das coberturas do JN, e que, em outros exemplos citados, foi foco de alguns colunistas.

Uma visão depreciativa sobre os gastos com as eleições e o ato da greve durante um governo demissionário são o foco do texto *Greves e eleições*, de Francisco Moita Flores<sup>72</sup>, publicado no dia 5 de junho. Para o autor, o sistema eleitoral português obriga o país a despende 12 milhões de euros com o pleito. Moita Flores propõe que o Estado implemente um sistema de voto electrónico que “facilitaria não só a vida dos eleitores, muito possivelmente faria diminuir a abstenção e, sobretudo, pouparia milhões de euros com a desmaterialização do

---

<sup>72</sup> Licenciou-se em história, pela Universidade de Coimbra. é um escritor, investigador, antigo inspetor da Polícia Judiciária e antigo e foi Presidente da Câmara Municipal de Santarém, eleito pelo PSD.

voto”. O custo da democracia permeia todo o argumento do autor: “É verdade que a democracia é mais cara do que a ditadura, mas podia ser bem mais barata”.

No mesmo texto, o autor ainda questiona o porquê das empresas públicas de transporte fazerem greve, em tempo de governo de gestão, acusando as paralisações de ampliarem a miséria do país. O Partido Comunista é considerado como vilão, e responsabilizado pela tentativa de destruição do Estado e do capitalismo.

Fica-se com a ideia de que este movimento grevista que tem vindo a parar os transportes públicos, tornando ainda mais miserável o País, tem um único objectivo: a tentativa de destruição da organização do Estado. Do Estado capitalista, dirá o PC, o grande estrategista desta vaga de protestos sem que se saiba quem é o destinatário (Correio da Manhã, 05 de junho 2011).

Na matéria *Goleada laranja em tarde multicolor*, publicada no dia 3 de junho de 2013, no JN, o jornalista Sérgio Almeida relata o último dia de campanha eleitoral, com a cobertura das arruadas do PS e do PSD, que aconteceram na Baixa do Porto. A matéria é ilustrada com uma foto que exhibe o PCP a finalizar a sua campanha, no mesmo lugar e no mesmo dia, como relata a legenda. Contudo, o texto exclui o PCP do corpo da matéria abordando apenas o encontro entre os grupos do PS, do PSD e de umas manifestações, que ocorriam perto de onde o comício passou.

No mesmo dia, o Correio da Manhã, com o texto *Resumindo e Concluindo*, de João Pereira Coutinho, avalia a campanha dos partidos. Considera o PSD como o “único partido que tentou levar a sério as medidas que assumiu com a troika”, e Paulo Portas, dirigente do CDS, como “o mais talentoso político da sua geração”. Os partidos de Esquerda são abordados de forma depreciativa.

BE: Louçã liquidou-se antes da campanha começar. Ao excluir qualquer encontro com a troika e ao apresentar um moção de censura a brincar, o homem condenou o Bloco a uma irrelevância de feira.

PCP: Jerónimo foi Jerónimo e o PCP é o PCP (Correio da Manhã, 3 de junho de 2011).

De modo geral, os textos avaliados neste tópico demonstram dois factos: Por um lado, as medidas contra-hegemónicas, quando abordadas, podem ser tratadas de forma jocosa, mediante um discurso irónico que ridiculariza figuras e concepções associadas a elas; por outro, e relacionado com o anterior, constata-se a já abordada perspectiva focada no centro do poder, que assenta no argumento de que há outra opção senão seguir o já estabelecido. Portanto, a democracia acaba limitada, neste discurso, às duas perspectivas centrais (PS, PSD).

Por conseguinte, reitera-se nesta análise, a presença e a valorização de discursos políticos centrais que refletem os pensamentos hegemónicos sobre democracia. Esta característica esteve presentes nas duas publicações. Adicionalmente, é de assinalar a exclusão e a marginalização de pensamentos alternativos à ideia de democracia liberal representativa.

### ***Repensar o modo como a democracia está a ser praticada.***

Neste tópico pretendeu-se refletir sobre a indicação de propostas de transformação do sistema democrático. A par do texto já comentado acima, de Pedro Bacelar Vasconcelos, o qual propõe que o sistema representativo português passe por uma reformulação quanto à sua posição face às eleições antecipadas, o único texto que propôs alguma outra mudança foi o *40% sem legitimidade*, de Manuel António Pina, publicado no dia 6 de junho de 2011.

Baseando-se num discurso do Presidente Aníbal Cavaco Silva – proferido antes do pleito, em que criticou os eleitores que não votassem nas legislativas, afirmando que estes perderiam a legitimidade de contestarem o próximo governo – Pina analisou o resultado das eleições tecendo críticas ao Presidente e ao discurso hegemónico inserido nas estruturas políticas que se fixam na conjuntura financeira. O artigo aponta para o facto de a intervenção do FMI aumentar as diferenças sociais em Portugal, e finaliza manifestando a sua insatisfação quanto à representatividade, sugerindo uma transformação no sistema eleitoral para que permitiria que os votos não expressos fossem representados por cadeiras vazias no Parlamento.

Ao mesmo tempo, a crer na mensagem de sábado do presidente da República, cerca de 40% de portugueses maiores, vacinados e com direito de voto perderam “autoridade” (e “legitimidade”) para criticar as

políticas públicas” do próximo governo a fim de “honrar os compromissos assumidos” com os tutores internacionais em troca de 78 mil milhões (10 mil milhões para a banca) que tiveram a bondade de nos emprestar a juros usurários.

Se o nosso sistema eleitoral não fingisse que esses 40% de portugueses não existissem, haveria na próxima AR, 90 cadeiras vazias. E os partidos teriam um número de deputados adequados ao seu real crédito junto dos eleitores: pouco mais de metade dos que irão ter, o que, em linguagem de “mercados”, significaria um “rating” de “lixo” (Jorna de Notícias, 6 de junho 2010).

A democracia no recorte das eleições legislativas foi relegada para segundo plano, por ambos os jornais. A cobertura cingiu-se às campanhas políticas, sem estender os argumentos e questões à sociedade em geral. Muitos dos textos valorizaram um discurso que aponta para um liberalismo solucionador de todos os problemas do Estado. Tal postura é problemática, pois desconsidera a democracia como ato, mas não como referência discursiva. Conforme referido no capítulo 2, o discurso utilizado apropria-se da democracia, para se legitimar enquanto instrumento de dominação (Todorov, 2012).

Com pontuadas exceções, o discurso centrou-se na inutilidade das eleições para o futuro do país, e na condenação dos elevados custos da democracia. Assim, reitera-se que é preciso gerir o Estado como uma empresa, embaratecer o sistema, reduzir o número de trabalhadores, etc. Este tipo de argumento é perigoso, pois alude ao sistema financeiro como exemplo ideal de gestão, o que reflete uma ideologia liberal. A ideia de que o país tem de entrar nos eixos, melhorar as contas, independentemente da situação social dos seus cidadãos, constitui um argumento problemático, que elimina o cerne da democracia: ser um instrumento de mudança favorável aos cidadãos. Sader (2003) menciona o facto de grande imprensa comparar mercado e política, sendo que, nesse jogo, o primeiro é sempre vencedor. No caso avaliado, esta torna-se uma consideração chave.

A desmoralização da política joga a favor do império sem contrapesos da economia, favorecendo a financeirização do Estado, a destruição dos direitos e das formas de regulação Estatal. A grande imprensa faz jogar mercado contra política, aquela como portadora da racionalidade

enfrentada ao corporativismo, à incompreensão, à incompetência dos políticos (Sader, 2003: 547).

Este tópico demonstra que os argumentos inicialmente referidos são válidos. O processo eleitoral como teatralização de uma democracia rendida a uma estrutura oligopólica fica patente nos argumentos e discursos coligidos na imprensa sob análise (Sampedro, 2011).

#### ***6.4 – Que se lixe a troika: queremos as nossas vidas!(2012)***

Carlos Taibo (2009) reflete sobre o nascimento dos novos movimentos sociais antiglobalização. Nesta reflexão, oriunda de uma conversa com o escritor e economista, José Luis Sampedro, o autor propõe quatro explicações para a emergência de tal mobilização. A primeira, prende-se com o combate à ignomínia da globalização capitalista, em que 20% da população vive sobre uma opulenta mentira, enquanto 80% se vê reduzida a uma luta feroz pela sobrevivência. A segunda aponta para a necessidade de se responder ao agravamento das condições do trabalho assalariado. “Un endurecimiento que, en Norte como en el Sur, se manifiesta a través de salarios cada vez mas bajos, de jornadas laborales cada vez más prolongadas, de derechos sociales en retroceso y de precariedad por todas partes” (Sampedro e Taibo, 2009: 111). A terceira, diz respeito aos graves problemas relacionados com a democracia num contexto global, dado que são as grandes empresas multinacionais que ditam as regras do jogo, encurralando os poderes políticos locais, e descartando os mecanismos de representação democrática; finalmente, tais movimentos resultam de uma consciência clara quanto a muitos dos problemas que se revelam no seio da denominada esquerda tradicional.

Esos problemas asumen la forma de partidos que en muchos casos han acatado sin mayor rebozo la lógica de los sistemas que padecemos, de sindicatos que con frecuencia han renunciado a la tarea de contestación que en el pasado desarrollaron y de organizaciones no gubernamentales que a menudo, y en los quince últimos años, también han defraudado las expectativa que en ellas se depositaron. (Sampedro e Taibo, 2009: 112)

Este trecho é de uma conversa entre Carlos Taibo e José Luis Sampedro ocorrida antes da crise económica, em 2006, pelo que não se refere diretamente aos movimentos que começaram a surgir após 2008, mas assinala as questões que se podem enquadrar neste contexto.

A partir de março de 2011, Portugal iniciou um novo ciclo de ação coletiva, com um acontecimento fundacional centrado no movimento “Geração à rasca”, que levou milhares de pessoas às ruas de diversas cidades do país, em consonância com outros países Europeus e não Europeus, que também aderiram a iniciativas semelhantes. Tal mobilização evidencia que há outras formas de cidadania ativa que não as das configurações “clássicas de organização de interesses nas sociedades contemporâneas - partidos, sindicatos, movimentos sociais, organizações não governamentais” (Soeiro, 2013: s/p). Para o autor, este modelo de mobilização representa um novo padrão de ativismo.

Mais do que movimentos sociais – que implicariam a existência de um adversário claramente identificado, de um objetivo comum, de formas de mobilização de recursos capazes de sustentar uma luta prolongada e de modos de organização com alguma continuidade – este ciclo de ação coletiva tem sido sobretudo marcado, no nosso país, por grandes manifestações e acontecimentos contestatários. (...) O pano de fundo no qual irrompem parece claro: a precarização do trabalho e a instalação em força do desemprego de massa, nomeadamente entre os mais jovens; a crise económica causada pelo “golpe financeiro”; a desdemocratização da democracia e a desafeição relativamente à representação política e institucional. No contexto europeu – e em particular na periferia a que pertencemos – todas estas tendências se agravam com a lógica de austeridade (Soeiro, 2013: s/p).

A manifestação ‘Que se lixe a *troika*, queremos nossas vidas!’, que aconteceu no dia 15 de setembro de 2012, nas ruas de várias cidades de Portugal, e em frente às Embaixadas do país pelo mundo, reuniu centenas de milhares de pessoas. A mobilização foi considerada por muitos discursos, de diferentes campos, uma das maiores (se não a maior) manifestações pós 25 de Abril de 1974. Miguel Cardina (2013) afirma que o protesto só teve paralelo “com a concentração que ocorrera no 1º de Maio de 1974” (Cardina, 2013). O resultado da manifestação foi que, alguns dias depois, o governo anunciou o recuo na adoção da Taxa Social

Única, que tinha por objetivo aumentar a contribuição dos trabalhadores para a Segurança Social “e diminuir a dos patrões. Se permeia por realizar o objetivo maior da manifestação, expresso no slogan da convocatória, o seu peso inequívoco produziu uma vitória específica” (Cádima, 2013: 239)

Os jornais analisados abordaram o tema em 37 textos: 18 no JN, e 19 no CM. Novamente, as posições políticas ficaram muito bem marcadas em ambos os jornais, e o discurso jornalístico em torno da democracia vinculou-se a este fator. No caso do JN, a abordagem consistiu em valorizar as manifestações, e questionar as figuras políticas do país. O CM dividiu o seu discurso entre duas posturas distintas: argumentar de que a *troika* não desembarcou em Portugal sem ser chamada; e valorizar as ações dos manifestantes. Contudo, este jornal deu maior destaque aos conflitos entre os manifestantes e a polícia, inclusive, inserindo na primeira página a notícia respeitante a esta ocorrência.

As capas publicadas no dia 16 de setembro de 2012, de ambos os jornais, revelaram a atenção dispensada por estes ao assunto, um dia depois do protesto. O JN (ver imagem 3) valoriza a manifestação e os manifestantes, com uma foto, e o título “Colossal”, e a chamada a destacar: “Centenas de milhares saíram à rua em todo o país contra a *troika* e o governo”.

A imagem da capa do Correio da Manhã (ver imagem 4) focou-se no confronto entre os manifestantes e a polícia, que ocorreu no final da mobilização, em frente ao Parlamento. Em destaque, as palavras “cartão vermelho violento” com uma pequena chamada que ressalta o valor pacífico e histórico da manifestação, mas que insiste em salientar o confronto: “Manifestação pacífica e histórica contra o governo manchada por confronto junto ao Parlamento”.



Figura 3 - Capa Jornal de Notícias (16/09/2012)



Figura 4 - Capa Correio da Manhã (16/09/2012)

A análise sobre a valorização da representação e da participação (ver gráficos 20 e 21) aponta também para a maneira como ambos os jornais abordaram o assunto. Quanto à representação, o JN teceu duras críticas ao sistema, aos governantes e aos partidos. Por sua vez, o CM, apesar de ter adotado uma postura crítica contra os representantes, divulgou, em dois exemplos, um discurso que protegia o governo e a troika. Quanto à participação, o JN assumiu uma postura positiva conforme revelado na capa acima, e valorizou a mobilização para a mudança, focando-se na violência dos manifestantes em apenas um texto. O CM procedeu, em alguns textos, à desvalorização do acto, utilizando como argumento a violência em frente ao Parlamento, ou questionando a legitimidade dos manifestantes em protestarem contra a troika.



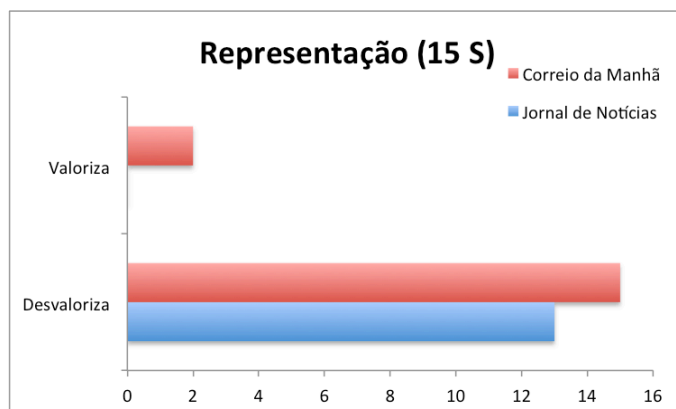


Gráfico 20- Valorização da representação nos textos sobre a manifestação de 15 de Setembro de 2012

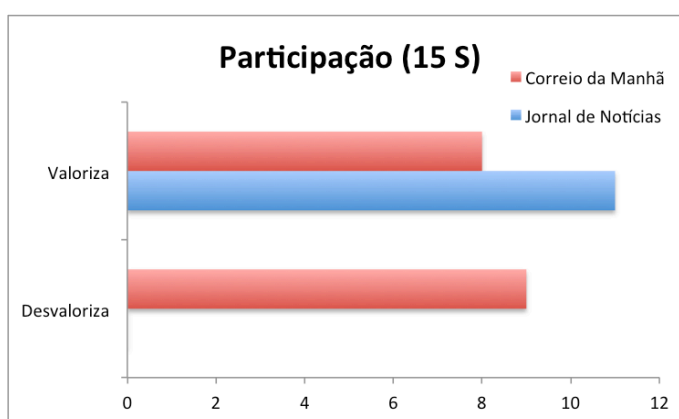


Gráfico 21 – Valorização da participação nos textos sobre a manifestação de 15 de Setembro de 2012

### *15 de setembro vs 25 de abril*

Neste tópico, aborda-se a associação, estabelecida pelos colunistas e jornalistas, entre a manifestação de 15 de setembro de 2012 e o 25 de Abril de 1974. É de constatar que o 25 de Abril<sup>73</sup> constitui um acontecimento ainda bem vivo no imaginário português e que a democracia está inteiramente ligada a ele. Em diversos discursos, a data, a par de remeter para o nascimento da democracia em

<sup>73</sup> O processo de transfiguração do país que o 25 de Abril de 1974 abriu foi descrito como “Revolução dos Três D”(Democratizar, Descolonizar, Desenvolver). Este é o fundamento comum dos projetos políticos com os quais nos confrontámos por mais de três décadas e meia. A expressão pode parecer redutora por não englobar as enormes mudanças que estavam para ocorrer no campo da vida privada, das relações de trabalho e das práticas culturais, mas não deixa de verbalizar princípios programáticos e uma linha de rumo que cruzaram os anos e diferentes governos. Democratizar supunha assim abrir a gestão da coisa pública e do coletivo à voz e à vontade livremente expressa dos cidadãos, o que até ali era impossível. Descolonizar significava alijar o fardo da ideia de império e do domínio dos povos colonizados, o que até ali era impraticável. Desenvolver impunha encontrar e expandir novos ritmos para a criação de riqueza e bem-estar das populações, o que não constava das perspectivas do velho “país habitual”, idealizado por Salazar como quieto, naturalmente desigual e indiferente às tentações da vida moderna. (25 de Abril. Rui Bebiano, 2012. In: *Dicionário das crises e das alternativas*)

Portugal, evoca um tom esperançoso, saudosista e repleto de conteúdo político, tanto pelo seu significado social, quanto pela sua referência política, ambos associados às transformações que emergiram a partir deste período.

No texto *A Fúria a solta*, de Daniel Deusdado<sup>74</sup>, especula-se sobre o que terá levado os políticos e comentadores “a desvalorizar o sucedido”. O autor critica o facto de estes se servirem de argumentos como “bancarrota evidente”, “problema de comunicação do Governo” e “o perigo da saída do euro”. Deusdado reprova a política liberal e a perspectiva do governo sobre as questões sociais, “Não é porque não haja alternativa. É porque ele (Passo Coelho) acha que tem de ser assim. António Borges deve-lhe ter explicado uma teoria sobre a ‘competitividade das nações’, tendo por base a sistemática descida dos salários, e ele achou genial”. O autor ainda classifica o Partido Social Democrata como ultraliberal, afirmando que foi devido às políticas adotadas para beneficiar o capital que as pessoas saíram à rua.

O país elegeu o Partido Social Democrata e saiu-lhe o partido ultraliberal. Por isso foram à rua famílias inteiras, bebés, reformados. Gente com cartazes de papelão sobre o miserável salário ou pensão. Talvez não tenha havido nenhuma manifestação assim no pós 25 de Abril (Jornal de Notícias, 16 de setembro de 2012).

Na matéria *Milhares unidos contra a austeridade*, publicada no mesmo dia do artigo de Daniel Deusdado, fazem-se várias referências ao 25 de Abril. A primeira, no subtítulo, destaca a importância do ato de 15 de setembro. “Se não atingiu os números do nascimento da democracia em Portugal, há 38 anos, parece ter ficado perto. Muitos milhares de pessoas saíram, ontem, às ruas para protestar. Contra o Governo e a troika”. A seguir, a data reaparece com o mesmo intuito de valorizar a manifestação: “Ao JN, João Camargo, um deles (organizador), frisou que ‘se tratou da maior manifestação desde o 1º de Maio (1974), em Lisboa’. No Porto, onde a Baixa ficou intransitável, recordou-se o 25 de Abril e o 1º de Maio”. No final do texto, a data é referida novamente, desta vez, para desvalorizar o

---

<sup>74</sup> É jornalista e gestor. É licenciado em Direito, e fez uma pós-graduação em televisão e cinema. É um dos diretores e criadores da produtora Farol de Ideias, que desenvolve diversos projetos ligados ao jornalismo em Portugal, como o “Inimigo Público”, encarte do jornal Público, que aborda diversas questões com um olhar satírico.

sistema político, e para questionar onde foram parar os valores emergidos com a democracia. “Com uns cartazes improvisados de última hora, um grupo de reformados de Sintra traduzia o sentimento no final: ‘Se era isso que nos esperava, mais valia não nos terem prometido a Democracia com o 25 de Abril’” (Jornal de Notícias, 16 de setembro de 2012).

No Correio da Manhã, não se fez tantas referências à data, sendo que a menção mais celebrativa ocorreu de forma indireta, para valorizar a manifestação. No editorial de Miguel Alexandre Ganhão<sup>75</sup>, *Espinosa sai a rua*, publicado no dia 16 de setembro de 2012, o autor refere-se a Espinosa para definir a democracia ideal. “Escreveu um dia que, no Estado democrático ideal, ‘que cada um pense o que quiser e diga o que pensa’”. Para o autor, a manifestação representou esta citação do filósofo, “de norte a sul de Portugal”. Ganhão criticou o facto de o Governo se ter mantido em silêncio até à data da manifestação, e de não se ter pronunciado sobre o ato. A referência ao 25 de Abril ocorreu na última frase. “Foi um belo dia de Setembro numa democracia com 38 anos” (Correio da Manhã, 16 de setembro de 2012).

### ***Democracia que vem das ruas***

O texto de Joana Amaral Dias, *Já para a Rua*, publicado no dia das manifestações, interrogou-se sobre para quem o Governo de Passos Coelho se direciona. A autora, apoiando-se na declaração do primeiro ministro, numa entrevista na RTP, em que ele afirmou não governar em função das reações de ruas, considera que esta afirmação de Coelho revela uma indiferença quanto às questões sociais. “É esta a frase-pulso. A que permite compreender como é indiferente a tragédia que tolhe muitas casas e por isso teima numa receita venenosa, aquela em que assume que é um títere da troika”. A partir destes argumentos, que evocam a ideia da representação como uma vontade do povo, que Amaral Dias ironiza com o discurso de Passos Coelho.

Não governo em função das reações de rua, disse Passos Coelho.(...)  
Mas a arrogada surdez do primeiro-ministro é fatal.(...) Afinal, não foi a

---

<sup>75</sup> Subchefe da redação do Correio da Manhã.

rua que o elegeram? Já quando cumpre o mandato desrespeitando todas as promessas eleitorais, com resultados calamitosos para a vida das pessoas e sem qualquer futuro, só pode governar considerando as vozes dos cidadãos. Caso contrário, dirige em função das reações de quem? da troika? do PSD? da coligação? Das entidades patronais? destes três últimos, a avaliar pelo retorno que têm dado ao longo desta semana, não é com toda a certeza. Não governo em função de reações de rua, disse Passos Coelho. (...) Com estrondo para ver se, desta vez, já escuta alguma coisinha. Se não quer, ele próprio, terminar a reagir na rua, claro” (Correio da Manhã, 15 de setembro de 2012)

### *A violência e as manifestações*

Além da primeira página, do dia após a manifestação, o CM voltou a abordar a questão da violência dos manifestantes no ato, no editorial *Vestida para apedrejar*, de Leonardo Ralha<sup>76</sup>, no dia 17 de setembro. O autor serviu-se de uma narrativa na qual uma protagonista, uma mulher de vestido preto, vista pelo narrador através de uma televisão, tenta fazer um ataque ao Palácio de São Bento. A arma desta manifestante: uma pedra. Ralha, através desta personagem, narra o ato: “Tinha o lenço a tapar-lhe a cara, tal qual os outros jovens que apedrejavam agentes do Corpo de Intervenção da PSP nas escadarias de São Bento”. O autor prossegue a narração carregada de juízos negativos sobre o ato da mulher e define tal como uma barbárie.

A mulher de vestido preto imitou-os e avançou com a pedra na mão. Mas faltava-lhe em força o que sobrava em vontade: o projétil caiu não muito longe das suas pernas. Pode ser que tamanha falta de jeito a convença de que pode expressar o descontentamento com este (ou outro) Governo de mesma forma ordeira e pacífica que a esmagadora maioria dos muitos milhares que caminharam do Saldanha à Praça de Espanha, escolhendo a indignação em vez da absoluta barbárie (Correio da Manhã, 17 de setembro de 2012).

No Jornal de Notícias, o texto, *Sede do FMI alvo de ira*, publicado no dia 16 de setembro, e escrito por Nuno Miguel Ropio<sup>77</sup>, também registou a ”violência, sem ressaltar o lado pacífico da manifestação. O autor relata os ataques à sede do FMI,

---

<sup>76</sup> Editor do caderno de cultura *on-line* do Correio da Manhã.

<sup>77</sup> Jornalista

em Lisboa, e as atitudes violentas em frente ao Parlamento. O subtítulo chama a atenção para o número de detidos, e para a circunstância de a polícia se ter mantido serena. “Cinco pessoas foram detidas, ontem pela PSP, após vários desacatos em frente à sede do FMI e ao Parlamento. Petardos, tomates e garrafas serviram de arremesso perante uma polícia incrivelmente serena”.

### ***Grécia e troika***

Em dois textos do CM, a reação contra a manifestação sustenta o argumento de que a *troika* não é a responsável pelos problemas de Portugal. Ambos remetem a responsabilidade ao Governo do Partido Socialista e consideram as manifestações um ato contra imagem que Portugal reflete para os mercados.

João Pereira Coutinho, um dia após a manifestação, escreveu um texto para desconstruir o *slogan* da manifestação “Que se lixe a troika – Queremos a nossa vida de volta!”. O autor, além de se referir à troika como um bem para o país, considera que, sem a sua intervenção, o país estaria fora da União Europeia. Ele descredibiliza a manifestação, afirmando que os manifestantes nunca mais terão a suas vidas de volta.

Fez bem: gritar alivia e, além disso, o ‘embrulho fiscal’ em curso (obrigado, CDS) é imperdoável. (...) Para começar, a troika não aterrou em Lisboa por sua vontade. Foi um governo PS quem a chamou, depois de ter falido o país. Sem o dinheiro da troika, o bom povo que ontem se aliviou por aí não teria um pataco no bolso, excepto pela saída do euro, a adopção de uma nova moeda – e de uma nova vida. Que vida? Não, com certeza, a vida de fantasia que o euro permitiu. (...) Simples: o país não pode ter o dinheiro da troika (sem a troika) e uma vida de volta que, com troika ou sem ela, jamais voltará (Correio da Manhã, 16 de setembro de 2012).

Já o ex-líder do PSD, Luís Marques Mendes, no texto *Iguais a Grécia?* publicado no dia 17 de setembro de 2012, desconstrói o valor das manifestações, classificando-as como modas importadas. Ressalta o raciocínio defendido por Coutinho, no dia anterior, quando este afirmou que a Troika não invadiu Portugal e argui que o acordo foi feito pelo governo anterior, o de José Sócrates.

Embora com atraso, acabamos sempre por importar modas alheias (...) a troika não invadiu Portugal. Ela está cá porque Sócrates a requereu depois de deixar o país falido. E se não for a troika mais ninguém nos empresta dinheiro (...) Não tenho uma dúvida: ou temos muito cuidado ou daqui a poucos meses seremos iguais à Grécia. Nessa altura, deixaremos tudo a perder: o consenso político, o diálogo social, os avanços realizados e, sobretudo, os sacrifícios das pessoas. (...) Pedir-lhes que dêem as mãos pelo país será pedir-lhes muito? É nestes momentos que nos lembramos de sentido de Estado. Não tanto para falar dele mas sobretudo para exigir o seu exercício. Tempos excepcionais requerem comportamentos excepcionais! (Correio da Manhã, 17 de setembro de 2012).

Ambos os argumentos se fundam na perspectiva liberal de democracia, naturalizando a economia capitalista do mercado como a forma por excelência de organização económica (Sader, 2003).

De modo geral, a manifestação foi citada como um ato legítimo de ação, que fortalece a democracia. Abrem-se exceções quanto à capa do CM, às matérias que focaram os manifestantes unicamente sob a ótica da violência (acontecimento que os próprios jornais menorizaram em outros textos), e aos textos que julgaram os protestos como estando desligados da realidade, por constituírem ações contra a troika. Destaca-se o facto de a democracia como sistema, e como foco de transformação e de reforma, ter sido pouco abordada. Os textos assentaram em temáticas e abordagens factuais, não tratando o tema de forma crítica, nem valorizando o debate em torno do sistema democrático.

### ***6.5 – A dialéctica dos discursos mediáticos sobre a democracia***

É difícil questionar a “popularidade” da democracia na sociedade contemporânea, e é fácil constatar que o debate hegemónico se confina, em termos gerais, a um perspectiva liberal – parlamentar, burguesa e constitucional (Brown, 2011). No discurso mediático investigado, foi possível identificar esta construção em torno do discurso sobre democracia, tanto devido às temáticas abordadas, que se direccionaram totalmente para a construção liberal representativa, quanto ao modo como se construíram as argumentações quanto aos assuntos tratados.

Como exemplo, pode citar-se o facto previsível de não ter havido um único artigo que questionasse a democracia como ideal. Mas, a par disto, foi possível

observar a constante presença de discursos que negaram qualquer visibilidade ou legitimidade a quem pense em questionar o sistema democrático instituído. Qualquer indivíduo, instituição, perspectiva ou país que sejam considerados anti-sistema são categorizados como inimigos – minorizados e/ou despolitizados quanto ao seu significado, discurso esse explícito no Correio da Manhã.

No Jornal de Notícias, as construções discursivas são mais elaboradas, no sentido de trabalharem com mais perspectivas, temas e abordagens que instiguem um questionamento ao sistema instituído, apesar de se manter fiel às ideias da democracia liberal representativa. Dentro desta perspectiva, o JN exibe uma visão mais ampla sobre o sistema democrático, associando os processos de participação às estruturas representativas e, evocando, em alguns momentos, atores semiperiféricos, no contexto representativo.

Embora atendo-se sempre à democracia hegemónica, alguns dos discursos que emergiram foram direcionados para a sua periferia e propuseram uma reflexão profunda sobre o que se tem operado na sociedade. O ponto positivo destas abordagens, na visão desta pesquisa, considerando-se o contexto de Portugal, consiste no facto de a problematização e a reflexão em torno de um sistema democrático alternativo, ou mesmo a proposta de reformas do sistema vigente, ser fundamental para se promover um debate sobre uma outra forma de democracia.

O conservadorismo reacionário, identificado em vários discursos – sobretudo no Correio da Manhã – não defende transformações na estrutura do poder. Ou seja, os discursos expostos nesta categoria de conservação, não ampliam o debate, nem possibilitam o fortalecimento da democracia. Por isso, ao longo do trabalho, pôde constatar-se que o discurso do jornalismo sobre a democracia se debate com a dialéctica conservadorismo/mudança. Pensa-se que os textos, pensando na suas generalidades, focados em dois autores, representam muito bem ambos os lados desta polaridade. O primeiro, do escritor e jornalista, António Manuel Pina, que representa o lado transformador e contra hegemónico; o outro, de João Pereira Coutinho, que retrata a vertente hegemónica do discurso. Ambos podem representar os extremos de uma escala; num, a democracia é vista como um possível agente de transformação, caso seja modificada para uma perspectiva mais social; no outro, a democracia é considerada como um instrumento que atrapalha o

“desenvolvimento” do país, sendo o discurso democrático utilizado para valorizar atos mercantilistas. Entre estes dois extremos apareceram outras perspectivas que alinharam, com diferentes intensidades, entre uma democracia liberal e uma democracia social.





## Considerações finais

Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece preparar-se para se afastar de qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. O anjo da história deve ter este aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de factos que aparece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhas lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstituir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já as não consegue fechar. Este vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até ao céu. Aquilo a que chamamos o progresso é este vendaval (Benjamin, 2010).

A obra, referida na citação de Walter Benjamin, é a imagem da capa deste trabalho. Pode afirmar-se que o que foi exposto até ao momento está diretamente associado ao vendaval citado por Benjamin, em que as ruínas e os projetos se empilham em palavras. O discurso da imprensa sobre a democracia é uma das correntes deste vendaval. O discurso hegemónico, reproduzido no jornalismo, almeja o progresso, e lança vento a quem se põe no caminho, incluindo a democracia – quando esta não é sua aliada. A citação de Wendy Brown, que introduz esta pesquisa, reflete sobre os caminhos percorridos pela democracia neste contexto, associando-a à ferocidade do capitalismo.

No contexto analisado, a imagem da destruição enche as capas dos jornais todos os dias. Em Portugal, no momento em que esta pesquisa é finalizada, está a decorrer o oitavo encontro do Governo português com os seus credores internacionais para avaliarem o programa de reajustamento orçamental e para indicarem as metas económicas para o ano de 2014. Os falhanços do memorando em termos sociais são óbvias. A taxa de desemprego, segundo dados oficiais recentes<sup>78</sup>, atinge os 16,5% - já chegou aos 18% - sendo a maioria destes desempregados cidadãos jovens. Além disso, não são poucos os que estão a

---

<sup>78</sup>[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xlang=pt&xpgid=ine\\_main&xpid=INE](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xlang=pt&xpgid=ine_main&xpid=INE)

abandonar o país: segundo dados da Comissão Europeia<sup>79</sup>, a taxa de emigração aponta para um elevado crescimento em relação aos últimos 4 anos. Entretanto, a pauta da reunião direciona-se não às pessoas, mas sim aos números da economia e à sugestão de novas políticas de austeridade. Ainda, a este propósito, no campo político, a Constituição portuguesa tem sido alvo constante de ataques por parte do poder executivo, pelo facto de o Tribunal Constitucional já ter vetado diversas medidas provenientes deste “reajustamento”. O monte de ruínas continua a crescer. Entretanto, a democracia permanece ali, como disse Saramago, salvaguardada e protegida. Quem a toca? Poucos. A democracia no discurso dos jornais, com pontuais exceções, está confinada por detrás de umas grades denominadas representação, sendo vigiada pelo capitalismo, uma espécie de “Grande Irmão” que tudo e a todos controla.

Este confinamento da democracia está diretamente associado ao que Milton Santos (2001) afirma quando avalia a concentração dos meios de comunicação como uma das características perversas do mundo contemporâneo, ressaltando o modo pelo qual a informação é oferecida aos indivíduos – vinculada à emergência do capital enquanto motor da vida económica e social. Neste sentido, os alicerces das ações hegemónicas vinculam-se ao sistema ideológico, e conduzem ao “império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo”, bases dos novos totalitarismos

É uma forma de totalitarismo muito forte e insidiosa, porque se baseia em noções que parecem centrais à própria ideia da democracia — liberdade de opinião, de imprensa, tolerância —, utilizadas exatadamente para suprimir a possibilidade de conhecimento do que é o mundo, e do que são os países e os lugares (Santos, 2001: 45).

A partir destas noções centrais, às quais se refere Milton Santos, é necessário um resgate do debate no qual a pesquisa se centrou, retomando-se alguns pontos para as considerações finais.

---

<sup>79</sup>[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics\\_explained/index.php/Migration\\_and\\_migrant\\_population\\_statistics/pt](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Migration_and_migrant_population_statistics/pt)

### ***O povo e a democracia***

Quanto ao modo como o Povo foi incorporado no discurso da imprensa popular, esta pesquisa tentou evidenciar que este é representado e não auto representado. O jornalismo popular não constitui um instrumento do, nem para o povo – político ou excluído – visto que o Povo é heterogéneo e não homogéneo (Chauí, 2011), como este instrumento mediático o constitui. Portanto, nesta análise, o jornalismo popular, assim como outros géneros de jornalismo, destina-se às massas. É um discurso massivo, que abrange os pontos que se considera positivos, quanto à sua extensão, e negativos, quanto à sua homogeneização do público.

É possível extrair distintas visões, todas elas coincidindo quanto à verticalidade presente na construção do conceito. O pensamento sobre Povo e cultura popular, que parte de perspectivas hegemónicas, é construído de cima, sem diálogos, por exemplo mediante atos e medidas do Governo, de partidos, de sindicatos, de instituições, dos *media*. Quando não é um povo institucionalizado, ele é construído a partir da sua exclusão. O povo não se delimita como povo. De todas as maneiras, o Povo vincula-se à questão do nacionalismo e às construções discursivas que o relacionam com determinadas características ou situações. Durante a história, principalmente, a partir do século XIX, os meios de comunicação foram agentes fundamentais para a contribuição da (re)invenção do Povo.

No caso do jornalismo investigado, o Povo dos dois jornais analisados é diferenciado, pelas posições políticas dos seus colunistas, embora com alguns pontos em comum quanto determinadas noções. No capítulo 1, Chauí (2011), Agamben (2011) e Hall (2011) refletem sobre a dialética do conceito de Povo e popular: como conjunto dos despossuídos e enquanto constituinte da unidade política. A par desta reflexão teórica, é preciso ressaltar ainda que houve construções do (e referências ao) Povo que abarcavam esta dialética.

Este apontamento recai sobre o modo como o povo português foi apresentado nos textos. Foi possível verificar algumas abordagens nas quais ele foi representado, tanto como agente ativo em luta pela democracia – este discurso foi identificado, principalmente, nos textos sobre a manifestação de 2012 ; quanto como agente passivos que não aceita discursos “radicais” e se conformam à

realidade bruta e imposta— discurso este identificado, principalmente, na abordagem do CM sobre os processos eleitorais. Portanto, em termos de amplitude discursiva no âmbito da democracia, quando se referiu ao Povo, o jornalismo avaliado centrou-se em ambas as perspectivas, sendo que o JN, abordou mais o ativismo político, enquanto o CM, deu preferência à passividade e à aceitação.

### *A centralidade do discurso sobre democracia*

Há duas constatações sobre os discursos da imprensa popular em torno da democracia: a primeira, consiste no facto de as construções discursivas sobre a representação desvalorizarem, constantemente, os representantes e o “sistema político”; a segunda, que o debate sobre novas formas de participação está completamente à margem do discurso mediático, sendo reprimido pelo jornalismo devido a sua obsessão pelos temas e estruturas da democracia liberal e representativa.

A estreita amplitude do debate em torno da democracia na imprensa popular foi amplamente referida ao longo deste trabalho. Entretanto, é preciso o resgate de três dados e, igualmente, de três características dos discursos que permitem afirmar que a imprensa popular portuguesa constrói uma abordagem, perante o sistema democrático, assente numa construção liberal representativa.

Quanto aos dados, destacam-se os relativos aos personagens, às fontes e aos temas mais constantes, pelo facto de terem registado de forma bastante emblemática a centralidade da abordagem das questões associadas à democracia. Quanto às fontes, foi possível detectar uma preferência pelas visões e informações “oficiais” provinda de actores que se posicionam no cerne do poder. O mesmo sucede quanto aos personagens foco das atenções da imprensa, sendo que, neste ponto, é possível identificar o interesse por indivíduos vinculados, a organizações políticas incumbidas de questões financeiras/económicas. Estes últimos dados associados às pautas abordadas, reafirmam a extensão do tratamento jornalístico diretamente ligado à perspectiva liberal, visto que, neste sentido, os resultados apontam para um direccionamento amplo para questões da gestão do Estado e da crise económica, assim como da perspectiva representativa, pois a temática centrar-se nos processos eleitorais, na agenda do governo e nas questões partidárias.

Quanto às características dos discursos assinalam-se outras três especificidades que levam o jornalismo a promover as perspectivas hegemónicas sobre a democracia: o facto de muitas das abordagens despolitizarem qualquer experiência ou reflexão contra-hegemónica – marginalizando, naturalizando discurso e/ ou menorizando perspectivas; e repetindo constantemente discursos liberais – centrados em aspectos económicos, que implicam sacrifícios para o país e na não relevância da capacidade decisória do povo; e a associação de processos participativos exclusivamente ao Estado – excluindo ações vindas por parte da sociedade civil.

Portanto, é possível concluir que a imprensa – não obstante diferenças entre as políticas editoriais – se cinge a uma perspectiva focada na atividade do Parlamento e nas medidas económicas e financeiras. A diferença entre o Correio da Manhã e o Jornal de Notícias é que, apesar de ambos se focarem nesta centralidade do poder, o segundo insere perspectivas que se podem denominar semiperiféricas, abordando temas que, apesar de ligados ao poder instituído, não são amplamente debatidos, ou não estão diretamente ligados à factualidade dos interesses em questão. O jornal também consegue ampliar a sua perspectiva sobre a democracia através dos atores, tanto os que são fontes, quanto aqueles que ele retrata. Neste sentido, observa-se uma maior diversidade das perspectivas que emergem do JN. O discurso deste jornal, não menorizou ou radicalizou perspectivas em nenhum dos textos analisados, tendo demonstrado uma abordagem clara e objetiva quanto aos pontos que defendia.

Por sua vez, o Correio da Manhã empreende uma defesa mais vigorosa da democracia liberal, o que inclui: a classificação de políticas de esquerda como radicais – inclusive em editoriais, reforçando que esta é uma posição assumida pela direção do jornal; a redução do prisma social em termos de fontes e personagens; e a fraca diversidade da ideológica das políticas veiculadas pelo jornal, fundamentalmente limitada à perspectiva da direita, nomeadamente, do PSD e do CDS. Assim, apesar de colunistas do PS também serem uma presença constante o discurso do jornal, no período analisado, foi amplamente contrária às políticas do primeiro-ministro José Sócrates, pelo que a percepção da inclusão do partido pode ter sido condicionada.

### *As faltas*

Em todos os dados exibidos é possível observar-se ausências ou desvalorizações de determinados actores e temas do discurso sobre democracia, entre as quais se ressaltam três: o silenciamento, pela imprensa, de questões respeitantes às formas alternativas de democracia, principalmente, aquelas vinculadas à participação que não se processa mediante instrumentos disponibilizados pelo Estado; a valorização da meritocracia para a escolha das fontes, excluindo vozes e perspectivas não especializadas; e a desconsideração de preconceitos (os quais por vezes são assimilados/interiorizados) contra grupos étnicos e sociais.

A democracia retratada torna-se incompleta na sua amplitude, devido à exclusão destas perspectivas. Neste sentido, e problematizando as três ausências identificadas, é possível assinalar que as carências de participação não institucionalizada, excluem experiências que contribuem para outras formas de debate e ação, seja social, política ou mesmo económica. O facto de o jornalismo centrar as suas abordagens em torno de fontes oficiais e formalmente instruídas, também, contribui para o silenciamento de outras tantas perspectivas sobre a democracia, relacionadas com histórias de vida e construções distintas sobre o tema, excluindo necessidades e entendimentos sociais. Por sua vez, a naturalização da exclusão de grupos étnicos e sociais das abordagens reflete o afastamento/ apagamento social. Um exemplo a destacar-se, entre vários, reside no facto de não se ter procedido, em nenhum momento, à exposição da perspectiva de imigrantes sobre a política portuguesa, sendo que estes actores estão amplamente inseridos na sociedade portuguesa.

Por identificar estas ausências há intensões de dar continuidade à investigação do tema através de uma pesquisa que reflita sobre estes processos de exclusão e silenciamento, avaliando as estruturas e os pensamentos que geram este silenciamento em diferentes práticas jornalísticas. Deste modo, deseja-se compreender como tais ausências são naturalizadas no interior das redações de determinadas imprensas, a partir da observação dos actores e das estruturas que constroem a notícia.

### ***O jornalismo como agente transformador?***

Com base nos dados recolhidos, e na ideia de que o jornalismo se serve da sua facilidade de acesso às fontes oficiais, sustentando “o poder instituído e o status quo” (Traquina, 2008) – o qual assenta em estruturas que não permitem uma ampla participação efetiva dos cidadãos na vida política (Avritzer e Santos, 2003; Todorov, 2012; Hobsbawm, 2011) – é possível afirmar que as práticas jornalísticas hegemónicas, em termos dos seus fundamentos, tanto deontológicos, quanto estruturais, se confinam a determinadas concepções, o que condiciona a emergência de diferentes percepções políticas. Todos os dados aqui representados, demonstram que o jornalismo raramente sai da sua zona de conforto – composta pelas suas fontes facilitadas, pelos temas prontos, pelas coberturas previsíveis – para possibilitar a emergência de novas perspectivas sobre os temas. Este facto fica bem patente nos dados recolhidos, quanto à cobertura e aos debates em torno da democracia, inseridos na imprensa popular portuguesa.

Por seu turno, Traquina (2007) afirma que a imprensa não constitui um campo fechado de poder, e que pode ser mobilizada por movimentos sociais e contestatários, caso estes consigam criar estratégias para captar a sua atenção. Considera-se que este fator não se deveria cingir ao campo jornalístico, pois os profissionais dever-se-iam adaptar às linguagens e aos padrões das suas fontes para delas extrair o máximo de informação possível. Acredita-se que as potencialidades do jornalismo em contribuir para o fortalecimento da democracia estejam na sua reinvenção, o que poderá implicar diversos géneros e modos jornalísticos.

Em relação ao jornalismo e à sua inserção no sistema democrático surgiram cinco questões após a avaliação deste material, as quais exigem reflexão: O jornalismo interpreta a democracia com base no público que supõe ter, ou a partir das relações de poder que lhe são internas? Os jornalistas, como indivíduos formados por um sistema de ensino criado para vender notícias, serão capazes de fornecer outro tipo de informação? Por conseguinte, constituirá o jornalismo (neste molde) um campo capaz de fornecer informações que possam contribuir para a emergência de outras perspectivas e experiências sobre a democracia? Conseguirá um jornalismo movido por interesses comerciais contribuir para o fortalecimento da



democracia? Que outros tipos de produção jornalística poderão contribuir para o aprofundamento do sistema democrático?

A par destas questões – as quais, a nível académico, apelam a pesquisas aprofundadas em diversas áreas – emergiu no princípio do século XXI, a ideia de jornalismo pós-industrial<sup>80</sup>, que poderá constituir um objeto teórico interessante para responder a tais questões. Tal teoria debate o jornalismo associado a novas estruturas, menos dependentes de uma estrutura comercial, muito focadas na internet. Atualmente, é possível verificar, neste meio, a emergência de novas formas e concepções de fazer jornalístico. Um dos exemplos, em Portugal, reside no caso da *Indymedia*<sup>81</sup> que promove e amplia o debate em torno de diversas questões políticas do país e do mundo. Também se pode observar o surgimento de experiências semelhantes em outras partes do mundo<sup>82</sup>, como a *Mídia Ninja*<sup>83</sup>, no Brasil; *Indymedia*<sup>84</sup>, no Reino Unido; ou mesmo projetos multinacionais, tais como o *Global Voices*<sup>85</sup>. Adicionalmente, há tentativas de ampliar o espectro do jornalismo, no que diz respeito à democracia, com experiências que já têm vindo a ser realizadas e debatidas há mais tempo, como é o caso do jornalismo cívico (Traquina e Mesquita, 2003), que coloca os cidadãos como decisores fundamentais no processo de produção da notícia.

### ***Pontos finais***

A pesquisa, agora aqui fechada procurou por outras áreas do conhecimento, que tentassem conciliar diferentes perspectivas aos estudos da comunicação. No termo deste processo, observa-se que alguns pontos poderiam ter sido abordados de forma diferente, principalmente, no que aponta para a questão metodológica. Pensa-se o material, tanto pelo tempo despendido na sua recolha, quando na sua análise, resultou extenso para uma tese de doutoramento. Caso pudesse haver uma revisão, ela decorreria neste processo

---

<sup>80</sup> Para introdução ao tema ver:

[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/posts/view/jornalismo\\_pos\\_industrial\\_2](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/posts/view/jornalismo_pos_industrial_2)

<sup>81</sup> <http://pt.indymedia.org/>

<sup>82</sup> Lista de *media* independente em diversos países, escritos em Espanhol:

<http://www.cuervoblanco.com/noticias.html>

<sup>83</sup> <https://www.facebook.com/midiaNINJA>

<sup>84</sup> <http://www.indymedia.org.uk/>

<sup>85</sup> <http://globalvoicesonline.org/>

Apesar de alguns obstáculos e dificuldades encontrados ao longo da execução desta pesquisa, julga-se que o objetivo foi cumprido. Entre os pontos positivos que se reafirmariam como instrumentos de futuras investigações, considera-se que a pesquisa se fundamentou numa boa base teórica que, apesar de padecer de algumas ausências, exerceu a função de proceder a uma análise crítica das perspetivas trabalhadas.

Neste sentido, pensa-se que este trabalho cumpriu o seu objetivo principal de identificar o discurso hegemónico relativo à democracia, na imprensa popular portuguesa, e de assinalar os dados que possibilitaram tal processo de identificação. Considera-se ainda que ele pode contribuir tanto para uma avaliação do que é reproduzido pelos *media*, quanto para uma reflexão sobre a esfera mediática que deve prosseguir, no sentido de esta adoptar um olhar mais amplo sobre o que é a democracia.



## **Bibliografia:**

ABELLÁN, Joaquín. **Democracia**. Madrid: Alianza editorial, 2011.

ABREU, Alexandre; MENDES, Hugo; RODRIGUES, João; GUSMÃO, José Guilherme; SERRA, Nuno; TELES, Nuno; ALVES, Pedro Delgado e MAMEDE, Ricardo Paes. **A crise, a troika e as alternativas urgentes**. Lisboa: Tinta da China, 2013.

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um povo?** In: *A política dos muitos. Povo, classe e multidão*. Lisboa: Tinta da China, 2010.

ALEXANDRE, Valentim. **Velho Brasil Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808 -1975)**. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

ALMEIDA, Sónia Vespeira de. **Camponeses, Cultura e Revolução: Campanha de dinamização Cultural e Acção Cívica do M.F.A (1974 -1975)**. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

ALVES, Vera Marques. **Arte Popular e Nação no Estado Novo: A Política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013.

\_\_\_\_\_. **O povo do Estado Novo**. In: NEVES, José (coord.). *Como se faz um povo*. Lisboa: Tinta da China, 2010.

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os (des)caminhos da notícia rumo ao entretenimento**. Estudos em Jornalismo e Mídia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Ano V – no 1. PP. 63-73. Jan./jun. 2008.

\_\_\_\_\_. **Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho**. Tese (doutorado em Comunicação e Informação). UFRGS: Porto Alegre, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sensacionalismo, um conceito errante**. XIV Encontro da Compós: 2005.

ARAÚJO, Marta e MAESO, Silvia Rodriguez. **History textbooks, racism and the critique of Eurocentrism: beyond rectification or compensation.** In: *Ethnic and Racial Studies* Vol. 35, Nº. 7, July, 2012.

BAPTISTA, Carla. **Apogeu, morte e ressurreição da Política nos jornais portugueses: do século XIX ao Marcelismo.** Lisboa: Escrit'orio Editora, 2012.

BARBOSA, Marialva. **Jornalismo popular e o sensacionalismo.** In: *Revista Verso e Reverso*, n.39, ano XVIII, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2009.

BARKALANOFF, Eric. **Breve experiência de socialismo em Portugal: o sector das empresas.** Lisboa: *Análise Social*, 1996 (4ªed). p. 925-947.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade do consumo.** Lisboa: Edições 70, 2003.

BEBIANO, Rui. **O povo pop, mudança cultural e dissensão.** In: NEVES, José (coord.). *Como se faz um povo.* Lisboa: Tinta da China, 2010.

BELCHIOR, Ana Maria. **Democracia e representação partidária: A elite parlamentar e os cidadãos.** Lisboa: ICS, 2010.

BENJAMIN, Walter. **O autor como produtor.** In: *A modernidade.* Lisboa: Assírio & Alvim, 2006.

\_\_\_\_\_. **A obra de arte na época da sua possibilidade de reprodução técnica.** In: *A modernidade.* Lisboa: Assírio & Alvim, 2006.

\_\_\_\_\_. **O anjo da história.** Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.

BILLIG, Michael. **Banal Nationalism.** London: Sage Publications, 2004.

BOBBIO, Norberto. **El futuro de la democracia.** México: FCE, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Você disse popular?** In: *A política dos muitos. Povo, classe e multidão.* Lisboa: Tinta da China, 2010.

BRITO, Joice Mendes. **As estratégias de comunicabilidade de um jornal popular: O caso do diário português Correio da Manhã.** (Dissertação de mestrado). Lisboa: UNL, 2010.

BROWN, Wendy. “**We are all democrats now...**”. In: **Democracy in what state?** New York: Columbia University Press, 2011.

BUARQUE DE HOLLANDA, Cristina. **Teoria das Elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs**. São Paulo: Contexto, 2009.

BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CÁDIMA, Francisco Rui. **Media e democracia em Portugal**. Unisinos: Verso e Reverso, XXIX(55):11-17, janeiro-abril, 2010.

CARDINA, Miguel. **Isto não vai lá com manifestações?** In: SOEIRO, José; CARDINA, Miguel e SERRA, Nuno. **Não acredite em tudo o que pensa**. Lisboa: Tinta da China, 2013.

CASCAIS, António Fernando. **Diferentes como só nós**. O associativismo GLBT português em três andamentos In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, Dezembro, 2006:109-126

CATROGA, Fernando. **O Republicanismo Português (Cultura, história e política)**. Porto: Revista da Faculdade de Letras, III Série, vol. 11, - 2010.

CEREZALLES, Diego Palacios. **Portugal à coronhada: Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX**. Lisboa: Tinta da China, 2011.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cultura do povo e autoritarismo das elites**. In: *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2011.

CHOMSKY, Noan e RAMONET, Ignacio. **Cómo nos venden la moto:** *Información, poder y concentración de médios*. Barcelona: Icaria, 2010.

CHOMSKY, Noan. **Necessary illusions:** *Thought control in democratic societies*. London: Pluto press, 1989.

COMPARATO, Fábio Konder. **Os obstáculos históricos à vida democrática em Portugal e no Brasil**. Estudos avançados, 17 (47). 2003. Confirmar editora e lugar da revista.

CONBOY, Martin. **The press and popular culture**. London: SAGE publications, 2002.

CORREIA, Fernando. **Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia**. Lisboa: Caminho, 2006.

COSTA, Jorge, FAZENDA, Luís, HONÓRIO, Cecília, LOUÇÃ, Francisco; ROSAS, Fernando. **Os donos de Portugal:** *Cem anos de poder económico (1910-2010)*. Porto: Afrontamento, 2011.

COSTA E SILVA, Elsa. **Os donos da Notícia:** *Concentração da propriedade dos media em Portugal*. Porto: Porto Editora, 2004.

CUNHA, Luís Manuel de Jesus. **A Nação nas malhas da sua identidade:** *o Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Braga, Universidade do Minho, 1994.

CUNHAL, Álvaro. **O Aborto:** *Causas e Soluções*. Porto: Campo das Letras, 1997.

CURRAN, James. **Media and power**. New York: Routledge, 2002.

DAHL, Robert A. **On Political Equality**. Yale University, 2006.

\_\_\_\_\_. **On Democracy**. Yale University, 1998.

ESTANQUE, Elísio. **A questão social e a democracia no início do século XXI**. Revista Finisterra, vol. 55-56-57. Lisboa, 2006.

FAUSTINO. Paulo. **A imprensa em Portugal:** *transformações e tendências*. Lisboa: Formalpress, 2004.

FERIN, Isabel. **Tendências de cobertura do final de um ciclo político: Cavaco Silva (1994-1995)**. In: *Comunicação & Cultura*, n.º 2, 2006, pp. 103-126213213

FERNANDES, José Manuel. **Liberdade e informação**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.

FIDALGO, Joaquim. **O jornalista em Construção**. Porto: Porto Editora, 2008.

FIGUEIRA, João. **A imprensa portuguesa (1974-2010)**. Coimbra: Angelus Novus, 2012.

FISKE, John. **Reading the popular**. New York: Routledge, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Lisboa: Vozes, 1972.

FRANÇA, José Augusto. **Perspectiva artística da história do século XIX português**. In: *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980.

FREIRE, André. **Sociedade Civil, Democracia Participativa e Poder Político: O Caso do Referendo do Aborto – 2007**. Lisboa: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

GANS, Herbert J. **Democracy and the news**. New York: Oxford Press, 2004.

GARCIA, José Luís. **Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: Metamorfose e encruzilhadas no limiar do século XX**. Lisboa: ICS, 2009.

GANS, Herbert J. **Democracy and the news**. New York: Oxford Press, 2004

GILLMOR, Dan. **Nós, os media**. Lisboa: Editorial presença, 2005.

GINER, Juan António. **Los nuevos periódicos populares de calidad**. *Revista Ideas*, 2003. Internacional Newspaper Marketing Association (INMA). Documento disponível em <http://www.innovation.com> . Acesso em [04/03/2009]

GOMES, Itania Maria Mota. O que é o popular no jornalismo popular? In: COUTINHO, Eduardo Granja, FREIRE FILHO, João e PAIVA, Raquel. **Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.



- GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- HALL, Stuart. **Notas sobre a desconstrução do “popular”**. In: Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- HARO, Fernando Ampudia. **As duas repúblicas: Portugal (1910-1926) e Espanha (1931-1936): Ensaio de interpretação sociológica comparada**. In: Comunicação & Cultura, n.º 9, 2010.
- HOBBSBAWM, Eric. **A questão do nacionalismo**. Lisboa: Terramar, 1998.
- \_\_\_\_\_. **A era dos extremos: história breve do século XX – 1914 – 1991**. Lisboa: Editorial Presença, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A disseminação da democracia**. In: Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. **As perspectivas da democracia**. In: Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. **A política de identidade e a esquerda**. In: *A política dos muitos. Povo, classe e multidão*. Lisboa: Tinta da China, 2010.
- KEANE, John. **A Democracia e os Media**. Lisboa: Temas e debates, 2002.
- LACLAU, Ernesto. **On populist reason**. New York: Verso, 2007.
- LIMA, Helena. **A imprensa portuense e os desafios da modernização**. Lisboa: Livros Horizonte, 2011.
- LOPES, Silvina Rodrigues. **Portugal sem Destino**. In: NEVES, José (coord). **Como se faz um povo**. Lisboa: Tinta da China, 2010.
- LUIS, Alexandre António da Costa. **Cavaco Silva e as Eleições Legislativas de 1985: uma Introdução**. In: UbiLetras, Revista online da Faculdade letras da Universidade da Beira Interior, de nº3 (2012). p 141 a 165

MACPHERSON, C.B. **A democracia liberal: Origens e evolução.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação.** São Paulo: Cortez, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **De los medios a las mediaciones.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1987.

McQUAIL, Denis. **Teoria da comunicação de massas.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MELO, Daniel. **A cultura popular no Estado novo.** Coimbra: Angelus Novus, 2010.

MESQUITA, Mário. **O quarto equívoco: O poder dos media na sociedade contemporânea.** Coimbra: Minerva, 2004.

MONTEIRO, Rosa. **A descriminalização do aborto em Portugal: Estado, movimentos de mulheres e partidos políticos.** *Análise Social*, 204, xlvii (3.º), 2012.

MÓNICA, Maria Filomena. **Deve-se ensinar o povo a ler?: a questão do analfabetismo (1926-39).** In: LAINS, Pedro e FERREIRA, Nuno Estêvão (org.). **Portugal em análise: Antologia.** Lisboa: ICS, 2007.

MUHLMANN, Géraldine. **Journalism for democracy.** Cambridge: Polity Press, 2010.

MULLER, Friedrich. **Quem é o Povo? A questão fundamental da democracia.** São Paulo: Editora Max limonada, 2003.

MUSSKOPF, André Sidnei. **Quando sexo, gênero e sexualidade se encontram.** In: *Revista tempo e presença*. Ano 3 - Nº 8 , Abril de 2008

NETO, Vítor. **A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio religiosa.** In: ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda. **História da primeira República Portuguesa.** Lisboa: Tinta da China, 2011

ORTEGA, Félix. **La política mediatizada.** Madrid: Alianza Editorial, 2011.

PENICHE, Andrea. **Dimensionar o aborto no campo do direito**. In [http://combate.info/index.php?option=com\\_content&task=view&id=85](http://combate.info/index.php?option=com_content&task=view&id=85). Acesso em: 24 de julho de 2013.

PERUZZO, Cicilia. **Ética, liberdade de imprensa, democracia e cidadania**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 25, n. 2 – 2002-

PIRES, Maria Laura Bittencourt. **Teorias da cultura**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2006.

PONTE, Cristina. **Cultura dos Media: Alguns binómios em questão na imprensa escrita**. In: Revista de Comunicação e linguagem. 30ª edição. Lisboa: Relógio d'água, Outubro de 2001.

PREVEDELLO, Carine. **Representações no Jornalismo Popular: a cidadania no discurso do Extra**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2008.

RAMALHO, Viviane. **A revista Cais entre o protagonismo e o assistencialismo**. Revista Crítica de Ciências Sociais. Nº94. Setembro de 2011.

RAMALHO, Viviane e RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa**. Campinas: Pontes Editores, 2011.

RAMOS, Rui. **Entre revolução política e evolução social: uma história do conceito de democracia (Portugal, século XIX)**. Ariadna histórica. Lenguajes, conceptos, metáforas, nº1, 2012.

REINEMANN, Carsten; STANYER, James; SCHERR, Sebastian; LEGNANTE, Guido. **Hard and soft news: A review of concepts, operationalizations and key findings**. In: Journalism. Londres: SAGE, 2011. Disponível em: <http://jou.sagepub.com/content/13/2/221>. Acesso em 10/07/2013.

RIBEIRO, António Sousa. **O povo e o público: Reflexões sobre a cultura em Portugal no pós 25 de abril**. Revista Crítica das Ciências Sociais. nº 18/19/20. Fevereiro de 1986.

RODRÍGUEZ, Alberto Pena. **História do jornalismo português**. In: QUINTERO, Alejandro Pizarroso. *História da Imprensa*. Lisboa: Planeta Editora, 1995.

ROSA, Fernando Manuel André. **A construção da visibilidade LGBT: Uma análise crítica do discurso jornalísticos**. (Dissertação de mestrado). Lisboa: ISCTE, 2010.

ROSAS, Fernando. **O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo**. In: *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, pag. 1031-1054.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e política**. São Paulo: Hacker editores, 2000.

SADER, Emir. **Para outras democracias**. In: SOUSA SANTOS; Boaventura (Org). *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento, 2003.

SAMARA, Maria Alice. **O movimento republicano e o povo**. In: NEVES, José (coord.). **Como se faz um povo**. Lisboa: Tinta da China, 2010

\_\_\_\_\_. **O republicanismo**. In: ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda. *História da primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2011.

SAMPEDRO, José Luis. **Debajo de la Alfombra**. In: *Reacciona*. Madrid: Aguilar, 2011.

SAMPEDRO, José Luis e TAIBO, Carlos. **Conversaciones sobre política, mercado y convivencia**. Madrid: Catarata, 2009.

SANTOS, Ana Cristina. **Orientação sexual em Portugal: para uma emancipação**. In: SANTOS, Boaventura. **Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Porto: Afrontamento, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. **Para ampliar o cânone democrático**. In: SOUSA SANTOS; Boaventura (Org). *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

\_\_\_\_\_. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Estado e a sociedade em Portugal**. Porto: Editora Afrontamento, 1992.

\_\_\_\_\_. **Portugal: Ensaio contra a autoflagelação**. Coimbra: Almedina, 2012.

\_\_\_\_\_. **A crise do Estado e a aliança povo/MFA em 1974 - 1975**. in AAVV, Seminário 25 de Abril 10 anos depois, Lisboa, Associação 25 de Abril, 1984, p. 46. Em: [http://www.25abril.org/a25abril/get\\_document.php?id=158](http://www.25abril.org/a25abril/get_document.php?id=158)

\_\_\_\_\_. **A ditamole**. In: [http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=4842](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4842).

Acesso em: 05/06/2013.

SANTOS, Hélia. **A responsabilidade social e educativa dos mass media**. Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC, N.1, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **O país distorcido**. São Paulo: Publifolha: 2002.

SCHUDSON, Michael. **Cidadania e Jornalismo**. Lisboa: Fundação Luso-americana, 2010.

SEN, Amartya. **Democracy as a Universal Value**. Journal of Democracy, 1999.

SOEIRO, José. **Portugal no ciclo internacional de protesto**. In: Revista Focus Social, agosto 2013. In: <http://www.focussocial.eu/opinio.php?id=89>  
Acesso em: 05/08/2013.

SOUSA, João Pedro. **Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974**. Em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-do-jornalismo-1974.pdf>. Acesso: 11/08/2013.

SPARKS, Colin. **Goodbye, Hildy Johnson: the vanishing 'serious press'**. In: DAHLGREN, Peter e SPARKS, Colin. *Communication and citizenship: journalism and the public sphere*. New York: Routledge, 1997.

STOREY, John. **Inventing Popular Culture**. UK: Blackwell publishing, 2004.

\_\_\_\_\_. **Cultural studies & the study of popular culture: Theories and methods**. Athens: The university of Georgia Press, 1998.

\_\_\_\_\_. **What is popular culture?** In: *Cultural theory and Popular Culture*. London: Pearson/Prentice hall, 2001.

SUNKEL, Guillermo. **Modos de leer en sectores populares**. Buenos Aires, Argentina, setembro/outubro, 2001. In: *Revista Nueva Sociedad* no 175, p. 143 a 154.

TAVARES, Manuela. **A longa luta das mulheres portuguesas pela legalização do aborto**. In: "Livro Negro da Condição das Mulheres", Edições Temas e Debates, 2007.

\_\_\_\_\_. **Feminismos em Portugal (1947-2007)**. Lisboa: Universidade Aberta, 2008.

TENGARRINHA, José. **Imprensa e opinião pública em Portugal**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2006.

\_\_\_\_\_. **História da Imprensa Periódica Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1989.

\_\_\_\_\_. **E o povo onde está? Política popular, contra revolução e reforma em Portugal**. Lisboa: Esfera do Caos, 2008.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.

TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2007.

TRAQUINA, Nelson e MESQUITA, Mário. **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizontes, 2003.

Van DIJK, Teun A. **La noticia como discurso: Comprensión, estructura y producción de la información**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1996.

\_\_\_\_\_. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2010.

VALA, Jorge. **A análise de conteúdo**. In: SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira. Metodologia das ciências Sociais. Porto: Afrontamento, 1986.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. **A chave do armário: homossexualidade, casamento e família**. Lisboa: ICS, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **The long revolution**. Peterborough: Encore Editions, 2001. (UL FL)

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial presença, 2009.

#### **OUTRAS REFERÊNCIAS:**

**Manual de Redação: Folha de S. Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2005.

Aliança Povo – MFA (Decisão da Assembleia do MFA - 8/7/75), em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol17>. Acesso em :

**Dicionário das crise e das Alternativas**. Coimbra: Almedina, 2012.

#### **Lei de Imprensa:**

Decreto-Lei nº. 85-C/75 de 26 de Fevereiro

Lei nº 2/99, de 13 de Janeiro

#### **Estatuto do Jornalista:**

Lei no. 62/79, De 20 de Setembro

Lei nº 1/99, de 13 de Janeiro

#### **Código Deontológico dos Jornalistas**

Assembleia Geral do Sindicato dos Jornalistas - 4 de Maio de 1993

## TEXTOS DE IMPRENSA (POR ORDEM CRONOLÓGICA)

### - RECOLHA TEMPORAL:

#### ***Correio da Manhã, 2 de janeiro de 2011***

Cavaco Alerta "Pobreza chegou a níveis intoleráveis"; Ano de sacrifício; Recusada legalização da canábis; Concordata longe de ser aplicada; Pressão terrível; Um direito de todos; É crime sim! Diremos nós; PR critica quem foge a sacrifícios; Feliz ano novo; Oliveira Martins vai vigiar parcerias; Morre fundador do CDS; "Venho consolidar a obra de Lula"; Insegurança paquistanesa; 2011, o ano do pingo amargo; Miséria em Portugal vai aumentar em 2011"; Os básicos.

#### ***Correio da Manhã, 18 de janeiro de 2011***

Portugueses fogem da Tunísia; Sporting e Portugal; Pior é possível; "Quem for sério não tem que temer"; PJ marcha até Lisboa em Manifestação inédita; Sem-abrigos acusam gestor de represálias; Ministério da Justiça não é imune à fiscalização; "Sócrates não é fácil de despedir"; Dívida provoca desconforto "Venham para a rua"; "Impróprio é considerar que crítica é um insulto"; Segunda volta; Sair da toca; "Usar o voto para gritar a indignação"; Um adolescente com Delgado; Portugueses fogem sob chuva de tiros; Jorge Sampaio em tribunal ajuda Penedos; Um pateta em Belém.

#### ***Correio da Manhã, 3 de fevereiro de 2011***

Investigação revoltada com PGR; Dinheiro da corrupção dava para apoios sociais; Crise Oculta nos lucros; Peças; Denúncia e delatores; Portáteis negados aos mais pobres; Deus e o mundo; Villas Boas subscreve a petição; Mais nascimentos; Juros recuam com nova emissão; "Só pensava na melhor maneira de sair dali vivo"; PGR acusa Aveiro de copiar escutas; PS trava proposta de Lacão; Abel Pinheiro diz que foi "mensageiro"; FBI procura trio envolvido no 11/9; Ver o país da toca.

#### ***Correio da Manhã, 19 de fevereiro de 2011***

"Estado corrupto ataca os mais pobres"; "Fomos enganados durante 6 anos"; Segurança social duplica subsídios; Toque a finados; Recessão, disse ela...; "Fomos enganados durante 6 anos"; A crise da justiça; Apoio para a Arrábida; Governo recusa repor Barco Seixal Lisboa; Segurança social duplica subsídios; Revolta alastra no mundo islâmico; Vara fura fila no centro de Saúde; A técnica da técnica GNR evita que Sócrates ouça protestos em Murça; "Estado corrupto ataca os mais pobres"; O parceiro; Ministro renuncia a título de doutor.

#### ***Correio da Manhã, 7 de março de 2011***

Fraude na Saúde custam 800 milhões; Sacrifício oferecido; O actor; Portugal lidera fraudes na saúde; "Coligação de silêncio" por TGV; "Governo vai ter de prestar contas"; Sócrates foi o "coveiro da regionalização"; Manif' desafia regime; A manada do Regime.

#### ***Correio da Manhã, 23 de março de 2011***

Dia D para a queda do governo; Cavaco diz que ficou sem margem para manobra; O amigo Kadhafi; Os Passos da crise; Prestação sobe 265€ em 3 anos; O dia D da



demissão de Sócrates; Tribunal decide plano; Médico trabalham mais horas; Professores querem encher a Avenida; 11 mil casa em ruínas; Cavaco fica sem margem para agir; Quando se enriquece de forma ilícita; Férias na função pública até junho; "Já chega de enganar os portugueses"; Kadhafi não trava ataques civis; Escumalha lusitana.

#### ***Correio da Manhã, 8 de abril de 2011***

Críticos do PS silenciados no congresso; Governo da tacho dourado a reformados; Ordem para despedir na função pública; CP anuncia acordo e fim da greve; Aproveitar o FMI; Até já, democracia; FMI pressiona saída na Função pública; Esquerda e CGTP furam consenso; A culpa do descalabro; Manda quem pode; CP e maquinista chegam a acordo; Ordem para calar críticas ao Líder; A tragédia de Sócrates; Haverá mesmo 33% de malucos em Portugal?; ONU cerca último bastião de Gbagbo; Sobre a legitimidade; ERC e governo não multam RTP; Eu vi o Poceirão; "Presidente procura vírgula fora do sítio"; Tudo bons rapazes.

#### ***Correio da Manhã, 24 de abril de 2011***

Batota nas scut sobe factura da crise; Ministra Suspende fusão de escola; Ex-autarca suspeito de negócio; A sabedoria de Soares; De pé, vítimas da fome; Governo suspende fusão de escolas; Batotas nas Scut custa mil milhões; Greve à democracia; "Papel positivo" de Belém; Ex- Autarca suspeito em negócio ruinoso; Novo massacre durante funerais; Protestos na Síria; Kadhafi levanta cerco a Misrata; Berlusconi criticado por piada sexista; Ministro chama "cobarde" a Mariano Rajoy; Serão de música lembra 25 de Abril; "Ele já não conta com o eng. José Sócrates"; Viva a Finlândia!

#### ***Correio da Manhã, 10 de maio de 2011***

Paulo portas recusa coligação com Sócrates; 63 imigrantes morrem à fome no Mediterrâneo; Duas coisas do futuro; Líder do CDS recusa acordo com Sócrates: Deixados a morrer à fome e sede; José Penedo trava "Face oculta"; Reforma atingem Saúde e Justiça; PSD quer subida do IVA mas no vinho; Divulgado nome de espião da CIA; "Cancro para a democracia".

#### ***Correio da Manhã, 26 de maio de 2011***

"Sócrates é pé-de-chumbo"; Boy do PS com salário de 4 mil €; Concentrar; Boy ganha 4089€; A laranja azeda; PSD denuncia medo e PS fala em orgulho; Filmes de Terror; Portas quer chegar a 14%; Jerónimo propõe renegociar; Predominam pequenos negócios; Não está na altura de pensarmos em agravar o ISP; Louça acusa PS e PSD; "Retirada imediata da Troika"; Lente de contacto; Juízes vetam PS nos tribunais; "Sócrates é pé de Chumbo"; O deserto é aqui.

#### ***Correio da Manhã, 11 de junho de 2011***

Cavaco defende regresso aos campos; Passos aplaudido e primeiro-ministro muito vaiado; Portugal já falhou; Velhos vícios; Noronha acusado de proteger Sócrates; Cavaco quer regresso ao campo; Viagem para amigos na TAP; " Sócrates esquecia-se de ouvir"; Agricultura nas mãos do CDS-PP; Eu tenho um pesadelo; Avaliação contínua; Exército ataca cidade rebelde; "Agricultura esteve 20 anos esquecida"; Antenas em Atenas.

***Correio da Manhã, 27 de junho de 2011***

Cultura do exemplo; Estado gasta 6 milhões em carros de gestores; Coragem precisa-se; "Exército protegeria bancos com tanques"; Privatização da RTP avança; Bomba artesanal mata espanhóis.

***Correio da Manhã, 13 de julho de 2011***

Crato adia reforma curricular nas escolas; Brasileiros lideram imigração; O rating de Cavaco; Milionários perdem milhões; Ministério já adiou reforma curricular; Romenos sobem e Brasil dominam; Brinquedos fora dos locais de aborto; Passos Coelho escolhe Gaspar; Paquistão quer comprar dez caças F-16 a Portugal; Tensão entre Seguro e Assis; irmão de Karzai abatido a tiro; A urgência da política.

***Correio da Manhã, 29 de julho de 2011***

"Salários congelados no Estado"; Plataforma vibratória; Virar o bico ao prego; Tecto na despesa congela salários; Sociedade de risco; Buziã na 25 de Abril; "Informação não foi para a Ongoing"; O cronista indelicado; Mário Soares na reentre do PSD; Breivik terá usado balas com veneno; Regulações; O espírito de Alcochete; "Bancos vão cumprir as exigências da troika"; Um filme português.

***Correio da Manhã, 14 de agosto de 2011***

Uma doença britânica?; Muros da vergonha; Dispensados de avaliação 40 mil professores; Medida inaceitável; Igreja contesta migração forçada; Orçamento e segurança; Pais contra escolas perto de barracas; A pão e água; Pescadores protestam; Governo apressa vistos para Angola; Sísifo revisitado; EUA contra Teerã; "Não há tensões com a polícia"; A Troika e o PS.

***Correio da Manhã, 30 de agosto de 2011***

Negociação entre Ministério da educação e os sindicatos da classe docente; Dezenas de passes sociais sem descontos; Serviços de informações; Desconto só para quem ganha 545 € por mês; 180 dias bastam para avaliar contratados; Guerra entre Igreja e Câmara; Secretas na Mira de Passos Coelho; Deputados pedem esclarecimento; "Apostamos na acção"; Os zés e as escutas.

***Correio da Manhã, 15 de setembro de 2011***

Acordo acelera vistos para Angola; Estado corta mais de 3 mil milhões de despesa; Parlamento vota petição do CM contra corrupção; Querida Troika; Rever a Constituição; Corte na despesa passa 3 mil milhões; Militares com corte salarial; Escola emprega filha de vereador; Macedo a PM; Saber direito europeu; Risco de corrupção nas privatizações; A lição da América; Petição CM aprovada por todos os partidos; Governo extingue 1712 dirigentes; O certo e o incerto; Paulo Portas e Chicoti de acordo sobre vistos; Carta destinada a ex-espião violada; Correio indiscreto; Mais um ministro demitido; Palin usou coca e traiu marido; Político condenado por bater em filho; Governo acelera eleições na ERC; "É enorme o mal-estar nas Forças Armadas".

***Correio da Manhã, 1 de outubro de 2011***

Mais aperto do cinto em 2012; Entrevista-me; Banca vai tapar buraco; Justiça penal

"Há agentes em condições muito difíceis"; Há mais agentes na mira policial; Qual presidente?; Corte de 50% no ordenado; Avaliação continua; EUA matam líder terrorista islâmico; Ver claro; Berardo ameaça ruptura; Ministro recebe professores; Nós e eles.

#### ***Correio da Manhã, 17 de outubro de 2011***

Pressões de vara para salvar Sócrates; Corte drástico na saúde; Portas fecha embaixada; MP acusa autarca de Silves; Indignados apelam a desobediência; A procissão vai no adro; Direito à indignação; Vara fez pressão para salvar Sócrates; Desobedecer é a palavra de ordem; Revolta; Corte de 1,8 mil milhões de euros; Ministério prepara fecho de embaixadas; Maioria apoia fusões; Opinião e falsos mitos; Autarca acusada de abuso de poder; Jerónimo apela à mobilização; François Hollande enfrenta Sarkozy; Ministro sob suspeita; País do respeitinho.

#### ***Correio da Manhã, 2 de novembro de 2011***

Os filhos do Estado; Perdidos na tempestade; Justiça investiga milhões de Vara; Inspeção ilegal nas cadeias; Alunos criticam cortes no ensino; Fiéis não querem mudança de feriado; Falta de procura custa 101 milhões; Sócrates de Paris; Isenção de taxas vale resgate FMI; Promoção de produtos nas embaixadas; Novo balcão do empreendedor na internet; PS em contrarrelógio com pressões para Orçamento; Israel castiga adesão à UNESCO; Reação de Lula surpreende médicos; Bispo de Londres trava repressão dos 'Indignados'; A tragédia clássica.

#### ***Correio da Manhã, 18 de novembro de 2011***

Passos rejeita corte salarial no privado; Desistir da Restauração; O serviço de Relvas; Prova de acesso para professores; Não se complique; Bancos telefonam a pedir dinheiro; Boa política; Nomeações sem cortes; Paulo Costa era contacto da O2; Fase superior de luta; Passos rejeita corte no privado; O cronista indelicado; "Cortaremos em todas as áreas"; Outras vias; Dos Santos Candidato; Despesas ilegais de 5,6 milhões; Perguntas simples.

#### ***Correio da Manhã, 4 de dezembro de 2011***

Revolta das juntas contra extinção; Portagem da A23 a 10 cêntimos por KM; Ninguém faz por nós; Beira interior é a mais cara; Perícia psiquiátrica; Hospitais cobram a mais ao Estado; Os donos da banca; Alemanha propõe fundos nacionais; Freguesias vão Miguel Relvas; Tantas' – LL; "Governo recebe ordens de Merkel"; Debate com Passos antes de cimeiras; Polícia reprime novo protesto; A revolução Árabe; Feriados.

#### ***Correio da Manhã, 20 de dezembro de 2011***

Escalada do crime preocupa governo; CP adia pagamento de salários; PCP envia condolências à Coreia do Norte; Autoridades atentas a denúncia de escravatura; O que custa a mudança; Taxas enganadoras; Gangs fazem 328 roubos armados; Escravatura vai ter vigilância reforçada; Cheque do FMI a caminho de Portugal; Defensor público; Vara e Sócrates no cofre da UNL; PCP envia condolências a Pyongyang; CP adia salários de Dezembro; O tique Pacheco; Lei da rolha e críticas de autarcas; Estado paga entre 20 e 23 de cada mês; Relvas diz que emigrantes são

orgulho; Rajoy que cortar 16,5 mil milhões; Tobis pressiona Passos Coelho; "Participação na TAP"; A alternativa externa.

### ***Jornal de Notícias, 2 de janeiro de 2011***

Cavaco quer sacrifícios repartidos sem exceções; Dilma promete dar combate à pobreza extrema; 2011; Dilma Rousseff; Cavaco contra privilégios ou exceções nos sacrifícios; Faleceu advogado de perseguidos políticos; Dois candidatos à presidência divergem na avaliação da UE; Lowndes Marques morreu aos 69 anos; A vergonha de Camarate; Poder local, esse patinho feio; Dilma afirma mandato contra pobreza extrema; Nesta Europa é cada um por si; Sair da apatia; Um novo paradigma para a advocacia.

### ***Jornal de Notícias, 18 de janeiro de 2011***

O governante apressado; Portugal desdramatiza acordo com Estados Unidos; Procuradoria reforça meios para fiscalizar rendimentos; Ministro garante fiscalização em todo o ministério; CGD Concede 500 milhões em apoios; Portugal vende energias limpas; Blindados da PSP parados gastam 200 euros por dia; Contenção, esperança, resistência e emoção; Alegre já se prepara para a segunda volta; Apelo aos votos do PS e "mais à esquerda"; 60 anos depois, Viana tem um candidato; Coelho acusa Cavaco de ter uma reforma em cada bolso; Francisco Lopes em defesa do SNS; Corrida de certezas embalados por Salgueiro Maia; Felizmente já só faltam três dias; Venha o diabo e escolha!; Partidos políticos atentos ao Gerês; Novo Governo anuncia eleições na Tunísia; Três ministros pedem demissão do governo; "Mais medíocres".

### ***Jornal de Notícias, 3 de fevereiro de 2011***

Pires de lima e líder da CGTP contra consensos e a favor de compromissos; Ministro Lacão isolado na defesa de menos deputados; Nova Lei é "tímida e não deveria ser datada; "O exemplo tem que ser dado de cima"; PSD quer ouvir antigos procuradores; Boa nota e notas boas; Até as próximas eleições será assim; Metro Mondego avança com estações mais baratas; Optimismo dos mercados alivia juros da dívida pública; Ódio entre rivais semeia caos no Cairo; "Nunca tivemos medo"; 450 horas sem dormir; O ano do Coelho.

### ***Jornal de Notícias, 19 de fevereiro de 2011***

Governo gasta 2100 milhões de euros no TGV até 2050; O país dois mil milhões; Campus de justiça de Lisboa é "solução equilibrada e justa"; Governo pede ajuda para cumprir orçamento; Só o CDS quer mudar paradigma; Sindicatos querem revisão; Governo admite que greve afecta Judiciária; Censura em defesa das "gerações sacrificadas"; PSD quer comissão para avaliar recenseamento; Oposição em bloco pede nulidade de despacho; Águas de Bacalhau; O Egipto de Louçã; Passos Coelho; Repressão não trava revolução.

### ***Jornal de Notícias, 7 de março de 2011***

Gerações à rasca; Quebrado consenso no PS em torno da reforma autárquica; Portagens em todas as autoestradas quando PSD for governo; Pra mudança, camaradas!; "Isso tem de parar, Portugal está a afundar"; Portas acusa governo de mentir sobre BPN; Medos, silêncios e espantos; Subserviência e vassalagem; O

cheiro a mofo dos Homens da Luta; PS disponível para reduzir freguesias; PCP quer saber plano do governo para STCP; E tudo ficará na mesma forma; PS exige reuniões de Câmaras publicas; Rebeldes sofrem revés no caminho para Sirte.

#### ***Jornal de Notícias, 23 de março de 2011***

PSD força demissão de Governo socialista; PS reconhece queda de governo como 'irreversível'; Outra vez a história do João Ratão; Fenprof promete encher avenida da liberdade; PCP teme extinção de 1500 freguesias; Assembleia não fiscaliza 80% do investimento; A cidade e a crise; Greve na CP revocou prejuízo de 580 mil euros; Para pior já basta assim; Obama quer que Sarkozy deixe NATO comandar; Saleh sai em 2012 oposição quer já.

#### ***Jornal de Notícias, 8 de abril de 2011***

Milhões do FMI começam a entrar daqui a um mês; "Não desejo voltar a ser líder parlamentar do PS"; Bruxelas prepara resposta rápida; Apelo a cooperação dos partidos; Pedido de resgate "fere" Sócrates mas não o "mata"; Próximo Governo deve negociar ajuda externa; "Desta vez cai ser mais duro para todos nós"; Dívida do Estado à Banca passa os 40 mil milhões; Portugal pede resgate; Os inúteis; Congresso do PS dominado por lista de deputados; Elza Pais e Edite Estrela em defesa da igualdade; Não gostaria de voltar a ser líder parlamentar; Não a governo minoritário; Eurodeputados não querem viajar barato; Revogação da avaliação sobe ao Constitucional; No fundo (I); Apesar do adiamento protestos mantêm-se; Desconvocada greve na CP após acordo com maquinistas; Verdades & mentiras.

#### ***Jornal de Notícias, 24 de abril de 2011***

Chegou ao fim a revolução cubana?; Moradores da ilha da Bela Vista não querem trocar casa por bairros sociais; 25 de Abril; Jerónimo sonha retomar Abril; "Passos Coelho é bem intencionado"; Concertos e desfiles comemoram o 25 de Abril; Nobre Páscoa, nação valente; A via-sacra do poder; Respeito pela patroa; "Só quero sair daqui quando morrer"; Polícia abriu fogo durante funerais; Socialismo ou morte. Morte ou revolução?; "É uma falácia pensar que os governos governam"; A apatia que fica da euforia revolucionária.

#### ***Jornal de Notícias, 10 de maio de 2011***

Portas recusa eventual governo com Sócrates; PS abre portas à redução do número de deputados; Privatização da RTP mantém serviço público; Intenção de baixar TSU gera polémica; Portas recusa dar a mão a Sócrates; Passos diz que o país é capaz de ultrapassar crise; Ferro acusa PSD de ser contra o Estado Social; ...Mas a violência gera sempre mais violência!; Mãos limpas?; Risco de dívida grega é maior do Mundo após corte de rating; NATO negou ter deixado migrantes morrer à fome; Sílvio Berlusconi quer investigar magistrados; Paquistão nega apoio a Osama e abre inquérito; Terrorismo bom?

#### ***Jornal de Notícias, 26 de maio de 2011***

Eleitores-fantasmas podem ditar um vencedor errado; Separados pelo oceano e ligados pelo "medo"; Eleitores fantasmas podem ditar vencedor; Caravana do BE 'invade' estação de CTT do Cercal; CDU exorta povo a forçar renegociação da dívida; Sócrates elogia a sua política para os mais idosos; Contra o medo e à

conquista dos indecisos; Cartada bem jogada nos domínios de Rui Rio; Cavaco quer uma campanha clara; Seis "pequenos" contra os "grandes"; José Sócrates vence batalha do mediatismo; Mário Soares admite um governo PS-CDS; Uma campanha alegre; Equação governativa abaixo de zero; Apoio a primavera Árabe; O babero dos políticos; Casualidade, casualidade.

#### ***Jornal de Notícias, 11 de junho de 2011***

Temos 220 mil lavradores pagos para não produzir nada; "Medidas da troika levam a um retrocesso civilizacional"; Cavaco pede aposta no interior e na agricultura; Cavaco e o interior do país; Sócrates pode ir um ano para Paris estudar Filosofia; Cavaco só espera por votos da emigração; Guilherme Pinto declara apoio a Francisco Assis; Angola em livro de pai de Passos; Centrais sindicais prometem contestação social nas ruas; Melhorias no descanso levaram ao fim da greve; Largade leva de Lisboa apoios Africanos; Donde vimos, onde estamos?; Nova etapa para os indignados espanhóis.

#### ***Jornal de Notícias, 27 de junho de 2011***

PS não liga aos conselhos do pai; MP investigou contratos de Pedro com a justiça; O caso da doutora Dra; Soares deita PS no divã; Passos inicia hoje semana agitada; Crescem as dúvidas sobre saúde de Chávez; "No pasa nada".

#### ***Jornal de Notícias, 13 de julho de 2011***

Governo salva metro da asfixia; Governo garante viabilidade do metro do Porto; Antes que cobrem taxa de juro pela honestidade; Venda dos F-16 só com sim dos norte americanos; Assis quer votos de independentes; Um mata, outro esfola; Misericórdia admite pedir indemnização ao Estado; Rompuy desvaloriza agência de notação e elogia governo; Plano de ajustamento apresentado em 180 segundos; Nacionalizar o BPN foi um erro; Número de aborto abaixo do previsto; Brasileiros são o maior grupo de estrangeiros; Strauss-Kahn fora da corrida; Assassinado irmão mais novo do presidente; "Uma enorme falta de ética".

#### ***Jornal de Notícias, 29 de julho de 2011***

Um bilião gasto em negócios do Estado sob suspeita; Ex-ministros do PSD preveem mais cortes nos salários; Estado gasta mil milhões sem concursos públicos; A era dos debates entre "dois gajos porreiros"; PS com regra 'de bronze' e liberdade com limites; Soares e Rajoy presentes na Universidade de Verão do PSD; Eleição em Maio ganha mais adepto; Estado vai prolongar contrato da Linha Saúde 24; Um terrorista "dos nossos"; Corte com despesa com pessoal parece inevitável; Indemnizações de 10 dias /ano são só indicativas; Governo quer acabar com conceito de compensação; Judiciária investiga vida de amigos de Breivik; Ajuda humanitária gera confronto na Somália; SEF investiga suspeitas de auxílio à imigração ilegal; "Estratégicas" e de "defesa".

#### ***Jornal de Notícias, 14 de agosto de 2011***

Docentes mais antigos poderão ser avaliadores; Políticos devem lutar contra emigração forçada pela pobreza; O petróleo e a RTP Memória; PS volta ao distrito de Braga para consagrar novo líder; PSD tenta hoje desdramatizar aumentos do

IVA; Reino Unido super vigiado; Itália põe fim a cerca de 30 províncias; Corte de 9% nas despesas em 2012; Muitos países europeus tentam reduzir a dívida.

***Jornal de Notícias, 30 de agosto de 2011***

Imposto sucessório divide Cavaco e PSD; Novo passe social para quem ganhar menos de 545 euros; Pulseiras electrónicas poupam dinheiro ao Estado; Ministério não desiste das quotas; Sindicatos denunciam trabalhos a 3 euros; Brincar com fogo; Viver ilegal e doente no meio de lixo; Pedido inquérito célere às secretas; Segurança social perde 25% dos chefes; PS/Madeira quer auditoria à dívida Regional; PSD contra Cavaco na taxaçoão de heranças; Nuno Melo será o rosto do CDS fora do governo; Mulher de Kadhafi e três filhos estão na Argélia; Operação militar perto da fronteira com o Líbano; Euro-grupo elogia avanços de Portugal; CGTP marca manifestação para 1 de Outubro; Bons ouvidos nos ouçam.

***Jornal de Notícias, 15 de setembro de 2011***

Gaia projecta duas pontes sem Rio; Passos poupa 100 milhões com extinção de 1712 cargos e 137 organismos; Reitor exige ao Governo que o deixe trabalhar; "Quercus" pede redução de emissões; "Escassez de meios põe em risco políticas"; Lei para aliviar tribunais das 12 mil falências por ano; Não há verba para a polícia; Crato adia decisão sobre Parque escolar; Reitor de Coimbra exige ao Estado "que não atrapalhe"; A bitola, em vez da TSU; Gaia projecta duas pontes mas não vai propô-las a Rio; Governo apoia recuperação da TNC; Câmara mantém horta na Damaia; Governo anuncia redução de 1712 lugares dirigentes; PS prepara "Não ao limite da dívida na Constituição"; Carta enviada a Silva Carvalho chegou aberta; Zorrinho eleito líder com 26 votos contra; Ambiente perde para agricultura; Revelações inéditas de Jackie Kennedy; Milhões obrigados a deixar as terras; Dilma afasta ministro do turismo; Dominique Villepin livre para as eleições; Cada português vai pagar menos 260 euros em juros; Angela Merkel e Sarkozy querem Grécia na zona Euro; Lei das rendas muda este ano; Pensando "positivo".

***Jornal de Notícias, 1 de outubro de 2011***

Rui Rio lidera protesto de 16 câmaras; "A dívida? É uma coisinha de nada"; Grito de revolta contra a asfixia; Docentes esperam por Crato; Rio foi ao ponto: o nosso ministro é o da Economia; Sem (dias de) governo; Mais de 6000 votaram no Orçamento; Rio defende percentagem das Câmaras no IVA, IRS e IRC; Anafre opõe-se a fusões forçadas de freguesias; Há indícios de eventual crime praticado no SIED; Guterres fecha porta ao regresso à política; Dirigente da Al-Qaeda morre em ataque aéreo; Passos herda de Cavaco buraco de 30 milhões de euros; Governo exige mais sacrifícios no próximo ano.

***Jornal de Notícias, 17 de outubro de 2011***

"Ricos estão a rir-se do que se passa em Portugal"; Porta-voz do PS diz que emigrar é a melhor solução; Sacrifícios esmagam os pobres e "deixam os ricos a rir-se"; Novo protesto a 29 de Outubro; Portugueses em Andorra pedem ajuda a Cavaco; A pobreza e a mentira; Câmara pondera reduzir freguesias de 11 para seis; "Se não fosse a posição que ocupo também eu emigrava"; "Greve geral não é a batalha de Waterloo"; Falta revelar "segredo" da discussão com a banca; Prémio para a selecção "é discutível"; Cavaco é o presidente "mais partidário"; Hollande contra

Sarkozy; Dilma conseguiu impor o seu estilo; Palestínianos e israelitas preparam troca de prisioneiros; Apelo à Troika para parar barragens; E Sócrates mentia.

#### ***Jornal de Notícias, 2 de novembro de 2011***

Metade das casas do centro histórico estão vazias; Cavaco não sabe escolher gravatas; Quem paga banana...; Quase metade das casas do centro histórico estão vazias; "Câmara só não controla a movida se não quiser"; CDS "puxa pelos galões" e não quer adormecer; PS quer excluir água do aumento de IVA; Trabalho nocturno sem impacto na despesa; Socialistas querem fim das regalias; Bloco apela ao PS para que vote contra; Israel adopta sanções contra a Palestina; Portugal leva Guiné-Bissau e Líbia à agenda da ONU; Portugal corre o risco de mais austeridade; Tragédia grega; Portas quer embaixadas a vender Portugal; O medo da democracia.

#### ***Jornal de Notícias, 18 de novembro de 2011***

Patrões contra a troika; Lima detido para evitar fuga do país; Novos policiais afinal são só 600; Europa só quer imigrantes qualificados; Parque escolar "endividou o país"; Sociólogo quer abolir feriado do 1º de maio; O charivari dos salários; Pobre Europa; "Parece um país de doidos", diz Guilherme Pinto; Degradação sem fim no Sobreiro; Crise põe em risco diagnóstico no Centro hospitalar do Alto Ave; Vereadora diz que "só dorme na rua quem quer"; Mais polícias na rua e menos álcool à venda; Utentes dos transportes prometem mais luta; Estado deve 150 milhões às autarquias; Passos quer ampliar alianças estratégicas com Angola e Brasil; Soares acusa Merkel da afundar Europa; Ministra desafia Pinto Monteiro a demitir-se; Italianos nas ruas contra governo de banqueiros; O programa oculto do PP; Carlos Lupi volta a negar ligação a caso de corrupção; Governo quer acelerar saída dos trabalhadores mais antigos; Banca alerta para queda da redução de crédito; O andar de caranguejo da troika; Espanha e Itália em emergência; Os dois amos de Arlequim.

#### ***Jornal de Notícias, 4 de dezembro de 2011***

Autarcas ameaçam cortar luz nas estradas nacionais; "Governo tem verba para pagar às misericórdias"; Cimeira do clima junta pobres à UE; Orçamento do Estado reparte mal sacrifícios; O fim da utopia; Eleitos de freguesia chumbam reforma da administração local; Proposta ousada deixa o presidente da Anafre embaraçado; Joe Berardo pede resignação de Cavaco Silva; Financiamento bancário contra o colapso do Euro; Jerónimo contra propostas franco-alemãs; Seguro desafia Passos a travar Merkel e Sarkozy; Delors considera a Zona Euro defeituosa desde a origem; CDS que debate parlamentar antes dos conselhos; Protesto em Luanda acaba em confrontos; "Não estamos só".

#### ***Jornal de Notícias, 20 de dezembro de 2011***

Seguro há 100 dias sem afirmar o PS; Recibos verdes obrigados a pagar impostos a mais; Substituir directora do PS por director do PSD vai custar 60 mil euros; Menezes em Lisboa para exigir novo hospital; Governo toca a reunir contra criminalidade violenta e grave; Docentes sem lugar aqui ou na Europa; Estudantes do Superior em três dias de protesto; Combate ao crime violento; Pés assentes na terra; Novo hospital é prioritário, diz Menezes; Segurança social paga para mudar direcção; Entre o virar de páginas e o espartilho da troika; "País não avança tendo



como lastro metade de si"; FMI emprestou mais 500 milhões a Portugal; Espanha anuncia cortes de 16,5 milhões de euros; Morreu o "querido líder" da Correia do Norte; ONU ameaça processar Governo Egípcio; CP adia pagamento de salários até dia 30; "Há muitas interessadas na privatização da TAP"; Nós, as "gorduras".

#### **- RECOLHA TEMÁTICA:**

##### **IVG**

###### ***Correio da Manhã, 9 de fevereiro de 2007***

48% das mulheres não vão votar no referendo; A prova final; Mulher abstêm-se mais; Razões para votar não; Despenalizar é votar sim; António Guterres mantém silêncio; PS organiza jantar pelo "sim" responsável.

###### ***Correio da Manhã, 10 de fevereiro de 2007***

Igreja vai apelar ao voto nas missas do fim-de-semana; Padres apelam ao voto; "A corrida continua"; Notas; Queixas da campanha aumentaram 7 vezes.

###### ***Correio da Manhã, 11 de fevereiro de 2007***

Governo gastou nove milhões; Escolher 'sim' ou 'não' custa nove milhões; Comentadores de peso em emissão especial; Um referendo com poucos casos; Preferiam caçar em vez de votar; PSP e GNR vão distribuir 11 milhões de boletins; Família Cavaco Silva vê Música no Coração.

###### ***Correio da Manhã, 12 de fevereiro de 2007***

Aborto nas mãos de Cavaco; A culpa do tempo; 2,2 milhões votaram SIM; Um novo choque entre dois países; "País é agora mais tolerante"; Hipocrisia vai aumentar; Derrotados prometem luta; Fim de problema complexo; Sócrates diz que aborto "deixará de ser crime"; Sondagens, reacções do PS e a longa espera do PSD; Políticos tentam dar exemplos; SIM' e 'NÃO' das mulheres; Sampaio voltou a ser presidente; Vitória do "Sim" agita mercado do aborto.

###### ***Correio da Manhã, 13 de fevereiro de 2007***

Corrida ao negócio do aborto; Agora falta o resto; O referendo; Lei do aborto - Sócrates acompanha mudança; "Lei humana não pode subverter lei divina"; Clínicas de aborto preparadas; Ana Loura votou em massa no 'sim'; "Precisávamos era de crianças".

---

###### ***Jornal de Notícias, 9 de fevereiro de 2007***

Jovens asseguram vantagem do SIM; "Sim" segura liderança com maior participação; "Não" fala de campanha em crescendo e moderada; Contraponto; Porque sim; Sócrates apela ao voto para reduzir número de abortos; Por uma causa; Memórias de 98; Balanço; Com o meu "não"; Referendo, campanha e democracia; Falemos de Direito.

###### ***Jornal de Notícias, 10 de fevereiro de 2007***

Não houve textos sobre o tema.

###### ***Jornal de Notícias, 11 de fevereiro de 2007***

Constituição impede multiplicação de referendos; Um único artigo da constituição evita a banalização do referendo; Cerca de 8,7 milhões chamados às urnas.

***Jornal de Notícias, 12 de fevereiro de 2007***

Nova lei até Julho; "Sim" sem dúvidas; "Luz verde" para a mudança; Projecto prevê apoio médico e social; Do financiamento ao licenciamento; Socialistas não querem alterar a lei do referendo; Sócrates parente período de reflexão na lei; "Maioria dos eleitores não se pronunciou"; "Norte pela vida" recebe derrota sem surpresa; Grupo do Sim reclamam iniciativa legislativa; Festa após carrossel de emoções; Quem ganhou e quem perdeu na corrida às urnas; Diácono transmontano manteve apelo ao Não; Em vez de boicotes foram manifestações; "Sim" subiu em todo o país; Tempo morno nos canais; Sem margem para dúvidas.

***Jornal de Notícias, 13 de fevereiro de 2007***

Governo procura inspiração para a lei no exigente modelo alemão; Duas clínicas espanholas entram em Portugal; Objectores de consciência podem aumentar; Ministro assegura que SNS está preparado para nova lei; Papa critica e padre reitera que é crime; Queixa contra diácono na CNE; Três distritos mudaram de Não para Sim.

**CASAMENTO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO**

***Correio da Manhã, 6 de janeiro de 2010***

Gays e conservadores; Casamento gay. Partidos de Esquerda deviam aprovar referendo? ; Deputada do PS defende referendo.

***Correio da Manhã, 7 de janeiro de 2010***

Ps impõe disciplina de voto.

***Correio da Manhã, 8 de janeiro de 2010***

Esquerda aprova e gays vão brindar; O Pai Tirano.

***Correio da Manhã, 9 de janeiro de 2010***

Portugal é o 8º país com casamento gay; A defesa da liberdade; Cavaco Silva deve vetar a lei?; Sócrates feliz com casamento gay; Tudo, menos casados.

***Correio da Manhã, 10 de janeiro de 2010***

Gays mudam dicionários.

***Jornal de Notícias, 6 de janeiro de 2010***

Adeptos de referendo a casamento homossexual admitem recorrer a Cavaco; Tudo é relativo; Petição pode ser motivo para adiar promulgação.

***Jornal de Notícias, 7 de janeiro de 2010***

A "excepção".

***Jornal de Notícias, 8 de janeiro de 2010***

José Sócrates; Sócrates vai ao debate dar a cara pelo casamento; Lésbicas fartam de ida e volta.

***Jornal de Notícias, 9 de janeiro de 2010***

Casamento "em nome da felicidade e da justiça"; "Um dia que fica na história"; Beijinhos proibidos na celebração.

***Jornal de Notícias, 10 de janeiro de 2010***

"Muito por fazer" na parentalidade; Intervenção política não se esgota no voto.

**ELEIÇÃO PRESIDENCIAL**

***Correio da Manhã, 21 de janeiro de 2011***

"Eu e minha mulher temos um origem humilde"; O problema do país; Pobre gente; "A nossa vida sempre foi muito poupada"; PR reeleito à 1ª volta; Grande abstenção; "Operação populista e antidemocrática"; Apocalipse pequenino; Vai vencer convictamente; A fé comunista na vitória; Único a poder vencer Cavaco; Bloco Alegre; O cronista Indelicado; O português ausente; Ilusões perdidas.

***Correio da Manhã, 22 de janeiro de 2011***

Campanha de inverno; Primeira volta custa 9,5 milhões; Boicotes e apelos à abstenção; Uma reflexão; Voto para Chumbar.

***Correio da Manhã, 23 de janeiro de 2011***

Votar!; Lisboa e Porto decidem eleições.

***Correio da Manhã, 24 de janeiro de 2011***

"A minha força vem do povo"; Lições das presidenciais; Cavaco com maioria; Manuel Alegre sofre derrota; A mão que embala a bomba; "Vitória da verdade sobre a calúnia; Metralhadora Cavaco; "Não é vergonha nenhuma perder"; Vitória do situacionismo; "Vitória da cidadania"; Razões pouco Nobres; Novo caminho e sair do atoleiro; Francisco é um caso sério; "Basta" ao jardinismo; Para onde corre o Coelho; Não felicito quem ganhou; Só para irritar Cavaco; Protestos em seis localidades; Poupança provoca caos nas votações; A tradição triste; Promessa de lealdade; "Cavaco vai ser muito mais interventivo"; Uma derrota de Sócrates; A surpresa de Nobre; O ponto final; Canais perdem Alegre; Sondagem vencedora; Fama de Belém é duradoura; Esquerda ao fundo.

***Correio da Manhã, 25 de janeiro de 2011***

Eleições presidenciais; Truque na lei dá milhares aos políticos; Mudanças de votos; Cavaco Silva já está de volta a Belém; "Governo não pode voltar a falhar"; Pôr o lixo na lixeira.

---

***Jornal de Notícias, 21 de janeiro de 2011***

Cavaco Silva eleito à primeira volta; Cavaco Silva sem oposição; Cavaco pede uma "votação maciça"; Alegre denuncia "chantagem"; Ameaças e críticas num dia mais calmo; Sem explicações de Cavaco; "Todas as horas contam para mudar"; Coelho quer correr com a "canalha"; Garantia de Estado Social; A relação (PS); O quinto cavaleiro.

***Jornal de Notícias, 22 de janeiro de 2011***

Estado paga 3,3 milhões pelos tempos de antena; Eleições custam menos milhão e meio ao Estado; Dia para reflectir nas trapalhadas.

***Jornal de Notícias, 23 de janeiro de 2011***

Novo presidente da República é eleito hoje pelos "maduros"; Ternuras ridículas.

***Jornal de Notícias, 24 de janeiro de 2011***

Cavaco promete ser mais atuante; Ganhou Cavaco... E o protesto; Cavaco exige verdade e diz que povo venceu "infâmia"; Alegre assume derrota; Nem só pela papua passa o Nobre futuro; Coelho proclama fim do jardinismo; Francisco Lopes fixa eleitorado do PCP; Defensor recusa-se a felicitar Cavaco; Eleitores foram obrigados a engrossar taxa de abstenção; Votação sofreu com a pobreza dos discursos; Quatro notas sobre as eleições presidenciais; População de Serpes não votou; Ninguém nas meses em protesto pelo metro; Cavaco vencedor de norte a Sul Cavaco e abstenção; Tudo (quase) na mesma; As lições da abstenção; Votar devia ser simples; Normalidade' absoluta.

***Jornal de Notícias, 25 de janeiro de 2011***

Alegre com dívida de meio milhão; Alegre com rombo de 514 mil euros nas contas; Votos brancos mais do que triplicaram; Coabitação continuará em "banho-maria"; Alegre, PS e Bloco: uma maionese que deslassou; Coelho promete candidatar-se nas Legislativas; Alvaiázere sempre deu vitória ao PSD; "Não chega ter as mãos limpas. É preciso ter a língua limpa"; Partidos vão questionar ministro hoje; O dia seguinte; Para reflectir; Responsabilidade.

**ELEIÇÕES LEGISLATIVAS**

***Correio da Manhã, 3 de junho de 2011***

"Quero um governo forte e coeso"; Alguém dá a terceira?; A grande ilusão; Passos Coelho vence Sócrates; Entre a vingança e o medo; O partido de Sócrates; "Quero uma maioria clara e absoluta"; Esperança; Partidos em duelo nas ruas do Porto; O novo ciclo; "É preciso um governo forte"; Lente de contacto; Retratos da vida; Mau demais; "Os políticos metem sobre a realidade"; Resumindo e concluindo.

***Correio da Manhã, 4 de junho de 2011***

A Pátria corporativa; Acto eleitoral custa mais de 12 milhões; Redações mobilizadas para megatransmissão; Desintoxicação obrigatória; Cada cor sua isenção.

***Correio da Manhã, 5 de junho de 2011***

Cavaco faz apelo contra abstenção; Greves e eleições; Cavaco avisa "abster-se é fugir"; Órfãos de ministério.

***Correio da Manhã, 6 de junho de 2011***

"Vamos fazer governo de maioria"; A dúvida razoável; O novo ciclo; Mudança Onda laranja dá maioria à direita e afasta Sócrates; Nova geração ou eleição?; Porreiro, pá!; "Quero garantir um governo de maioria; Educação e justiça para o PSD; "Regresso À condição de base"; Uma despedida calorosa; Costa desejado e Seguro disponível; Tripla vitória da direita; Portas pronto para a maioria; A

'Troika'; Vitória à esquerda; Forte comunista venceu o ataque do voto útil; Derrota pesada afunda Louçã; Falha tectónica; Abelhas atacam urnas; Abstenção decide mudanças políticas; O grande plano; RTP antecipa demissão; A melhor sondagem; Vencedor ultrapassa expectativas de estudos; Cavaco promete ser rápido; Sol ajuda abstenção; Na política aos 14 anos; Vá, senhor engenheiro.

#### ***Correio da Manhã, 7 de junho de 2011***

Passos acelera governo com Portas; Sinceridade e teleponto; A humildade; "País vai precisar de muita coragem"; "Com os pés bem assentes na terra"; Sócrates de saída sem glória; Perto de um milhão vê noite eleitoral na RTP 1; PSD conquista voos à abstenção; Portugal à direita; O caminho das pedras.

#### ***Jornal de Notícias, 3 de junho de 2011***

Arruada no Porto no tudo por tudo eleitoral; Cenário do dia seguinte condicionou campanha; Mais do que ganhar será preciso governar; PSD congela admissão de novos polícias; Goleada laranja em tarde multicolor; "Troika" mínima e "arruada" máxima; Levado em ombros, de novo pediu maioria; "Contra o PS que afunda Portugal"; "Gostava do Cunhal mas agora gosto deste"; Não há gemada que dê a força que Porta quer; Um dia de campanha "atípico"; "Distrito está pior depois de seis anos PS"; "Desta vez é mesmo para ganhar"; "Não sou candidato para o fácil"; Regionalização em debate; Portugal e o futuro.

#### ***Jornal de Notícias, 4 de junho de 2011***

Majoria dos eleitores decide o voto antes da campanha; Apelo ao boicote às urnas em quatro freguesias; Mais de um milhão de eleitores notificados.

#### ***Jornal de Notícias, 5 de junho de 2011***

Uma corrida contra o tempo; Um momento de felicidade; Quem não votar não tem autoridade para criticar; Detidos elementos do Democracia já; O silêncio possível.

#### ***Jornal de Notícias, 6 de junho de 2011***

Absolutamente à direita; Bom dia, Portugal; Sonho de Sá Carneiro cumprido 30 anos depois; CDS com Passos no Governo mas sem hostilizar PS; Cavaco pediu e tem maioria; Só Guterres aguentou legislatura; Passos promete transparência e pede paciência e coragem; O líder da "Jota" que chegou a líder do País; "O povo está saturado"; A festa laranja teve apoios inesperados.; O terramoto que se adivinhava; Emendar erros e unir portugueses; "Regresso à honrosa condição de militante de base"; Seguro e Assis na linha da frente; "Sem euforias" até da jeito; "Contestação social será inevitável"; "É a convenção que escolhe a direção"; PCTP/MRPP falhou um dos objectivos; Vencedores e vencidos; Votar e descansar em família é receita comum; Três vidas, três expectativas; Alentejo resiste à onda Laranja; 40% sem "legitimidade".

#### ***Jornal de Notícias, 7 de junho de 2011***

Governo com 12 ministros; Os Bastiões eleitorais dos cinco maiores partidos; Vítor Bento é o nome mais forte para as Finanças; Cavaco também quer Governo em tempo recorde; "Poder de veto" e personalidade forte; Concordam em parar obras mas divergem nas leis penais; "Vaga de fundo" em torno de Costa; Os resultados

vistos do Porto; Derrotas e vitórias também tiveram mão dos autarcas; Elevada abstenção "é reacção patológica"; Os Bastiões dos cinco maiores partidos; Dança de cadeirões; Da cidadania; Ainda os detalhes; RTP foi a mais vista em noite eleitoral.

**“QUE SE LIXE A TROIKA: QUEREMOS NOSSAS VIDAS!”**

***Correio da Manhã, 13 de setembro de 2012***

Maldito Setembro.

***Correio da Manhã, 14 de setembro de 2012***

Não houve textos sobre o tema.

***Correio da Manhã, 15 de setembro de 2012***

A luta de todos; Já para a rua.

***Correio da Manhã, 16 de setembro de 2012***

Cartão vermelho violento; Espinosa saiu à rua; Desprezo e cinismo; Unidos contra a austeridade; Portas deverá manter coligação; "São novos ativismos"; Que se lixe?

***Correio da Manhã, 17 de setembro de 2012***

Radicais na mira da polícia; Vestida para apedrejar; Iguais à Grécia?; Radicais entraram nos protestos; Imolado recupera em Coimbra; E agora?; Acção pela justiça; "O protesto era pacífico"; Os sinais da rua e do PP.

---

***Jornal de Notícias, 13 de setembro de 2012***

Os pobres que paguem a crise; Aos empresários: recusem a TSU; Indignação e revolta; Revolta pacífica.

***Jornal de Notícias, 14 de setembro de 2012***

Não houve referencia ao tema.

***Jornal de Notícias, 15 de setembro de 2012***

Rua e Cavaco apertam o cerco a Passos Coelho; A crise sai à rua e passa por Belém; Dia Zero da resposta democrática ao governo; "A manifestação é de toda gente".

***Jornal de Notícias, 16 de setembro de 2012***

Colossal; Milhares unidos contra austeridade; O mais inovador nesta manif. foi a união; Indignação desceu à rua em quase todo o país; Sede do FMI alvo da ira; A fúria à solta.

***Jornal de Notícias, 17 de setembro de 2012***

Ratinhos de laboratório; Opinião/ o que dizem os autarcas das cidades que se manifestaram; PSP elogia participação ordeira na manifestação; No outro lado, mas do mesmo...